



**Reflexos do Brasil nos Jornais Portugueses:
Os brasileiros residentes e os laços que unem duas
nações**

Nathália Leal Ferreira Silva

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM JORNALISMO

Orientadora: Prof^ª Doutora Anabela de Sousa Lopes

15 de junho de 2021

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Declaro que o presente trabalho, requisito para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, é exclusivamente da minha autoria. Mais informo que todas as citações e referências a outros autores estão devidamente identificadas, segundo a norma da Associação Americana de Psicologia (APA).

Este relatório de estágio, de nome “Reflexos do Brasil nos Jornais Portugueses: Os brasileiros residentes e os laços que unem duas nações”, é publicado pela primeira vez no dia 15 de junho de 2021, na Escola Superior de Comunicação Social. Nunca foi submetido a qualquer outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou qualquer outro tipo de avaliação.

Por outro lado, também não deverá ser utilizado posteriormente sem a devida citação identificada. Declaro ainda ter consciência de que o plágio é crime e de que o mesmo pode levar à anulação do trabalho agora apresentado.

O candidato,

Nathalia Lima

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é dedicado a minha orientadora Professora Anabela de Sousa Lopes. Obrigada pela paciência e compreensão durante todo esse trajeto. Foram tempos difíceis agravados pela pandemia do novo coronavírus.

Um agradecimento especial aos meus colegas do curso que me acolheram e me fizeram sentir em casa mesmo nos momentos mais saudosos. Principalmente minha querida amiga Cláudia Patrícia Cortinhas, que meu deu força e apoio para concluir minha tese.

A minha família, por serem minhas asas e minhas raízes, por me permitirem realizar o sonho de estudar em Portugal, pela confiança nas minhas capacidades e por apoiarem mesmo com um oceano de distância.

ÍNDICE

RESUMO	III
ABSTRACT	IV
INTRODUÇÃO	1
1. RELAÇÕES SOCIAIS, ECONÓMICAS E DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL	3
1.1. AS LIGAÇÕES HISTÓRICAS: IDENTIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL	4
1.2. MIGRAÇÕES: BRASIL E PORTUGAL, LUGARES DE ENCONTROS E ACOLHIMENTO .	11
1.3. ECONOMIA E DIPLOMACIA: A IDENTIDADE COMUM FORMALIZADA	16
2. OS <i>MEDIA</i> PORTUGUESES E AS NOTÍCIAS SOBRE BRASIL	20
2.1 O JORNALISMO E SUAS FUNÇÕES	21
2.1.1. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PORTUGUESES	24
2.2. OS JORNAIS PORTUGUESES	26
3. METODOLOGIA	29
3.1. OBJETO DE ESTUDO, PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVO DE INVESTIGAÇÃO	31
3.2. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO E <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	33
3.3. A SITUAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL NO PERÍODO CRONOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	34
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS.....	52

RESUMO

A relação de proximidade cultural, económica e política entre Portugal e o Brasil é inquestionável e sustentada numa multiplicidade de fatores que assentam os seus mais fortes e basilares pilares num percurso secular de colonialidade, decolonialidade pacífica, amizade diplomática e identidade linguística. Entre o Brasil e Portugal parece nunca ter sido expressiva a distância do Atlântico que a geografia impôs como barreira natural porque, não obstante essa enorme fronteira desenhada pelo oceano, os povos de ambos os países sempre se encontraram em processos de migração, ora marcados pela expressiva afluência de portugueses às terras de Vera Cruz, ora de brasileiros à procura de acolhimento e carinho no pequeno canto da Europa que fala a sua Língua.

Esta afinidade quase singular entre nações não passou despercebida aos meios de comunicação social portugueses e brasileiros, que tanto partilham conteúdos de entretenimento como reportagens e produções jornalísticas desde há várias décadas.

O presente estudo, que parte destas considerações, tem por principal objetivo aferir acerca do real interesse da comunicação social portuguesa face ao Brasil, visando perceber se essa atenção está relacionada com o facto de existirem muitos brasileiros a residir em Portugal. Para tal foi elaborado um estudo qualitativo que teve por base a análise de conteúdo de opinião impressa em três dos principais jornais portugueses (Público, Diário de Notícias e Expresso) ao longo do espaço cronológico que decorreu entre abril e novembro de 2018.

Partindo da questão de investigação “a ligação histórica entre Portugal e o Brasil e o número de brasileiros a residir em Portugal têm influência na escolha das matérias a publicar nos periódicos portugueses” concluiu-se que, por meio da ligação histórica e do número de brasileiros a residir em Portugal existe, de facto, uma grande atenção dos *media* portugueses para com os assuntos da atualidade brasileira, nomeadamente a política daquele país.

Abstract

The relationship of cultural, economic, and political proximity between Portugal and Brazil is unquestionable and supported by a multiplicity of factors that lay its strongest and most basic pillars on a centuries-old path of coloniality, peaceful decoloniality, diplomatic friendship and linguistic identity. Between Brazil and Portugal, the geography imposed distance never seems to have been expressive because, despite this enormous frontier drawn by the Atlantic Ocean, the peoples of both countries have always found themselves in migration processes, marked by the expressive influx of Portuguese to the lands of Vera Cruz and by Brazilians looking for a welcome affection in the small corner of Europe that speaks their language.

This almost unique affinity between nations has not gone unnoticed by the Portuguese and Brazilian media, which share both entertainment content and news reports and journalistic productions for several decades.

This study, based on these considerations, has as its main objective to assess the real interest of the Portuguese media in Brazil, aiming to understand if this attention is related to the fact that there are many Brazilians living in Portugal. To this end, a qualitative study was carried out based on the analysis of the opinion content printed in three of the main Portuguese newspapers (Público, Diário de Notícias and Expresso) throughout the chronological period that took place between April and November 2018.

Starting from the research question “the historical connection between Portugal and Brazil and the number of Brazilians residing in Portugal have an influence on the choice of articles to be published in Portuguese periodicals” it was concluded that, through the historical connection and the number of Brazilians residing in Portugal, there is, in fact, a great deal of attention from the Portuguese media towards current affairs in Brazil, namely the politics of that country.

INTRODUÇÃO

Portugal mantém relações de proximidade cultural, económica e política com o Brasil, país considerado uma potência regional do continente sul-americano e que é também, sobretudo nas últimas décadas, ponto de partida de muitos emigrantes que procuram uma vida nova na Europa e encontram acolhimento no país com que partilham identidades linguísticas e de amizade.

A estreita relação que se vem firmando ao longo dos séculos entre estes dois países reflete-se no contexto ímpar de relações diplomáticas e de cooperação económica mas também tem longos séculos de história comum e de partilha de colonialidade, com os prós e os contras que sempre se atribuem a estes processos de apropriação e decolonialidade e formação de identidades telúricas comuns, longos cursos de migrações comuns, encontros e desencontros de povos e de um processo, mais recente, mas muito diplomático e sempre marcado por amizade. Dadas as ímpares características desta relação entre país separados por um oceano inteiro, mas unidos por todos os laços nomeados o fluxo de gentes que perpassa de uma fronteira para a outra e quase naturalmente se instala nos territórios de acolhimento é numeroso e, com este fluxo segue a partilha de identidades e chama-se a atenção de toda uma comunicação social, ávida de satisfazer espetadores e leitores com matérias do seu interesse.

Tendo em conta este contexto, e com vista a aferir a existência, de facto, de interesse por parte da comunicação social portuguesa face aos assuntos e vivências, políticas, económicas e culturais do Brasil, levámos a cabo um estudo investigativo que visava perceber, através do espaço ocupado por artigos de opinião e editoriais nos jornais de referência portugueses entre os meses de abril e novembro de 2018, nomeadamente o Expresso, o Público e o Diário de Notícias, a atenção que estes *media* direccionam para o Brasil e, através desta observação, relacionar a mesma atenção com o facto de existirem muitos brasileiros a viver em Portugal.

Com vista a atingir o objetivo referido, elaborou-se um estudo teórico, que compõe a primeira parte do trabalho que agora se inicia, e que aborda o tema das relações existentes entre Portugal e o Brasil, bem assim como a questão da identidade linguística e cultural e o tema das migrações entre ambos os países. Ainda na componente teórica do estudo, no

contexto de revisão da literatura, abordamos a temática das relações diplomáticas e, numa segunda parte, aprofundamos o estudo relativamente aos *media* portugueses e os editoriais e artigos de opinião que estes produzem sobre o Brasil.

Na segunda parte do estudo, apresenta-se o desenho metodológico do mesmo e, logo a seguir, são apresentados e discutidos os resultados que conduzem à conclusão, onde se evidencia a significativa importância que os temas da ordem do dia no Brasil, nomeadamente a política, têm na comunicação social portuguesa.

1. Relações sociais, económicas e de cooperação entre Portugal e o Brasil

Mais de 300 anos de história comum e duas centenas de vidas separadas, mas onde as evidências de ligação cultural e a identidade sempre se cruzam unem as distantes fronteiras de Portugal ao Brasil.

São inúmeras as diferenças que separam estas duas nações, para além dos milhares de quilómetros e da vastidão de mar que se colocam entre as fronteiras de cada um. O Brasil é enorme, conta com mais de 8 milhões de metros quadrados e Portugal pode ser percorrido em pouco mais de 10 horas de lés-a-lés e de automóvel, tendo na sua área geográfica continental pouco mais de 92 mil quilómetros quadrados. No Brasil existem cerca de 213 milhões de habitantes, mais de 20 vezes a população portuguesa. Na verdade, uma das cidades do Brasil, São Paulo, conta mais habitantes do que Portugal inteiro e a forma de organização societária também é distinta pois o Brasil tem um Governo assente numa República federativa presidencialista e Portugal é uma República unitária semipresidencialista. A forma como se pagam os bens de consumo no Brasil é o real e em Portugal, seguindo a norma monetária europeia, usam-se os euros para fazer compras (Ribeiro, 2003).

O clima português é ameno e muito agradável, sendo até um dos maiores apelativos para os turistas que chegam do Norte da Europa. Mas para muitos brasileiros esse clima, sempre charmoso, é atrativo porque é “friozinho”, dado que naquele país as temperaturas são tropicais. Estes são apenas simples exemplos das diferenças que se registam entre dois países que, apesar delas, são tão iguais que se dizem irmãos.

Um longo caminho histórico, com mais encontros do que desencontros, foi sendo trilhado desde a descoberta do Brasil e as marcas dessa ligação, mesmo após a independência do Brasil, parecem ter falado mais alto que as diferenças e a distância que separa estas nações. Entre Portugal e o Brasil existe, atualmente, como sempre existiu, um caminho aberto que tantos os habitantes de uma nação, como os de outra, trilham sem dificuldades, encontrando sempre, em qualquer dos lados, um porto de abrigo e acolhimento que fala a mesma Língua, tem as mesmas raízes históricas e uma identidade comum a partilhar.

1.1. As Ligações Históricas: Identidade linguística e cultural

As relações entre Portugal e o Brasil, que contam mais de quinhentos anos de encontros e desencontros, podem ser contadas do ponto de vista histórico, dando-se conta do Descobrimento, da colonização, do processo de independência e de um vasto número de episódios que ao longo dos séculos marcaram a vida comum de dois territórios separados pelo imenso Atlântico.

Esta relação, para além da história, pode também ser explicada à luz de uma metáfora alusiva à família. De facto, os comumente apelidados “países irmãos”, do ponto de vista territorial e sempre no âmbito metafórico, são, desde sempre parte de uma mesma família que partilha ligações intrínsecas e ADN comum, tendo na Língua materna a sua maior expressão. Tal como subscreveu Freixo (2009), a forma como falamos e como nos entendemos é o alicerce maior de todos os pontos de confluência entre estas duas nações. Sendo forte o suficiente para sustentar também as eventuais diferenças e desavenças que a história registou, mas suplantou. A Língua Portuguesa, que para Fernando Pessoa (1888-1935) era toda a sua pátria¹, foi apontada por Freyre como “expressão de uma vasta cultura transnacional, a da civilização luso-tropical” (1933, p. 14) ao mesmo tempo que, ainda na opinião deste autor, servira de instrumento à constituição da Nação brasileira (Freyre, 1933). O português com açúcar² que se fala no Brasil é o pilar da fundação da nação brasileira e o suporte base da identidade cultural dos portugueses. É na Língua que se constitui uma comunidade lusófona, onde outros países se inscrevem, e se fomentam as relações luso-tropicais que, segundo Freixo haveria de se caracterizar como sendo a

¹ “A minha pátria é a língua Portuguesa” (“Livro do Desassossego”, por Bernardo Soares. Vol. I, Fernando Pessoa - Edição de Teresa Sobral Cunha – Relógio d'Água, 2008, 584 p.). A frase em causa é, com toda a certeza, a mais conhecida de toda a vasta obra “Livro do Desassossego”, uma das maiores obras de Fernando Pessoa, mas que o autor assinou sob pelo semi-heterônimo Bernardo Soares.

² “O português com açúcar” é uma expressão que remete a uma referência ao modo de falar e a um momento importante da história do Brasil, de Portugal e de algumas regiões da África. O tráfico de escravos bem como o açúcar brasileiro eram os principais produtos que garantiam a rota do comércio português: África-América-Portugal. Gilberto Freyre (1933) tomou este conceito e fez dele uma imagem ou representação do português falado no Brasil. Mas este autor não foi o primeiro a usar esta representação para caracterizar a Língua “brasileira” já que o Visconde de Pedra Branca em 1824, dissertando sobre o caráter das línguas como reflexo das sociedades, opõe o francês ao português e, a este, o idioma brasileiro, que considera um ramo transplantado para a América. Na tentativa de caracterizar esse idioma, Pedra Branca recorre aos campos fonológico e lexical, apontando naquele, como traço específico do Brasil, o falar mais doce, mais ameno; e, com relação ao léxico, algumas especificações semânticas, alguns empréstimos indígenas e de outras procedências imprecisamente definidas (Freixo, 2009).

essência da “originalidade, riqueza e força cultural que supostamente caracterizaria o brasileiro” (2009, p. 7). Da mesma forma, e para o mesmo autor, esta é a Língua que constrói e suporta o “gênio português” (idem), entendido “como de caráter cordial, versátil, pragmático, contemporizador, multirracial e propenso à miscigenação” (idem).

A singularidade da língua como elemento de ligação intrínseca entre Portugal e o Brasil começa nas linhas da Carta de Pero Vaz de Caminha³ a D. Manuel I, e a que muitos historiadores chamam de “certidão de nascimento do Brasil” (Moraes, 2019, p. 3). Este documento, escrito na Língua Portuguesa, conta o primeiro encontro dos marinheiros da frota de Pedro Álvares Cabral com os nativos da Terra de Vera Cruz, assim denominada pelos descobridores, e marca o ponto de partida de uma relação quinhentista entre estes territórios, desde logo unidos pela Língua, e quase logo a seguir, ligados por estreitos laços culturais, sociais e políticos, decorrentes de um processo de colonização que se prolongou por mais de 300 anos e em que, desde logo, sobressaiu o facto da terra descoberta nunca ter sido verdadeiramente colónia. Na verdade, o Brasil foi sempre, para os portugueses, “Estado do Brasil” e “Reino do Brasil” (IBGE, 2000).

Fernandes (2015) destaca, precisamente, a forma como Portugal lidou com o imenso território do Brasil e com os seus habitantes nativos, como explicação para as relações profícuas e de irmandade que ainda hoje, tantos séculos volvidos, estas duas nações partilham. Segundo este historiador o facto de Portugal ter mantido a unidade e a integridade territorial e linguística em todo aquele imenso espaço geográfico que os portugueses foram ocupando na América do Sul, e que mais tarde veio dar origem ao maior país daquele continente, deixou plantadas raízes fortes de um imenso respeito para com a metrópole, mesmo no auge dos desejos independentistas e apesar dos muitos atritos e conflitos revolucionários que se foram registando a partir do século XVIII. A postura colonialista de Portugal, que passou também pela formação do povo brasileiro através da junção e miscigenação de europeus, africanos e indígenas do Brasil é uma das razões que, juntamente com a questão linguística, dão sustentação à teoria de identidade cultural semelhante entre Portugal e o Brasil.

³ A frota comandada por Pedro Álvares de Cabral, chegou ao território que denominariam de Ilha de Vera Cruz, mais tarde Brasil, a 22 de abril de 1500. Na sequência da descoberta de mais um território, este descobridor pediu a Pero Vaz de Caminha que escrevesse ao Rei D. Manuel I, patrocinador da empreitada, que se haviam desviado da rota da Índia, mas que, na sequência, tinha descoberto um novo e impressionante continente.

Ainda no âmbito da história do Brasil, e dentre os inúmeros episódios que dificilmente poderíamos destacar no enquadramento do presente estudo por óbvia necessidade de contenção de espaço, importa ressaltar o processo da independência brasileira na medida em que, para muitos historiadores (Ribeiro, 2003; Fausto, 2006; Lisboa, 2008; Lopez, 2008; Sousa, 2010) este é o episódio histórico que marca, definitivamente, o início das relações dos dois países. Tal justificação assenta no simples facto de, antes deste acontecimento, não existir o país Brasil, propriamente dito.

O próprio processo de independência, embora não tenha sido completamente pacífico na medida em que não se registou um consenso em torno da causa que sustentava a formação de um novo país na América do Sul e houve conflitos entre os apoiantes do Partido português e os partidários reformadores, pode ser entendido como marco de constituição de irmandade luso-brasileira pois, como se sabe, após a independência o Brasil continuou a ser governado por um ramo da família real que reinava em Portugal.⁴

No entanto, e como tantas vezes acontece nos seios familiares, também entre Portugal e o Brasil, quase logo após a independência, haveria de se registar um episódio que colocaria os países irmãos em desavença e daria origem a um ressentimento, mais estratificado nas faixas populares da sociedade, que se prolongou durante décadas, até meados do século XX. Reconhecido como a Revolta da Armada, este conflito haveria de fazer com que o Brasil e Portugal, andassem de costas voltadas durante décadas. Este mal-estar entre os países aconteceu porque o Brasil sentiu a sua soberania ameaçada quando o Rei de Portugal entendeu dar cobertura aos rebeldes brasileiros que participaram da Revolta da Armada contra o Governo de Floriano Peixoto. A acolhida dos portugueses destes rebeldes na sua frota de navios de guerra e o transporte dos mesmos até ao Rio da Prata, levou ao corte de relações diplomáticas, que haveriam de ser retomadas em pouco menos de um ano, mas os efeitos deste incidente tiveram sérias repercussões na opinião pública que passou a não ver com bons olhos o pequeno canto luso da Península Ibérica (Heinsfeld, 2007).

⁴ O Brasil tornou-se independente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1822. Três anos mais tarde, em 1825, Portugal reconhecia a independência do reino brasileiro num documento denominado Tratado do Rio de Janeiro. O processo que haveria de conduzir o Brasil à sua independência começou no início do século XVIII, quando a família real portuguesa procurou naquelas paragens refúgio contra as invasões napoleónicas. A chegada da família real ao Brasil deu origem a um conjunto de mudanças económicas, comerciais e culturais que viriam a abrir caminho para a independência na medida em que o Brasil se viu capacitado a gerir os seus próprios destinos, dadas as melhorias das condições de vida decorrentes das medidas comerciais, nomeadamente a abertura dos portos ao comércio com os países amigos, que o Rei D. João VI ali implementou.

À parte os incidentes políticos e diplomáticos, a que se soma o caso das sucessivas tentativas de acordos ortográficos com vista a uma uniformização geral da Língua e que conta o célebre episódio de 1911 em que a recém instalada República Portuguesa estabelece novas formas de grafia e deixa de fora o Brasil como forma de retaliar a família Real ali exilada, mas que os brasileiros contrariam realizando um acordo interno de harmonização da língua, em 1915, as relações entre Portugal e o Brasil sempre existiram em algum âmbito. Se as relações políticas estavam frias, mantinham-se importantes relações comerciais. Se as transações económicas abrandavam, sobressaíam as relações sociais e culturais e, por inúmeras vezes, todos os estratos da conjunta socioeconómica pareciam estar em sintonia.

A harmonia relacional entre estas nações encontra um exemplo inquestionável na cultura de ambos os países. Os traços culturais, que por vezes nem são paralelos ou adotados, tendem a ser muito apreciados por ambas as partes, particularmente pelos portugueses com relação à produção cultural brasileira (Alves, Rocha, Portela & Ibiapina, 2016).

Os marcos mais evidentes de absorção cultural brasileira pelos portugueses são a produção televisiva, com franca incidência no consumo de telenovelas, a produção cinematográfica e a música que os portugueses ouvem desde que a rádio começou a fazer transmissões e amam desde a mesma altura (Mendel, 2011).

De acordo com Alves, Rocha, Portela e Ibiapina (2016) as relações culturais entre ambas as nações têm forte expressão na produção cinematográfica luso-brasileira, contando-se, neste âmbito, uma relação de cooperação que já dura e tem dado bons frutos, desde 1922. Assim, e segundo estes autos, contam-se 98 anos de produção comum de filmes o que se traduz num “interesse cada vez maior ao longo dos anos” (idem, p. 7) dos promotores das políticas públicas audiovisuais, “principalmente a partir de 2008” (Ibidem). Portugal é o principal parceiro do Brasil em coproduções de longas-metragens e o único país lusófono com o qual o Brasil mantém uma relação consolidada no âmbito da política pública de fomento cultural audiovisual. Em 2015 a Agência Nacional do Cinema do Brasil publicava estatísticas que davam conta de que entre 2005 e 2014 tinham sido realizados em comum entre Portugal e o Brasil 25 filmes, o que representava um valor percentual de 30% das coproduções brasileiras independentes amparadas por mecanismos públicos bilaterais de apoio direto e indireto (Alves, Rocha, Portela & Ibiapina, 2016).

Já no plano musical regista-se uma sinergia de coprodução, com muitos artistas portugueses e brasileiros a trabalharem em conjunto. A própria legislação de suporte à promoção e difusão da música portuguesa promove a realização destas parcerias luso-brasileiras ao mesmo tempo que espelha a reciprocidade das relações de cooperação e irmandade que os dois países partilham desde há séculos. De facto, existe em Portugal uma imposição de quota mínima de 60% de música portuguesa face à totalidade da música difundida em antena que pode ser considerado um incentivo à coprodução musical entre Portugal e Brasil e é também uma afirmação da ligação lusófona pois, segundo a Lei da Rádio a música portuguesa é definida como “todas as composições musicais que veiculem a língua portuguesa ou reflitam o património cultural português, inspirando-se, nomeadamente, nas suas tradições ambientes ou sonoridades características, seja qual for a nacionalidade dos seus autores ou intérpretes” (Santos, 2015, p. 23).

As sinergias nas coproduções cinematográficas e musicais entre Portugal e o Brasil oferecem a ambos os países algumas vantagens, dentre as quais se destacam a possibilidade de aumentar a participação de artistas independentes nas cinematografias nacionais e internacionais; o acesso a incentivos e subsídios dos governos parceiros; a divisão de custos e riscos; a promoção da diversidade cultural e o aumento da possibilidade de exibição nas salas de cinema do mercado parceiro (Alves, Rocha, Portela & Ibiapina, 2016).

Da mesma forma, esta afinidade de partilha e cooperação na produção cultural, firma o propósito de estreitamento da relação entre os países e mostra-se reveladora do percurso das indústrias culturais de ambos os países, compreendendo a inserção e as dinâmicas das culturas urbanas, bem como a diversificação dos estilos de vida e expansão das culturas de consumo (Cunha, s/d).

Falar da produção cultural e da difusão desses produtos tanto em Portugal como no Brasil, implica, obrigatoriamente, que se referencie as telenovelas brasileiras, não só porque por elas se conseguiu estreitar as relações culturais entre os dois países, mas porque algumas dessas produções brasileiras tiveram impactos e repercussões transformadoras na sociedade portuguesa. Tudo começou com Gabriela, Cravo e Canela⁵ que foi exibida em

⁵ Gabriela, Cravo e Canela foi uma telenovela brasileira que foi para o ar em abril de 1975, no Brasil. Esta novela foi escrita por Walter George Durst, adaptada do romance Gabriela, Cravo e Canela, de Jorge Amado, e dirigida por Walter Avancini e Gonzaga Blota, com 132 capítulos, abordava a seca nordestina e a pacata cidade litorânea de Ilhéus. Contou com Sônia Braga, Armando Bógus, José Wilker, Nívea Maria,

Portugal num ano de profundas transições, do pós-instauração da liberdade democrática e do início do processo de integração na União Europeia. A exibição desta produção brasileira em Portugal significou a abertura do espaço televisivo a programas de entretenimento que os portugueses não conheciam já que, até então, a antena de radiodifusão e televisão estatal só difundia programas de esclarecimento político, debates também de foro político e a telescola. Neste contexto, a exibição de uma novela que apela a valores de libertação e imposição da feminilidade veio abrir os caminhos sociais portugueses para a emergência de uma nova sociedade e para o aparecimento de novos estilos de vida, mais focados no consumo e cada vez mais afetos às novidades do capitalismo (Policarpo, 2001). Na altura em que a telenovela, que a grande maioria dos portugueses recorda com saudade, foi exibida já existia no país uma grande apetência pelo consumo de produtos culturais brasileiros, como a música popular e os livros, sendo que as obras Jorge Amado eram já as mais vendidas em feiras do livro e nas livrarias portuguesas. Também algumas peças de teatro levadas ao palco nesta época foram enormes êxitos de bilheteira. Dentre estas a autora Cunha (s/d) destaca a encenação Barraca conta Tiradentes de Boal e O Santo Inquérito de Dias Gomes⁶.

Cunha (s/d) e outros autores a que esta investigadora se reporta (Pinto, 2000; Policarpo, 2001) explicam o sucesso da integração das obras culturais de produção brasileira com o facto das telenovelas brasileiras, os romances de Amado e as músicas populares, apresentarem conteúdos e temas que interpelavam os portugueses e que, para além de serem expressos mesma Língua, vinham de encontro a um imaginário comum “de mitos, heróis, acontecimentos, paisagens, recordações e saudades, permitem facilmente, sua identificação por todos os portugueses” (Cunha, s/d, p. 7). Para além desta explicação, acrescenta-se o facto dos portugueses, sobretudo a classe média em ascensão, entenderem as telenovelas como modelos de comportamento e estilo de vida, partilhando também os valores que estas difundiam e que privilegiavam a modernização e a ideia de que os estilos de vida moderna e privada eram livres e alheios aos olhos e opiniões de terceiros.

Fúlvio Stefanini, Dina Sfat, Elizabeth Savalla, Marcos Paulo, Eloísa Mafalda e Paulo Gracindo nos papéis principais.

⁶ Barraca conta Tiradentes de Boal, Foi levada à cena na Companhia de Teatro A Barraca, que foi fundada em Portugal por Augusto Boal, durante o tempo em que viveu em Portugal na condição de exilado político. O Santo Inquérito de Dias Gomes é uma peça em dois atos, escrita por Dias Gomes em 1966. Foi considerada uma grande peça, moderna e revestida de preocupações sociais.

Se as telenovelas têm sido ao longo dos últimos quarenta anos o principal veículo de importação do ser e do viver brasileiro para Portugal, que aos poucos até a sonoridade açucarada da Língua foi aprendendo a imitar (os portugueses gostam de tentar falar “brasileiro” e sabem fazê-lo por causa das histórias de amor e de vida que se contam a partir do Brasil na televisão portuguesa), a arquitetura é a marca secular e indelével da cultura portuguesa plantada no Brasil. Ao longo de quase todo o imenso território deste país tropical pululam exemplos da arquitetura portuguesa, expressa não só em maravilhosos painéis de azulejos ou nas traças das casas de habitação de várias vilas e cidades como também no desenho urbanístico dos lugares, nas suas praças e até mesmo nas suas igrejas, tantas delas construídas em plano de relevo⁷, tal como se preferia erigir em Portugal as “casas de Deus” (Feitosa, 2013).

Os traços de cultura arquitetónica portuguesa no Brasil começaram a ser desenhados desde o tempo da colonização, um período lento cuja primeira influência urbana se cimentou na cidade de Salvador, ainda no ano de 1549. Esta cidade, instalada a promontório, foi construída sob recomendações expressas do Rei Português D. João III, e por isso teve uma boa aeração e presença constante e facilitada de água. O traçado das habitações apresentava-se regular e incluía largos onde se implantaram a Igreja e o colégio dos meninos⁸. Também ali, embora com materiais diferentes, se construíram muralhas de proteção, como tantas cidades portuguesas tinham na altura. Durante o período do domínio espanhol em Portugal, e conseqüentemente no Brasil, foram construídas neste país tropical pontes, canais, fortes e portos em algumas cidades. A colonização, que obviamente demandava a construção de casas e estruturas capazes de garantir o conforto dos colonos e dos colonizados, foi de tal ordem imponente que Feitosa (2013) afirma mesmo que “a urbanização brasileira foi toda planejada por Portugal” (p. 2). Para ajudar à justificação desta afirmação, Feitosa (2013) conta, em grande parte, com a influência urbanizadora do Marquês de Pombal (1699-1782) que à imagem do que fez em Lisboa com vista a levantar a cidade dos escombros provocados pelo terramoto de 1755⁹, também estruturou um urbanismo planificado para as vilas criadas no Brasil

⁷ Os portugueses levaram de Portugal para o Brasil o gosto pela construção de Igrejas em lugares altos e muitas vezes acessíveis por longas e “penosas” escadarias, existindo vários exemplos destas construções no Brasil. Um dos exemplos mais apreciados desta tipologia de construções é o Mosteiro de São Bento, construído no rio de Janeiro, que se destaca pela paisagem cinematográfica que o envolve.

⁸ Apelidava-se assim ao Colégio dos Jesuítas, construído no século XVI, fora dos muros da cidade, numa praça que se chamaria de “Terreiro de Jesus” e que atualmente tem o nome de Praça XV de Novembro.

⁹ Em 1755 ocorreu um terramoto em Portugal que se seguiu de maremoto e destruiu grande parte da costa portuguesa, sobretudo o centro do país e, portanto, Lisboa. Sebastião José de Carvalho e Melo, mais

durante o século XVIII, após a descoberta dos principais filões de ouro naquele país (Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul). Ciente da importância da disponibilidade de água em qualquer centro urbano o Marquês de Pombal foi também o principal responsável pela ordem de construção do imponente Aqueduto Carioca (1750) que faz o transporte da água do Rio carioca para os chafarizes do Rio de Janeiro. As características de cidade europeia que a capital brasileira tem, no entanto, só chegariam alguns anos após a morte do Marquês de Pombal, e com a chegada da corte portuguesa ao Brasil. Ali instalados os altos aristocratas do grande Império luso impunha-se a criação de infraestruturas e edifícios de beleza paralela à imponência natural do lugar. Por isso D. João VI (do Brasil) mandou vir de França uma comitiva, designada por missão francesa, que haveria de transformar a cidade e dotá-la de equipamentos que ainda hoje existem como a Praça do Comércio, a escola Real de Ciências Artes e Ofícios e o Jardim Botânico, tão na moda nas cidades europeias da altura (Feitosa, 2013). O arquiteto Grandjean de Montigny, que era integrante da missão francesa, introduziu o estilo neoclássico no Rio de Janeiro através da implantação de edifícios grandiosos e promoveu a abertura da cultura brasileira à arquitetura urbanística que se desenvolvia em Portugal, e também às artes e à valorização da natureza, como se percebe pela construção do jardim botânico. Em pouco tempo esta apetência pela apreciação da beleza natural, que o Brasil granjeava em riqueza, ganhou contornos de apreciação e observação científica. A influência da cultura arquitetónica portuguesa no Brasil deixou traços marcantes na arquitetura civil, como já referimos, mas também na arquitetura militar e religiosa, tendo passado pelo maneirismo dos séculos XVI e XVII, pelo Barroco e pelo Neoclássico, sendo que só se assistiu à desvinculação da influência portuguesa nas construções brasileiras a partir da década de 20 do século passado (Feitosa, 2013).

1.2. Migrações: Brasil e Portugal, lugares de encontros e acolhimento

conhecido pela designação de Marquês de Pombal, foi o estadista responsável pela reconstrução da cidade metrópole redesenhando a baixa da cidade e ordenando que as novas ruas fossem largas o suficiente para que as casas estivessem afastadas entre si – ruas com 20 metros de largura, característica nunca antes vista – a fim de se evitar desastres futuros, como os então ocorridos, de todas as casas terem ardido na sequência do terramoto. Por vontade deste governante as novas casas, erguidas em pouco mais de um ano após o terramoto, passaram a ter saneamento.

O caminho que Portugal e o Brasil têm vindo a percorrer ao longo destes cinco séculos de encontros fomentou a construção de uma ligação inerente donde decorrem implicações sociais, políticas e económicas. A todos estes quadrantes da conjuntura sociogeográfica associa-se, naturalmente, um fluxo de mobilidade populacional e migratório que teve o seu ponto alto ao longo de todo o século XIX e também durante o século XX. São, portanto, duzentos anos de um caminho comum que tanto leva portugueses para o Brasil como traz do Brasil os seus habitantes para se instalarem e viverem em Portugal.

No contexto caracterizador das primeiras correntes migratórias entre as nações luso-brasileira o país do Novo Mundo assumiu o papel de recetor, e recebeu de braços abertos pois precisava de gente nova para ajudar à promoção do seu desenvolvimento, e o país emissor, tal como os seus parceiros fronteiriços, despediu-se de milhares de concidadãos pois vivia uma enorme crise económica e não tinha capacidade de albergar todos os seus com boas condições de provento alimentar e abrigo confortável. Nesta primeira onda migratória gigante a maior evidência que os olhos dos historiadores registaram foi a reciprocidade (Trindade & Fiori, 2009). De facto, e tal como Trindade e Fiori (2009) afirmam, o Brasil, porque como já dissemos precisava de imigrantes para se capacitar de mão-de-obra, deu preferência aos portugueses e até os protegeu com deferência do ponto de vista legislativo face aos imigrantes que chegavam de outros países da Europa. Os portugueses, por seu lado, não se escusavam de atravessar as muitas léguas atlânticas, mostrando que preferiam o Brasil como lugar de destino em detrimento de outros países cujas fronteiras eram mais próximas.

As razões que explicam este movimento preferencial parecem estar ligadas à questão da Língua, facilitadora do processo de comunicação e, conseqüentemente de integração social, e também à ideia que ambos os povos tinham de que os seus modos de viver eram semelhantes ao que seria um bónus facilitador da instalação no país de chegada e do estabelecimento de boas relações com os cidadãos acolhedores (Parra et al., 2003). Para além destes fatores conta-se ainda como elemento de extrema importância na escolha do país de destino a política favorecedora de receção aos portugueses que os sucessivos governos brasileiros foram adotando. A política migratória do Brasil, considerando a conjuntura demográfica, económica e cultural do espaço político brasileiro, traduziu-se durante décadas num claro processo de incentivo e aceitação em relação à imigração portuguesa (Scott, 2001).

Trindade e Fiori (2009) não têm dúvidas em firmar o Brasil como local de imigração preferido dos portugueses garantindo que “no quadro da mobilidade geográfica que caracteriza os portugueses ao longo dos tempos, qualquer que tenha sido a forma assumida pelos movimentos realizados por aqueles que saíram do país e a natureza das motivações que lhe estiveram subjacentes (expansão, colonização, povoamento, emigração, refúgio) na escolha de cada espaço procurado, o Brasil assume um lugar de especial importância” (p. 205).

De facto, os portugueses começaram a rumar em grande número para o Brasil logo após a descoberta da Terra de Vera Cruz, sendo que neste contexto as suas motivações eram colonizadoras. Mais tarde o Brasil, parte integrante do Reino, era lugar de eleição pelas riquezas que oferecia e pela beleza e clima que tinha para ajudar a tornar a instalação mais agradável. Depois, após a independência, o Brasil continuou a receber portugueses em grande número. Segundo Parra et al. (2003), entre 1855 e 1865, 87% dos imigrantes portugueses escolheram o Brasil como destino. Os mesmos autores afirmam que no período pós implantação da República portuguesa, entre 1911 e 1913, o fluxo migratório de Portugal para o Brasil levou às terras de Vera Cruz 92% dos lusos que deixaram a sua terra natal para trás. Esta tendência migratória ter-se-á mantido por um longo período de tempo pois, segundo os diagramas circulares que a então Direção Geral de Estatística portuguesa desenhava anualmente, entre 1880 e 1960, as imigrações de portugueses para o Brasil correspondiam a um total de 76% dos emigrantes que saíam de Portugal (Scott, 2001).

A chegada dos portugueses ao Brasil não era igual à dos demais imigrantes que ali acorriam, como os italianos, os alemães, os espanhóis ou os japoneses, que também ali acorreram em grande número. Ao contrário do que acontecia com a grande maioria dos italianos, por exemplo, os imigrantes portugueses não se instalavam nas fazendas de café, mas seguiam um caminho mais urbano e tentavam a sorte no comércio, tarefa que lhes estava facilitada à partida por causa de não existirem barreiras linguísticas. Os habitantes lusos tinham também, face aos demais imigrantes, a interessante característica de, depressa, se imiscuírem no conjunto comunitário onde estavam instalados, sendo facilmente confundidos com os brasileiros, até porque, para além das semelhanças físicas, os seus nomes e apelidos eram tantas vezes iguais aos sobrenomes dos cidadãos nascidos naquele solo.

Estes primeiros fluxos migratórios de portugueses para o Brasil tiveram um forte impacto económico e sobretudo cultural em Portugal sendo que ainda hoje, um pouco por todo o país, e com muita incidência no Minho e demais regiões do Norte do País, existem inúmeros exemplos de palacetes “brasileiros” construídos pelos naturais que conseguiram alcançar fortuna em terras brasileiras. Por causa do seu estatuto de emigrantes estes portugueses ganharam nas suas regiões de origem o epíteto de “Brasileiros de Torna Viagem” tendo, muitos deles, ajudado as suas comunidades de origem com a construção de obras de beneficência. Também no Brasil, e como forma de agradecimento pela sorte que tiveram na vida e pelo acolhimento a que foram sujeitos, muitos destes emigrantes deixaram marcas sociais através da construção de obras de beneficência e associações culturais que, inevitavelmente, tendiam a deixar marcas da cultura portuguesa no Brasil, um dos exemplos mais patentes destas ações é a célebre Casa do Minho, inaugurada no Rio de Janeiro no ano de 1935, e que visava a promoção de reuniões de portugueses ali sediados com vista a promover as tradições e a identidade típicas da sua terra natal, para além da venda de produtos típicos portugueses que aos poucos se foram introduzindo nos hábitos de consumo dos brasileiros (Braga, 2010).

Numa conferência realizada pelo Gabinete Português de leitura na cidade de Recife em 1940, o conferencista Gilberto Freyre afirmou, a propósito da miscigenação da cultura portuguesa no Brasil por via da imigração, que os portugueses eram um povo único “quanto à capacidade de se perpetuar em outros povos, na sua forma de enaltecer a miscigenação” (Freyre, citado por, Trindade & Fiori, 2009, p. 214). Segundo este conferencista “o segredo da presença portuguesa continuar tão marcante no Brasil, um país com dimensão continental, se deve ao facto de a cultura portuguesa saber conviver com as diversidades” (Idem).

Trindade e Fiori (2009), na análise que efetuam às vagas migratórias de portugueses para o Brasil, sublinham também a postura de favorecimentos à imigração lusa que os governos brasileiros foram adotando e adiantam que esta deve ser analisada sob o ponto de vista da adesão do Brasil a “um modelo de nação que favorecia as raízes lusitanas” (p. 215). O rescaldo de décadas e década de convívio mútuo deram origem a uma “brasilidade concebida no sentido lusitano” (Schwartzman, Bomeny & Costa, 1984, p. 159). Sendo que, na opinião de Schwartzman, Bomeny e Costa (1984) esta brasilidade expressa uma conceção de nação que, na sua essência, reunia ideologicamente a contribuição dos portugueses, para além das contribuições dos povos indígenas e das populações africanas.

Para culminar este ideário Schwartzman, Bomeny e Costa (1984) descreviam a ideologia brasileira como uma “era a ideologia das «três raças» - mas sob a liderança da cultura lusa” (p. 162).

No sentido contrário também se verificaram ao longo do século XX e nestas primeiras décadas do século XXI, consideráveis fluxos de migração de brasileiros para Portugal, sendo que, o ano passado (em 2019) o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras português registou um número recorde de brasileiros com autorização de residência em terras lusas. Segundo divulgação feita por este organismo oficial entre 2018 e 2019 fixaram-se em Portugal 151 mil brasileiros, número que correspondeu ao aumento de 43% de autorizações de residências dadas a cidadãos nascidos no Brasil (SEF, 2020).

Braga (2010) entendia que as motivações dos brasileiros que escolhiam Portugal como país de destino se prendiam com o facto de Portugal representar no ideário brasileiro a “velha pátria mãe” (p. 198) e apelava também aos laços histórico-coloniais como elemento justificativo desta escolha. Para além disso, e ainda segundo esta investigadora, os outros motivos que condicionavam a escolha dos brasileiros do país de receção na hora de decidir emigrar eram a Língua, a corrente de retorno da emigração portuguesa que favorecia o estabelecimento de laços de amizade e conhecimentos à chegada, a curiosidade que os brasileiros sempre tiveram relativamente a Portugal e à Europa e a familiaridade subjetiva com a cultura portuguesa. Pesavam também como elementos determinantes a diferença de salários entre os dois países, as imagens muito positivas que os meios de comunicação social brasileiros divulgavam sobre Portugal, as oportunidades económicas e de emprego que este país tinha para oferecer e o reconhecimento de igualdade de direitos no plano jurídico que a legislação portuguesa consagrava para os imigrantes legais. De notar ainda o facto de existir um número considerável de empresas brasileiras a atuar em Portugal também fomentou a vinda dos próprios trabalhadores dessas empresas para o território lusitano.

Num estudo efetuado por Rodrigues et al. (2014) junto de emigrantes brasileiros sediados em Portugal e com vista a aferir as razões que fundamentaram a escolha deste país para se instalarem, as respostas obtidas deram conta do facto de Portugal ser um país de longa história donde emanam os inúmeros monumentos, castelos e outros pontos turísticos e ainda a modernidade associada ao facto de estar inserido no continente europeu. Nesta pesquisa a amostra deu ainda conta do elemento segurança e tranquilidade como argumentos entre os que mais contaram para a escolha deste país recetor.

Segundo Casqueira Cardoso (2007), a política de migrações portuguesa é favorecedora da entrada de brasileiros, e outros imigrantes no país, sendo que a posição deste país face à temática das migrações assenta numa perspetiva voluntarista que premeia a ajuda e na política de direitos e liberdades que tem alicerces na ideia da responsabilidade social e da reciprocidade. Segundo este autor a política de migração portuguesa pode ser metaforicamente entendida como “uma ponte entre pessoas, culturas e comunidades” (p. 275).

1.3. Economia e diplomacia: a identidade comum formalizada

As relações económicas entre Portugal e o Brasil ao longo do século XX, sobretudo nas suas primeiras décadas, parecem não ter um quadro teórico fundamentado, apesar de alguns autores (Sweig, 2010; Fonseca, 2011; Cervo, 2012; Silva, 2012) reconhecerem, entre estas duas nações um inegável crescimento a vários níveis, sobretudo nas décadas que se seguiram ao arranque da globalização. Antes disso, e segundo constatou Silva (2012) as relações comerciais luso-brasileiras eram pouco perceptíveis.

Apontando-se o início da era do comércio global para a fase do pós-segunda guerra mundial, sobretudo a partir dos anos 50, parece ter existido uma movimentação de trocas comerciais e financeiras ativa mas que parecia ser suportada no aproveitamento das conjunturas recíprocas mais favoráveis e fruto de uma mera operacionalidade reflexiva (Sweig, 2010). De acordo com Sweig (2010) estas primeiras experiências económicas entre ambos os países resultavam numa relação assimétrica que colocava sempre a economia mais pequena, a portuguesa, numa posição de fragilidade e sempre sujeita à necessidade de se manter atenta à evolução do «grande» e natural parceiro, que tem pela sua frente uma agenda própria vasta e variada. Deste constrangimento parece ter resultado uma resistência de Portugal em abraçar corajosamente as oportunidades e potencialidades que a terra de Vera Cruz tinha a oferecer (Cervo, 2012), pelo que a estratégia de internacionalização para o Brasil foi, durante décadas, mal ancorada, “fruto da recusa lusitana de aceitar horizontes mais largos e preparar-se para os desafios efetivos da globalização (e mais recentemente da crise internacional) determinados pela dura competição que reina no mundo atual” (Silva, 2012, p. 1).

Cervo (2012) também parece estar em concordância com a ideia de que a timidez portuguesa terá sido o maior de todos os obstáculos ao desenvolvimento de uma relação

comercial estreita entre estes países irmãos. Na opinião deste autor as relações portuguesas com o Brasil só serão frutuosas quando elas próprias forem entendidas em ordem de importância, acima do imediatismo e das paixões. De facto, e segundo o mesmo autor, a parceria económica Portugal-Brasil é inconclusa porque é “contida por influências de identidades diferentes, distintas percepções de interesses a serem realizados e opções externas desencontradas” (Cervo, 2012, p. 11).

A economia brasileira, contrariamente ao que era esperado e ao que se assistiu em todo o mundo, aproveitou a enorme crise mundial de 2008 para se afirmar internacionalmente. A sua economia fechada e protegida, sem ter amarras extensas e diversificadas ao nível das relações comerciais com outros países, manteve o país à tona quando tantas economias, um pouco por todo o mundo, se desmoronavam como um castelo de cartas, tal como aconteceu com a economia portuguesa (Fonseca, 2011). Para o Brasil a crise que abalou o mundo no final da primeira década do século XXI não representou um abalo porque todo o setor financeiro deste país sofreu profundas e sólidas reestruturações nos anos 90 do século XX, sendo que estes alicerces viriam a garantir a alavancagem económica e a sustentabilidade que outros países, como Portugal, não tinham (Silva e Guerra, 2011).

Face às caracterizações das economias portuguesa e brasileira, ou seja, pequena e grande economia, no dizer de Silva (2012), entende-se que o ressurgimento das relações comerciais tenha ganho algum fôlego nos anos 90, pois foi nessa altura que se formalizaram as integrações de ambos os países nas economias formais, com emergência e reforço de blocos regionais como a União Europeia e o Mercosul. Nesta altura, e apesar das experiências na EU por parte de Portugal e no Mercosul por parte do Brasil, os dois países, que manifestavam timidamente intenções de estabelecer fortes relações comerciais, não se lembraram de estabelecer vínculos económicos similares aos que acordavam com os países europeus e com os países latino-americanos. Para além disso, a relação económica seria empatada pelo facto das negociações com vista ao estabelecimento de uma política de comércio livre entre União Europeia e o Mercosul não terem tido sucesso. Falhadas estas tentativas, o fluxo comercial que existia aumentou um pouco tendo como instrumento de sustentação o facto da Língua ser comum, e também o facto de se partilharem entre ambos os países partes de uma mesma história, como os mesmos reis, os mesmos gostos culturais, e os mesmos métodos de governação (Fonseca, 2011).

Existem também, tal como já constatamos em item anterior, elementos culturais comuns, mas estes, podendo ajudar ao fomento do comércio, são, normalmente um entrave. De facto, e tal como aconteceu no caso concreto da economia portuguesa-brasileira, os elementos culturais comuns foram mais um obstáculo ao sucesso das iniciativas de internacionalização e de estabelecimento de laços económicos comuns, do que os fatores de sucesso. Tal como explicou Silva (2012), as empresas que se aventuraram no projeto do comércio luso-brasileiro foram afetadas pelo “paradoxo da distância psíquica”, ou seja, foram levadas pela ilusão de estarem a pisar no mesmo terreno, a trabalhar com as mesmas regras. Esta interiorização de culturalidade, de ambas as partes, colocou inúmeros obstáculos aos agentes de internacionalização pois as regras políticas dos países não eram as mesmas e as normas de conduta jurídica também não.

Quando as tentativas de internacionalização se efetivaram o poder financeiro do Brasil não passou despercebido, tendo sido este o país que mais força deu no panorama relacional, ainda no embalo do que já havia experimentado nos anos 70 e 80 do século XX, e continuando a investir e a apostar em Portugal com mais intensidade.

Mais do que institucional, pelas claras dificuldades de se ultrapassarem as barreiras decorrentes da vontade de estabelecer o comércio livre entre a União Europeia e o Mercosul (Feres, 2011), as relações comerciais que existem atualmente entre Portugal e o Brasil são decorrentes do investimento direto, podendo, muitas vezes, os governos interferirem como elemento facilitador e através das boas relações diplomáticas. Assim, neste contexto, e do lado português, os produtos tradicionais (como o vinho, o azeite, e o bacalhau) são os que continuam no topo da lista das exportações para o Brasil. Vindo do outro lado do Atlântico para este pequeno país, sobretudo, *commodities* (Costa, Dussel & Guerra, 2011).

Outra das vertentes caracterizadoras das relações comerciais entre estes dois países foi o facto de, no início deste século, algumas grandes empresas portuguesas terem entrado no mercado brasileiro, como foi o caso do negócio de aquisição da TELESP (brasileira) por parte da Portugal Telecom, dando origem à Vivo, num esquema de repartição de ações 50%-50% (Fonseca, Silva & Menezes 2011). Bilateralmente, ocorreram em Portugal investimentos de raiz e aquisições por parte de empresas brasileiras. São exemplos destas transações o investimento da Embraer em 2008, no montante de 206 milhões de dólares na indústria aeroespacial e da Petrobrás em 2010, no montante de 530 milhões de dólares nas energias renováveis. Já o Grupo Votorantim optou por trazer capital brasileiro para a

Cimpor portuguesa, por meio de um processo de aquisição que envolveu 21% das ações da cimenteira portuguesa por 982+210 milhões de dólares. Outra aquisição de monta para a economia portuguesa foi efetuada pelo Grupo Camargo Corrêa que, também na Cimpor, passou a ser proprietário de 3% das ações por 180 milhões de dólares. Houve ainda a registrar negócios no setor bancário e de serviços como a aquisição de 6% das ações do BES pelo Banco Bradesco no valor de 132 milhões de dólares e o caso da compra de 50% das ações da MDS SGPS pela Suzano Holding no valor de 71 milhões de dólares (Costa, Dussel & Guerra, 2011; Feres, 2011; Cervo, 2012).

Nos dias que correm as relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil servem o propósito de estreitamento da identidade comum a ambas as nações e materializam-se na cooperação em fóruns multilaterais bem assim como no estabelecimento de parcerias com vista ao alcance de objetivos comuns, por exemplo, a Promoção da Reforma das Nações Unidas em que Portugal exerceu força com vista á entrada do Brasil para membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ambos os países foram os membros fundadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹⁰ sendo que, para além desta importante iniciativa de promoção da língua portuguesa no mundo, Portugal e Brasil, têm em agenda constantemente a promoção de iniciativas que visam a promoção cultural e a difusão conjunta da nossa Língua mãe (Alves, Rocha, Portela & Ibiapina, 2016). Estas iniciativas e a criação da CPLP foram o culminar de um processo antigo que, em 1985, já ganhava raízes por via da criação da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, uma instituição que visava dar destaque às cidades que, de alguma forma, se destacaram na história dos países de língua portuguesa. Também no contexto linguístico e com a intenção de uniformizar para mais facilmente reforçar do ponto de vista mundial, foram sendo realizados ao longo de todo o século XX acordos ortográficos bilaterais, sendo o mais recente e, até ao momento, estabilizador, o Acordo Ortográfico de 1990, cujo enfoque principal é, efetivamente, uma intervenção na grafia com vista a

¹⁰ CPLP: Organização intergovernamental das ex-colônias do Império Português. O processo de fundação da CPLP começou em novembro de 1989, durante a realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe). Nesta reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocuparia da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade. A ideia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – foi muito bem acolhida por um elevado número de personalidades de todos os países envolvidos.

uma maior aproximação possível nas formas escritas do português em todos os países membros do CPLP, mas com forte expressão técnica na grafia brasileira.

De forma regular, ao longo dos últimos anos, ambos os países têm realizado, bilateralmente, cúpulas e cimeiras onde se discutem acordos bilaterais e multilaterais e outros temas de interesse comum (Mendel, 2011).

As viagens dos cidadãos portugueses para o Brasil e dos brasileiros para as terras lusas são facilitadas do ponto de vista burocrático pois, um acordo assinado entre ambas as nações conferiu a todos os cidadãos destas nações o Estatuto de Igualdade, e, como tal, deixou de ser necessária a apresentação de visto (Santos, 2015).

2. Os *Media* portuguesas e as notícias sobre Brasil

As relações histórico-culturais e afetivas entre Brasil e Portugal são, tal como julgamos ter deixado bem explano nos itens anteriores, complexas e estreitas, quase no sentido familiar. Os portugueses e os brasileiros estão unidos pela ancestralidade histórica, pela cultura que resulta dessa vivência secular comum e pela Língua, elo que, de resto, jamais se perderá.

Todos estes laços podem ser percecionados através da identificação das representações simbólicas que, tantas vezes, se encontram espelhadas nos média portuguesas e se podem aferir a partir do interesse que os meios de comunicação social do país lusitano demonstram ter face aos acontecimentos que ocorrem do outro lado do atlântico.

O facto de o Brasil se ter tornando um país emergente que conquistou um espaço de liderança económica significativo e os laços comuns que tem com Portugal, faz deste país um foco de interesse na comunicação social portuguesa que ao longo dos últimos anos escreve longas linhas e ocupa muitos minutos de tempo de antena sobre eventos que o Brasil organiza, acolhe ou se torna palco (Viana, Faustino & Costa, 2017). Foi o caso dos Jogos Olímpicos de 2016, o anterior Campeonato Mundial de futebol em 2014, e as sucessivas crises políticas que culminaram no impeachment da ex-presidente da República, Dilma Rousseff, em 2016, ou na Eleição do atual presidente da República e nas suas mais variadas intervenções políticas desde janeiro de 2019, sobretudo agora, em 2020, face ao seu posicionamento em relação à Pandemia do Covid-19.

Uma aturada revisão da literatura, que levámos a cabo, deu conta de que não existem muitos estudos acerca dos *media* portugueses e as notícias que produzem sobre o Brasil, no entanto, de entre as poucas investigações existentes destaca-se a investigação histórico-descritiva, de método hipotético-dedutivo, efetuada pelo professor brasileiro Viana (2015) onde se constatou que, até ao ano da publicação deste trabalho investigativo, 22,59% das notícias publicadas pelos jornais portugueses Diário de Notícias e Público¹¹ tratavam o tema Brasil a partir da temática cultura, representando o país tropical a partir de uma imagem cultural, em que as atrações, produções, atores e produtores eram enfatizados (Viana, 2015). O mesmo autor aferiu ainda que o tema política aparecia em segundo lugar na listagem das temáticas mais tratadas pelas publicações noticiosas que analisou, com 21,91% das publicações, seguindo-se a estes os casos mediáticos da vida pessoal e profissional de personalidades brasileiras, os chamados *fait-divers*. Uma das conclusões destacadas a partir deste estudo foi a ideia de que, nos meios de comunicação social portugueses, o Brasil parece ser representado como um “país exótico, de cultura rica e abundante” (Viana, 2015, p. 90). Trata-se de uma representação “paradisíaca” que, na opinião de Viana (2015) “se mantém atual” (p.91).

2.1 O jornalismo e suas funções

Nunca, como agora, as sociedades, em todos os quatro cantos do mundo, tiveram à disposição, à distância de um clique, todas as informações a que queiram ter acesso e todas as informações que nem sonham procurar, mas que se lhe dispõem à medida que os factos ocorrem, quase em simultâneo. Esta realidade é o resultado de uma conjuntura de evoluções, tecnológicas e outras, que têm na sua centralidade o protagonista de sempre: o Jornalismo, que, na sua expressão mais simplista, pode ser concetualizado como “a troca regular e organizada de informações atuais, ou seja, para a troca de notícias” (Fidalgo, 2019).

Tendo em conta a sua importância social o Jornalismo despertou interesse de um grande número de teóricos e, conseqüentemente, veria a sua definição simplificada ser redefinida e replicada inúmeras vezes. Assim, ele também pode ser concetualizado como sendo “um veículo de informação para equipar os cidadãos com os instrumentos vitais para o

¹¹ Considerados periódicos de referência para os leitores lusófonos da Europa e África (Faustino, 2004; Fidalgo, 2000; Sousa, 2002).

exercício dos seus direitos e a voz na expressão das suas preocupações” (Traquina, 2002, p.7). Já para Marcondes Filho (2000) o jornalismo pode ser entendido à luz de duas concepções: a da comunicação e a da informação. Assim, quando interpretado em correlação com a comunicação, o Jornalismo é “uma forma de (se fazer) publicidade disfarçada” (P. 27), mas se for concetualizado enquanto informação ele é “acima de tudo, denúncia e desmascaramento de escândalos, negociatas, e imoralidades públicas” (Idem). Segundo a perspetiva deste investigador o Jornalismo, ou como lhe chama o autor, o verdadeiro Jornalismo, é “aquele investiga e denuncia, que aponta os males da sociedade, que cobra justiça” (Idem). Neste contexto concetual o ator do Jornalismo, o fazedor de notícias, o Jornalista, “é aquele que sofre da síndrome de Clark Kent, o repórter do Planeta Diário, que, em caso de perigo para a humanidade, veste a sua capa esvoaçante e se transforma em Super-Homem” (Adghirni, 2004).

O “voo” que os Jornalistas traçam é a procura pela produção, edição e difusão de notícias e a informação sobre a atualidade mas este será sempre um voo suportado num pressuposto que é, tal como sustentam Kovach e Rosenstiel (2004), o “respeito por um conjunto de padrões profissionais, princípios éticos e normas deontológicas: disciplina de verificação, rigor, objetividade, independência, abertura à prestação de contas (‘accountability’), orientação pelo interesse público (Kovach & Rosenstiel, 2004).

Sendo uma prática social, decorrente da evolução da sociedade, o Jornalismo também pode ser interpretado como a fragmentação de conhecimentos e funções da vida social (Fidalgo, 2019), sendo que, segundo esta visão concetual a palavra “fragmentação”, se reveste de singular e muito especial significado.

Dos seus múltiplos mas convergentes conceitos decorrem as suas funções e as inúmeras teorias acerca da postura que os jornalistas devem ter e de como se devem posicionar no âmbito do exercício da sua profissão. Assim, se o jornalismo é entendido como atividade de natureza técnica regulada por um código ético e deontológico que se baseia nos preceitos do interesse público e na distinção entre o público e o privado, entre outros importantes fundamentos da moral (Fidalgo, 2008), o Jornalismo tem por primeira função a neutralidade e o Jornalista tem o dever de saber selecionar o conteúdo que é interessante e útil para o público, ou seja, que é jornalístico, ou noticioso (Sparrow, 2014). Para além disso o Jornalista, profissional capaz de fazer a associação entre as duas qualidades acima referidas, tem que conseguir dar à informação selecionada uma forma atraente, mantendo-se fiel aos factos e às ideias que os outros transmitem ou a forma como as interpretam

(Sparrow, 2014). No jornalismo, que vive da máxima “ouvir todas as partes”, o ouvinte Jornalista, tem que ser um profissional capaz de admitir a pluralidade das versões para o mesmo facto, mostrar-se tolerante, e, em todo o processo de construção da notícia, ser capaz de manter os compromissos assumidos com a ética e a deontologia da sua profissão, visando assim omitir quaisquer prejuízos a pessoas, coletividade e instituições, donde decorram os factos a noticiar (Fidalgo, 2008, Sparrow, 2014; Kunelius, 2016).

Neste contexto, os conhecimentos que decorrem da notícia produzida pelo Jornalismo, não serão os mesmos que o senso comum sustenta pois, tal como afirma Anchieta (2011), o jornalismo tem “um modo e processo próprio de seleccionar, enquadrar, valorar e ordenar os acontecimentos num tempo e espaço próprios da notícia (newsmaking); muito menos se pode situar como um conhecimento com os rigores formais próprios da Ciência e da História, na medida em que busca dar comunicabilidade a sua narrativa” (p. 169).

No Jornalismo a informação é transformada em notícia. Os quês, os comos, os quando, os ondes e os quem, dos acontecimentos que importam ao interesse público, organizam-se por meio de processos jornalísticos como a priorização, a clarificação, a hierarquização, a inclusão, a adaptação e a exposição, em suma, a edição (Jarvis, 2016).

Assim, no contexto das suas funções, o Jornalismo, passa pela transliteração, já que também tem que dotar os termos técnicos e os assuntos mais complexos em conteúdos noticiosos capazes de ser compreendidos por qualquer leitor, ouvinte ou espetador, desde o mais intelectual ao cidadão com um grau académico baixo (Jarvis, 2016). É com base neste preceito da profissão que Fidalgo (2019) explica que o instrumentista do jornalista, o seu fazedor, pode ser chamado de Jornalista, mas também de mediador, porque a ele compete a tarefa de mediar o discurso de um economista, por exemplo, e de uma dona de casa, com quem o economista vai “falar”. No entorno desta função o Jornalista não deve perder a sua capacidade crítica na medida em que dela parte e depende a ligação do jornalismo à democracia e é a expressão prática da Liberdade de imprensa (Jarvis, 2016; Kunelius, 2016).

Em suma, e em concordância com Thompson (2001), pode-se resumir o Jornalismo e as suas funções à construção da visão do mundo que cada um de nós tem. O Jornalismo, na opinião deste autor, é a “mundanidade mediada” (Thompson 2001, p. 38), na medida em que “a nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e do

nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas”, que são, de resto, os produtos finais do Jornalismo.

2.1.1. Os meios de comunicação social portugueses

Em Portugal, para além dos novos meios de difusão disponibilizados pela Internet, a rede de comunicação social tradicional é ampla e abrange todas as áreas comunicacionais, desde a imprensa, que trataremos com mais pormenor em item específico, por se tratar daquela que constitui objeto da presente investigação, à rádio e à televisão. De seguida apresentamos, de uma forma geral, as componentes radiofónicas e televisivas, que constituem o cenário da comunicação social neste país.

Nas décadas de 60 e 70 do século passado, Portugal conheceu um fenómeno de disseminação radiofónica extraordinário. Naquele tempo, onde ainda se obedecia com medo e pouca capacidade de afronta aos ditames do lápis azul, começaram a aparecer um pouco por todo o país e de forma clandestina, rádios piratas que vieram contrariar o monopólio radiofónico do Estado, que então tinha na Radiodifusão Portuguesa, vulgarmente designada por Emissora Nacional, onde a voz da repressão, o som do fado e a melancolia das radionovelas, isentas de cenas capazes de abalar a moral e os bons costumes era transmitida (Santos, 2017).

As antenas clandestinas e as vozes que estas difundiam, normalmente em poucos quilómetros de alcance, vieram colocar à disposição das populações a oportunidade de aceder de forma fácil às informações, facto que se revelou de extrema importância pois, naquela altura uma larga maioria da população tão pouco podia ler dado que as taxas de analfabetismo em Portugal no período anterior à instalação da Democracia (Santos, 2005). Esta vaga de aparecimento de rádios, que pela diversidade e “concorrência entre frequências, deu origem a novas práticas discursivas no meio radiofónico, veio constituir-se como um novo e amplo palco para a apresentação e discussão de interesses, reivindicações, opiniões e simples “boatos”, para além da explanação de gostos e tendências da moda (Costa, 2004). Esta “revolução radiofónica” veio dar origem à produção de um discurso alternativo e favoreceu a aproximação dos *media* às comunidades locais. É neste contexto que tem cabimento a interpretação de Umberto Eco (1982) em relação às Rádios como sendo território propício ao Jornalismo, na medida em que favorece o confronto de argumentos sobre as questões locais. Segundo este teórico

das Teorias da Comunicação, as rádios independentes mudaram a noção de informação, na medida em que contribuíram para o debate público de questões sociais, antes pouco referenciadas nos *media*.

No início do século XXI, existiam em Portugal cerca de trezentas estações de Rádio sendo estas, definidas à luz da legislação vigente, como a “transmissão unilateral de comunicações sonoras, por meio de ondas radioelétricas ou de qualquer outra forma apropriada, destinada à receção pelo público em geral” (Lei da Rádio de 2001, art. 2.º).

A maioria das antenas difusoras de rádio são as denominadas rádios de proximidade, ou seja as rádios locais. A nível Nacional a proporção de antenas difusoras existente é muito redizida, já que existem apenas a RDP, o Grupo Renascença e o Grupo Media Capital bem como a TSF, sendo esta última a única estação de rádio que está totalmente vocacionada para a produção de conteúdos Jornalísticos. Nas demais estações as notícias são realizadas com o intuito de serem divulgadas hora a hora, cabendo o restante horário à difusão de programas culturais ou de entretenimento (Bonixe, 2015).

Tendo em conta o baixo volume de negócios que algumas rádios locais têm e a falta de capacidade de sustentação de produção jornalística própria, algumas estações, com incentivo do Governo, aliaram-se em grupos ou cooperativas jornalísticas, produzindo notícias de interesses a uma região geográfica mais alargada e partilhando, nos horários noticiosos, o mesmo serviço (Obercom, 2004). Por via deste conceito empreendedor e inovador foi possível estender o leque editorial das rádios locais, incluindo assuntos de interesse local que, de outra forma, não estariam acessíveis aos ouvintes (Azinheira, 2002; Bonixe, 2015).

Já no contexto da televisão, ela continua a ser o meio de comunicação com maior taxa de penetração e, portanto, é também o principal meio para obtenção de informação em Portugal. Os Portugueses têm acesso às notícias veiculadas pela Internet, sobretudo nas redes sociais, mas precisam da televisão para validar a veracidade dos conteúdos partilhado (Fidalgo, 2019). Por este motivo, e tal como afirma Fidalgo (2019), a televisão domina a forma como os espetadores percebem os conteúdos, mesmo em preferência à explanação que estes possam ter na Imprensa escrita.

Torres (2011) referiu que uma grande parte da população portuguesa utiliza a televisão como “única fonte de informação estando, por isso, mais sujeita a uma visão filtrada pelos canais portugueses” (Torres, 2011, p. 75).

Em Portugal são os telejornais, jornais televisivos, que lideram o consumo nos media, sendo a primeira fonte de informação e aquela que valida as informações primeiramente recebidas por outros canais de veiculação. De acordo com um estudo estatístico efetuado por Cardoso et al. (2013), em 2013 os programas televisivos de notícias e os boletins noticiosos, tiveram um valor percentual de audiência de 93%.

Em Portugal existem três empresas de televisão de canal aberto, A RTP (Rádio Televisão Portuguesa), que é do domínio Público e foi fundada a 15 de dezembro de 1995, a SIC (Sociedade Independente de Comunicação), que conta 28 anos de existência, e a TVI (televisão Independente), um ano mais nova que a SIC. Tanto a TVI quanto a SIC são de cariz privado. A todas estas televisões de canal aberto estão associados canais por cabo e em todos os grupos de canais as televisões tem um canal de notícias específico.

A RTP chamou RTP 3 ao seu canal noticioso, seguindo a lógica de numerar os canais que lhe estão agregados e considerando que, também em Canal aberto tem a RTP2. A SIC, que terá sido a primeira estação a levar para o ar um canal específico de notícias 24 horas por dia, tem a SIC notícias e a TVI, chamou ao seu canal de informação TVI24. Para além destes canais existe a CMTV, por cabo, que, apesar de não ser um canal totalmente dedicado à informação, pois também conta com programas generalistas na sua programação, Dedicar longas horas da sua grelha diária às notícias e tem conseguido ganhar a preferência do público por ser “a primeira a chegar” aos locais dos acontecimentos e adotar um posicionamento de exploração ao máximo de todos os pormenores e encadeamentos que a notícia possa ter. Como estratégia de fidelização do espetador este canal usa recorrentemente a estratégia da entrevista a tudo e a todos, levando assim a que as pessoas se sintam atraídas a assistir às suas grelhas informativas como forma de ver e ouvir-se ou ver e ouvir o amigo ou familiar que falou para a televisão (Dias, 2012).

2.2. Os jornais portugueses

O mercado da Comunicação social em Portugal é atualmente dominado por quatro grandes grupos que concorrem entre si e que são, simultaneamente, donos de Rádios,

televisões e jornais (Pereira, 2017). Estes grupos concentram os títulos nacionais que marcam a agenda da atualidade jornalística no país, sendo eles a Cofina; a Global Media, a Impresa e a Media Capital.

As inúmeras publicações impressas, de caráter local e regional que existem no país, têm, no plano comunicacional um papel muito similar ao das rádios locais. Ou seja, servem o propósito de alargar o Jornalismo e as matérias ao interesse das populações e de manter as comunidades cada vez mais bem informadas. Ao contrário do que se passa com as rádios, no entanto, não existem associações de cooperatividade entre os jornais locais para a produção conjunto de material jornalístico (Cádima, Martins & Silva, 2016).

O Grupo Cofina foi fundado em 1995 e, inicialmente, não assumiu como premissa a configuração típica de um grupo de comunicação social, sendo que só em 2005 se assumiu no âmbito do setor do media (Martins, 2014). Este grupo é o proprietário do jornal com tiragem nacional Correio da Manhã, entre várias outras publicações de jornais e revistas, e tem também a propriedade de um dos canais por cabo com maior audiência, a CMTV.

Já o grupo Global Média tem presença na imprensa escrita, na Rádio e em vários conteúdos digitais. Este grupo é proprietário do Diário de Notícias, uma publicação com bastante aceitação junto do público do Centro e Sul do país, alguns regionais de referência e um jornal desportivo de grande tiragem, O Jogo. Na rádio, o grupo limita a sua presença à estação TSF.

O Grupo Impresa é o grupo de media com maior dimensão em Portugal, sendo proprietário do jornal semanário de referência Expresso, que existe desde 1979, e é líder de mercado deste segmento. Este é também o Grupo que detém a estação televisiva SIC.

Já o Grupo Media Capital, tem maior foco de atuação nas áreas da rádio e televisão, onde se destaca o canal televisivo generalista TVI. Não gere nenhum Jornal.

Os Jornais diários mais lidos em Portugal são, o Correio da Manhã, O Diário de Notícias, O jornal Público e O Jornal de Notícias.

O Correio da manhã tem uma linha editorial que privilegia as notícias de proximidade e a criminalidade. O Jornal de Notícias, mais lido no Norte do país, tem uma linha de aproximação aos leitores que privilegia as notícias locais, é focado em sociedade e política. Fundado em 1888, no Porto, este jornal sublinha, na sua linha editorial que é independente do poder político, económico, social e religioso (JN, 2020). O editorial do

Diário de Notícias é semelhante ao jornal que referimos anteriormente, mas a sua área de local tem maior enfoque nos acontecimentos que ocorrem nas regiões Centro e Sul. O jornal Público, por sua vez, conta 30 anos de existência e é considerado um jornal de referência, fazendo parte da World Media Network, uma das maiores associações de jornais de referência do mundo (Dias, 2012). Trata-se de um diário que segue uma linha editorial inserida na tradição europeia do jornalismo. Livre de qualquer dependência ideológica, política e económica, o Público não considera hierarquias nas suas opções editoriais, mostrando-se sempre aberto ao ritmo dos acontecimentos e recusando veementemente o sensacionalismo como estratégia jornalística. Por não ter estabelecido fronteiras regionais como limite às suas publicações, o Público dá atenção a eventos e acontecimentos que ocorrem na sociedade portuguesa, europeia e no mundo (Público, 2020).

Na Internet, nos últimos anos, tem-se destacado o jornal Observador que, apesar de não ter edição em papel, granjeou reconhecimento nacional, muito por causa dos trabalhos de investigação, em relativamente pouco tempo.

3. Metodologia

Tendo como ponto de partida a ideia generalizada de que a proximidade e ligações sócio-históricas entre Portugal e o Brasil, para além dos muitos brasileiros a residir em Portugal, podem ser fatores explicativos do interesse jornalístico português pelo que se passa no outro lado do Atlântico, levamos a cabo a presente investigação que se sustenta numa metodologia qualitativa e tem por base a análise de conteúdo.

Definir o processo metodológico que embasa a presente investigação torna-se imprescindível para a sustentação do estudo do ponto de vista empírico na medida em que “os paradigmas de investigação constituem o sistema de pressupostos e valores que guiam a pesquisa, determinando as várias opções que o investigador terá de tomar no caminho que o conduzirá rumo às respostas, ao problema ou questão a investigar ou seja, ao conhecimento” (Coutinho, 2014, p. 21).

É através da metodologia que se define a estratégia da investigação. Durante um processo investigativo, este é o momento concreto em que se procede à escolha do desenho apropriado ao problema de investigação (Fortin et al., 2009) e é também por via desta escolha que se adota o caminho que conduzirá à obtenção das respostas à questão preliminar.

A metodologia assume particular importância no âmbito da investigação e este preceito assumiu ainda mais destaque quando Portugal integrou o conjunto de países que assinaram a Declaração de Bolonha e, nesse sentido, assumiu e reforçou o compromisso de dar enfoque ao desenvolvimento científico e técnico das ciências, em que se incluem as ciências da comunicação.

No âmbito da comunicação social, e mais concretamente no Jornalismo e nos demais media, as metodologias de investigação empírica obrigam à contextualização dos fenómenos de comunicação, media e jornalismo nas sociedades onde são observados, sendo que este processo se deve fazer através da apresentação de aspetos económicos, sociais, políticos e relativos aos media e aos fenómenos que se pretendem estudar (Beltrão, 2006). Foi com base nesta observância que suportamos a construção e orientação temática do estudo teórico que se apresenta na primeira parte desta investigação e que serve de suporte à compreensão dos resultados e conclusões que, mais à frente serão registadas.

A metodologia qualitativa é sustentada na descrição de dados com vista a discriminar os fatores que determinam os conceitos que possam estar associados ao fenómeno em estudo. Para a seleção da metodologia foi levado em conta o facto do método descritivo permitir “descrever situações, acontecimentos e feitos” (Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 100) o que favorece a compreensão da problemática a estudar.

De acordo com Fortin (2009) a metodologia quantitativa é o “processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseada na observação de factos objetivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador (...). A objetividade, a predição, o controlo e a generalização são características inerentes a esta abordagem” (p. 22). Assim, e tal como também reforçou Serapioni (2000), torna-se possível alcançar a generalização do conhecimento e, por este meio, dar-lhe utilidade prática, ampliando-o a um maior leque de situações.

O método determinado para a análise dos dados levantados foi a análise de conteúdo, que é um método de investigação que permite o aprofundar dos conhecimentos sobre um determinado assunto (Quivy & Campenhoudt, 2005), visando a criação de um corpus de estudo e a sua adaptação ao objeto a estudar. Por via deste meio de análise de informações e dados recolhidos é possível aferir resultados sem interferência, direta ou indireta, do investigador, o que se traduz em resultados fidedignos e correspondentes à verdade (Ibidem). A mesma metodologia também é favorecedora de uma interpretação eficiente dos dados obtidos, sendo que estes são analisados em função dos objetivos prévios do estudo, e dos pressupostos que nortearam a investigação.

Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 40). A mesma autora sustenta que a “intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção”. Foi neste sentido que se entendeu a utilidade do método para os objetivos da presente investigação, uma vez que por via desta análise é possível deduzir de maneira lógica a mensagem que os dados transportam. O método de análise de conteúdo leva em conta o respeito pela elaboração e pela utilização de modelos sistemáticos de leitura, do registo suporte de dados, e assenta no uso de regras explícitas de análise e interpretação, por meio das quais se procede à realização de inferências válidas.

Do ponto de vista prático este método consiste na medição da frequência, da ordem e da

intensidade dos dados, permitindo ao investigador estudar de forma indireta o conteúdo que os mesmos representam. Tal como justificou LoBiondo-Wood & Haber (2001) “é após a análise dos dados que o pesquisador junta as peças finais do quebra-cabeças para ter uma visão total do quadro com um olhar crítico” (LoBiondo-Wood & Haber, 2001, p. 223). Quando se aborda e empreende esta metodologia é preciso ter em conta que a mesma deve obedecer a um criterioso processo de execução de que fazem parte quatro etapas sequenciais e que são: a organização da análise; a codificação; a categorização e a inferência.

A organização da análise corresponde à fase de preparação do material e esta organização compreende a pré-análise. Já a exploração do material corresponde à aplicação das operações de codificação, decomposição ou enumeração e também à fase de tratamento dos resultados que derivam das operações anteriores para além da sua interpretação, a que corresponde a atribuição de inferências. Nesta fase, a da codificação, processa-se à transformação dos dados e à sua agregação em unidades (normalmente representadas em quadros ou tabelas) o que vai resultar na representação do conteúdo e na descrição exata das características que lhe são pertinentes.

De seguida deve ser efetuado o processo de categorização, onde, primeiramente, se classificam os elementos que compõem cada conjunto identificado por diferenciação para depois serem reagrupados em função de analogias construídas com base em critérios previamente definidos. Por fim, na quarta fase da análise do conteúdo, a inferência, são feitas deduções lógicas sobre os dados obtidos.

3.1. Objeto de estudo, pergunta de partida e objetivo de investigação

Tendo em conta que a metodologia selecionada embasa uma técnica de investigação que pode ser aplicada a vários objetos de estudo (Wimmer & Dominick, 1986) tomamos por objeto de estudo, na presente investigação, três jornais portugueses de referência (o Público, o Diário de Notícias e o Expresso) e deles analisamos a quantidade e o conteúdo de peças de opinião editoriais (na versão impressa) referentes ao Brasil, durante o período de tempo decorrido entre abril e novembro de 2018. Trata-se de um período de tempo anterior às últimas eleições presidenciais de que o Brasil foi palco e que corresponde, portanto, aos últimos meses da campanha eleitoral que se viveu naquele país.

A opção de escolha dos jornais referidos para se constituírem como objetos de estudo recai no facto de se tratar de publicações com um grande reporte histórico no meio jornalístico português e sobre os quais existe um grau de credibilidade muito positivo no país.

A fundamentação em que sustentamos a escolha de editoriais e artigos de opinião para constituírem o corpus de análise da investigação, embasa no facto dos artigos de opinião versarem quase exclusivamente, sobre assuntos socialmente relevantes e, por necessidade de fundamentação, serem compostos por recursos factuais, como dados estatísticos, dados históricos e/ou científicos e outros em que o autor se possa suportar para defender a sua argumentação. Também são, normalmente, centrados em temas de atualidade, que sejam capazes de despertar a atenção dos leitores (Beltrão, 2006).

Segundo Beltrão (2006), numa aferição também suportada por Marques de Melo (2010) e Assis (2010), os conteúdos jornalísticos de opinião, em que se enquadram também as peças denominadas de editoriais e que se distinguem dos primeiros apenas pelo facto de serem opiniões assinadas pela direção do jornal, têm por principal função a supressão de uma “necessidade social” (Beltrão, 2010, p. 14) que refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar. Trata-se de peças jornalísticas onde pode ser encontrado o respaldo das ações quotidianas dos leitores, pelos próprios leitores, e contribuem para o bom exercício da cidadania.

Os artigos de opinião, que se enquadram no género jornalístico opinativo, são, de uma forma muito simples, definidos como textos assinados nos quais são expostos pontos de vista acerca de algum assunto ou tema (Beltrão, 2010). No entanto, eles só podem ser assim considerados, e, simultaneamente distinguidos de textos escritos por qualquer cidadão, quando são assinados por alguém que tenha dado provas de ter alguma capacidade ou conhecimentos sobre o tema analisado e, será nesse contexto, que o autor da peça de opinião poderá julgar um determinado tema a partir do seu reportório de conhecimentos ou crenças balizadas. O artigo de opinião tende a ser muito direto em termos de conclusões, em oposição, por exemplo, aos comentários (também inseridos no género jornalístico opinativo)

A escolha das peças que constituem os dados analisados obedece ao critério: versar sobre a temática Brasil.

A metodologia escolhida tem por finalidade, e fio condutor, dar resposta à pergunta de investigação formulada e que se apresenta assim:

“A ligação histórica entre Portugal e o Brasil e o número de brasileiros a residir em Portugal têm influência na escolha das matérias a publicar nos periódicos portugueses?”

Partindo da questão de investigação referida foi formulado o objetivo de investigação que se traduz no enunciado da questão e se define da seguinte forma: “o aumento de brasileiros em Portugal nos últimos anos e a ligação histórica entre os dois países desencadeou o interesse da imprensa portuguesa nos assuntos relacionados à antiga colónia portuguesa”.

Para dar conta do objetivo principal do presente estudo, e tendo em conta a metodologia de análise de conteúdo, serão tidas em conta no procedimento de análise algumas variáveis, tais como: a data de publicação das matérias referentes ao Brasil; a secção do jornal onde os artigos de opinião e os editoriais são publicados; a quantidade de fotos que acompanham as matérias jornalísticas; os temas dos artigos e os assuntos abordados. Acresce a estas variáveis o número de página onde a matéria foi publicada.

Por meio destas variáveis procuramos aferir:

- i) a quantidade de artigos de opinião/editorial publicados no período de observação selecionado;
- ii) o destaque dado pela publicação ao artigo/editorial;
- iii) o tema jornalístico dominante;
- iv) as diferenças e semelhanças nas abordagens à temática Brasil dentre os três Jornais portugueses analisados.

3.2. Caracterização do estudo e *corpus* de análise

O presente estudo tem um cariz descritivo e exploratório uma vez que se sustenta na descrição de dados e visa estabelecer uma relação entre a ideia empírica que sustentou a construção da pergunta de investigação e os dados obtidos. A escolha da tipologia de estudo referida teve em conta o facto de o método descritivo permitir “descrever situações, acontecimentos e feitos” (Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 100)

favorecendo a interpretação e compreensão do fenómeno em estudo isto é, dizer como é que se manifesta determinado fenómeno.

Tal como referido no item anterior o corpus de análise da presente investigação, que então apresentamos como sendo o objeto de estudo, serão três dos principais jornais da imprensa portuguesa: o Expresso; o Público e o Diário de Notícias. Trata-se de publicações de tiragem nacional sendo o Expresso um Jornal Semanal com tiragem superior a 70 mil exemplares, o Público um Jornal Diário com tiragem de 28 mil exemplares e o Diário de Notícias, também diário, com tiragem média de 16 mil exemplares.

Partindo deste *corpus* de análise, ou objeto de estudo, efetuamos um levantamento de todas as peças de opinião e editoriais que tiveram, ao longo da linha cronológica de análise selecionada, como tema o Brasil, e, a partir deste levantamento efetuamos uma grelha de análise ao material recolhido, onde as variáveis selecionadas foram consideradas e registadas.

3.3. A situação política no Brasil no período cronológico da investigação

A presente investigação abarca o período cronológico decorrido entre abril e novembro de 2018, altura, em que como acima se referiu, decorriam os últimos meses de campanha eleitoral para as eleições presidenciais do Brasil. Tratou-se de um período algo controverso, complexo e fortemente polarizado, na vida política do Brasil, um país desde há muito considerado potência regional do continente sul – americano.

De facto, no dealbar de abril de 2018 o Brasil vivia o rescaldo de uma sucessão, quase inédita, de acontecimentos e incidentes políticos que vinham acontecendo desde os quatro anos anteriores e que pareciam ter como denominador comum a corrupção e os casos jurídicos e políticos que dela advinham, como foi o caso da mega-operação Lava-Jato, que envolveu figuras de destaque do partido do Governo na altura, o Partido dos Trabalhadores (PT), e que estava no poder desde 2001, mas também nomes sonantes da oposição. Acresceu a este caso, muito propalado também a nível internacional, a polémica destituição/impeachment da Presidente da República, Dilma Rousseff, votada no Senado em Agosto de 2016 e que veio interromper o segundo mandato da Presidente que então viria a ser substituída no cargo pelo seu vice-presidente Michel Temer. Depois destes

casos, controversos e muito mediatizados, o país voltava atenção para outro acontecimento inédito que viria a culminar na prisão efetiva, em abril de 2018, do ex-Presidente da República e líder histórico do Partido dos Trabalhadores, Lula da Silva, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro num processo que teve como foco principal o triplex Guarujá. Apesar da sua condenação e prisão, Lula da Silva continuaria a ser durante longos meses o putativo candidato do PT às presidenciais que se aproximavam e a situação de ambiguidade face ao nome do candidato indicado e apoiado por este partido político, só viria a ser clarificada cerca de um mês antes das eleições, marcadas para Outubro, a 12 de setembro de 2018, quando Fernando Haddad, foi oficializado como candidato do partido.

Dada esta conjuntura a campanha eleitoral arranhou num clima de total indefinição, até porque o PT adotou uma estratégia que passou por levar ao limite todos os recursos judiciais a que podia recorrer com vista á libertação de Lula da Silva e a sua indicação às presidenciais. No entanto, e logo nos primeiros dias de setembro, no dia 6, desse ano quente, o candidato perfilado pelo partido de extrema-direita, Partido Social Liberal (PSL), Jair Messias Bolsonaro, sofreu um atentado, sob a forma de facada no abdómen, durante um comício, numa altura em que era carregado em ombros no meio da multidão, e este incidente veio abrir um novo episódio numa campanha já controversa servindo como mote para encrespar ainda mais o ambiente político que o Brasil já vivia.

Na mesma altura a comunicação social brasileira e internacional toma a real perceção que o fenómeno das redes sociais, e sobretudo o whatsapp, tem tido ao longo dos últimos meses no debate público, sendo que se regista que a forte competição política está intrincada de notícias falsas (fake news) divulgadas por esses novos meios de comunicação. É através destas redes de comunicação que a candidatura de Jair Bolsonaro dá uma nova vertente às regras do jogo democrático e, por via do sucesso que a sua candidatura vai registando junto da população, o candidato do Partido Social Liberal adota a inovadora e escusa estratégia de não aceitar convites para debates televisivos com outros candidatos, intensificando esta estratégia logo após ter sofrido o atentado. As eleições gerais, cuja campanha ficou marcada por este clima, tinham por objetivo a eleição do Presidente da República, mas também a escolha dos governadores e vice governadores para cada um dos 13 Estados brasileiros, dos deputados federais e estaduais e do vice-presidente da república.

Nesta primeira volta eleitoral propuseram-se a sufrágio, ocorrido a 7 de outubro, 13 candidatos, o maior número de candidatos desde 1989, mas nenhum deles obteve uma votação percentual superior a 50% e, por isso, os dois candidatos mais votados tiveram que disputar entre si uma segunda volta eleitoral. Foram eles, Jair Bolsonaro, que reuniu um total de 46% dos votos na primeira volta, e Fernando Haddad que, logo a seguir, apenas somou 29% da votação.

No rescaldo deste ato eleitoral a surpresa tomou conta do Brasil e, com ela a certeza de que o País tinha sido alvo de uma profunda renovação político-partidária. No senado, dentre os 54 lugares existentes, apenas 8 se mantiveram “entregues” a candidatos reeleitos e o partido de Bolsonaro passou a ter 52 deputados, em oposição a apenas um que tinha desde as eleições de 2014. Desta forma, o PSL passou a ser segunda maior bancada da Câmara dos Deputados.

Toda esta enorme mudança chamou a atenção para os meios de comunicação social internacional que, desde esse dia e até ao ato eleitoral da segunda volta, voltou a tenção para o Brasil, tentando perceber as razões da ascensão de Bolsonaro. Dentre os meios de comunicação social que deram destaque a este momento da vida política brasileira destacaram-se títulos como o New York Times, o The Guardian, o El País, e o Le Monde, entre outros. No dia 28 de outubro de 2018 os brasileiros voltaram às urnas, desta vez só para escolher entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, e deram a vitória ao primeiro contra um total de 55,15% dos votos contra os 44, 87% angariados pelo candidato do Partido Trabalhador.

4. Apresentação e Discussão dos resultados

Com vista a sistematizar os dados recolhidos por via da análise às três publicações de referência que constituem o corpus de estudo da presente investigação, elaboramos uma tabela representativa dos resultados obtidos, que apresentamos a seguir.

Tabela 1: Sistematização dos resultados obtidos

Jornal	Data	Nr. página	Secção	Fotos/ quantidade	Tema do artigo
Expresso	14/4/2018	33	Primeiro Caderno	1/rosto autor	Lulismo
Expresso	7/4/2018	34	Editorial & Opinião	Não	Mau estado político do Brasil
Expresso	5/10/2018	32	Editorial	1/rosto autor	Mau ambiente político do Brasil
Expresso	13/10/2018	39	Primeiro caderno	1/Foto montagem com caricatura de Bolsonaro	Monstro/Fascismo
Expresso	20/10/2018	38	Primeiro caderno	4/fotomontagem dividida em 4 imagens do rosto do autor	Bolsonaro/Fascista
Expresso	27/10/2018	2/3	Primeiro caderno	2/Foto autor e cartoon Bolsonaro/ Trump	Campanha eleitoral no Brasil
Expresso	27/10/2018	8	Primeiro Caderno	1/ mãe e filho brasileiros	Polarização e ambiente de medo no Brasil
Expresso	27/10/2018	8	Primeiro caderno	Não	Relação Portugal Brasil após as eleições
Expresso	27/10/2018	9	Primeiro caderno	1/rosto autor	Prognóstico do futuro do Brasil pós eleições
Público	6/4/2018	46	Editorial	1/rosto autor	Prisão de Lula da Silva
Público	7/4/2018	Última página	O respeitinho não é bonito	2/rosto autor/Lula da Silva	Relação dos Brasileiros com a corrupção
Público	8/4/2018	28	Editorial	1/Rosto autor	Lula/Bolsonaro
Público	10/4/2018	Última página	O respeitinho não é bonito	3/autor/ Lula da Silva/Bruno de Carvalho	Corrupção
Público	14/4/2018	Última página	O respeitinho não é bonito	1/ autor e Armando vara	Comparação entre a justiça portuguesa e a brasileira
Público	3/9/2018	Última página	O respeitinho não é bonito	2/Autor/Aécio Neves	Futuro do Brasil
Público	5/9/2018	Última página	O respeitinho não é bonito	2/autor/foto de um incêndio num	Perda (incêndio) do Museu Nacional do Rio de Janeiro

				templo semelhante a templo romano	
Público	28/9/2018	50	Editorial	1/rosto autor	A provável eleição de Bolsonaro
Público	2/10/2018	42	Editorial	1/rosto autor	Uma semana para as eleições
Público	6/10/2018	Última Página	O respeitinho não é bonito	2/autor e Bolsonaro em multidão a desembainhar uma espada	Bolsonaro: fascista
Público	7/10/2018	Última página	A esquina do Mundo	2/autor/Bolsonaro	Comparação entre situações portuguesa e brasileira
Público	10/10/2018	Última página	Consoante muda	2/ autor/foto de brasileiros com bandeiras e vestidos de verde e amarelo	Eleições no Brasil
Público	11/10/2018	44	Editorial	1/ Bolsonaro a levantar a sua própria mini estátua com faixa de presidente	Desagrado com propostas políticas de Bolsonaro
Público	14/10/2018	30	Editorial	2/autor/Bolsonaro	Erros políticos e o aparecimento de Bolsonaro
Público	14/10/2018	31	Editorial	4/ fotos dos autores(3)/bandeira do brasil baleada	Perigo para a democracia brasileira
Público	18/10/2018	44	Editorial	1/campanha Fernando Haddad	Clima político Brasil/segunda volta eleitoral
Público	19/10/2018	48	Editorial	2/autor/foto campanha caravana eleitoral	Eleições Brasil
Público	20/10/2018	55	Editorial	2/autor/Fernando Haddad	Eleições brasileiras/esquerda vai perder
Público	21/10/2018	28	Editorial	1/autora	Eleições Brasil/Bolsonaro
Público	23/10/2018	47	Editorial	2/autora/Bolsonaro	Bolsonaro e consequências da eleição para o Brasil
Público	23/10/2018	42	Editorial	1/autor	Bolsonaro comparação com forças de segurança portuguesas
Público	25/10/2018	52	Editorial	3/autor/Bolsonaro/Fernando Haddad	Comparação Bolsonaro Fernando Haddad

Público	25/10/2018	Última página	O respeitinho não é bonito	2/autor/Bolsonaro em campanha	O fascismo ganha força por causa da incompetência da esquerda
Público	27/10/2018	Última página	O respeitinho não é bonito	2/autor/Bolsonaro em campanha	Bolsonaro/democracia
Público	27/10/2018	60	Editorial	2/autor/Bolsonaro	Eleições e prejuízo para o Brasil da vitória de Bolsonaro
Público	28/10/2018	28	Editorial	1/autor	Política/mentira
Público	28/10/2018	Última página	A esquina do mundo	2/autor/apoiantes Bolsonaro	Eleições/ a tragédia do Brasil
Público	29/10/2018	42	Editorial	1/autor	Eleições/resultado e consequências
Público	29/10/2018	Última página	Consoante Muda	1/autor	Pós eleições/o futuro
Público	30/10/2018	Última página	O respeitinho não é bonito	2/autor/Bolsonaro a festejar vitória	Vitória de Bolsonaro
Público	1/11/2018	47	Editorial	2//autor/festejos vitória eleições	Início da era Bolsonaro
Público	2/11/2018	38	Editorial	1/autor	Sérgio Moro/fragilidade do regime brasileiro
Público	8/11/2018	44	Editorial	2/autor/Bolsonaro	Direita Portuguesa e convivência para com Bolsonaro
Público	11/11/2018	Última página	A esquina do mundo	2/autor/Bolsonaro	Bolsonaro/justificação para a sua aceitação
Público	13/11/2018	44	Editorial	2/autor/Bolsonaro	Bolsonaro/convivência da esquerda lusa
Público	16/11/2018	50	Editorial	2/autor/Bolsonaro	Bolsonaro/ataque universidades
Diário de Notícias	3/4/2018	35	Opinião	1/autor	Missões de observadores em eleições na América latina
Diário de Notícias	4/4/2018	Última página	Cartas do Brasil	1/autor	Situação política e judicial no Brasil
Diário de Notícias	10/4/2018	38	Opinião	1/autor	Lula da Silva e o reforço da Direita
Diário de Notícias	11/4/2018	Última página	Cartas do Brasil	1/Lula da Silva	Processo lava-jato/Lula da Silva
Diário de Notícias	11/4/2018	37	Opinião	1/autor	O Brasil e a Europa
Diário de Notícias	18/11/2018	Última página	Cartas do Brasil	1/Angélico Bernardino: Bispo emérito de Blumenau	Apoio do Clero a Lula da Silva
Diário de Notícias	25/4/2018	Última página	Cartas do Brasil	1/Sérgio Moro e um brasileiro	Sérgio Moro/Situação de Lula da Silva

				levantando uma bandeira do Brasil	
Diário de Notícias	2/5/2018	Última página	Cartas do Brasil	Não	Previsão da vitória nas futuras eleições
Diário de Notícias	3/5/2018	Última página	Cartas do brasil	Não	Corrupção no Brasil
Diário de Notícias	9/5/2018	Última página	Cartas do brasil	1/Michel Temer	Eleições Brasileiras/ situação jurídica de Michel Temer
Diário de Notícias	23/5/2018	Última página	Cartas do brasil	2/ Benjamim Steinbruch/ Ciro Gomes	As biografias de Benjamim Steinbruch e Ciro Gomes
Diário de Notícias	30/5/2018	Última página	Cartas do brasil	1/ jovem brasileiro em trabalho de construção civil	Pobreza e adoração pelo futebol
Diário de Notícias	6/6/2018	Última página	Cartas do brasil	Não	Governo de Temer
Diário de Notícias	20/6/2018	Última página	Cartas do brasil	1/Lula da Silva	Lula da Silva foi comentador de futebol
Diário de Notícias	7/10/2018	Última página	S/ nome de secção	Não	Bolsonaro, o pior dos candidatos
Diário de Notícias	14/10/2018	2	S/ nome de secção	3/ Bolsonaro/ foto de uma suástica feita numa agressão/foto de uma mulher com autocolante “elenão”	Violência política no Brasil
Diário de Notícias	21/10/2018	37	Crónica	Não	Ambiente de tensão e ódio no Brasil
Diário de Notícias	21/10/2018	Última página	S/ nome de secção	Não	Certeza/tristeza da eleição de Bolsonaro
Diário de Notícias	28/10/2018	6	Atualidade	1/manifestação , popular com cartaz “Lula nunca mais”.	Futuro do Brasil
Diário de Notícias	28/10/2018	6/7	Atualidade	1/ Chico Buarque com cartaz de homenagem a vereadora assassinada	Certeza da vitória de Bolsonaro
Diário de Notícias	28/10/2018	8	Crónica	Não	Análise aos dois candidatos eleições no Brasil
Diário de Notícias	28/10/2018	Última página	S/ nome de secção	3/ Bolsonaro (todas	Bolsonaro e Haddad

				semelhantes entre si)	
--	--	--	--	--------------------------	--

Os dados apresentados na Tabela 1 têm uma expressão numérica significativa que se traduz em 67 artigos de opinião e editoriais, estes últimos com menor expressão, publicados entre abril e novembro de 2018, sobre o Brasil. Deste conjunto de peças identificadas 9 correspondem a artigos de opinião publicados pelo periódico Expresso, 36 artigos de opinião e editoriais foram publicados pelo jornal Público e 22 artigos fizeram páginas de opinião no Diário de Notícias. Dos três periódicos analisados, apenas o Público e o Expresso dedicaram alguns editoriais ao tema Brasil, sendo todos eles referentes à temática das eleições brasileiras e todos também versaram sobre a possibilidade da eleição do candidato Jair Bolsonaro e as consequências que, eventualmente, recaíram sobre o Brasil com este resultado após o sufrágio popular. No âmbito dos editoriais contam-se três publicados pelo Expresso e cinco pelo Público.

A partir da observação dos resultados evidenciados na Tabela 1, podemos aferir que tanto o Público quanto o Diário de Notícias dedicaram uma significativa quantidade de últimas páginas ao Brasil e ao contexto político que então se vivia naquele país. Ambos os periódicos guardaram 14 últimas páginas pra este tema sendo que, apesar da igualdade numérica, o destaque de última página parece ter mais evidência na publicação diário de Notícias pois tem um total de artigos de opinião menor que o Público. Apesar de alguns dados observados não constarem da Tabela representativa a que nos reportamos, não só porque são elementos que não emanavam das variáveis em observação mas também por questões de limitação de espaço, importa registar que o Público e o Diário de Notícias publicaram com relativa frequência artigos de opinião, assinados pelos mesmos cronistas, facto que poderá suscitar a ideia de que o tema Bolsonaro e eleições no Brasil suscitou o interesse da opinião pública portuguesa de forma bastante expressiva, pelo que alguns cronistas se viriam a tornar observadores atentos e houve até um cronista do Público, que se deslocou ao Brasil e escreveu as suas crónicas a partir deste país. De resto, este jornal foi o único que assumiu, de forma expressa, uma posição favorável ao candidato Fernando Haddad, que viria a disputar a segunda volta das eleições com Jair Bolsonaro. Nos demais artigos as opiniões tinham, quase todas, como alvo preferencial Jair Bolsonaro e o regime político que este professava, bem como as eventuais razões que estariam na origem da emergência da extrema-direita naquele país.

Houve ainda, em todos os periódicos analisados, alguns, poucos artigos, que faziam a apologia da comparação entre o que se passava naquela altura no Brasil e o que acontecia em Portugal, nomeadamente no âmbito da corrupção.

A partir da análise aos dados reportados na Tabela 1, destaca-se o facto de todos os periódicos, em determinados momentos, publicarem mais do que um artigo acerca do Brasil, e das suas eleições, na mesma página. Este facto denota-se com mais evidência no mês de outubro, altura em que o ato eleitoral, sobretudo da segunda volta, está prestes a acontecer. Neste contexto verificamos que no dia 27 de outubro, véspera da realização da segunda volta da eleição e quando tudo já fazia prever a vitória de Bolsonaro, o Expresso, que, recorde-se, é um semanário, dá espaço a quatro artigos de opinião sobre o tema. Já no diário Público a repetição de artigos de opinião/editoriais sobre o Brasil ocorre no dia 14 de outubro, com dois artigos; no dia 23 do mesmo mês, também com dois artigos, no dia 25, com dois artigos e nos dias 28 e 29, onde, de novo, se voltam a poder ler dois artigos sobre o Brasil.

De notar que a segunda volta eleitoral brasileira aconteceu a 28 de outubro. É, de resto, no dia 28, o dia da eleição de Bolsonaro, que o Diário de Notícias amanhece com artigos sobre este tema em quatro das suas páginas, sendo que já antes, a 11 e 21 de outubro, tinham aberto espaço a que dois cronistas diferentes escrevessem sobre a mesma temática e, quase sempre na mesma perspetiva, como já atrás se referiu.

A grande maioria das peças publicadas não vem acompanhadas por foto, exceto a foto do próprio cronista, facto que se adequa ao estilo editorial na medida em que os artigos analisados se enquadram nas secções de opinião. Quando existem fotos a acompanhar o texto de opinião elas são, maioritariamente, do candidato Jair Bolsonaro, encontrando-se este, quase sempre, em situações que apelam ao seu posicionamento político de extrema-direita. Há também algumas caricaturas e fotomontagens deste candidato, sendo que todas elas se encaixam no claro objetivo de reforço da ideia de que aquele candidato à presidência do Brasil defende ideais fascistas tão contraditórios ao modo de ser e pensar da maioria da população portuguesa.

No conjunto dos 67 artigos identificados nas três publicações que constituíram a amostra do presente estudo apenas se registaram dois artigos de opinião com temática acerca das relações entre Portugal e o Brasil no pós-eleição de Jair Bolsonaro. Trata-se de artigos publicados no mesmo dia, 27 de outubro de 2018, e no mesmo jornal, o Expresso. Ambos

são editados no dia da véspera da segunda volta das eleições presidenciais quando já não restam dúvidas para os analistas quanto à vitória de Bolsonaro. Assim, nesta edição semanal do Expresso, Miguel dos Santos Carrapatoso, num artigo com destaque na secção “Primeiro Caderno”, remetente para a atualidade, e que ocupa a primeira metade da página 8, assina a peça de opinião “Portugal e o Brasil condenados ao entendimento” e, na mesma página, também com espaço de metade, o cronista Miguel Sousa Tavares versa sobre o futuro de dificuldades de entendimento entre Portugal e o Brasil governado por um presidente como Jair Bolsonaro, desabafando, logo no título da peça que “Esse Brasil não”.

A partir dos dados observados é ainda possível identificar artigos que aproveitam o desenrolar dos acontecimentos judiciais e políticos do Brasil para empreender comparações com o ambiente que se vive em Portugal. Todos estes artigos tomam o Brasil como “mau” exemplo, apontando o caminho da corrupção, também identificado em Portugal, para a chegada da extrema-direita e do ódio e terror político que a ela parece estar associado. Estes artigos comparativos entre os dois países tendem a ser mais frequentes nos primeiros meses da linha cronológica da presente investigação, altura em que, no Brasil ainda se vive com alguma expressão e expectativa, a situação do julgamento e detenção de Lula da Silva, em que o Juíz Sérgio Moro se destaca pela sua intervenção pública e em que Michel Temer, então Presidente da República, é visto como o sucessor da destituída Dilma Rousseff. De notar também que, por via da análise aos temas registados, a grande maioria dos artigos tende a tomar como foco o candidato Jair Bolsonaro. Mesmo após decorrido o primeiro ato eleitoral, e já durante as eleições para a segunda volta, disputada entre Bolsonaro e Fernando Haddad o primeiro candidato continua a ser o tema preferencial dos cronistas, facto que pode ser explicado pela veemência em sublinhar os perigos da eleição de um candidato de extrema-direita e que vai ao encontro à opinião de Lopes e Barros (2020) expressa no artigo Bolsonaro e Haddad nos perfis jornalísticos do Expresso e do Público.

Todos os artigos de opinião que se enquadram nesta perspetiva ocuparam páginas do jornal Público sendo que o primeiro foi publicado a 4 de abril e assinado pelo cronista João Miguel Tavares, sob o título, depreciativo, “A justiça portuguesa é melhor que a brasileira”. Nesta peça de opinião, e em comparação com os acontecimentos do processo brasileiro lava-jato, o autor remete para um caso que decorre em Portugal e que versa

sobre o processo judicial que envolve o ex-ministro português do desporto e juventude, Armando Vara, acusado e condenado por corrupção e peculato.

No mesmo jornal, alguns meses mais tarde, a 7 de outubro, o cronista Vicente Jorge Silva, debruçado sobre a temática da corrupção política e das consequências que daí advieram para o Brasil, faz a comparação com o que se passa em Portugal sob a égide do título “Como o Brasil tem a ver connosco”. Ainda neste contexto, a 23 de outubro, Amílcar Correia escreve, em forma metafórica e comparativa, sobre as forças de segurança portuguesas e a atuação das mesmas em função do regime político vigente e chama ao seu artigo “A PSP, a GNR e Bolsonaro”. Neste conjunto de artigos destaca-se ainda a crónica de Paulo Rangel, com o título “O Brasil, a convivência da esquerda lusa e o postulado de Assis-vice”.

Num contexto de 67 artigos, e com exceção dos agora mencionados, todos os demais são opiniões sobre os factos que ocorriam no Brasil o que nos leva a aferir que a imprensa portuguesa, em particular os jornais que constituem a amostra da presente investigação, deram uma atenção particular ao momento que se vivia no país irmão, valorizando a proximidade cultural e linguística e as ligações sócio históricas entre ambos os países.

Estes resultados parecem ir ao encontro da opinião de Viana, Faustino e Costa (2017) que veicularam a ideia de que o Brasil é um foco de interesse para a comunicação social portuguesa. Da mesma forma também se encontra um paralelo entre os resultados obtidos na presente investigação e aqueles que foram divulgados por Viana (2015), no entanto, e levando em conta as conclusões ao estudo efetuado por este investigador, que colocavam o tema política brasileira em segundo lugar na escala de preferência de temas sobre o Brasil a tratar pela comunicação social portuguesa, somos a sublinhar que durante o período por nós analisado o tema política terá ocupado o primeiro lugar desta escala, na medida em que, no âmbito dos artigos de opinião e nos editoriais, apenas se registou um artigo não direcionado para a política, sendo este sobre a situação do incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, assinado por Rui Tavares e com o título “O gigante a quem ardeu o passado”.

Ainda tendo como referência o estudo de Viana (2015) e a afirmação deste autor de que o Brasil parece ser representado como um “país exótico, de cultura rica e abundante” (p. 90), bem como o facto do autor em causa ter sublinhado que esta representação “paradisíaca se mantém atual” (Viana, 2015, p. 91), e em contraposição com os resultados

obtidos e representados na Tabela 1, somos levados a afirmar que o último ato eleitoral para as presidenciais no Brasil vieram alterar este cenário na medida em que os temas que então foram abordados deixaram do Brasil uma imagem de um país à beira do fascismo, dominado pelo ódio político e pelas consequências nefastas de processos judiciais sobre a corrupção que retiram aquele país o adjetivo comparativo a paraíso.

A partir dos resultados obtidos, e de forma muito clara, é possível dar resposta ao primeiro objetivo específico traçado aquando da realização do desenho metodológico da presente investigação. Assim, e durante a linha cronológica de investigação, que correu entre abril e novembro de 2018 foram publicados 67 artigos de opinião/editorial nos jornais Expresso, Público e Diário de Notícias.

No que concerne ao segundo objetivo específico, que remetia para a aferição do destaque dado pela publicação ao artigo/editorial, verificamos por meio dos dados referentes às variáveis “número de página” e “secção” que o destaque foi significativo sendo que um alargado número de artigos, 28, tiveram acolhimento de última página (a segunda mais lida, logo a seguir à capa) e 11 artigos de opinião foram chamados a destaque de Primeiro Caderno (Expresso) ou páginas de atualidade (Público e Diário de Notícias), ou seja, as primeiras páginas internas dos jornais a serem lidas e onde, normalmente, se dá preferência à colocação de notícias. 12 artigos foram publicados em página ímpar.

O tema jornalístico dominante, que visamos aferir a partir do terceiro objetivo específico, tal como já podemos observar, foram as eleições presidenciais do Brasil sendo que deste tema principal emanou e destacou-se o subtema: Jair Bolsonaro.

Por último, e no que concerne ao objetivo que visava destacar as diferenças e semelhanças nas abordagens à temática Brasil dentre os três Jornais portugueses analisados, apurou-se a inexistência de diferenças. Todos os periódicos publicaram artigos de opinião sob a mesma abordagem política e todos os artigos apontavam para uma visão negacionista das vantagens de uma eventual liderança de Jair Bolsonaro no Brasil.

Conclusão

Ao longo do período cronológico determinado para recolha de dados que permitissem aferir acerca da atenção que os meios de comunicação social portugueses, representados numa amostra de três periódicos de tiragem e histórico significativo, deram ao Brasil foi possível registar um elevado número de publicações de artigos de opinião e editoriais referentes ao momento político que se vivia no país irmão. Perante a observação dos dados obtidos por meio da investigação efetuada ficou patente a importância que o que se passa no Brasil tem para a comunicação social e opinião pública portuguesa na medida em que não só se registou a publicação de muitos artigos de opinião, mas também pelo destaque que inúmeros destes artigos tiveram nas próprias publicações sendo que, muitos deles, foram publicados em última página.

Sendo certa a inédita ocorrência daquele país de probabilidade de vitória às eleições presidenciais de um candidato conotado com a extrema direita, e a possível relação que este movimento político tem com a opinião pública europeia, não deixa de ser relevante o facto de alguns jornais portugueses terem, inclusive, suportado publicações de cronistas que se deslocaram ao Brasil para sentirem de perto o pulsar da situação, como foi o caso de Miguel Sousa Tavares (Expresso), que, nos seus artigos, numa primeira fase, fazia questão de escrever que estava naquele país para assim melhor puder certificar-se do que se passava e melhor puder tomar as posições e opiniões veiculadas nas suas crónicas.

Não obstante o impacto que a eventual, e mais tarde ocorrida, eleição de Jair Bolsonaro traria para o estado de relação diplomática, histórica e cultural, entre Portugal e o Brasil, seria esta transformação política daquele país, razão suficiente para suportar o tamanho de concentração de atenção dos jornais portugueses naquele assunto? Ou outra explicação pode ser encontrada para justificar os 67 artigos de opinião que os jornais Expresso, Público e Diário de Notícias publicaram sobre o assunto? Por meio destas metafóricas, e só assim adjectivadas, questões visamos chegar à mais sublinhada conclusão do presente estudo e que se prende também com a resposta à nossa questão de investigação e que tem a ver com o facto de residirem em Portugal um elevado número de brasileiros para quem os jornais também viram atenção, no sentido de serem, tal como os portugueses, leitores e público a ter em conta.

Assim, e perante a questão “a ligação histórica entre Portugal e o Brasil e o número de brasileiros a residir em Portugal têm influência na escolha das matérias a publicar nos periódicos portugueses?” somos levados a concluir afirmativamente na medida em que, por meio de ambas as variáveis: “ligação histórica” e “brasileiros a residir do Brasil” se encontra a resposta à indagação que se fez fio condutor do presente estudo.

O interesse da imprensa portuguesa nos assuntos relacionados com o Brasil é evidente e está relacionado com as ligações que estes países têm, mas também com o facto de existirem em Portugal muitos brasileiros.

No âmbito das conclusões derivadas do presente estudo importa ainda, mesmo que de forma indireta, dar conta do preferencial temático que sobressaiu do levantamento de dados, sendo que, como vimos aquando da discussão de resultados, o principal foco de interesse dos cronistas portugueses era Jair Bolsonaro. Nenhum artigo teve como foco principal o partido deste candidato, mas sim a figura que liderava o partido de extrema-direita, o Partido Social Liberal. O foco dos artigos era o líder, a sua família, em particular os filhos, e o seu modo de atuar, as ideias que defendia, os seus seguidores e atitudes destes e os perigos que eventualmente, representava para a democracia brasileira e até mesmo mundial. Os conteúdos dos artigos de opinião analisados versavam então sobre a figura Bolsonaro, a muitas vezes ela servia apenas de trampolim para a expressão de opiniões sobre a escalada da extrema-direita também em Portugal e na Europa. Bolsonaro, quase sempre era opinado como elemento de medo, sempre em tom, crítico, e da mesma forma aqueles que o apoiavam.

De forma algo surpreendente, e dado que a maioria dos *opinion makers* portugueses sublinharam não gostar da candidatura do Partido Social Liberal, estranhámos a quase ausência de artigos de opinião sobre os demais candidatos, numa primeira volta e, sobretudo sobre Fernando Hadadd, na segunda volta, na medida em que, tal como parecia evidente, este seria o candidato em que estes cronistas votariam se, porventura, fossem eleitores no Brasil. Nos poucos artigos que versavam sobre o candidato que veio ocupar o lugar de Lula da Silva, o tom opinativo era, evidentemente, diferente daquele a que se recorreu para falar sobre Bolsonaro. De Fernando Haddad, pouco tempo após a apresentação da sua candidatura, ficou-se logo a saber que era licenciado em Direito, que tinha um mestrado em economia, um doutoramento em Filosofia e que já tinha sido professor de ciência política na Universidade de São Paulo. Este tipo de abordagem, que dava destaque a características muito positivas do candidato deixava clara a preferência

dos cronistas e editores de jornais portugueses relativamente ao futuro novo presidente do Brasil, e num artigo em particular, assinado por Miguel Sousa Tavares, até se chegou a ler que a relação diplomática deste candidato com o presidente da República português seria mais cordial e frutuosa do que com Bolsonaro.

Da abordagem temática aos artigos de opinião que perfazem a amostra do nosso estudo fica clara a disparidade de personalidade dos candidatos, e a preferência dos portugueses pelo candidato intelectual que até tinha algum currículo político, mas que nem por isso foi enfatizado como o percurso de Bolsonaro, tantas vezes mencionado pelas propostas políticas amigas da violência e inimigas das mulheres e das classes minoritárias, bem como do ambiente. Em Portugal, e a ter em conta a análise aos conteúdos dos artigos de opinião publicados e analisados no âmbito da presente investigação, Jair Bolsonaro, não teria saído vencedor daquelas eleições presidenciais. Mas Portugal não é o Brasil, e os brasileiros residentes em Portugal, que acorreram às urnas em massa, não terão sido suficientes para garantir que a opinião expressa pela comunicação social portuguesa desse frutos.

Ao longo da execução do presente estudo deparámo-nos com obstáculos que impuseram limitações à sua execução, nomeadamente a impossibilidade de analisar, na mesma perspetiva, todos os meios de comunicação social portugueses e de incluir na análise também as notícias e as reportagens referentes ao Brasil. Consideramos que uma abordagem desta ordem teria sido expressiva dos resultados e conclusões encontradas, mas exigiriam um esforço de tempo e análise incomportáveis com a nossa empreitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, John. (2007). "A look ahead to Benedict in Brazil". National Catholic Reporter.
- Alves, T. C., Rocha, F., Portela, P., & Ibiapina, D. (2016). Serviço público de comunicação e cultura: coproduções musicais e cinematográficas em Portugal e no Brasil. *Comunicação E Sociedade*, 30, 367-385.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Braga, I.M.R.M.D. (2010). *Sabores do Brasil em Portugal. Descobrir e transformar novos alimentos (sécs. XVI-XXI)*. São Paulo: Editora Senac.
- Casqueira Cardoso; Ivo Sobral. "A Imagem do Muçulmano na Europa e em Portugal". Trabalho apresentado em Seminário Internacional da Memória e Cultura Visual, Póvoa de Varzim, 2007.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, I. F.; (s/d). *As telenovelas brasileiras em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-telenovelas-brasileiras.html>
- Cunha, M. J. (2009). *Investigação científica: Os passos da pesquisa científica no âmbito das ciências sociais e humanas*. Porto: Ousadias.
- Eco, U. (1982) *Apocalípticos e Integrados* São Paulo: Perspectiva.
- Fausto, Boris (2006). *História do Brasil* 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Feitosa, José. (2013). *As abordagens fenomenológicas na Geografia da Religião*. In: *Anais do V NEER. As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia*. p. 1-15.
- Fortin, M.-F., Côté, J., & Fillion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusociência.
- Freixo, Adriano de (2009). *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da ideia da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri.

- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e técnicas* (3a ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Heinsfeld, Adelar. (2007). *Fronteira Brasil/ Argentina. A questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)*. Passo Fundo: Méritos.
- IBGE. (2010). «População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de religião – Brasil
- LoBiondo-Wood, G., & Haber, J. (2001). *Pesquisa em Enfermagem*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Lopes, A. (2008). *Políticas de integração curricular*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj.
- Lopes, A.S.; Barros, J.L. (2020). Bolsonaro e Haddad nos perfis jornalísticos do Expresso e do Público. In: Batista & Sousa (org.) (2020). *Para uma história do jornalismo em Portugal*. Lisboa: ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa.
- Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Marconi, M.; Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Mendel, Toby. (2011). *Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado*. Brasília: Unesco.
- Parra, F. C., Amado, R. C., Lambertucci, J. R., Rocha, J., Antunes, C. M., & Pena, S. D. (2003). Color and genomic ancestry in Brazilians. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 100(1), 177–182.
- Quivy, R.; Campenhout, L. V. (2006). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reyre, Gilberto (1933). *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Rodrigues, E.; Mendonça Jr.; Rodrigues, P.; Ott, R. (2014). Diversity, composition and phenology of araneid orb-weavers (Araneae, Araneidae) associated with riparian forests in southern Brazil. *heringia, Série Zoologia, Porto Alegre*, 105(1):53-61.

- Sampieri, R. H., Collado, C. H., & Lucio, P. B. (2006). Metodologia de pesquisa (3a ed.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Schwartzman; Bomeny; Costa. (1984). Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra.
- Scott, A. S. V. (2001). Alternativas regionais e locais à emigração para o Brasil no final do século XIX: o exemplo do Concelho de Guimarães. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.1, p.95-111.
- Serapioni, Mauro. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. Ciência & Saúde Coletiva, 5(1), 187-192.
- Trindade, M. B.; Fiori, N. A. (2009). Migrações entre Portugal e Brasil: reciprocidade de preferências, 1908-1945. Migrações, 5, pp. 203-219
- Trindade, Maria Beatriz e Fiori, Neidi (2009), “Migrações entre Portugal e Brasil: reciprocidade de preferências 1908-1945”, in PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 203-2.
- Wimmer, R. e Dominick, J. (1996). La investigación científica de los medios de comunicación: Una introducción a sus métodos. Barcelona: Bosh Casa Editorial, S.A. Wolf, M.(2001). Teorias da Comunicação. Lisboa: Ed. Presença.

Anexos



3.4.2018

Director: Ferreira Fernandes
Directora executiva: Catarina Carvalho
Director adjunto: Paulo Tavares
Subdirector: Joana Petz
Lector principal: Ana Sousa Dias
Director de arte: Pedro Fernandes

Editora executiva: Graça Henriques

Editores executivos adjuntos: Ana Malhada Inácio (Sociedade), Artur Cassiano (Digital), Helena Teófilo (Mundo), Pedro Sequeira (Desporto)

Portugal: Paula Sá (editorial), Pedro Vilela Marques (editor), João Pedro Henriques, Manuel Carlos Freire, Miguel Marajó, Pedro Sousa Tavares, Susete Francisco, Valerina Marinho

Sociedade: Carlos Ferro (editorial), Sílvia Freches (editora adjunta), David Mandim (editor adjunto), Cútu Neves (grande repórter), Fernando Cárdeno (grande repórter), Ana Sá, Ferreira, Filomena Neves, Joana Capacho, Rute Coelho

Desporto: Nuno Sousa Fernandes (editor), Rui Fries (editor adjunto), Bruno Pires, Carlos Nogueira, David Pereira, Gonçalo Lopes, Isaura Almeida, Rui Marques Simões

Mundo: Patrícia Viegas (editorial), Abel Coelho de Moraes, Ana Menezes, César Avó, Susana Salvador

Arte: Marina Almeida (editorial), Marina Marques (editora adjunta), João Céu e Silva (grande repórter), Lina Santos, Maria João Caetano, Mariana Pereira

Digital: Ricardo Simões Ferreira (editor), Patrícia Jesus (coordenadora), Bárbara Cruz, Rui Salvador

Opinion: Adriano Moreira, Ana Rita Guerra, André Carrilho, António Barreto, António Tadeu, Amelino Borges, Bernardo Pires de Lima, Daniel Proença de Carvalho, Henrique Buray, Inês Teófilo Pereira, João Almeida Moreira, João César das Neves, João Lopes, João Taborda da Gama, Joel Neto, José Bandeira, Maria de Lourdes Rodrigues, Pedro Marques Lopes, Pedro Tadeu, Vinícius Soromenho Marques, Vítor Bento, Wolfgang Münchau

Fecho de edição: Elsa Rocha (editorial), Jéssica Pereira e Nuno Camacho

Arte: Vítor Higgs (diretor adjunto), Eva Almeida (coordenadora), Maria Paula Rocha (coordenadora), Fernando Almeida, Gonçalo Sena, Maria Helena Mendes, Sofia Xavier, Teresa Silva, Ana Kaezler (infografia), Tânia Sousa (infografia)

Digitalização: Nuno Espada (coordenador), Carlos Morgado, Inês Nazaré, Paulo Dias e Pedro Nunes

Dinheiro Vivo: Rosália Amorim (diretora editorial)

Notícias Magazine: Catarina Carvalho (dirutora executiva), Paulo Fainha (editor executivo)

Esportes: Catarina Carvalho (diretora), João Mestre (editor executivo)

Conselho de Redação: Ana Bela Ferreira, Cútu Neves, Maria João Caetano, Miguel Marajó, Pedro Sousa Tavares e Sílvia Freches

Secretária de direcção: Elsa Silva

Secretária de redação: Carla Lopes (coordenadora), Susana Rocha Alves

E-mail geral da Redação: dnot@dn.pt

E-mail geral de publicidade: dnouv@dn.pt

CONTACTOS Lisboa: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5º, 1600-209 LISBOA - Tel.: 213 187 500 - Fax: 213 187 515

Porto: Rua de Gonçalo Cristóvão, 195 - 5º, 4000-269 PORTO - Tel.: 222 096 350 - Fax: 222 096 163 Coimbra: Rua João Machado, 19, 2º A, 3000-226 COIMBRA - Tel.: Residência: 961 665 378 - Publicidade: 969 105 615 Leiria: Av. D. João III, Edifício 2002, Porta A, 3º, Sala 3, 2400-164 LEIRIA - Tel.: 244 848 670 - Fax: 244 848 689 - Pub: 244 848 680

Estabelecimento disponível em www.dn.pt

Trasagem média diária de fevereiro 2018: 24 614 exemplares

VSAPRESS

Divisão de Autor-Proteção

Missões de observadores europeus em eleições da América Latina



LUIS FRETES CARRERAS INVESTIGADOR ISCTE-IUL E EX-EMBAIXADOR PARAGUAI EM LISBOA

As missões de observação eleitoral cumprem um grande papel na consolidação da democracia a nível global. Em particular, na América Latina existem vários casos em que essas missões de observação contribuíram para que os processos eleitorais se desenrolem em liberdade, com transparência e que a vontade do povo seja respeitada.

A contribuição da Organização de Estados Americanos (OEA) que organiza missões de observação eleitoral desde 1962 é muito significativa para a região. Nesse ano, precisamente, constituíram-se duas missões que, em plena Guerra Fria, cumpriram a histórica tarefa de colaborar com a passagem da ditadura de Leónidas Trujillo (o expoente máximo dos ditadores sul-americanos) à democracia na República Dominicana e na consolidação do sistema pluralista na Costa Rica, que é hoje a democracia com mais longevidade entre todos os países latino-americanos.

Nos turbulentos anos 1980, voluntários de todas as nacionalidades dedicaram-se à tarefa extraordinária de vigiar os processos eleitorais em sociedades que tinham

sofrido ditaduras brutais, como foi o caso das eleições no Paraguai (1989), ou que saíam de violentas guerras civis, como a Nicarágua (1990). Essas missões cumpriram uma tarefa complexa e ao mesmo tempo delicada em sociedades que pretendiam construir uma cultura democrática de igualdade e tolerância com mecanismos institucionais capazes de proteger o Estado de direito.

Nos últimos anos, a União Europeia constituiu verdadeiros exércitos de observadores com vários desdobramentos e que se diferenciaram das missões da OEA, que se deslocam para fora da Europa e intervêm em quase todos

os continentes. Esta particularidade converte-os em autênticos vigilantes globais que observam, analisam e sugerem ações em processos eleitorais de sociedades muito diversas com sistemas políticos complexos e diferentes.

O verdadeiro valor destas missões reside na possibilidade de que a presença externa colabore no garante de uma sociedade internacional democrática. A observação imparcial cumpre assim o papel de impedir que a manipulação ou o uso da força se consolide numa legalidade sem legitimidade de que logo pretenda pactos, acordos e vantagens no comércio internacional.

Missão de observação difícil nas Honduras

As eleições na América Latina já se vivem com paixão. Os violentos comícios das Honduras em novembro de 2017 representaram uma dura prova para a observação internacional e, em particular, para a missão europeia liderada pela portuguesa Marisa Matias, que, perante o insólito apagão do centro de escrutínio e posterior mudança de resultados, acabou por aceitar os resultados oficiais e com isso validar a contestada vitória do presidente Juan Orlando.

Esta atitude pode caber na anti-ga lógica da Guerra Fria, essa real politik que procura a estabilidade da formalidade sem valorizar a vigência da democracia e os direitos humanos, princípios arvorados pela União Europeia.

No caso das Honduras existiram antecedentes contundentes que desvirtuam o conjunto do processo eleitoral, como a habilitação inconstitucional do presidente em funções para postular a reeleição. O período de campanha caracterizou-se pelo uso abusivo dos recursos estatais para favorecer a candidatura do presidente. E, por fim, uma suposta falha técnica no centro oficial de escrutínio quando a oposição estava em vantagem paralisou a contagem, e quando voltou a funcionar os resultados passaram a estar a favor do candidato governamental.

Imediatamente os protestos com acusações de fraude saíram à rua, milhares de pessoas foram reprimidas com um saldo de numerosos mortos. A missão da OEA pediu novas eleições, mas a missão de observação da União Europeia considerou os resultados válidos. E, como final deste triste processo eleitoral, o presidente tomou posse do governo com metade do país contra.

As Honduras podem ser pouco conhecidas, mas foram a vanguarda dos processos políticos sul-americanos. Assim, pode dizer-se que a destituição do presidente Zelaya foi o antecedente da destituição de Fernando Lugo no Paraguai ou de Dilma Rousseff no Brasil. Cabe então perguntar se estas eleições são o antecedente de outros processos similares na região? E aí, qual será o papel das missões de observação eleitoral da União Europeia?

A observação imparcial cumpre assim o papel de impedir que a manipulação ou o uso da força se consolide numa legalidade sem legitimidade que logo pretenda pactos, acordos e vantagens no comércio internacional



CRAVO & FERRADURA

PARECE QUE OS PORTUGUESES, ESTE ANO, ESTÃO A APRESSAR-SE A ENTREGAR AS DECLARAÇÕES DE IRS.

QUE ESTRANHO...

ESTRANHO, DE FACTO. OS MEUS HOMENS LEVAM PELO MENOS UMA SEMANITA A ESTUDAR TODAS AS MANEIRAS DE ESCAPAR.

HAVERA TÉCNICAS NOVAS QUE NÃO CONHECAMOS?

TENDO EM CONTA A FORTUNA QUE LHES PAGO, EU JÁ SABERIA SE HOUVESSE.

JOSÉ BANDEIRA

NOTA: ESTE CARTOONISTA NÃO SABE ESCREVER SEGUNDO AS REGRAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO



www.dn.pt

QUARTA-FEIRA
4 de abril de 2018
Ano 154.º, N.º 54 405

Conselho de Administração Daniel Proença de Carvalho (Presidente do Conselho de Administração), Victor Ribeiro (Presidente da Comissão Executiva), Kevin Ho, Ricardo Oliveira, Jorge Correia, José Pedro Soares, José Carlos Lourenço, Teresa da Graça, Paulo Rêgo, Philippe Yip **Propriedade** Global Notícias Media Group, S.A. Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 29.571.441,25 euros. NIPC: 502536399 Sede: R. Augusto Cruz, s/n.º, 195-219, 4048-011 PORTO Tel: 222 096 100 FAX: 222 096 200 Filial: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º piso 1600-209 LISBOA TEL: 213 187 500 FAX: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Ana Maria Helena (diretora) **Publicidade** Luís Ferreira (diretor-geral) **Direção Comercial** Paulo Pereira da Silva, Reinoldo Capela (jornistas) e Luis Barradas (Diretor) **Detentores de mais de 5% do capital social:** KNU Global Holdings Limited - 30%, Controlinvest Media, SGPS, S.A. - 19,25%, José Pedro Carvalho Res. Soares - 19,25%, BCP S.A. - 10,5%, NOVO BANCO, S.A. - 10,5%, Grandes Notícias, Lda - 10,5% **Impressão Gráfica** Funchal e de (Rueda) Capela da Nossa Senhora da Conceição, S.D. (Machados, 2715-029 Porto Pinheiro) **Navaprinter** (EN, 14 (km 705) - Lugar da Pinta, 4473-909 (Maia)) **Distribuição** VASP, Registo na ERC com nº 101326 **Assinaturas** 707 200 508. Custo das chamadas da rede fixa 0,10€/minuto e de rede móvel 0,25€/minuto, sendo ambas taxadas ao segundo após o 1.º minuto. Valores sujeitos a IVA. Dias úteis, das 7h às 19h. Fax: 21 924 18 95 - E-mail: assinaturas@dn.pt



54405

5 605290 023002

CARTAS DO BRASIL

Thriller Brasil

UM PONTO É TUDO

Gestos por Ronaldo



FERREIRA FERNANDES
JORNALISTA

Quando eu era um garoto luandense havia um gesto que pensava já desaparecido. O indicador da mão fazendo de baqueta a fustigar os outros quatro dedos aninhados – entretanto, todo o braço se movia para que o bater fosse violento. Bem feito, o gesto doía. E, no entanto, o significado dele era uma admiração incontida. Soube ontem que os berberes também têm esse gesto. Zidane levou a mão à careca, deixou-a cair e lá foi ela tocando as castanholas da minha infância e, ontem, do êxtase dele. Temos ADN comum e o berbere estava fascinado... Os italianos estavam também fascinados, mas eles já sem o indicador fustigador, pois nunca foram ocupados pelos guerreiros do Norte de África. Com cara de enterto eles batiam as palmas dos perdidos: "Ave, César!, os que mataste te saúdam!", calados diziam como os gladiadores romanos, mas em frase um pouco diferente talvez porque eles eram espectadores turineses. O imperador, esse, levou ambas as mãos juntas ao peito e inclinou a face como uma gueixa, talvez porque ele é um pouco isso: está cá para nos encantar. Um, dois, três gestos são tudo. Dizem tudo. Mas talvez fosse tempo de os analistas começarem a explicar-nos o êxito de uma inteligência que pensávamos ser só pé. Cristiano Ronaldo dos Santos Aveiro, o conhecido empresário, 33 anos, idade em que os deuses morrem, sabia que a sua empresa unipessoal e fazedora de sonhos estava à beira do *gran finale*. Então, preparou a época. Fez um levantamento dos ativos, contou 66 anos nas duas pernas e investiu na prudência ambiciosa. Começou pianíssimo como nunca se lhe conhecera, meteu raros golos, o que nele era como o Bruno de Carvalho calar-se. O grande gestor estabelecera os seus dois derradeiros climaxes: em maio, a Champions; em julho, o Mundial. E assim tem cumprido a calendarização da sua glória. Coisas como a de ontem são uma maravilhosa ação de *marketing* são para nos preparar para o que vem aí. Ah, se tivéssemos alguém assim para gerir um só banco que fosse...



JOÃO ALMEIDA MOREIRA
JORNALISTA

— em São Paulo

N a série de suspense *thriller* em que se transformou o Brasil de 2018, na terça-feira da semana passada os brasileiros foram dormir após os autocarros da caravana do pré-candidato às eleições de outubro Lula da Silva serem atingidos por tiros no Paraná. "Atentado político!", bradou o Partido dos Trabalhadores (PT). "Emboscada!", classificou a presidente do partido. "Ataque de grupo de fascistas!", decretou o próprio Lula. Noutra cena, mais ou menos à mesma hora, mas em Brasília, o juiz do Supremo Tribunal Federal (STF) a quem foi atribuído o processo que pode levar o antigo presidente da República à prisão revelou que ele e a família foram ameaçados de morte. A presidente do tribunal solicitou imediatamente escolta policial ao magistrado. Na véspera, a série da vida real teve como pano de fundo uma série de ficção: a ex-presidente da República Dilma Rousseff acusara o realizador José Padilha, responsável pelos sucessos de bilheteira *Tropa de Elite 1 e 2* ou *Narcos* e agora da série da Netflix *O Mecanismo*, inspirada na Operação Lava-Jato, de produzir notícias falsas;

e Padilha respondera chamando Dilma de analfabeta. Em causa frases infames ditas na vida real por colaboradores próximos de Michel Temer atribuídas na ficção à personagem que representa Lula. "A ideia é misturá-los mesmo porque, uma vez no poder, todos os partidos são farinha do mesmo mecanismo", reagiram os fãs da série. "Padilha mistura alhos com bugalhos e trigo com joio para confundir", acusaram os que cancelaram assinaturas da Netflix em massa por causa do assunto.

O acirramento das claques nota-se também na análise aos meios de comunicação: a direita conservadora acusa a Globo de obscenidades porque a ficção do canal é simpática a causas LGBT e outras; a esquerda censura o conservadorismo de direita do seu jornalismo. **O Folha de S. Paulo**, maior jornal do país, sofre por ser plural: a esquerda recusa-se a lê-lo e chama-lhe Falha de S. Paulo, enquanto adeptos do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, ouvidos pelo próprio jornal, apelidam-na de Foice de S. Paulo.

Nas semanas anteriores, o episódio do *thriller*, trágico, fora protagonizado pela defensora dos direitos humanos Marielle Franco, executada no centro do Rio de Janeiro, cidade a atravessar guerra civil entre o exército do estado, que mata, o dos traficantes, que mata mais, e o das milícias populares, que mata mais ainda. E Marielle, por ser carioca, fotonéica e talentosa, foi apenas a ponta de um icebergue de centenas de políticos e ativistas mortos nos últimos anos no Brasil profundo.

O Folha de S. Paulo, maior jornal do país, sofre por ser plural: a esquerda recusa-se a lê-lo e chama-lhe Falha de S. Paulo, enquanto adeptos do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, ouvidos pelo próprio jornal, apelidam-na de Foice de S. Paulo

O STF; o tal cenário onde um juiz sofre ameaças de morte, também é núcleo dramático de peso no suspense *thriller* brasileiro: um magistrado chamou outro de "representação do mal e do atraso com pitadas de psicopatia" ao vivo e a cores. O Planalto faz a sua pontinha na série: Michel Temer, presidente da República, Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, e Henrique Meirelles, ministro das Finanças, embora sejam todos sócios no atual governo, prometem guerra suja de bastidores até às eleições de outubro – porque os três, muito ciosos do 1% de cada nas sondagens, nem cogitam unir-se.

Do candidato de esquerda Ciro Gomes raramente vem bom senso: depois de ter perdido montanhas de votos em 1998 ao atribuir como única função de campanha da sua mulher da época, a atriz Patrícia Pillar, a de dormir com ele, 20 anos depois voltou a deixar feministas em ebulição ao dizer à rival Marina Silva que "o Brasil de hoje precisa de testosterona". Até Geraldo Alckmin, considerado o mais sem sal de todos os candidatos, entrou no salgado clima de *thriller*: confrontado com o tal ataque a tiro à caravana de Lula, disse que cada um colhe o que planta.

E como hoje Lula pode ser condenado à prisão no STF e ainda faltam penosos seis meses para as eleições, os últimos episódios desta série arriscam-se a passar de *thriller*zinho para *western spaghetti*, com influências de *kung-fu e manga*, à Tarantino, em que o sangue, a correr às toneladas pela tela, se torna personagem em si mesmo.

Gabarrón

Este inverno, o frio fica lá fora... Não precisa de um grande orçamento, uma casa confortável é feita de boas decisões!

ACUMULADORES DE CALOR E EMISSORES TÉRMICOS

Proporcionam aquecimento 24h/dia, consumindo eletricidade apenas em período de tarifa reduzida. Fácil instalação, sem necessidade de obras!

Exposição: Rua Santos Bernardes Edf. Arandis loja i3 Torres Vedras Tm.: 917 212 497 • acumuladoresgabarron@clix.pt



GAMA ADS
Acumuladores

ECOMBI
Acumulador + Emissor

Toolheiros
Elétricos

Lula da Silva está a dar força à direita?



PEDRO TADEU
JORNALISTA

É verdade que Lula da Silva, o operário que chegou a presidente da República Federativa do Brasil, foi o líder do país que mais empregos criou: 11,2 milhões, segundo dados oficiais relativos aos anos de 2003 a 2010. É verdade que Lula da Silva, o resistente à ditadura militar brasileira, tirou milhões de pessoas da pobreza e conseguiu proporcionar a outros tantos milhões o acesso à educação e à saúde. É verdade que Lula da Silva, o condenado que lidera as sondagens para as próximas presidenciais brasileiras, pode orgulhar-se, sem faltar à verdade, de ter feito diminuir a taxa de mortalidade infantil do país. É verdade que Lula da Silva, o homem de quem os economistas de cátedra duvidavam, conseguiu registrar no seu currículo a maior expansão económica do Brasil nas últimas três décadas. É verdade que com Lula da Silva 48 milhões de brasileiros viram

o salário mínimo que recebiam ser substancialmente aumentado. É verdade que quando saiu do Palácio do Planalto a dívida do país descera para 60% do PIB (menos de metade da portuguesa). É verdade que esse produto interno bruto do Brasil passou de 1,3 biliões de dólares para quase 1,9. É verdade que as taxas de juro de referência desceram de um valor a rondar os 20% para cerca de 7% e que a inflação se manteve em valores suportáveis.

Todas aquelas verdades, por muito meritórias que sejam, podem desculpar um presidente da república corrupto? Não. O problema, porém, é este: a verdade sobre a alegada corrupção de Lula da Silva, ao contrário de todas as verdades precedentes, não é uma absoluta certeza.

Evito sempre nestes textos que o *Diário de Notícias* aceite para publicação tecer considerações sobre a vida política de países que Portugal colonizou: por muito esforço que se faça, um português a lavar sentenças sobre decisões soberanas das instituições que governam o Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor ou qualquer outra ex-colónia é sempre criticável.

Um português que pretenda "ensinar" brasileiros, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos,

timorenses ou outros falantes de português a governarem-se não tem como fugir à acusação de paternalismo, pois o seu discurso, vindo de um país que foi explorador, está infetado pela bactéria sobrevivente numa ferida centenária, apenas quase cicatrizada no corpo do país explorado... Arrisco. Leio afirmações de muitos bra-

A grande corrupção é sempre um processo que, mesmo enviesadamente, acaba por tirar mais aos pobres e aos remediados para, no final do processo, dar ainda mais aos já mais ricos. A grande corrupção é intrinsecamente classista

sileiros, de muita gente bem informada, ponderada e lúcida, a não acreditarem ser verdade que Lula da Silva seja corrupto, mesmo depois de a justiça ter obtido a sua condenação e, neste fim de semana, a sua prisão. Até Chico Buarque, o esquerdista mais sensato e equilibrado que se conhece, esteve na semana passada numa manifestação de apoio a Lula!

Não sei se Lula é culpado ou inocente e é minha obrigação acreditar que as instituições brasileiras, enquanto se mantiverem democráticas e livres, acabarão por encontrar um fim justo e esclarecedor para este drama.

Sei, porém, que a grande corrupção é sempre ideológica: o corruptor, seja um banqueiro, um empresário, um estadista manipulador de bens públicos, um chefe de uma máfia de crime, está sempre a usar capital a que teve acesso, bem ou mal, para conseguir obter, ilegítimamente, um novo acesso, por via direta ou indireta, a ainda mais capital.

A grande corrupção é sempre um processo que, mesmo enviesadamente, acaba por tirar mais aos pobres e aos remediados para, no final do processo, dar ainda mais aos já mais ricos. A grande corrupção é intrinsecamente classista.

Lula é de esquerda e pode ter sido corrompido, não sei. Sei, no

entanto, que o presumível corruptor de Lula serve os interesses da direita, como sempre acontece nos casos de grande corrupção.

Por exemplo: não é certamente por acaso que a Petrobras, a empresa que tinha o monopólio da exploração das fontes de energia brasileiras, passou a leiloar a privados estrangeiros, com a esquerda fora do poder, vários blocos de exploração de petróleo e gás natural. Não é certamente por acaso que os royalties vindos da energia, canalizados pelo Estado diretamente para a educação pública e para a saúde, estão a ser postos em causa, ou que muitas medidas que resultaram no êxito económico da era de Lula estão a ser desmanteladas: grande parte da batalha jurídica foi aproveitada pela direita e pelo grande capital para concretizar estas operações.

O Brasil é vítima de um sistema político em que o mensalão, usado à esquerda e à direita, "normalizou" uma prática política corrompida, tal como fizeram em Portugal as "comissões" pagas pela concretização de vários negócios públicos. A justiça, nos dois países, faz muito bem em revelar tudo isso, mas, no final, a sociedade tem de garantir a boa saúde da sua democracia, política e económica — e isso, no Brasil e em Portugal, não está claramente assegurado.

Sou ateu e quero uma Igreja forte



JOÃO PEDRO
HENRIQUES
JORNALISTA

A Igreja que quero forte é a maioritária no meu país: a Igreja Católica Apostólica Romana. Sou ateu, não acredito na existência de um Deus (ou vários), acredito na autonomia do homem, na natureza, no conhecimento científico é que o que sobra quando morremos é pó e a memória que os outros guardam de nós. Mas, mesmo sabendo que Deus não existe, sei também

outra coisa: a Igreja existe. E, mesmo assente naquilo que eu simpaticamente posso admitir como um grande equívoco, é melhor que continue a existir — e forte. Forte para os nus e para os esfaimados do mundo, para os excluídos e para os que não têm outro remédio. Mal ou bem, para estes. Caridadezinha ou humanismo grande — que salve pessoas, é o que interessa.

Vêm aí decisões sobre a despenalização da eutanásia, no Parlamento. Afirmando desde já favorável. Admito o direito de alguém em dor e sofrimento, lúcida e plenamente informado, por decisão rigorosamente própria, perante uma doença clinicamente incurável, ter direito a que alguém de forma voluntária e medicamente

competente lhe ponha fim à vida. Acontece que não tenho certezas sobre isto — e duvido que alguém verdadeiramente possa ter. Há nas circunstâncias de alguém que pede morte assistida mil e uma razões que me podem levar a ter dúvidas. E nenhuma lei as poderá prever todas, para lá de qualquer dúvida.

Regresso à Igreja Católica Apostólica Romana. Que saiba, estabeleceu desde o topo — começando pelo Papa Francisco — que esta é uma linha vermelha que não admite ultrapassar. Recusa em absoluto a possibilidade da morte assistida. Advoga que se prolongue a vida paliativamente para lá da vontade do doente querer morrer (porque não lhe admite a possibilidade de decidir

sobre a sua vida). Dizendo (como disse a Conferência Episcopal portuguesa, numa nota pastoral de março de 2016), algo que, mesmo dentro das minhas convicções pró-eutanásia, me parece igualmente evidente: "Nunca pode haver a garantia absoluta de que o pedido de eutanásia é verdadeiramente livre, inequívoco e irreversível."

"Irreversível" é a palavra-chave. Pode a alguém em dor e sofrimento ser dado o direito de uma decisão irreversível sobre a sua própria vida? Será a lucidez possível nesta circunstância?

A Igreja Católica Apostólica Romana portuguesa que quero forte (e de que gosto) é uma igreja social, que trabalha para os excluídos — uma igreja concreta-

mente útil à comunidade. Mas para afirmar a sua força e a sua eficácia neste campo precisa de causas que lhe afirmem uma identidade própria sobre a totalidade das questões da sociedade. Ou isso ou não será mais do que uma grande IPSS.

Dito de outra forma: era preferível que o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, pudesse não se perder com tiros nos pés como a polémica (desumana) dos "recasados", começando a falar claramente contra a eutanásia e orquestrando todas as suas forças nesta batalha. Porque faz a sua organização mais forte e porque há muita gente aberta a ouvir as dúvidas que inteligentemente lhes pode colocar. Sou só um — mas sei que há mais.

CARTAS DO BRASIL

O jogo está a meio

JOÃO ALMEIDA MOREIRA,
São Paulo
JORNALISTA

Um conflito entre um herói e um vilão é condição essencial das tragédias clássicas, mas a tragédia a sério é quando entram em conflito dois protagonistas essencialmente bons.

Depois de séculos sob o jugo de governantes preocupados em satisfazer os interesses da meia dúzia de sempre, em 2003 os brasileiros elegeram um presidente que cuidou de todos, incluindo daquela meia dúzia de sempre.

Depois de séculos sob o império da impunidade, onde todos podiam ir parar à prisão menos aquela tal meia dúzia de sempre, em 2014 os brasileiros beneficiaram de uma operação policial que condenou quase todos, incluindo boa parte daquela meia dúzia de sempre.

Lula e Lava-Jato são, pois, essencialmente bons.

O pecado de Lula foi original: contou em entrevista ao DN Miro Teixeira, o mais antigo deputado do país, que logo em 2002, semanas depois da eleição do primeiro governo Lula, do qual ele fez parte, alguém perguntou: "E agora, só com 90 deputados do nosso lado, num total de 513, como faremos para governar?" Gerou-se outra pergunta: "Conquistamos os deputados pela força dos nossos projetos ou pela força do dinheiro?" Uma pergunta retórica, claro, dado o nível moral dos parlamentares brasileiros. E assim nasceu o mensalão, uma mensalidade para os deputados com dinheiro público em troca da aprovação de projetos.

Mas num sistema — ou mecanismo, como está na moda chamar-lhe — pode por natureza, os esquemas ilegais são os que têm mais hipóteses de prosperar. Lula pôde governar sem sobressaltos, aprovando programas sociais que tiraram 50 milhões da pobreza extrema, criando 12 milhões de empregos, fundando 28 universidades acessíveis a todos e diminuindo em 10% a mortalidade infantil, graças ao infame mensalão. Com um salário extra garantido e acesso a nacos do poder público distribuídos pelo governo, os deputados e outros poderosos que em condições normais jamais se preocupariam com o povo votaram alegremente pelo Bolsa Família e afins porque de barriga cheia até as hienas se tornam adoráveis.

Mais tarde, com o fim do mensalão e a revelação do seu irmão ainda mais monstruoso, o petróleo, e a chegada de Dilma Rousseff e das vacas magras, as hienas voltaram a ser hienas. E Lula, que de tão adaptado às regras do jogo se deixara contaminar por elas, acabou apanhado por causa de um favorzinho em forma de apartamento, afinal



Vendo Lula fraco, a atrasada elite brasileira, que nunca tolerou ver um torneio mecânico a frequentar os salões dela, a beber o vinho francês dela e a aprender a desviar dinheiro como ela, incentivou a Lava-Jato a caçá-lo

um grão de areia num universo de favores.

Vendo Lula fraco, a atrasada elite brasileira, que nunca tolerou ver um torneio mecânico a frequentar os salões dela, a beber o vinho francês dela e a aprender a desviar dinheiro como ela, incentivou a Lava-Jato a caçá-lo. E em tempo recorde, não vá ele voltar a mandar.

À Lava-Jato, que ao longo do seu corajoso e histórico caminho já prendeu políticos influentes e príncipes de alta finança, falta agora calibrar a mira. Porque para já, o que ela produziu na prática de resultados políticos foi a queda de uma presidente e a prisão de um candidato à frente das sondagens, ambos do mesmo partido.

O PSDB, rival do PT, continua incólume — apesar de Aécio Neves, o candidato que a visionária elite acolheu em 2014 no seu colo para acabar com a corrupção (!?), ter sido gravado a pedir dinheiro a um criminoso. E o MDB, sócio de todos os crimes e maior cancro da nação, ainda mantém sentado no Palácio do Planalto um cadáver político que recebe corruptions na surdina. E a quem pede para manter o silêncio de criminosos. E cujo assessor especial anda a correr pelas ruas com malas de dinheiro entregues pelo braço direito daquele mesmo corrupto. E que, ao que tudo indica, favoreceu empresas amigas na exploração do porto de Santos.

"A Lava-Jato é tão extraordinária que até prendeu pela primeira vez um antigo presidente do Brasil", leu-se por aí. Não é verdade, antes de Lula já quatro ex-presidentes, Hermes da Fonseca (1922), Washington Luiz (1930), Artur Bernardes (1932 e 1939) e Juscelino Kubitschek (1968), haviam sido detidos. A Lava-Jato será, definitivamente, extraordinária se Lula não tiver sido o último ex-presidente que prendeu.

UM PONTO É TUDO

Para acabar com o currículo falso



FERREIRA
FERNANDES
JORNALISTA

André Comte-Sponville é um filósofo daqueles que nos ajudam a ler o mundo tal qual este vem nos jornais. Ele aparece regularmente nas televisões francesas e eu arriscava-me a dizer que em Portugal este aluno de Louis Althusser é pouco conhecido — mas que sei eu de filosofia e das suas modas entre nós? Costumo cruzar-me com Comte-Sponville nos locais ligeirinhos — jornais e revistas generalistas — o suficiente para invejar sábios que não desdenham explicar-me o noticiário. Há dias, na revista *Marianne*, falando de ensino e de educação, o filósofo fez um voo rasant, que num salto esforçado consegui alcançar. Falava ele dos jardins de infância com o seu primado de jardim, antes de serem escola. Depois, alertou em algum lugar, antes das universidades, o aluno deveria fazer esforços. Se a criança não gosta de matemática, é preciso que a faça; se não aprecia inglês, precisa de o aprender... André Comte-Sponville era adepto dessa pedagogia de mais esforço e menos espontaneidade. E, mesmo quando disse quanto apreciava a declamação de coisas belas como as fábulas de La Fontaine, acrescentou ser necessário empinar os tempos verbais mais arrevesados. Enfim, ele lançou esta fórmula: "Não é substituir o esforço pelo prazer, mas ajudar as crianças a ter prazer com o esforço." Era o que eu vos estava a dizer: é tão bom numa revistinha despretenhosa, daquelas com frases em coluna, fotos com legenda e assuntos de mercearia comum, eu ver iluminada a solução para um dos espantos do nosso quotidiano! Andamos há anos a ser assombrados com políticos apanhados por mais um escândalo de cursos da treta e de farinha. Amparo e, afinal, a explicação tem-na o filósofo: são só crianças que não aprenderam o prazer do esforço.

TIMELINE

fundação carmona e costa

Exposição patente até 19 de Maio de 2018
De quarta a sábado das 15h às 20h (exceto feriados)

Curadoria Delfim Sardo

JULIÃO SARMENTO



Global Media

11.4.2018

Diretor Ferreira Fernandes
Diretora executiva Catarina Carvalho
Diretor adjunto Paulo Tavares
Subdiretores João Petiz
Luís André Paulo Ferreira
Diretora principal Ana Sousa Dias
Diretor de arte Pedro Fernandes

Editora executiva Graça Henriques

Editores executivos adjuntos
Ana Malhada Inácio (Sociedade), Artur Cassiano (Digital), Helena Teceideiro (Mundo), Pedro Sequeira (Desporto)

Portugal Paula Sá (editora), Pedro Vileta Marques (editor), João Pedro Henriques, Manuel Carlos Freire, Miguel Marujo, Pedro Sousa Tavares, Susete Francisco, Valentina Marcondes

Sociedade Carlos Ferro (editor), Sílvia Franches (editora adjunta), David Mendim (editor adjunto), Céu Neves (grande repórter), Fernanda Cândia (grande repórter), Filomena Naves, Joana Capucho, Rute Coelho

Desporto Nuno Sousa Fernandes (editor), Rui Frías (editor adjunto), Bruno Pires, Carlos Nogueira, David Pereira, Gonçalo Lopes, Isaura Almeida, Rui Marques Simões

Mundo Patrícia Viegas (editora), Abel Coelho de Moraes, Ana Meireles, César Avó, Susana Salvador

Artes Marina Almeida (editora), Marina Marques (editora adjunta), João Céu e Silva (grande repórter), Lina Santos, Maria João Caetano, Mariana Pereira

Digital Ricardo Simões Ferreira (editor), Patrícia Jesus (coordenadora), Ana Bela Ferreira, Bárbara Cruz, Paula Freitas Ferreira, Rui Salvador, Sónia Salgueiro Silva, Susete Henriques

Opinião Adriano Moreira, Ana Rita Guerra, André Camilho, António Barreto, António Tadeia, Anselmo Borges, Bernardo Pires de Lima, Daniel Prouença de Carvalho, Henrique Burnay, Inês Teotónio Pereira, João Almeida Moreira, João César das Neves, João Lopes, João Taborda da Gama, Joel Neto, Jorge Cordeiro, José Bandeira, Maria de Lurdes Rodrigues, Pedro Marques Lopes, Pedro Tadeu, Viriato Soromenho-Marques, Wolfgang Münchau

Fecho de edição Elsa Rocha (editora), Ângela Pereira e Nuno Camacho

Arte Vitor Higgs (diretor adjunto), Eva Almeida (coordenadora), Marta Ruela Rocha (coordenadora), Fernando Almeida, Gonçalo Sena, Maria Helena Mendes, Sofia Xavier, Teresa Silva, Ana Kaiseir (infografia), Tânia Sousa (infografia)

Digitalização Nuno Espada (coordenador), Carlos Morgado, Inês Nazaré, Paulo Dias e Pedro Nunes

Dinheiro Vivo Rosália Amorim (diretora editorial)

Notícias Magazine Catarina Carvalho (diretora executiva), Paulo Farinha (editor executivo)

Crónicas Catarina Carvalho (diretora), João Mestre (editor executivo)

Conselho da Redação Ana Bela Ferreira, Céu Neves, Maria João Caetano, Miguel Marujo, Pedro Sousa Tavares e Sílvia Franches

Secretária de direção Elsa Silva
Secretária de redação Carla Lopes (coordenadora), Susana Rocha Alves

E-mail geral da Redação dnot@dn.pt
E-mail geral da publicidade dnpub@dn.pt

CONTACTOS Lisboa Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5º, 1600-208 LISBOA
- Tel.: 213 187 500 - Fax: 213 187 515

Porto Rua de Gonçalo Cristóvão, 195 - 5º, 4000-269 PORTO - Tel.: 222 096 350
- Fax: 222 096 163 **Coimbra** Rua João Machado, 19, 2º A, 3000-226 COIMBRA
- Tel.: Redação: 961 863 378 - Publicidade: 969 105 615 **Leiria** Av. D. João III, Edifício 2002, Porta A, 3º, Sala 3, 2400-164 LEIRIA - Tel.: 244 848 670 - Fax: 244 848 689 - Publ.: 244 848 680.

Estátuto editorial disponível em www.dn.pt
Tiragem média diária de março 2018: 21.536 exemplares

VSAPRESS®
Ciência de Azero Preços



O Brasil e a Europa



ADRIANO MOREIRA
PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO

O presidente de honra perpétuo da Academia de Letras de Brasília publicou no ano passado um livro intitulado **O Futuro da Europa Passa também pelo Brasil?**, evidentemente inspirado por um conceito de Voltaire, com que inicia o texto, segundo o qual "devemos julgar um homem mais pelas perguntas que pelas respostas". A conjuntura que o Brasil enfrenta nesta data esperam os que o amam que tenha apenas abrandado, sem eliminar o ritmo do trajeto que teve origem na imaginação criadora de Kubitschek de Oliveira, e a definição de futuro falando na rota Brasil, Brasis, Brasília.

A organização do texto, importante mais "pelas perguntas do que pelas respostas", parte da iniciativa do simpósio organizado pela Academia das Ciências de Lisboa, e realizado em 19 de outubro de 2017, em conjunto com a Academia Portuguesa da História. Tem importância inegável que o livro abra com uma apreciação da conjuntura feita por Gedião Vargas, um ilustre brasileiro que vive na Europa há dezenas de anos, o qual, adotando de Alceu Valença a expressão com que designa a grande agitação da

vida internacional, a qual é "a grande panela do mundo", salientando que, "sobre tudo isto, paira hoje ainda maior incerteza, em particular em relação ao futuro desta "Europa Comum" (vejamos-se situações mais ou menos recentes, tais como os separatismos espanhol e inglês, o acirrar de nacionalismos, o fechamento de fronteiras de países europeus, em especial junto dos confins balcânicos, a questão dos refugiados, sobretudo do Oriente Médio, a mútua ambiguidade União Europeia-Rússia, o reforço da economia chinesa e sua influência "prática" sobre a economia europeia, as divergências EUA-EU, a crescente perda de interesse dos povos pela vivência política revelada nos níveis elevadíssimos de abstenções ao

voto em eleições, o reforço de extremismos políticos, as incertezas hoje em pauta decorrentes do *brexit* e das eleições na França e na Alemanha, que, juntas, constituem o eixo ou viga mestra da União Europeia.

Esta enumeração, repetida por numerosos observadores liberais de ideologias e nacionalidades, devem ser acompanhadas pela observação da agitação social e política do Brasil, que pode inverter a pergunta, isto é, se o futuro do Brasil passa também pela Europa. Do que realmente se trata é da questão de saber, na desordem da arena em que por agora se tornou o globalismo, se nesta aparentemente desanimadora visão dessa arena se pode e deve manter o projeto visionário do Brasil, Brasis, Brasília, a articulação delineada pela definição estrutural da CPLP, e finalmente conseguir uma governança deste globalismo não apenas agitado, mas semeado de ameaças visíveis e buracos negros dos poderes não identificados, ou não legalizados, que procuram dominar a situação caótica.

O que mais resulta das contribuições recolhidas, no oportuno livro, é que "os países, que cultivam a língua portuguesa, devem, politicamente, estar atentos e vigilantes a proteger os seus nacionais e sua cultura estratificada". O apelo tem atualidade, e, apoiando a validade e defesa do projeto, a contribuição mais importante e lúcida é a de o considerar uma contribuição a caminho de fazer parte da pacificação da arena in-

ternacional, e da justa organização global de que não é possível desistir salvo optando pelo desastre.

Talvez a pergunta deva ser alargada para incluir a questão de saber se o mundo de língua portuguesa pode, como um todo, contribuir para deter o agravamento do outono ocidental, apoiando o ordenamento pacífico e colaborante da arena global. Começando por eliminar as carências de funcionamento do seu projeto. Não falta nesta contribuição vinda do país ao qual o abade Correia da Serra vaticinou função responsável no sul do continente a contribuição de Federica Mogherini, alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que no prefácio alerta para a relação da União com a anarquia da circunstância mundial, e conclui, com esperança, que "estabelecemos uma colaboração prática e regida por princípios, partilhando com os nossos parceiros as responsabilidades globais e contribuindo para as fortalecer".

A questão é sobretudo a da relação ser baseada num ordenamento presidido por igual sentido da ordem com justiça, e nesta data a pergunta mais abrangente é a de saber a capacidade de os ocidentais terem uma visão e práticas solidarizadas pelos mesmos princípios. Por isso, não é seguramente inoportuno lembrar, na pedida resposta, que o futuro dos ocidentais, na ordem global, também passa pelo Brasil.

Não é seguramente inoportuno lembrar, na pedida resposta, que o futuro dos ocidentais, na ordem global, também passa pelo Brasil

CRAVO & FERRADURA

SEGUNDO O FMI, DAQUI A 30 ANOS PELO MENOS METADE DOS PORTUGUESES ESTARÁ INACTIVA.



JOSÉ BANDEIRA

NOTA: ESTE CARTOONISTA NÃO SABE ESCREVER SEGUNDO AS REGRAS DO NOVO ACÓRDO ORTOGRÁFICO

CARTAS DO BRASIL

Amém a Lula?

JOÃO ALMEIDA MOREIRA,
em São Paulo
JORNALISTA

No planaque montado em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ao lado de Lula estavam uma ex-presidente da República, governadores, prefeitos, senadores e deputados do PT, além dos candidatos à presidência pelo PCdoB Manuela D'Ávila e pelo PSOL Guilherme Boulos, e um punhado de influentes sindicalistas e de líderes de irrequietos movimentos sociais.

A nata da esquerda, toda reunida em meia dúzia de metros quadrados, não gerou tanta expectativa e atenção, no entanto, como outra figura: D. Angélico Bernardino, bispo emérito da cidade catarinense de Blumenau e, portanto, membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), convidado para dirigir uma cerimónia em memória de Marisa Leticia, mulher de Lula falecida em 2017.

"Quero ver quem é o 'católico' que celebrará a 'missa'", perguntava-se nas redes sociais um católico em tom de desafio minutos antes do encontro. "A CNBB deve explicações aos católicos por apoiar um evento de resistência contra uma ordem judicial, protegendo um condenado por corrupção", desabafava no Facebook mais um. "A CNBB não nos representa", atirava outro. "A CNBB é um antro de comunistas!", sentenciava, finalmente, um quarto.

Não é a primeira vez, nem será a última, que a CNBB é acusada de esquerdismo, socialismo, lulismo, petismo, marxismo ou comunismo. Há quem se refira a ela, aliás, como

Conferência Nacional dos Bispos Bolivarianos.

Já neste ano, o seu presidente, cardeal Sérgio da Rocha, fora criticado por dizer que a entidade rejeitará "candidatos que promovam ainda mais a violência", no que foi entendido como indireta a Jair Bolsonaro, candidato pró-armas, pró-tortura e pró-pena de morte do PSL. Noutra ocasião, clérigos da CNBB participaram, sob a indignação de alguns fiéis católicos, no Fórum Social Mundial, de Salvador, que está para os críticos do capitalismo mais ou menos como o Fórum Económico Mundial, de Davos, está para os capitalistas.

Logo no início da era Temer, a CNBB já fora radicalmente contrária a uma das mais estruturais medidas do novo governo, a PEC 241, proposta de emenda à Constituição que limita gastos públicos por 20 anos, incluindo na saúde e na educação.

Ouvidos pela reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* às vésperas de participar na 56.ª Assembleia Geral da CNBB, no santuário de Aparecida do Norte, padres admitiam que "os olhos da Igreja estão voltados para o país porque a Igreja não está na Lua". "O momento que nós vivemos é muito complexo, com uma radicalização que vai-se consolidando e começa a traduzir-se em manifestações de intolerância e até de violência, tanto a física quanto a verbal."

Há exemplos históricos, vastamente documentados, da luta da Igreja Católica contra o regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, ao lado, portanto, de Lula e de outros. Num país como Portugal, onde é mais ou menos pacífico que governo e Igreja Católica foram sócios durante o Estado Novo, na pessoa dos amigos de adolescência Salazar e cardeal Cerejeira, pode soar estranho que no "país irmão" uma



A nata da esquerda, toda reunida em meia dúzia de metros quadrados, não gerou tanta expectativa e atenção, no entanto, como outra figura: D. Angélico Bernardino, bispo emérito de Blumenau

boa parte do clero, ainda para mais a sua cúpula, seja conotada com a agenda das forças de esquerda – no plano estritamente político, claro, porque há questões sociais, legalização do aborto acima de todas, que os separam irreversivelmente.

O lado religioso mais conservador na política – e também nos costumes – é representado pela Bancada da Bíblia, na sua maioria composta por deputados cristãos evangélicos de partidos de centro-direita e direita.

No maior país católico do mundo (e segundo maior evangélico) é redutor e até perigoso dizer-se que os bispos católicos estão mais próximos de Lula, ou de alguém da sua área, nas eleições de outubro e que os líderes evangélicos se alinham todos com o candidato Bolsonaro, o tal que a CNBB parece rejeitar.

Mas que um bispo católico abraçou Lula no momento da sua prisão e que Bolsonaro foi batizado pelo pastor Everaldo, membro destacado da Assembleia de Deus, ex-candidato presidencial, presidente do Partido Social Cristão e delatado na Lava-Jato, nas águas do rio Jordão, isso são factos.

UM PONTO É TUDO Marcelo em nosso nome



FERREIRA
FERNANDES
JORNALISTA

Há os que juntam e há os que separam. Ontem mandámos um dos que juntam a representar-nos. Nas Cortes Gerais espanholas, Marcelo Rebelo de Sousa foi recebido pelos congressistas com um silêncio contido. Espanha vive um grave drama político que pode degenerar em país rasgado. Na nossa democracia, e na deles, já quatro Presidentes portugueses tinham estado ali, na tribuna, falando ao hemisfério. Mas nunca acontecera os senadores e os deputados espanhóis estarem tão graves para ouvir o Presidente vizinho. Claro, tudo que por cá acompanhou a recente crise à volta do separatismo catalão tem sublinhado, sem dúvidas, a posição oficial de Lisboa: problema interno de Espanha, e só. Mas era sempre possível um deslize ou uma frase ambígua... Marcelo falou em português, passou para o espanhol e rematou na sua língua. E fez mais do que não errar. Pegou nos dois povos e navegou com eles por onde foram grandes: pelo que ambos juntaram do mundo, para todos os povos do mundo. Como essa metafórica viagem que começou sob o mando do transmontano Fernão de Magalhães e acabou com o basco Juan Sebastián Elcano. "Vós e nós", "nós e vós" – Marcelo falou sempre de dois, como dois e juntos. Ironizou com as comuns ilusões históricas: "Acreditámos que podíamos parar o tempo com um tratado [o de Tordesilhas]". Passeou pela história sem a mitificar: "Propagámos valores e modos de vida e destruímos outros." Na casa alheia, falou da viagem de ambos mesmo quando ela foi, quase sempre, em separado. "Nós e vós", "vós e nós". Cunhou: "Ambos elegemos o mundo como nossa casa." Lembrou: "Tudo isto tivemos em comum e, no entanto, tardámos em compreender-nos." E disse a palavra-chave: "Fraternidade." No fim, todos se levantaram e aplaudiram. Alguns deputados independentistas cantaram *Grândola*. Enganaram-se, é uma canção que junta, canta a terra da fraternidade. Palavra que une.

Gabarrón

Este inverno, o frio fica lá fora...
Não precisa de um grande orçamento, uma casa confortável é feita de boas decisões!

ACUMULADORES DE CALOR E EMISSORES TÉRMICOS

Proporcionam aquecimento 24h/dia, consumindo eletricidade apenas em período de tarifa reduzida.
Fácil instalação, sem necessidade de obras!

Exposição: Rua Santos Bernardes Edif. Arandis loja i3 Torres Vedras Tm.: 917 212 497 • acumuladoresgabarron@clix.pt





CARTAS DO BRASIL

Fazer e roubar

JOÃO ALMEIDA MOREIRA
 em São Paulo

N o país em que os marqueteiros políticos modernos são os mais bem pagos do mundo, foi um slogan do longínquo ano de 1956 que alcançou a eternidade. O "Ademar rouba mas faz", que começou por ser um ataque de Paulo Duarte a Ademar de Barros, ambos candidatos à prefeitura de São Paulo, passou não só a lema do visado como ainda o levou à vitória eleitoral meses depois.

O "rouba mas faz" é também sintoma do triste fado dos brasileiros: como jamais sonharam com um governante que fizesse sem roubar, a escolha, salvo curtíssimas e raríssimas exceções, sempre foi entre um que roubasse mas fizesse e outro que roubasse e nem sequer fizesse.

Abrindo aqui um parêntesis, talvez como resposta a essa trágica escolha, dois anos depois daquela eleição nasceria na mesma São Paulo o voto *non sense*, desde então tradição eleitoral brasileira: Cacareco, uma rinoceronte fêmea emprestada à cidade pelo zoológico da vizinha Rio de Janeiro, superou Ademar e toda a concorrência e obteve cem mil votos - declarados nulos, claro.

Sepultada a ditadura militar em 1985, que como todas as ditaduras, mesmo que faça qualquer coisa, rouba desde logo a liberdade de voto, o Brasil viveu já em democracia sob o governo retrógrado de José Sarney, a gestão absurda de Collor de Mello e a presidência tampão de Itamar Franco, antes de chegar a Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Com preparação intelectual invejável, visão social-democrata e sucesso no Plano Real, que salvou os brasileiros de inflação anual de quatro dígitos, FHC foi um presidente positivo.

No entanto, não conseguiu fugir das profundas forças do atraso - aqueles velhos caciques que vendem o apoio ao governo, seja ele qual for, em troca da perpetuação dos seus inconfessáveis privilégios. O urbaníssimo sociólogo

amantizou-se no Congresso Nacional com, entre outras criaturas do tipo, o *godfather* parlamentar da época: Antonio Carlos Magalhães (ACM), um "coronel" baiano que sempre roubou mais do que fez.

Em suma, as reformas acertadas de FHC não impediram a elite atrasada de continuar a saquear como sempre saqueou.



Sergio Moro é um mouro de trabalho, capaz sozinho de produzir mais sentenças num ano do que os 11 tagarelas do Supremo em dez. Ele é a prova de que o eterno slogan de Ademar sobrevive

Seguiu-se Lula, o tal que disse um dia que se Jesus fosse presidente do Brasil se aliaria até com Judas. Com o Plano Real do antecessor a ajudar, "pela primeira vez na história do país", o seu bordão preferido, fez dos excluídos a prioridade do governo, com os resultados transformadores, aplaudidos por organismos independentes mundo afora, que se conhecem.

Mas não só: coligou-se ao putrefacto MDB, partido que é governo desde 1985 sem nunca ter elegido um presidente, e abraçou-se a Sarney e outros "coronéis" - ou Judas. Além de em troca de favores públicos ter oleado o seu governo com dinheiro das construtoras, Odebrecht à cabeça, prática comum a dinastias e dinastias políticas.

Resumindo, com Lula a vida do povo melhorou - mas a da elite atrasada, e rapinadora, também.

O fracasso do governo de Dilma Rousseff deveu-se, um bocadinho, à maré contrária internacional e, um bocadão, à sua desastrada política económica. Mas o *impeachment* teve como causa direta a falta de vontade da presidente em abraçar à tal elite atrasada do Congresso, traduzida pelo MDB e por mais meia dúzia de mini-MDBs entretanto nascidos. Ela não roubou nem fez.

O ódio que despertou no cacique Eduardo Cunha, o ACM ou Sarney do seu tempo, vem do dia em que vetou a indicação de *boys* dele para uns *jobs* numa estatal. Cunha, que hoje está preso, é do MDB, o partido do antigo presidente por Temer e hoje liderado por Romero Jucá, gravado a dizer que era preciso "trocar a Dilma pelo Michel para estancar a sangria da Lava-Jato". E continuar, portanto, a roubar.

Por falar em Lava-Jato, o incensado juiz Sergio Moro mora em casa própria em Curitiba e mesmo assim recebe um imoral subsídio de moradia à conta do contribuinte equivalente a cinco salários mínimos. Mas, corajoso e implacável, é um mouro de trabalho, capaz sozinho de produzir mais sentenças num ano do que os 11 tagarelas do Supremo em dez. Ele é a prova de que o eterno slogan de Ademar sobrevive.

UM PONTO É TUDO

O Museu dos Filetes de Cavala



FERREIRA FERNANDES
 JORNALISTA

O "Museu dos Descobrimientos", ou o "das Descobertas", ou o "Museu da Interculturalidade de Origem Portuguesa" ou o... enfim... museu do saudar aquele nosso partir pelo mundo fora encaulhou antes de chegar ao Bugio. Saiu polémica. Em Quinhentos, éramos menos e mais pobres e chegámos ao Índico, onde outros já tinham chegado, por exemplo, os chineses. Logo, Descobrimientos ou Descobertas, está bem, será desapropriado. Mas dando interculturalidade às muitas origens do navegador, há que reconhecer: os chineses, chegando ao Índico, embora antes, voltaram para trás; e os portugueses, apesar de depois, continuaram. E isso é de saudar, ou não é? Daí, qualquer que seja a tabuleta do museu, valeria a pena termos uma casa pública onde se mostrasse o ir dos portugueses pelo mundo fora, naquela faina de fazer pela vida e, entretanto, arredondar a Terra. Na semana passada, como contei aqui, o nosso Presidente referiu esse episódio (um pequeno velejar de mareantes mas um salto para a humanidade) com orgulho e sem jactância. Falava Marcelo para o Parlamento espanhol, para irmãos de idêntico destino, e recordou o que fomos (nós e eles). Sobre Tordesilhas, disse: "Acreditámos que podíamos parar o tempo com um tratado." Sobre o nosso papel, a grandeza e a miséria: "Propagámos valores e modos de vida e destruímos outros." Quer dizer, é possível assumirmos um Museu do... sei lá, e ao mesmo tempo não mitificar. E se é por causa do nome, para não parar a coisa eu proponho um: Museu dos Filetes de Cavala. É que estou impressionado com a afoiteza de um comerciante que abriu no Rossio uma bela loja onde vende conservas de peixe em azeite. Lá dentro, o bom sabor português. Cá fora, pintado na lata, além de caravelas, as datas do chegar e partir dos portugueses: "1488", contado com pequena frase sobre Bartolomeu Dias e a passagem do cabo das Tormentas para Boa Esperança... E há carapaus e sardinhas e polvo, cada um com a sua data e a sua história. É pouco douto, como também muitos eram ignorantes nas naus. Mas aquelas latas de conserva já fazem mais do que o museu encailhado que não singra por causa da tabuleta.

Gabarrón

Este inverno, o frio fica lá fora...
 Não precisa de um grande orçamento, uma casa confortável é feita de boas decisões!

ACUMULADORES DE CALOR E EMISSORES TÉRMICOS

Proporcionam aquecimento 24H/dia, consumindo eletricidade apenas em período de tarifa reduzida.
 Fácil instalação, sem necessidade de obras!

Exposição: Rua Santos Bernardes Edif. Arandis loja i3 Torres Vedras Tm.: 917 212 497 • acumuladoresgabarron@clicx.pt



GAMA ADS
 Acumuladores

ECOMBI
 Acumulador + Emissor

Toolheiros
 Eléctricos



CARTAS DO BRASIL

Pindamonhangaba

JOÃO ALMEIDA MOREIRA
São Paulo
JORNALISTA

A humanidade já consegue desenhar mapas astrais com precisão, anunciar o sexo do bebé às 20 semanas de gestação, calcular o dia e a hora do aparecimento da nova tempestade tropical, antever vida em galáxias distantes, mas não consegue garantir o nome do futuro presidente do Brasil, o país onde, diz-se, até o passado é imprevisível.

No entanto, aqui vai um prognóstico, provavelmente destinado ao ridículo: o próximo presidente da República é natural de Pindamonhangaba, pacata cidade a 150 quilómetros de São Paulo, cujo nome significa em tupi algo como "oficina de anzóis".

Foi lá que nasceu Geraldo Alckmin, o governador do estado de São Paulo de 2001 a 2006 e de 2011 até ao mês passado, quando teve, por lei, de abandonar o cargo para se apresentar como concorrente ao Palácio do Planalto em outubro.

Apesar de apresentar ferimentos leves do embate com a Lava-Jato, foi graças à operação que o candidato do PSDB viu os seus dois rivais internos - o gravemente atingido por ela José Serra e o morto e sepultado por ela Aécio Neves - desistirem de avançar. No interior do partido, ganhou ainda um braço-de-ferro, que a páginas tantas pareceu perdido, com uma criatura inventada por si, o prefeito de São Paulo João Dória, considerado muito mais carismático do que o criador.

Carisma, essa qualidade tão subjetiva, nunca foi o forte de Alckmin, em quem se colou como uma tatuagem a alcunha "picolé de chuchus" - sendo que picolé é sorvete e chuchu um legume sensaborão. Mem-

bro do Opus Dei, homem de gestos e sorrisos hirtos, adepto de serões no recato do lar e não das arrebatadoras baladas paulistanas, chamado de caipira (ou seja, de provinciano) pelas influentes alas do mais urbano e chique dos partidos brasileiros, enfrentou também a desconfiança de Fernando Henrique Cardoso, que preferia Luciano Huck, animador da TV Globo, como nomeado do PSDB.

Ultrapassados todos os obstáculos, Alckmin deve receber em semanas o apoio do MDB, o maior partido brasileiro, traduzido na liderança absoluta do campo de centro-direita nas eleições. E num tempo de antena superior a todos os rivais. E na indicação de Henrique Meirelles, elogiado ministro das Finanças do governo de Michel Temer, para seu vice-presidente.

Nada mau, para o anestesista de profissão nascido na década de 1950 numa família de origem libanesa em que todos os homens se chamam Geraldo José ou José Geraldo, à maneira dos Buendía de Macondo, na pacatíssima Pindamonhangaba.

Mais ou menos no mesmo ano em que Alckmin nasceu chegava a Pin-

damonhangaba José Euclides Ferreira Gomes Filho para assumir as funções de defensor público no tribunal local. Natural de Sobral, cidade do longínquo Ceará, Euclides sonhava um dia regressar a casa e assumar a prefeitura da cidade natal, cujos antepassados, de origem portuguesa, foram os primeiros governantes.

Teria de esperar perto de 20 anos. Entretanto, casado com uma menina local, viu nascer em Pindamonhangaba o mais velho dos seus filhos, a quem bafizou de Ciro, cinco anos menos um dia depois de noutra casa, não muito longe dali, ter nascido um tal de Geraldo José.

Ciro Gomes, que chegaria a prefeito de Fortaleza, a governador do Ceará, a deputado federal, a ministro de Itamar Franco e Lula da Silva e a marido da atriz Patrícia Pillar, é candidato à presidência da República pela terceira vez, pelo PDT, partido fundado em torno da figura de Leonel Brizola que perdeu algures no caminho a predominância na esquerda para o PT de Lula.

Com Lula preso, o candidato Ciro e Fernando Haddad, o plano B do PT, vêm limando arestas de forma a anunciar a lista de sonho das esquerdas: Ciro para presidente, Haddad para vice, com o PCdoB da candidata Manuela d'Ávila e o PSOL do concorrente Guilherme Boulos no bolo. Uma lista que unificaria o centro-esquerda assim como a de Alckmin agrupa o centro-direita. Ambas, pela força das máquinas partidárias que representam, asfixiariam ainda a dos outsiders Jair Bolsonaro, Marina Silva ou Joaquim Barbosa.

Qual dos pindamonhangabenses ganha? Não adianta tentar prever através do horóscopo porque são ambos do signo Escorpião. Como o ainda líder nas sondagens, Lula, diga-se de passagem.

Qual dos pindamonhangabenses ganha? Não adianta tentar prever através do horóscopo porque são ambos do signo Escorpião. Como o ainda líder nas sondagens, Lula, diga-se de passagem

UM PONTO É TUDO

Maio, o desejado



FERREIRA FERNANDES
JORNALISTA

A manhã, 3 de maio, é que começou o "Mai68". Uma das suas imagens de marca são as barricadas de Paris e as primeiras foram nesse dia. Mas encerrar aqueles acontecimentos entre essa data, 3, e o dia 30, quando o presidente De Gaulle discursou e inverteu o processo revolucionário, só tem como vantagem emprestar a coincidência de um grande e perturbador acontecimento histórico parecer ter respeitado um calendário mensal quase inteiro. Não foi assim: o nascimento do maio francês de 68 nem foi na Europa e aconteceu em data indeterminada ao longo do ano anterior. Já vamos tarde para comemorar o cinquentenário de uma "nova classe social", como lhe chamou o sociólogo Edgar Morin, o mais atento testemunho do impetuoso aparecimento dos jovens na política mundial. A escolher um lugar, o *campus* da universidade na californiana Berkeley, onde os adolescentes lutaram contra a autoridade professoral. O que nos evoca uma cruel ironia caseira: por cá, decorrido meio século, Berkeley, o berço da contestação jovem, foi recentemente badalada por um escândalo nacional com base no respeitinho parolo pelos diplomatas, mesmo os falsos... A causa próxima dessa revolução foi das mais comuns. O Golias de então (o império americano) estava a ser derrotado; e o David (os vietnamitas) estava suficientemente longe para não mostrar o lado negro da sua ditadura, mas bem perto, nos telejornais, para ser visto como pequeno herói resistente. A esse conflito juntou-se a falta de comparação do outro império, Moscovo, por estar desacreditado como candidato a novo Golias... Desde 1967 e ao longo de todo o 1968, houve mais 68 nos Estados Unidos, Brasil, Itália, Polónia, México... E o francês cunhou a marca porque soube teorizar a herança, a utopia; soube evidenciar os seus protagonistas, como o jovem Cohen-Bendit; deixou herdeiros, como a luta pela igualdade das mulheres. E, sobretudo, acabou bem. Há semanas, escrevi sobre o belo testemunho de um filho de maio, que lá não esteve. Em filme-documentário, o brasileiro João Moreira Salles escreve à mãe, já falecida, desejando que ela tivesse vivido a explosão radiante, o êxtase histórico daqueles dias de maio. Ao documentário chamou-lhe *No Instante Agora*. São tão raras as revoluções que até às mães as desejamos...



LISBOA A COMPOSTAR OUTRA FORMA DE RECICLAR

INSCRIÇÕES ABERTAS <https://lisboaacompostar.cm-lisboa.pt>



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL



O que se passa com o Brasil?

Análise de uma brasileira em Portugal

JULIANA IORIO
JORNALISTA, DOUTORANDA
EM MIGRAÇÕES PELO
IGOT - UNIVERSIDADE DE LISBOA

Como brasileira, tem sido muito difícil não me posicionar perante o que está a acontecer no Brasil. Como brasileira, que vive em Portugal, tem sido mais difícil ainda ver *opinion makers* portugueses posicionarem-se sobre o que está a acontecer naquele país sem saberem realmente o que se passa por lá. Então vamos lá esclarecer algumas coisas: para começar, quem não conhece o sistema de classes sociais brasileiro dificilmente conseguirá entender o que está a acontecer. Não sou uma estudiosa do tema, mas como brasileira tenho um conhecimento empírico sobre o assunto, afinal, foram 25 anos a viver lá. Neste sentido, enquanto os de fora apontam a desigualdade social como um dos principais problemas do Brasil, eu vejo que o problema da maioria da população brasileira é já não encarar isso como um problema. Ou seja, tornou-se normal viver num país com uma pequena parcela da população muito rica, uma grande parcela muito pobre e uma maioria que sempre viveu no limbo (nunca foi rica mas também nunca foi pobre).

Esta maioria chamada classe média foi a que sempre sofreu mais com as políticas instituídas naquele país (e com a corrupção que sempre foi inerente a essas políticas), pois, diferentemente dos pobres, possuía dinheiro para pagar o que devia e, ao contrário

dos ricos, não tinha dinheiro suficiente para fugir ao pagamento do que devia (ou seja, para corromper, subornar, e assim não pagar). Neste sentido, esta classe passou a trabalhar com foco em dois objetivos: aproximar-se cada vez mais dos ricos e afastar-se cada vez mais dos pobres.

Tendo em conta o primeiro objetivo, a classe média, espelhando-se nos exemplos dos ricos (classe alta), também começou a contornar, ou a fechar os olhos, determinadas coisas. Por exemplo, num país onde todo mundo sabe que prostíbulos são proibidos por lei mas existem determinadas boates que funcionam como tal; num país onde todo mundo sabe que continuam a existir cafetões (também proibidos por lei) mas estes são chamados "empresários", aqueles que fingem não saber é porque, de alguma forma, também passaram a aproveitar-se disto.

Considerando o segundo objetivo, obviamente que a classe média não gostou quando começou a emergir uma "nova classe média" (média-baixa) no Brasil. E foi neste sentido que eu cansei de ouvir, durante os governos Lula e Dilma, comentários do tipo: "Onde já se viu? Agora empregada doméstica quer ter direitos, quer ter carteira de trabalho assinada e etc!"; "Onde já se viu? Agora "qualquer um" anda de avião!"; "Onde já se viu? Agora fulana não quer mais trabalhar como faxineira, quer estudar, arrumar um trabalho melhor!"

Por isso, custa-me a acreditar que a classe média, algum dia, tenha tido real interesse em acabar com a corrupção naquele país. Foi o receio de perder os benefícios

Custa-me a acreditar que a classe média, algum dia, tenha tido real interesse em acabar com a corrupção naquele país

que esta corrupção também lhe proporcionou que fez que esta classe anísse com os interesses de políticos e empresários da classe alta, contribuindo para a atual situação do Brasil.

Se o intuito fosse o de realmente acabar com a corrupção, como ninguém nunca questionou o absurdo de dar amparo legal às chamadas "delações premiadas"? Ora, se aqueles que comprovadamente roubaram e foram descobertos têm de delatar para reduzir as suas penas, se o que os motiva é um "prémio final", como isto não é visto como uma espécie de corrupção?

Num país onde a violação dos direitos humanos é intensa, a começar pelo assassinio daqueles que defendem esses direitos; num país onde um ex-presidente (mas poderia ser qualquer pessoa) é acusado em primeira e segunda instâncias, mas constitucionalmente só poderia iniciar o cumprimento da pena após o esgotamento de todos os recursos possíveis e isto não aconteceu; num país onde muitos dos políticos que foram acusados e comprovadamente culpados têm conseguido manter-se fora da prisão por gozarem do foro privilegiado (um direito adquirido de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro), como é possível acreditar que "finalmente começou a fazer-se justiça no Brasil?"

Não, não se iludam os colegas portugueses... A corrupção é o *modus operandi* da sociedade brasileira. E enquanto não houver uma mudança na maneira de pensar e agir desta sociedade, a justiça só será vista nos *happy endings* das telenovelas daquele país.

UM PONTO É TUDO

Fiat lux



Ferreira Fernandes
JORNALISTA

Da primeira vez que Deus falou foi logo no começo do Génesis, o primeiro dos livros da Bíblia. Disse: "Fiat lux", faça-se luz. Aliás, a frase inteira é: "Faça-se luz e a luz foi feita." Mas isso foi Deus, que é todo-poderoso, a falar e a fazer; dos homens, já me contento com a intenção. Temos, então, um assunto de electricidade, mas não vou por aí, basta-me assinalar que os políticos que rem luz sobre o ex-ministro Manuel Pinho ter recebido mensalmente, enquanto ministro, um salário paralelo. O PSD foi o primeiro a pegar na candela e pretende que a sua, como foi à frente, alumie duas vezes. Não sei se é bem assim, mas o PS que não se deixasse atrasar! Agora, quando fez bem e também quer luz sobre Pinho, parece seguindo o outro - azarinho... Não me interessa quem fica com a taça, o que me cabe é aplaudir ambos, os dois partidos mais fortes que nos governam há décadas, e que, enfim, perceberam que devem explicações aos cidadãos espantados. Não digo que um é melhor do que outro ou o contrário - esse é o jogo dos vesgos. Quando um Presidente admitiu que ganhou, de um banco trafalva, um lucro de 132%, achei que devia ter havido um "Fiat lux" generalizado; quando um primeiro-ministro admitiu que um amigo, com empresas que negociara com o seu governo, lhe deu muito, muito dinheiro, achei que deveria ter havido outro "Fiat lux" generalizado. Note-se, antes, quando as acusações eram anónimas ou endrominadas por fontes obscuras, não me permitiu suspirar do tal Presidente ou do tal primeiro-ministro e publicitar palpites meus. Só declarei a minha desconfiança política quando - quer um quer outro - declararam contra si próprios factos graves a exigir explicações políticas claras. Entretanto, ausências sistemáticas de "Fiat lux" políticos, acompanhados de processos jurídicos demasiado longos e prendes de abusos, conduziram-nos ao perigoso clima de suspeição geral. O caso Pinho está integrado num processo jurídico ainda incipiente, a justiça que o resolve com o seu tempo e leis. Entretanto, saltou para o domínio público a suspeita, já referida, do alegado, e vil se for confirmado, pagamento extra do ministro. E, sim, os deputados e o Parlamento devem pôr a pergunta política simples a Manuel Pinho. Precisámos de ver pelo menos essa intenção de pequenina luz.



LISBOA A COMPOSTAR
OUTRA FORMA
DE RECICLAR

INSCRIÇÕES ABERTAS <https://lisboacompostar.cm-lisboa.pt>



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL



CARTAS DO BRASIL

Ciro e Benjamin

JOÃO ALMEIDA MOREIRA,
em São Paulo
JORNALISTA

Benjamin é um milionário com fortuna avaliada em perto de mil milhões de reais, o equivalente a 250 milhões de euros. Banqueiro de investimentos formado em Gestão de Empresas, fundou o maior grupo têxtil da América Latina. Participou ativamente no processo de privatizações no Brasil dos anos 1990, liderando os consórcios que adquiriram as gigantes Companhia Siderúrgica Nacional e Companhia do Vale do Rio Doce.

Filiou-se recentemente no Partido Progressista, um dos principais expoentes da direita brasileira, herdeiro do Arena, o partido-sustentáculo da ditadura militar, e hoje sólido aliado do governo de Michel Temer.

Nos tempos livres, é um entusiasta das corridas de cavalos e dono de alguns puros-sangues históricos no país.

Natural do Rio de Janeiro, divide-se entre a Cidade Maravilhosa e São Paulo.

Ciro, embora nascido no interior do estado de São Paulo, é um produto do carente e desigual Nordeste e não há notícia de que aposte em cavalos de corrida.

Advogado e professor universitário, pertence ao Partido Democrático Trabalhista, de esquerda, talvez a força parlamentar que mais se opôs à reforma laboral de Temer, considerado um avanço institucional pela direita e por patrões e um atraso civilizacional pela esquerda e pelos sindicatos.

Na economia, é "neodesenvolvimentista", corrente que defende o Estado como gerador de crescimento, como regulador dos sistemas produtivos e como principal meio de combate à desigualdade — uma ideia próxima da que norteou o governo Dilma Rousseff e que assusta nove em cada dez economistas.

Construiu a sua reputação como gestor público nos anos 1990, como prefeito de Fortaleza, governador do Ceará e ministro de Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. E considera Temer, apoiado pelo Partido Progressista, e a sua turma "a agente mais corrupta do Brasil".

Com estes bilhetes de identidade, seria natural que Giro, o político esquerdista, e Benjamin, o industrial direita, seguissem caminhos, senão antagónicos, pelo menos diferentes. Mas não: ao que tudo indica, Benjamin Steinbruch será nomeado candidato a vice-presidente na lista do concorrente ao Palácio do Planalto, Giro Gomes.

Na política brasileira, as cha-



O noivado de Giro com Benjamin não se sabe como terminará. Mas o mais comum é que matrimónios políticos cosidos nas teias do pragmatismo e das conveniências acabem em ódio, traição ou tragédia. Veja-se o caso de Dilma e Temer

pas (em Portugal, listas; nos Estados Unidos, *tickets*) presidenciais tendem a ser complementares, como a provável reunião Giro-Benjamin. Se o candidato à presidência é nordestino, o vice deve ser da região sudeste, de preferência do eixo Rio-São Paulo; se um é do sul, o outro convém ser do norte; não deve haver dois paulistas na mesma chapa, mas chapa sem nenhum paulista, o estado que representa quase um terço do PIB e quase um quarto da população, é suicídio; é muito comum também a união "café com leite", isto é,

alguém de São Paulo, região produtora de café, somado a alguém de Minas Gerais, região produtora de leite.

Além da geografia, contam o equilíbrio etário — se o candidato à presidência é muito jovem, precisa de um vice veterano — o de género e até de cor de pele.

Mas, sobretudo, é necessário alguém pró-mercado, marcadamente do setor produtivo, na equação: foi por isso que Lula, um ex-irritante nordestino-paulista vindo do sindicalismo, escolheu como seu vice José Alencar, um megaempresário mineiro — Josué, o filho de Alencar, é agora cobçado por Lula, ou por quem o suceder no Partido dos Trabalhadores, para a vice-presidência.

O casamento de conveniência entre Lula e Alencar, por acaso, resultou em pleno: saíram com 80% de aprovação dos palácios do Alvorada e do Jaburu, unidos por sincera e cúmplice amizade interrompida apenas na hora da morte do segundo, em 2011.

O noivado de Giro com Benjamin não se sabe como terminará. Mas o mais comum é que matrimónios políticos cosidos nas teias do pragmatismo e das conveniências acabem em ódio, traição ou tragédia. Veja-se o caso de Dilma e Temer.



SOLFÉRIAS
viajar aproxima

INFORMAÇÕES E RESERVAS NA SUA AGÊNCIA DE VIAGENS WWW.SOLFÉRIAS.PT

HOTEL ROYAL HORIZON 4*

PREÇO DESDE
910€
Partidas de Lisboa aos sábados

PREÇO DESDE
930€
Partidas do Porto às segundas

CABO VERDE
BOAVISTA

CARTAS DO BRASIL

A pátria em chuteiras

JOÃO ALMEIDA MOREIRA,
em São Paulo
JORNALISTA

O bloqueio dos caminhoneiros (camionistas) gera filas de 24 horas nas bombas de gasolina, cancela milhares de voos, deixa prateleiras de supermercado vazias, fecha hospitais e farmácias por falta de remédios, reduz rondas policiais, faz acumular toneladas de lixo. Mas confusão mesmo, com direito a xingamento aos grevistas e reações de desespero, é nas bancas de jornais (quiosques).

Cadê as figurinhas (cromos) da Copa? Para angústia dos colecionadores, e dos donos das bancas, estão bloqueadas numa estrada qualquer.

O episódio revela aquilo que toda a gente já sabe mas às vezes precisa de ver para crer: Copa do Mundo no Brasil é caso sério. Não o futebol - há pequenos países europeus que gastam mais tempo e saúde com ele - mas ela, a Copa do Mundo.

Todos os anos, crianças e jovens e mães e pais e avós por todo o Brasil pintam as ruas, as paredes, os prédios e as calçadas das suas ruas com as cores do país durante o mês do Mundial. Há quatro anos, nas vésperas do Mundial 2014, a imagem de um moleque descalço de 17 anos, de lata de tintas verde e amarela na mão, a colorir o passeio do seu bairro, em São Paulo, ficou na memória. Já lá vamos.

Luiz Felipe Scolari, no seu consulado como treinador de Portugal, insistiu que os portugueses usassem bandeiras na janela de casa durante o Eu-

ro 2004 porque no seu país isso é tão natural como respirar.

Nos dias de jogos dos canarinhos, então, é feriado. Pode-se circular sem trânsito na Avenida Paulista e mergulhar à vontade em Ipanema. Os solenes juízes do Supremo Tribunal Federal já anunciaram o adiamento da sessão do dia 17 de junho, que coincidia com o horário do Brasil-Sérvia, porque prioridades são prioridades.

É o país um dia definido por Nelson Rodrigues como "a pátria em chuteiras".

Apesar da crise, que levou milhões de brasileiros ao desemprego e à contenção rigorosa de despesas, a venda de televisões aumentou 42% em maio, segundo dados da Panasonic e da associação Electros. É sempre assim em ano de Copa, mas desta vez mais ainda porque o Magazine Luiza, rede gigante de eletrodomésticos, apelou em campanha publicitária ao segundo desporto nacional dos brasileiros, a superstição: "Não acredito que você vai assistir a esta Copa na mesma TV em que viu os 7-1", espalhou, numa alusão à humilhante goleada da Alemanha sobre o Brasil em 2014 e que virou até frase feita - "mais um golo da Alemanha..." - quando dois brasileiros comentam entre si a última mazela do país.

Em sentido contrário, sucedem-se reportagens com quem mantém em casa o velho televisor onde viu Pelé, Rivellino, Jairzinho, Tostão e companhia a conquistar o tricampeonato brasileiro de 1970, no México, ou de quem guarda como relíquia o radinho de pilha onde ouviu o mesmo Pelé, com Didi e Garrincha e Djalma e Nilton Santos conquistarem o mundo pela primeira vez, em 1958, na Suécia.

Apesar da crise, que levou milhões de brasileiros ao desemprego e à contenção rigorosa de despesas, a venda de televisões aumentou 42% em maio. É sempre assim em ano de Copa



É em torno desses velhos ou recém-comprados aparelhos que se vão reunir os mais fanáticos, aqueles que sabem de cor a vida e obra tanto do Neymar como do lateral da Arábia Saudita, e os menos, aqueles que até perguntam "quem é a bola?".

No, de longe, maior mercado, entre 130 países, da Panini, a produtora dos álbuns de figurinhas, todos eles, dos fanáticos de profissão aos de ocasião, compram-nas e trocam-nas como loucos. "Eu passo horas a fio com o meu neto a colá-las antes das Copas", disse um dia uma avó, chamada Dilma Rousseff, talvez na sua única declaração pública sobre futebol.

Um dono de banca de jornais, en-

retanto, contou em reportagem porque ficou quase imune ao efeito da greve dos caminhoneiros e ganhou filas de clientes. "Por norma, quando vou para casa à noite, deixo os jornais e as revistas dentro da banca, nem faço caso, mas levo as figurinhas da Copa num cofre, porque são elas que têm mais valor real e potencial."

Noutra reportagem, sobre as ruas e os passeios que começam a ser coloridos de verde e amarelo, revela-se a identidade do tal moleque de 17 anos fotografado de lata de tinta na mão a ajudar a pintar o seu bairro para a Copa de 2014. Chama-se Gabriel Jesus e é hoje, quatro anos depois, o dono da camisa 9 da seleção de Tite.



SOLFÉRIAS
viajar aproxima

INFORMAÇÕES E RESERVAS NA SUA AGÊNCIA DE VIAGENS WWW.SOLFÉRIAS.PT

HOTEL ROYAL HORIZON 4*

PREÇO DESDE

910€

Partidas de Lisboa aos sábados

PREÇO DESDE

930€

Partidas do Porto às segundas

CABO VERDE
BOAVISTA

Preço por pessoa única. Válido apenas para TAP em classe económica. 200 km de voos de Lisboa em dois voos. Taxas de embarque em classe económica com passagens de Porto, Transavia, 7 noites em quarto duplo standard em regime de tudo incluído. Taxas de embarque, segurança e sobrevivência 100€ de Lisboa a 240€ do Porto, seguras e com assistência a bordo. Seguro de viagem. Seguro de cancelamento. Seguro de assistência e assistência até à morte, seguro de acidentes pessoais. Seguro de assistência e seguro para o período de 02/06 a 25/06/2018 de Lisboa, a € 34,00 e 1€ de Porto.



www.dn.pt

QUARTA-FEIRA
6 de junho de 2018
Ano 154.º, N.º 54 468

Conselho de Administração Daniel Proença de Carvalho (presidente do Conselho de Administração), Victor Ribeiro (presidente do Conselho Executivo), Kevin Ho, Ricardo Oliveira, Jorge Correia, José Pedro Soares, Teresa da Graça, Paulo Rego, Philippe Y. Propriedade Global Notícias Media Group SA. Matriz: Lisboa. Capital social: 28 571 441,25 euros. NIPC: 502535369. Sede: R. Gonçalves Cristóvão, 195-219 - 4049-011, Porto. Tel: 222 069 100; Fax: 222 096 200. Filial: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º piso - 1800-269 Lisboa. Tel: 213 187 500; Fax: 213 187 501. Marketing e Comunicação Ana Maria Helena (diretora), Publicidade Lus Ferraes (diretor geral), Direção Comercial Paulo Pereira da Silva, Fernando Capela (agência) e Luís Bernardes (diretor). Detentores de mais de 5% do capital social: KNU Global Holding Limited - 30%; Controlinveste Media, SGPS, SA - 19,25%; José Pedro Carvalho Reis Soares - 13,25%; BCP SA - 10,5%; Novo Banco SA - 10,5%; Grandes Notícias, Lda - 10,5%. Impressão Gráfica Funclim (Rua do Capelão Nossa Senhora da Conceição, 50, Matrelana - 2715-029 Paredes) Assinaturas: 707 200 508. Custo das chamadas da rede fixa 0,10€/minuto e da rede móvel 0,25€/minuto, sendo ambas taxadas ao segundo após o primeiro minuto. Valores sujeitos a IVA. Desúteis, das 07h00 às 19h00. Fax: 229 417 678. E-mail: apoiosclientes@noticiasdirect.pt



CARTAS DO BRASIL

A vírgula

JOÃO ALMEIDA MOREIRA
em São Paulo
JORNALISTA

Começa a funcionar a seleção natural nas eleições presidenciais brasileiras: primeiro, tombaram as candidaturas dos representantes do "novo na política", como o apresentador de televisão Luciano Huck e o ex-presidente do Supremo Joaquim Barbosa, e na semana passada caiu a do exemplo do "caduco na política", o atual presidente Michel Temer.

A Temer, que foi preterido no seu partido, o MDB, em favor do seu ex-ministro das finanças Henrique Meirelles, resta lutar depois de Outubro por um cargo na administração pública que lhe permita manter o foro privilegiado e assim ir adiando a sua mais do que provável prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, organização criminosa e obstrução de justiça em quatro processos.

O presidente é acusado de favorecer empresas do setor portuário, em maio de 2017, de ter jantado no Palácio do Jaburu com executivos da Odebrecht para reunir cerca de 2,5 milhões de euros em doações ilícitas de campanha em 2014, de liderar, por anos, uma quadrilha do seu partido suspeita de desviar o equivalente a 150 milhões em subornos e, o mais mediático de todos os casos, de ser o destinatário daquela mala de dinheiro entregue ao seu assessor especial numa pizarria por um executivo da JBS no ano passado.

Essa mala surgiu na sequência de um encontro clandestino nas caves do Jaburu com Joesley Batista, dono da JBS, onde o primeiro pergunta por

meias palavras se deve continuar a pagar mensalidades a um eventual delator preso e obtém como resposta presidencial um, entretanto celezizado, "tem de manter isso, viu".

Essa infame gravação, somada ao facto de Temer não ter sido eleito para o cargo que ocupa, de ter conspirado pela surdina a queda da antecessora, de lhe faltar simpatia natural e de o seu governo ser composto por corruptos de longo cadastro desaguou numa impopularidade perene, imutável, definitiva.

Mas o "marqueteiro" oficial também não ajudou: Elsinho Mouco, assim se chama ele, é descrito num perfil na revista *Época* como um rico herdeiro, que ostentou bóldes e namoros com subcelebridades ao longo da vida, até descobrir, já na maturidade dos 50, vocação para o marketing político.

Conheceu Temer, pelas portas e travessas dos meios que ambos frequentam, e encarregou-se logo de rascunhar o *design* do novo governo nos primeiros dias pós-*impeachment*: optou pelas palavras "Ordem e Progresso" sobre um círculo azul cheio de estrelas. Ou seja, pela bandeira do Brasil, símbolo com provetos 129 anos. E ainda escolheu mal porque usou a versão antiga, a mesma dos militares, dando o

Eis, talvez por lapso freudiano, o perfeito resumo do governo Temer, segundo o seu marqueteiro oficial: uma vírgula na história do Brasil. Entre sujeito e predicado

mote para o governo de desordem e retrocesso que aí vinha.

Mais tarde, pensou em associar, em vídeo, o consulado de Dilma Rousseff aos 7-1 da Alemanha ao Brasil na Copa, ideia morta à nascença por aviso de processo dos advogados de Luiz Filipe Scolari, selecionador à época do desaire.

Noutro rasgo, tentou contrapor ao "Fora Temer!", a palavra de ordem mais repetida por milhões de brasileiros em manifestações ao longo de dois anos, um infrutífero "Bora Temer!"

Quando o presidente nos finais de 2017 ameaçou candidatar-se teve, talvez, a sua *magnum opus*: sugeriu a frase do próprio Temer no encontro clandestino com o corrupto Joesley "tem de manter isso, viu" como *slogan* para a campanha de recondução.

Rejeitada a ideia de Mouco e abandonada a candidatura de Temer, o "marqueteiro" concentrou as suas baterias criativas na celebração dos dois anos de governo, festejados no princípio deste mês. Precisava de uma frase que sublinhasse o cariz reformista do presidente, por um lado, e os avanços na economia, por outro. Após do palanque onde Temer, solene, discursava, surgiu o resultado, desastroso, em forma de cartaz: "O Brasil voltou, 20 anos em dois". O país, sob Temer, retrocedeu duas décadas?, perguntaram-se, confusos, os brasileiros.

Consta que, no limite da paciência, o presidente rasgou o cartaz logo após o discurso, enquanto Mouco repetia "a vírgula, está lá uma vírgula" para se defender.

Eis, talvez por lapso freudiano, o perfeito resumo do governo Temer, segundo o seu marqueteiro oficial: uma vírgula na história do Brasil. Entre sujeito e predicado.

UM PONTO É TUDO

Foi Pessoa agente dos russos?



FERREIRA FERNANDES
JORNALISTA

Já nos habituámos ao caso Trump, vamos tendo o caso Bruno e, como vimos com Arkady Babchenko, na semana passada, estamos prontos para tudo. Relembro o último porque é comum nos hospícios os casos varrerem-se nos e os mais recentes partem mais depressa da memória. Babchenko é o jornalista russo exilado na vizinha Kiev, capital da Ucrânia, onde foi assassinado a mando dos russos de Putin. O próprio morto até apareceu no dia seguinte, numa conferência de imprensa, a denunciar o assassinio e a mostrar imagens em que o seu assassino estava a ser preso. Ao lado de Arkady Babchenko, também falou um polícia da secretaria ucraniana, explicando que o anúncio do assassínio e o desmentido — a *fake news* montada — eram necessários, o que foi confirmado pelo ex-cadáver. Os colegas chorosos deste rejubilar, vimo-los em direto, em quadradinho mais pequeno na pantalha, onde este estranho mundo moderno nos entra em casa todos os dias... Ontem, a polícia ucraniana revelou uma lista de 47 nomes, jornalistas e ativistas, em Kiev, potenciais alvos dos russos. Depois da revelação, alguns dos visados (na lista, mas ainda não pelas pistolas russas) já vieram dizer que suspetam do tal perigo. Resumindo, a questão é basicamente esta: dos russos espera-se tudo; então, o melhor é inventar mais do que tudo. E a minha crónica é para trazer um certa normalidade, e até tradição, a isto. O meu velho e querido jornal, o DN, noticiou, em 1930, o suicídio de Aleister Crowley na Boca do Inferno. Crowley era uma personalidade internacional, um mago que inspirou um romance a Somerset Maugham e é citado no *Paris É Uma Festa*, de Hemingway. Ele correspondia-se com Pessoa, por causa do interesse comum pela astrologia, veio a Portugal e acabou tragicamente naquele tumulto de água e rochas em Cascais. Pessoa, que se encontrara com Crowley, testemunhou na polícia e falou, então, para o nosso DN. Pois bem, pouco depois, há uma carta do poeta ao que viria a ser o seu biógrafo, João Gaspar Simões, sobre o triste acontecimento. Revela Fernando Pessoa, na sua carta: "Crowley, que depois de se suicidar foi para a Alemanha, escreveu-me há dias." Aliás, Aleister Crowley só viria a morrer em 1947, uma dúzia de anos depois de Pessoa. Isto para vos dizer que já conhecemos a modernidade há muito e não precisamos do perigo de Putin à porta para ter imaginação.

Gabarrón

Este inverno, o frio fica lá fora...
Não precisa de um grande orçamento, uma casa confortável e feita de boas decisões!

ACUMULADORES DE CALOR E EMISSORES TÉRMICOS

Proporcionam aquecimento 24h/dia, consumindo eletricidade apenas em período de tarifa reduzida.
Fácil instalação, sem necessidade de obras!

Exposição: Rua Santos Bernardes Edif. Arandis loja i3 Torres Vedras Tm.: 917 212 497 • acumuladoresgabarron@clix.pt



O ódio de uns pelo Brasil dos outros



Bolsonaro não conseguiu o que conseguiu por falar para as franjas. Foi a falar para a maioria.

Catarina Carvalho



Uma das agressões da semana passada: cruz suástica marcada na barriga de uma jovem.

O que tem sido o Brasil depois do pré-anúncio da eleição de Jair Bolsonaro já dá para ter uma ideia do que vai ser o Brasil depois da quase certa eleição de Jair Bolsonaro. E não, não vamos fazer conversa mole, para usar uma expressão adequada. Falemos de factos. Nesta semana o Brasil foi a morte de Moa do Katendê, um mestre de capoeira com 63 anos, com 12 facadas por uma discussão política.

Foi o atropelamento do cineasta Guilherme Daldin por um carro, em Curitiba, enquanto festejava a vitória de um apoiante de Ciro Gomes, quer dizer um adepto do centro. Foi a prisão e o espancamento de uma mulher que grafitava numa parede de São Paulo #elenão. Os polícias que a prenderam não a libertaram enquanto ela não disse #elesim. Foi a agressão de um estudante da Universidade do Paraná, por estar vestido com uma camisa encarnada, de apoiante do PT. Uma jornalista foi esfaqueada e ameaçada de estupro. Uma suástica foi gravada, com lâmina, na barriga de uma jovem: ela tinha um autocolante com um arco-íris e mais um #elenão. Um cão que ladrrou contra uma caravana de campanha pró-Bolsonaro, na Bahia, foi morto com três tiros por um homem que saiu de um dos carros.

Uma semana bastou para acontecer o que era de prever. Do Brasil do sorriso, da tolerância, da paquera fácil – lugares tão comuns como verdadeiros – para o Brasil do ódio. Não um ódio com qualquer fundo de razão, mas o mais ancestral dos ódios, ao outro, ao diferente. O que nos une é também o que nos protege do que nos separa. Há anos que isto se investiga na filosofia, na antropologia e noutras ciências sociais.

Nas democracias liberais ocidentais, como era o Brasil, há uma maioria de uns e umas franjas de outros. E o que levou Bolsonaro ao lugar de destaque que hoje tem não foi a parte mais radical do seu discurso, a que fala para as franjas. Foi o que nele apela à maioria, a de serem protegidos dos outros. Sorte dele, azar o nosso, há hoje variadas necessidades de proteção. Dos deserdados de sempre, abandonados por um sistema que protege elites corruptas, às próprias elites que se sentem ameaçadas pelos deserdados e pela violência endémica, passando pela esmirrada classe média.



O repórter fotografou um rabo que era uma manifestação política, no Brasil.

Tantos para se sentirem “uns” face aos “outros”. Suficientes tantos para serem uma grande tribo. Acontece que o tribalismo leva ao preconceito, ao ódio. A rápida transformação disso em violência indica que o ódio sempre esteve lá, atrás do sorriso, como pressão em panela antes de explodir.

Um dos alvos da violência a seguir à primeira volta foram os gays, como detetou o correspondente do DN no Brasil, João Almeida Moreira. Em reportagem falou com os que se sentem ameaçados e com vontade de emigrar para Portugal. “Parece que os preconceituosos é que estavam escondidos no armário”, dizia-lhe um advogado de São Paulo.

Regressamos a este assunto hoje porque era deste conflito que falava a capa da semana passada do DN, muito criticada nas redes sociais. Nessa altura era latente, agora é evidente. Aquela foto que publicámos era a foto de uma manifestação anti-Bolsonaro pelo amor livre. Era uma manifestação política, onde alguém colocou um autocolante no rabo para ser fotografado. Uma pessoa – homem ou mulher, não se sabe nem pela foto nem pela manifestação, que uniu gays, mulheres, homens e todas as variantes sexuais – participou numa manifestação e colocou sobre as suas meias de rede um autocolante. Politizou-as, e às suas nádegas.

O fotógrafo da Reuters fez o seu trabalho: fotografou. O rabo, as meias, o autocolante anti-Bolsonaro. Aquela câmara foi de repórter – um profissional enviado fotografou o que estava a acontecer e a sua imagem disse o que acontecia. Aquele jornalista viu e contou – a divisão e o protesto. O DN escolheu a foto e publicou o título: “Brasil dividido”. O Brasil dos outros contra o Brasil de uns. Tão atual na semana passada como hoje. Quando houver outras nádegas igualmente políticas, cá estaremos para dar notícia delas.

Índice

Poder. Págs. 4 a 11

Orçamento Em busca do défice zero

Entrevista Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP, defende mais aumentos na função pública.

Tancos A difícil relação entre a instituição militar e os ministros da Defesa

Vida e Futuro. Págs. 16 a 27

Saúde 2222, um número para as emergências dentro hospital

Penamacor O interior de Portugal como refúgio para os britânicos anti-brexit

Mundo. Págs. 30 a 39

Brasil Como o PT está a perder a guerra da rejeição para Bolsonaro

Desporto. Págs. 42 a 47

Amadora A segunda vida do Estrela

Perfil De conselheiro de Belmiro a advogado (e amigo) de Cristiano Ronaldo

Urbano. Págs. 48 a 50

Richard Zimler Um livro que vai irritar os judeus e talvez não entre em Serralves

Opinião.

“O que poderá levar os brasileiros a escolher para presidente um homem que fala e se comporta como um delinquente? Ou os norte-americanos a suportarem uma criatura indigna de crédito e confiança como Trump?”

Viriato Soromenho-Marques

A falta que ele nos faz



Ruy Castro

"Amor" tem sido uma palavra quase sem uso no Brasil ultimamente. E não há dicionário que comporte os seus antónimos – nos quais estamos mergulhados.

Quem conheceu a casa de Tom Jobim no Jardim Botânico, no Rio, nos anos 1980 e 90, não conseguia deixar de se surpreender. Na estante de sua sala, poucos livros sobre música. Mas, ocupando as prateleiras, tomando a tampa do piano e empilhando-se sobre poltronas, alguns livros de poesia – e muitos dicionários. Dezenas de dicionários, em várias línguas e de todos os géneros: analógico, etimológico, de sinónimos, folclore, pássaros, tupi-guarani, gíria brasileira, gíria americana.

Fazia sentido. As notas musicais, que Tom usava para trabalhar, ele já trazia todas na cabeça. Não precisava tê-las impressas para saber como soavam. Mas as palavras, sua grande paixão, não podiam ficar soltas pela casa. O lugar delas era dentro dos livros, em forma de poemas, ou dos dicionários, como exércitos de reserva, de plantão para o combate, para a esgrima das ideias. As palavras dominavam também boa parte das conversas de Tom em mesa de bar. E não importava muito o interlocutor. Na verdade, era como se ele dialogasse com elas, mais do que com a pessoa à sua frente.

Uma de suas fixações eram as palavras que começavam com "al", denotando a presença árabe na Península Ibérica e, daí, entre nós no Brasil. "Alarido, alalde, alazão, albormoz, Albuquerque, alcachofra, alcaçuz, alcaide, alcaparra, alcateia,

alcatifa...". ele as ia desfilando, até que algum engraçadinho – o que era invariável – o interrompesse, citando o gangster Al Capone. Ele ria. Acho até que desafiava o rosário de "als" para provocar a menção a Al Capone – e, se era assim, não fui o único a morder o isco.

Para quem gosta das palavras, a leitura de um dicionário etimológico pode ser tão emocionante quanto a de um romance de capa e espada. Aliás, os *quid pro quo*s são parecidos: a língua também comporta a luta de classes, a sobrevivência das espécies, manobras económicas, trocas comerciais, invasões estrangeiras, correrias, perseguições, fugas. A diferença é que, em vez de damas de peruca empoadas e heróis mascarados, os protagonistas são as palavras. Há palavras que entram na língua disfarçadas e pela janela; outras que desaparecem e são esquecidas e, um dia, são encontradas mortas num sebo de livros. E há ainda outras que surgem de repente, brilham por um momento nos salões, e também acabam abandonadas. Os dicionários contam, em pilulas, tudo que aconteceu na língua.

Eles nos ensinam também sobre a nossa índole. Quem diria, por exemplo, que palavras como "botequim", "malandro" e "baderna" – três vocábulos que, às vezes, andam juntos até altas horas – não vieram do carioquês castiço ou de uma remota raiz africana, mas do italiano? Tendo "baderna" (desordem, confusão) nascido de uma dançarina italiana, Maria Baderna, que atuou no Rio em 1851 e dei-

zou os estudantes em polvorosa, fazendo... baderna pelas ruas. E quem diria também que "bossa" (inchação, protuberância, mas também aptidão, queda, vocação) vem do francês *bosse* e se usa em português desde o século XVIII? Ou que Garrincha, o jogador cujo nome derivou de um passarinho chamado garricha, pode ter que ver com "garrir", do latim *garrere*, significando ressoar, tagarelar, chilrear? E não é interessante que "moleque" (indivíduo sem palavra ou sem seriedade, canalha, velhaco, patife) esteja regredindo em São Paulo a seu sentido original em quimbundo, *mu'leke*, menino, rapazote?

Tudo isso me ocorreu outro dia ao ouvir um antigo disco de Jobim, composto exclusivamente de músicas que falam da natureza, do ambiente, da conservação. Algumas delas eram *Águas de Março*, *Sabidá*, *O Boto*, *Estrada do Sol*, *Chovendo na Roseira*, cada qual mais delicada, eterna, definitiva. Tive de me beliscar para me convencer de que Tom já não está entre nós. Sua produção de beleza ao piano, seus jogos de palavras em mesas de botequins, seu amor ao Brasil, tudo isso cessou de repente numa sala de cirurgia em Nova Iorque, em dezembro de 1994.

"Amor" tem sido uma palavra quase sem uso no Brasil ultimamente. E não há dicionário que comporte os seus antónimos – nos quais estamos mergulhados. *Jornalista e escritor brasileiro, autor, de entre outros, Chega de Saudade – A História e as Histórias da Bossa Nova (Tinta da China).*

Um estado educativo clandestino



Germano Almeida

O governo está a pôr-se a jeito para ser assim maltratado. No ano passado, por exemplo, adjudicou a confecção dos manuais escolares

A propósito da abertura do ano escolar, o grupo parlamentar do PAICV concebeu uma verdadeira catilinária contra o governo que, no mínimo, acusa de estar a mal gerir as escolas do país, e no máximo o país em geral. Não terá sido certamente por acaso que, para exercer essa função de Cícero das ilhas, escolheu uma sua deputada antiga ministra da Educação, pessoa que durante largos anos nesse cargo não terá merecido desdouro ou reparos da sociedade, e a quem, portanto, os da situação não podiam apontar rabo de palha.

Foi uma acusação em crescendo, tipo tsunami. Como quem não quer a coisa, a Cícero de saias começou com as saudações da praxe, lembrou que Cabo Verde está graduado como país de renda baixa, e que, não obstante os sucessos nacionais reconhecidos e louvados além-fronteiras, continua sendo um país vulnerável, não se compadecendo por isso com hesitações, estagnações ou recuos...

Eu vi logo que esse prólogo assim cordato não antecipava nada de bom. Ouvia a senhora e pensava, A seguir vai sair chumbo grosso... É o mal de não se conhecer as estórias da terra, lembrei-me de um regedor em Santo Antão que quando duas partes se lhe apresentavam a pedir justiça e no meio da discussão uma delas começava,

Sr. Regedor, com atenção e devido respeito!... ele saltava da sua cadeira para tapar a boca do peticionário, Calate, gritava, não digas mais nada! porque já sabia que após aquelas palavras educadas ia necessariamente sair asneira a impedir qualquer acordo.

Ora muito bem, ninguém da situação se lembrou de *incontinenti* tapar a boca à destemida deputada, e aí, livremente, abertamente, com palmas dos colegas de bancada, ela pôde contar as dores de pais e alunos e professores: que foi só após a abertura do ano letivo em setembro que se ordenou um concurso para a colocação de cerca de 300 professores que portanto só entrarão ao serviço lá para dezembro, assim reeditando algo que só teria acontecido a seguir ao 25 de Abril; que muitos professores se afirmam defraudados e desmotivados por não terem recebido as horas extraordinárias prometidas no ano passado; que há crianças que ficaram com a escola a cerca de 40 km de distância da casa familiar... Enfim, foi um massacre!

Mas digamos que o governo está a pôr-se a jeito para ser assim maltratado. Por exemplo, no ano passado optaram por adjudicar a confecção dos manuais escolares a uma empresa sueca. É verdade que toda a gente fala na necessidade de apoiar o empresariado nacional, mas, por outro lado, temos de reconhecer que a

existência da globalização permite adquirir lá fora mais barato. Só que a torre de Babel continua, cada um falando a sua língua. E os suecos não aprenderam português! Resultado: os manuais entraram no mercado nacional carregados de erros ortográficos e outros. A princípio falou-se da coisa em surdina, muitos erros, dizia-se, não se consegue ler, dizia-se, mas as autoridades, a ministra da Educação, o primeiro-ministro, todos em uníssono defenderam os incompreensíveis manuais suecos, exageros da oposição, com umas simples erratas resolve-se o problema, disseram. Até que a surdina virou clamor. Têm erros gravíssimos e grosseiros! O próprio Presidente da República teve de intervir, e finalmente houve ordem para os manuais serem retirados do mercado, eventualmente devolvidos à procedência. Porém, seria por breve tempo, dentro de dias estariam arranjados. E entretanto se colocaria online os manuais corrigidos, os interessados fariam *download* de graça, até regressarem os impressos em papel. Mas até hoje, nem novas nem notícias desses manuais escolares *made in Sweden*, nem online nem impressos, o que fez o PAICV dizer que a desorganização e o caos reinantes estão a transformar-nos num estado educativo clandestino.

Escritor cabo-verdiano, Prémio Camões 2018.

"Bolsonero" e "Lulaboy": ficções de um país real

Ricardo
Alexandre

Nero governou catorze anos. O incêndio de Roma marcou-lhe a governação e, ainda que não seja definitiva e comprovada a sua responsabilidade, os relatos de Tácito revelam que o imperador cantava e tocava lira enquanto a capital do império ardia.

Encontrou nos cristãos o bode expiatório e mandou perseguí-los. Era tido como violento e desequilibrado. Mandou matar a própria mãe, Agripina. "Lulaboy", para além de nome de canção de artistas

vários, dos Cure a Billy Joel, é nome dado a género cancionero em si: canção suave cantada às crianças para adormecerem. No Brasil 2018, um partido (o PT de Fernando Haddad, Lula e Dilma) prepara-se para um sono profundo, depois de um dia de brincadeiras que durou catorze anos e em que fez de tudo, do muito bom – que já ninguém parece querer lembrar-se – ao muito mau – que todos mencionam e muitos pretendem castigar. Um partido que também governou catorze anos.

No Brasil 2018, um imperador dos tempos modernos prepara-se para governar. É desequilibrado e belicoso, diz disparates sem nome e faz ameaças de tudo mudar, mas por aqui uma maioria não liga muito ou, quando liga, ou o desprezam (serão certamente menos de metade no país continente) ou são com ele condescendentes – um pouco ao jeito da fatura a pagar – porque é de maior significado o desejo de mudança.

No Brasil 2018, Fernando Haddad, o "poste" de Lula, "Lulaboy", que até pode ganhar as eleições deste domingo (embora nada nas sondagens aponte para isso), que é um académico, homem educado e até ponderado, com trabalho importante feito como ministro da Educação, tem tanto de político e de capacidade para empolgar massas como este escriba de conhecimentos de "cultura da beterraba em meio hídrico não alcalino", para citar o saudoso mestre

Antônio Jorge Branco. No entanto, Haddad consegue um resultado que até surpreende, mantendo à tona de água parlamentar (maior grupo em breve, Deputados agora e segundo em número quando os deputados de partidos nancos se juntarem à bancada do partido do presidente vencedor) um Partido dos Trabalhadores cuja soberba mereceria um castigo maior.

A ideia romantizada que existe na Europa, e mais concretamente em Portugal, sobre Lula e o PT, não existe por aqui, no Brasil, de uma forma geral. Os brasileiros estão fartos do PT, da corrupção e da falta de capacidade do partido para assumir os erros cometidos. Dizer que isso é coisa da direita ou da *media* é não ter noção da realidade. Sim, admitamos que a perspetiva até pode mudar quando se vive numa favela (mas Bolsonaro conseguiu excelentes resultados em muitas delas), quando se saiu da pobreza absoluta (a que já terão voltado seis ou sete dos trinta e cinco milhões que dela saíram nos anos dourados da governação petista) ou quando se é do partido porque sim, como não se é do outro porque não.

A gigantesca, endémica e estrutural corrupção, a crise económica num país onde abundam os recursos, para além da violência sem precedentes (65 mil homicídios por ano), que determina, de facto, a forma como os brasileiros vivem a vida e usufruem dos espaços públicos, podem ser os fatores que mais vão influenciar os brasileiros na hora de votar. Ainda que seja para eleger um misógino, racista (exemplos que justificam o rótulo há muitos), propagador de discurso do ódio, alguém que parece mais disposto a submeter instituições do que a elas se submeter, adepto confesso da ditadura e de quem, em nome dela, torturou.

Não, votar num ou noutro não é a mesma coisa (e nunca poderá ser se quisermos continuar a acreditar em sociedades livres, socialmente justas e abertas, mas segunda-feira é dia para o PT começar a pensar em tudo o que fez e permitiu que se fizesse, arrepiando caminho e adotando práticas de transparência que, inevitavelmente, terão custos eleitorais significativos no curto prazo. Mas é a única forma de demonstrar que percebeu o porquê de tantos milhões de brasileiros terem votado num homem como Jair Bolsonaro – perdão, Bolsonaro. E que este se saiba rodear de gente capaz, civilizada, respeitadora da Constituição e livre de uma retórica antidemocrática, que até pode render os votos dos que desejam a mudança, mas não rende o respeito dos que anseiam por um bom governo. Que seja o bombeiro de que o Brasil precisa e não o imperador incendiário que aparenta ser. Que subitamente respeite a democracia, as instituições e as minorias. E a oposição, já agora, em vez de continuar a dizer: "Ou vai para fora ou vai para a cadeia, esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria." Que em vez da "limpeza nunca vista" que anunciou, consiga limpar o próprio cérebro.

Não sou crente. Mas há sempre o mar em Copacabana, os pastéis de costela na Rua do Ouvidor, o samba no Carioca da Gema, o Flamengo-Palmeiras no Maracanã. Que aceitem o resultado, ganhe quem ganhar. Senão, o Brasil já perdeu. E vai arder.

Jornalista e enviado especial da TSF ao Rio de Janeiro

"Amanhã"

Ricardo Oliveira
Duarte

Roubei o título a Chico Buarque. Mas a ação tem uma justificação.

"Hoje, eu quero
Fazer o meu carnaval
Se o tempo passou, espero
Que ninguém me leve a mal
Mas se o samba quer que eu prossiga
Eu não contrário não.
Com o samba eu não compro briga
Do samba eu não abro broiga
Amanhã, ninguém sabe
Traga-me um violão
Antes que o amor acabe."

Não é à toa que ele é um símbolo vivo do Brasil. A música é de 1968 e, no entanto, está aqui tanto por aquilo que o Brasil é historicamente – o carnaval, o samba, o violão, o amor – como a briga e a incerteza.

São coisas antagónicas, extremadas como a realidade da campanha eleitoral e o sentimento dos brasileiros.

Quem arrisca como é que vai acabar este domingo? Depois de oito dias em São Paulo, a conversar com políticos, cientistas políticos, jornalistas, empresários, ativistas, comerciantes, taxistas, brasileiros e portugueses, não entro em prognósticos.

Há tantos que têm o poder todo na mão ao longo deste dia que não sabem ainda o que lhe fazer, como ouaria o artista?

Quando aterrei em Guarulhos tudo indicava que a minha missão seria estar agora a contar-lhe a história de uma vitória anunciada. Nair Bolsonaro tinha pulverizado todas as sondagens e por pouco não se elegeu logo na primeira volta. Os próprios adversários pareciam ter interiorizado que os dias até este 28 seriam um doloroso passeio até ao comor do antigo capitão, que, à força da faca primeiro, e depois por estratégia, decidiu "exilar-se" em casa, no Rio de Janeiro, e falar ao mundo brasileiro através da nova televisão: as redes sociais.

Mas depois aconteceu domingo (o passado), na Avenida Paulista.

Ao telefone, o candidato do Partido Social Liberal (PSL) falou para milhares de fervorosos apoiantes que encheram a mais movimentada Avenida de São Paulo. E fez um discurso violento, e fez violentas ameaças. "Essa turma (do PT), se quiser ficar aqui, vai ter de se colocar sob a let de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria." E foi mais longe: "Petralhada, vai tudo vocês para a ponta da praia. Será uma limpeza nunca vista na história do Brasil."

Mesmo já habituados ao tom inflamado e às ameaças, a fala provocou choque em muitos – o antigo presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, que não declarou apoio a nenhum candidato, classificou a declaração como "inacreditável" – e muito pela referência à "ponta da praia". Essa é a forma como era conhecida, entre os militares, a base da Marinha na Restinga de Marambaia, em Pedra de Guaratiba, no Rio de Janeiro. O local seria um centro de tortura e interrogatório durante a ditadura militar (1964-1985), mas, mais do que isso, onde vários opositores terão sido mortos.

Numa das muitas conversas que tenho tido com os jornalistas antes ou no final de ações de campanha na última semana, Fernando Haddad considerou que foi nesse momento, na Avenida Paulista, que começou a "virada", a reviravolta. Coincidência ou não, a estratégia do PT

Que aceitem o resultado, ganhe quem ganhar. Senão, o Brasil já perdeu. E vai arder.



▲ Ideia romântica que existe do PT e de Lula na Europa não existe no Brasil.

ningu

passou por endurece
Bolsonaro – Haddad
vezes nos últimos dia
"aberração", "soldad
faz-de-conta), por cr
ter recusado ir aos d
"segundo turno" ser
inédito desde 1989),
comícios e "caminha
artistas, como Chico
ao lado. Fernando H
a vice-presidente, M
encheram o Largo o
Paulo, levaram cerc
(números do PT) ac
Arcos da Lapa, no F
conseguiram junta
Salvador, mais de 1
Haddad e toda a
que ganharam um
tores de novela, fi
para a rua avivar
literalmente, como
tentaram convenc
PT é melhor escolh
Entretanto já tin
da Folha de S. Pau

Dificilm
de Bolson
a uma hist
reviravolta
ninguém s

PLA
D
P
O

ninguém sabe"

passou por endurecer o discurso contra Bolsonaro - Haddad chamou-lhe várias vezes nos últimos dias, "frouxo", "aberração", "soldadinho de araque" (de faz-de-conta), por criticar o facto de ele ter recusado ir aos debates televisivos (um "segundo turno" sem debates na TV é algo inédito desde 1989), por ir para a rua, para comícios e "caminhadas pela Paz", por ter artistas, como Chico ou Caetano Veloso, ao lado. Fernando Haddad, e a candidata a vice-presidente, Manuela d'Ávila, encheram o Largo do Batata, em São Paulo, levaram cerca de 70 mil pessoas (números do PT) ao "Ato da Virada" nos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro, e conseguiram juntar no Farol da Barra, em Salvador, mais de 100 mil apoiantes.

Haddad e toda a candidatura parece que ganharam um novo fôlego. Vários atores de novela, filmes e séries vieram para a rua #virarvoto, sentaram-se, literalmente, com quem passava na rua e tentaram convencê-los que o homem do PT é melhor escolha do que o do PSL. Entretanto já tinha rebentado a notícia da Folha de S. Paulo que contava que

vários empresários ligados a Bolsonaro teriam comprado pacotes de "disparo em massa" de informações contra o PT, que foram distribuídos pelo WhatsApp. Uma prática ilegal, que está a ser investigada pela Polícia Federal. Várias contas foram canceladas.

A sondagem Datafolha que refletia entrevistas feitas nos dias 24 e 25 mostraram que Haddad recuperou seis pontos, e a diferença, que uma semana antes estava nos 59-41, caiu para 56%-44%. Foi um terço da diferença que ficou pelo caminho (à hora a que escrevo ainda não se sabem os resultados da última sondagem Datafolha, que saem ao final da tarde deste sábado, e aqui são menos quatro horas do que em Portugal continental), mas ainda restam 12...

Na história da redemocratização do Brasil, nunca aconteceu uma "virada", nunca um candidato que não venceu a primeira volta ganhou a segunda. Mas Joyce Leão Martins, Doutora em Ciência Política, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e pós-doutoranda em Ciência Política, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que estudou todas as campanhas desde 1989, partilhava comigo no final da semana: "Se a gente for olhar para o passado, muitas coisas não podem ser explicadas nessa eleição. Olhando para o passado, essa virada nunca seria muito improvável, essa virada nunca aconteceu. Mas nós estamos perante uma eleição atípica, então, pode ser que aconteça."

Tudo somado, dificilmente a vantagem de Jair Bolsonaro nas intenções de voto dará azo a uma histórica reviravolta. Mas "Amanhã, ninguém sabe"...

Jornalista e enviado especial da TSF a São Paulo



Chico Buarque, com placa em homenagem a vereadora morta, num comício de Fernando Haddad, no dia 23.

Dificilmente a vantagem de Bolsonaro nas dará azo a uma histórica reviravolta. Mas "Amanhã, ninguém sabe"...

PUBLICIDADE

PLANO CASA IBERDROLA
DA NATUREZA
PARA SUA CASA.
O QUE FAZ POR SI, FAZ PELO PLANETA.



AGORA COM
14%
DESCONTO*

ENERGIA 100% RENOVÁVEL

UM LÍDER MUNDIAL EM ENERGIA RENOVÁVEL.

800 500 500
www.iberdrola.pt



*14% de desconto sobre o Plano Casa Iberdrola (termos de energia e potência durante 1 ano, não incluindo o valor das taxas e impostos. Exclusivo para contratação online e pressupõe a adesão ao débito directo e a fatura eletrónica. Oferta válida até 31/12/2018 para contratos com potência contratada de 3,45 a 20,7 KVA. Não dispensa a consulta das condições do contrato de fornecimento de energia em www.iberdrola.pt

8 CRÓNICA

A palavra do ano no Brasil: "ódio". E, em segundo lugar, "medo"

Ruy Castro



Se Bolsonaro desperta medo por suas posições racistas, homofóbicas, misóginas, autoritárias e antidemocráticas e pelos ferrabrases que o cercam, Haddad, bom sujeito, mas invertebrado, representa a possibilidade da volta de Lula e do PT ao poder.

Sérgio se refere ao estado de coisas provocado pela polarização em torno de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, os candidatos que estarão disputando hoje nas urnas a presidência da República brasileira. Os partidários de um e de outro construíram um discurso de ódio mútuo, a tornar impossível qualquer discussão civilizada sobre os defeitos ou virtudes de cada um. Não há mais tolerância. Amigos de longa data, que se encontravam para jantar pelo menos uma vez por mês, romperam relações porque um deles passou a apoiar este ou aquele. Casais deixaram de dormir juntos. Pais e filhos estão estremecidos. Na semana passada, estourou uma briga a socos na sala de espera do meu dentista - fui deixado na cadeira, com os ferrinhos dentro da boca, enquanto ele saía para tentar separar os litigantes. As ruas vivem cheias de manifestações, e é um milagre que, até agora, milhares de ativistas dos dois lados não tenham se encontrado numa esquina e se atirado a um conflito monstro capaz de paralisar a cidade. O Facebook transformou-se num palco de insultos e fake news. E tudo por causa da política. Para quem não vive no Brasil e acompanha apenas por alto o noticiário, parece uma equação simples: depois das eleições de primeiro turno, envolvendo oito ou dez candidatos, quase todos de centro, sobraram dois - um, Haddad,

de esquerda; o outro, Bolsonaro, de extrema-direita. Normal, não? Não. Não era obrigatório que terminasse assim. Na verdade, só aconteceu porque os dois lados tudo fizeram nos últimos meses para que o desfecho fosse exatamente este. Um queria de outro como adversário, na certeza de que seria o mais fácil de derrotar. Pois bem, eles conseguiram. A surpresa foi a de que, de repente, um dos lados - o de Bolsonaro - tornou-se quase impossível de derrotar. Seu contingente de odiadores é maior. Mas, tanto de um lado quanto de outro, não é um ódio puro. Vem misturado com o medo. E este já está embutido na própria definição de "ódio", como Sérgio constatou ao dar uma espiada no *Dicionário Houaiss*. Lá está: "Ódio. Aversão intensa, geralmente motivada por medo, raiva ou injúria sofrida." Donde, para mim, "medo" passa a ser a segunda palavra do ano. Se Bolsonaro desperta medo por suas posições racistas, homofóbicas, misóginas, autoritárias e antidemocráticas e pelos ferrabrases que o cercam, Haddad, bom sujeito, mas invertebrado, representa a possibilidade da volta de Lula e do PT ao poder. E isso, segundo as pesquisas, assusta mais o brasileiro do que a ameaça de Bolsonaro. Os eleitores se impressionaram com a capacidade de Lula, mesmo atrás das grades numa prisão em Curitiba por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, influir no jogo eleitoral no primeiro turno, fazendo e desfazendo

alianças entre políticos e partidos, como de seu estilo, para que Haddad chegasse à reta final. E sabem que, se eleito, Haddad terá de indultar Lula e este será o presidente de facto. Não é só por isso, claro. Para a campanha do segundo turno, Lula deixou-se apagar temporariamente da propaganda de Haddad e este passou a falar em Deus e na família para se parecer com Bolsonaro. Mas ninguém acreditou, e o principal não aconteceu: o PT não admite os erros que cometeu em 13 anos de poder, sua participação ativa na corrupção que quebrou o país e uma vocação igualmente autoritária, confirmada pela recente afirmação de seu ideólogo, José Dirceu, de que o partido estaria "perto de tomar o poder - o que é diferente de ganhar a eleição". Tal frase deve ter rendido milhões de votos para Bolsonaro. E assim chegamos à encruzilhada de hoje - ideal, não para uma disputa presidencial, mas para um despacho de macumba. Há um certo consolo em saber que restam muitos brasileiros sem ódio e sem medo, nem de Bolsonaro nem de Haddad - apenas com uma repulsa pelo que está à frente de um e por trás do outro. E esperando que o Brasil seja grande o suficiente para absorver qualquer dos dois pelos próximos quatro anos, digeri-lo e, em seu tempo, expeli-lo, até que surja alguém melhor. Ruy Castro, jornalista e escritor brasileiro, autor de, entre outros, O Anjo Pornográfico - A Vida de Nelson Rodrigues (Tinta da China).

O jardim de D. João VI

Germano Almeida



D. João VI é um rei que ficou com alguma má fama de irresoluto, para além de comilão e pouco asseado.

Foi na véspera do nosso último dia no Rio de Janeiro que o casal Rocha nos levou a visitar o Jardim Botânico. No dia anterior o cônsul de Cabo Verde tinha-nos acompanhado ao Pão d'Áçúcar, parece que se aceita mal que quem quer que passe pelo Rio deixe sem visita lugar tão emblemático. De modo que o nosso cônsul no Rio nem nos perguntou onde queríamos ir, apanhou-nos no hotel com a intenção confessa de darmos uma volta pela cidade, visitar os seus locais de interesse histórico ou turístico, tipo Praça Tiradentes ou Largo da Misericórdia, e também o Maracanã ou o Sambódromo, mas na realidade fomos diretos ao intrincado sistema de escadas, elevadores e teleférico que nos conduziu até ao cimo daquela deslumbrante paisagem. O lugar é tão aprazível que nos detivemos horas e horas frente a uma caipirinha acompanhada de pãezinhos de queijo, e esquecemos que o Corcovado era também visita obrigatória, tanto mais que depois de um lauto almoço num rodízio repleto só restaram forças para regressarmos ao hotel. Há mais marés que marinheiros, decidimos, pode ser que amanhã... Mas "amanhã" tivemos de optar entre o centro histórico, o famoso estádio e o Jardim Botânico, glória de D.

desde logo ficar agendada para um dia num futuro ainda desconhecido. Neste dia comemora-se a independência do Brasil. Todas as rádios e televisões debitam programas alusivos e as ruas por onde vamos passando estão praticamente vazias. Entramos num táxi. O Rocha-macho orienta a conversa, diz que sou escritor, sou de Cabo Verde (a taxista nunca ouviu falar!) e acaba dizendo que estou no Rio por ter ido receber um prémio literário, o Prémio Camões. Ela manifesta alegria pela notícia, mostra-se mesmo muito feliz. Ah, mas que bom, que bom mesmo!, e diz que quando parar o carro quer fazer uma selfie comigo. Viajo ao lado dela, vez por outra vira a cara para me olhar melhor e sorrir e não resisto: E já agora, pergunto, sabe o que é isso de Prémio Camões? Ela fica logo constrangida e confessa que de facto não sabe, gostou do nome, mas nunca tinha ouvido falar do tal Camões. Foi o que eu pensei, disse-lhe abanando a cabeça compreensivo, mas fazemos a selfie na mesma. Está um calor feroz e há uma enorme fila em direção à bilheteira do Jardim Botânico. Normal, diz a Rocha-fêmea, isto é enorme e fresco, as pessoas passam cá o dia, a maioria traz merenda para o almoço. Depois vai

qual é o tempo médio de espera, quero saber. Menos de 20 minutos, responde convicto e rápido. E depois de quase uma hora de espera, digo-lhe que a minha paciência esgotou-se, se dali a cinco minutos ele não aparecer com comida, nós vamos embora. Nem precisa tanto, diz conciliador, daqui a dois minutos já estão servidos. Bem, esperamos mais meia hora. Mas antes de nos instalarmos no restaurante, escolhemos ao acaso e entramos por uma das áreas, aquela das acácias imperiais. D. João VI é um rei que ficou com alguma má fama de irresoluto, para além de comilão e pouco asseado. Mas que o homem tinha bom gosto, lá isso tinha. Entre nas profundezas do Jardim Botânico, no meio daqueles agradáveis tons de verde e a primeira imagem que me vem à cabeça é a do rei sentado no régio penico na selva do seu jardim, arriado a real, melhor, evacuando pachorrento na beleza do fim de tarde, olhando ao longe o monte do Corcovado, talvez sonhando o futuro Cristo Rei. A alguns metros de distância os cortesãos esperam, ao seu lado um criado agarrado para limpar o rabo a Sua Majestade, que



Daniel Oliveira
danieloliveira.td@gmail.com

O INCENDIÁRIO

Be e PCP sabem que o acordo com o PS dependia da aceitação das metas orçamentais de Bruxelas. Mostrando responsabilidade, prescindiram de muitas das suas propostas para atingir um défice de 1,6% no Orçamento do Estado de 2017. Se se pode falar de uma surpresa com o desempenho da economia no final de 2016, o mesmo não aconteceu em 2017. O défice de 0,9%, em vez dos projetados 1,6%, não foi um engano. Mário Centeno fez então o que voltou a fazer no OE para 2018: mentiu a aliados e ministros, com previsões aparentemente "conservadoras". Mostrando que não se tratou de um equívoco, o défice orçamental para 2018, que devia ser de 1,1%, já está nos 0,7% e há quem acredite que será de 0,5%. Ao mesmo tempo que somos confrontados com o caos nas urgências e quimioterapias feitas em corredores de hospitais. Ao arripio do OE aprovado, deu-se prioridade à redução mais rápida do défice em relação à recuperação mais rápida de serviços públicos afetados. A condição para um acordo funciona: é boa-fé cada um cede, chega-se a um acordo e depois cumpre-se. Não se usa a expertise salaia, com previsões que se sabem falsas, para meter os parceiros no bolso. Mas Centeno foi mais longe e entrou agora numa fase provocatória. Escreveu no "Público": "Os poderes públicos são a maior fonte de "ineficiência" e estabilidade numa sociedade. O contrário é o berço do populismo das receitas fáceis." Qual primeiro-ministro, diz que não haverá cederências aos aliados do Governo.

Para repor a verdade do Orçamento aprovado, o BE propõe que a diferença entre o défice constante no orçamento e o défice real seja retribuída nos serviços públicos. Tenho dúvidas quanto ao rigor técnico, mas aplaudo o rigor político: a maioria parlamentar que sustenta o Governo tem direito a ver respeitado o compromisso que foi negociado. Da mesma forma que BE e PCP não podem exigir que se gaste acima do orçamento, Centeno não pode manipular as contas para conseguir défices muito abaixo do que foi considerado razoável. Se quando o défice derrapa se corta na despesa é natural que quando o défice baixa mais do que o previsto se dê folga a serviços afetados. Mas há um problema: os critérios europeus obrigam a decisões permanentes dos défices até chegar a um excedente de 0,25%. Se tivéssemos o prometido défice de 1,1% em 2018, bastaria ficar abaixo disso em 2019. Com poderes chegar aos 0,5%, terá de estar abaixo disso. Centeno não se limitou a fazer brilhantes em Bruxelas, retirou-nos espaço de manobra para os anos seguintes. Faz o oposto da letra ortu inteligente e ponderada das metas orçamentais, prometida por Costa.

Alguns direitos vêm ao acinte do ministro para com os aliados e na proposta do BE, que poderia ser aprovada pela direita, a possibilidade de uma rutura. Com o PSD fora de jogo, acreditam em eleições antecipadas e uma maioria absoluta do PS, que fica livre dos seus aliados à esquerda. Mas não me parece que seja justa qualquer chantagem sobre BE e PCP. Durante três anos, cumpriram escrupulosamente os compromissos, ao ponto de serem acusados de passividade. É Costa que tem de decidir se aceita que os seus aliados sejam driblados por um ministro. Se quer o aplauso dos que o insultaram nos últimos três anos, deixe o ministro incendiário à solta. Se preferir o respeito dos que acreditaram que esteve de boa-fé neste acordo político, negasse ele, e não Centeno, à mesa das negociações.

DANIEL OLIVEIRA
ESCREVE NO EXPRESSO
DIÁRIO DE SEGUNDA
A SEXTA-FEIRA

O combate aos populismos é central nas democracias. E a União Europeia só é governável se conseguir resistir a estes fenómenos

Pensar o amanhã

O populismo é o pai da mediocridade e a mediocridade é a mãe da pobreza. A nossa vocação só pode ser a procura da excelência e, por via dela, a criação de riqueza.



Luís Montenegro
politica@expresso.impressa.pt

Escolho as últimas palavras que proferi no Parlamento como as primeiras que ofereço aos leitores neste novo espaço de intervenção.

Não procurarei, além da análise da atualidade, deixar ideias e reflexões a pensar no amanhã do nosso país.

Como escreveu Jean de La Bruyère, "pensar só em si e no presente é uma fonte de erro em política".

O designio de prosperidade que devemos prosseguir com o legado que deixaremos aos vindouros.

Uma e outra coisa pressupõem arte e engenho na criação e distribuição da riqueza, na responsabilidade social e, outrossim, na justiça e solidariedade intergeracional.

Pensar o futuro é hoje uma raridade na política.

O pragmatismo impõe posições rápidas, decisões ligeiras, discursos inflamados.

O populismo piora as coisas porque junta a isso a pretensão de aproveitar as emoções ou as reações mais básicas e primárias do ser humano.

O populismo não tem causas, tem interesses de ocasião.

O populismo não prepara o futuro, amarra-se ao presente. O populismo não transforma a sociedade, deforma-a e asficia-a. O populismo de hoje é a pobreza de amanhã.

Seja nas políticas demográficas e na gestão dos fluxos migratórios, seja na promoção do Estado social, seja na definição de um comércio internacional justo, seja mesmo na

garantia da segurança dos Estados e cidadãos, a União Europeia só é governável se resistir ao populismo.

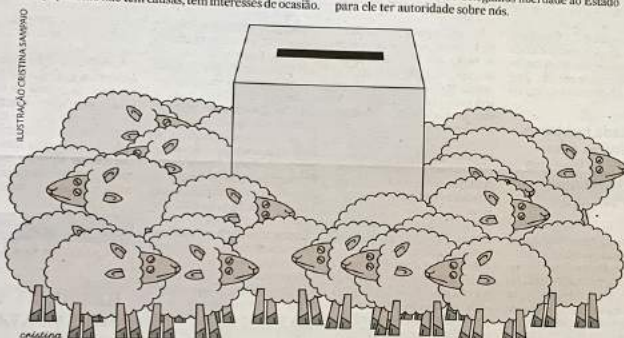
Curioso é verificar que neste domínio se comprova a velha teoria de que os extremos se tocam. Basta olhar para a Europa e com facilidade se identificam correntes populistas de extrema-direita. Já em Portugal é na extrema-Partido Socialista — casados que estão, por conveniência recíproca — que o populismo tem o seu maior reduto.

Nos dois casos os perigos são os mesmos: a compressão da liberdade de escolha, o imobilismo, a demagogia, a superioridade moral e, no fim do dia, as novas formas de autoritarismo.

Ou talvez, dito de outra forma, o abuso da autoridade do Estado.

Mas nós, cidadãos, delegamos autoridade ao Estado para sermos livres. Não delegamos liberdade ao Estado para ele ter autoridade sobre nós.

ILUSTRAÇÃO: CESTINA LAMARCO



LULISMO JUDICIÁRIO

A forma como foi mediaticizada a prisão de Lula da Silva deixou-me pensamentos contraditórios. A inquietação noticiosa com o rumo de processos concretos contra governantes ou ex-governantes acusados e ou julgados pela prática habitual triângulo de crimes de corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais, as especulações doentias sobre os respectivos juztes, parece estar a transformar os tribunais num palco único onde se decide o futuro do mundo.



Maria José Morgado
sociologia@expresso.impressa.pt

Estas acusações, os julgamentos exclusivamente jurídicos e factuais, regeneram os mecanismos da democracia e do Estado de direito, reforçam a autoridade dos tribunais, previnem futuras práticas desonestas na governação dos países? Não é assim tão simples.

Partimos de uma realidade ultramediatizada criadora de outra realidade diferente da que existe no processo-crime, onde política e justiça, governar e aplicar o direito se abalam reciprocamente, numa espécie de corda em tensão entre as duas pontas com ondas vibrantes. A equação das ondas em tensão instala-se com a dessacralização da Justiça, a pretensa suspensão ideológica sobre as decisões dos juztes ou dos procuradores, a transformação do processo num lugar de combate corpo a corpo, a popularidade de alguns condenados.

Desde há muito que os especialistas alertavam para a necessidade

de prevenir o enorme perigo que as práticas de corrupção implicam para a estabilidade da democracia e dos governos. Alguns sistemas implodiram por força da promiscuidade com as condutas marginais não criminalizadas ou tardiamente criminalizadas para guarda de múltiplas consumidoras de escândalos. Promiscuidade crónica entre certos decisores políticos e do mundo da grande economia glo-

bal e lá lá, acrescentem o mundo do futebol — não sei porquê, mas surge quase sempre nestes cenários patológicos e criminológicos. Depois começa a registar-se a tendencial imunidade de atos políticos censuráveis penalmente à repressão penal.

A corrupção não é de esquerda nem de direita. A corrupção é desonestidade. A justiça não pode deixar-se arrastar pelo jogo político feito de fora.

A corrupção não é de esquerda nem de direita. A corrupção é desonestidade. A justiça não pode deixar-se arrastar pelo jogo político feito de fora.

bal e lá lá, acrescentem o mundo do futebol — não sei porquê, mas surge quase sempre nestes cenários patológicos e criminológicos. Depois começa a registar-se a tendencial imunidade de atos políticos censuráveis penalmente à repressão penal.

A corrupção não é de esquerda nem de direita. A corrupção é desonestidade. A justiça não pode deixar-se arrastar pelo jogo político feito de fora. Por exemplo, não pode aceitar ser para-raios da não-assunção de responsabilidades executivas quando a resposta por tudo e por nada é que já participamos ao MP, não é nada comosmo é com os tribunais. Vestir responsabilidades políticas vai custar-nos caro. Depois vem a famigerada presunção de inocência, um princípio exclusivo da produção de prova em julgamento e nunca da discussão pública da corrupção, regressando sob outras vestes, um clima de recusa da lei penal.

Se este efeito de corda em tensão se instalar, os processos podem voltar-se contra quem os dirigiu. Será essa a nossa maior luta. Com a força produzida entre as extremidades das duas pontas da corda ensina-nos a física, que a onda do peso gerado é superior à de cada uma das partes. Com a dependência política financeira, informática e tecnológica que caracteriza a nossa organização judiciária é caso para nos preocuparmos com o futuro.



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

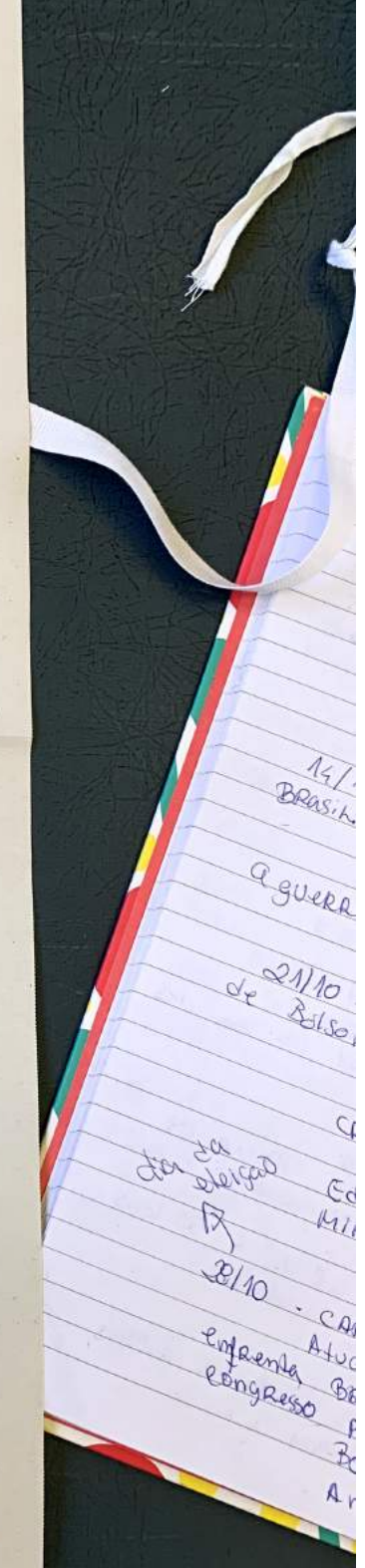
RITA, BEATRIZ, BRUNA

Comovo-me sempre com os feitos do nosso atletismo, sobretudo com as proezas quinquenárias dos fundistas como Inês quilómetros marcha no ano passado. Comovo-me pelo sacrifício inerente à corrida. Correr 50 quilómetros implica uma mente treinada na renúncia. Comovo-me, porque estes fundistas foram construídos na miséria do Portugal antigo. Inês tornou-se atlética na Espanha do tomate, trabalho que iniciou aos dez anos. Era preciso ajudar à família a comprar mobílias para a casa nova. Curiosamente, poucos meses antes da vitória de Inês, li uma entrevista maravilhosa de um dos meus heróis de infância, Domingos Castro. Em conversa com Rogério Azevedo ("A Bola"), Domingos falou um país miserável que os nossos filhos terão imensa dificuldade em compreender. "Cinco a dormir na mesma cama e meia sardinha para cada filho", é assim a descrição da sua infância nos anos 60 e 70. Eram oito irmãos. Cinco rapazes para um lado, três raparigas para outro. Só o pai tinha direito a uma sardinha inteira. Claro que só estudaram até à 4ª classe; depois tiveram de se fazer à vida.

Repare-se, porém, que já trabalhavam mesmo antes de acabarem a 4ª classe. Entre os seis e os dez anos, a vida de Domingos e Dionísio, seu irmão gémeo, era estudar de manhã e trabalhar à tarde numa fábrica de cimento; tinham de empilhar blocos de cimento. Como não tinham luvas, ficavam com os dedos em carne viva. Quando chegavam a casa, a mãe espalhava um fio de azeite pelas feridas. Parece que acalmava a dor. No meio desta pobreza, o atletismo de fundo, que exige tremenda abnegação, foi encarado com alívio e alegria. Porquê? Tinha orgulho em vestir um equipamento e podia limpar o frigorífico do clube (fermentões) no final do treino. E como é que convenceu os pais a apoiarem essa maluquece de correr por gosto? Um dia, foi correr ao Porto e ganhou um sofá lá para casa que deixou a mãe encantada. "Foram estas dificuldades que me estruturaram a mente e o corpo".

A miséria que estruturou as cabeças e os corpos de Domingos e Inês já não existe. Ainda há pobreza, porque a pobreza é sempre relativa, mas não existe a miséria absoluta do passado. As histórias de Inês e Domingos são epopeias de um país que desconhece a adolescência e que até beliscava o conceito de infância. Nas últimas décadas, Portugal evoluiu muito, cresceu na carteira e nas mentalidades. Domingos é casado com uma belíssima mulher negra, os seus quatro filhos são mulatos — isto seria impensável há trinta anos. Esta evolução do país também é visível no desporto. Deixámos de ganhar medalhas nas maratonas e no hóquei em patins (cinco pontos de glória da minha infância) e passámos a vencer provas que exigem — além do sacrifício — uma enorme precisão técnica. Hoje em dia, quando vejo ginastas portuguesas a vencer medalhas em provas de ginástica acrobática, volto a comover-me. Com as suas piruetas que outrora só associávamos a nomes eslavos, meninas como Beatriz Carneiro (medalhas de ouro há dias em Antuérpia) mostram à sua maneira que Portugal melhorou muito no último meio século. Temo-nos coragem para reconhecer esta boa-nova.

HENRIQUE RAPOSO
ESCREVE NO EXPRESSO
DIÁRIO DE SEGUNDA
A SEXTA-FEIRA



Use o código que está na capa da Revista E para ler o Expresso Diário de segunda a sábado no seu smartphone, tablet ou computador.

ajuste direto para a substituição dos helicópteros de combate aos incêndios. A empresa já deve ao Estado R\$ 5 milhões em penalidades.

Luanda não vai indicar já o novo embaixador de Lisboa, acentuando o mal-estar com o processo de Manuel Vicente, Marcelo da Costa...

arrendimento acessível. Senhorios desconfiam. Os prédios ou frações proprietárias de ministérios, institutos públicos e outros serviços do Estado e que estão vazios vão...

mas as imobiliárias não estão confiando no mercado imobiliário que pode para os senhorios que a adesão ao acessível é feita antes de vir...

Editorial & Opinião

Editorial A Cultura volta a ser um problema para António Costa e o seu Governo. Agora o problema são os subsídios

A cultura do avesso

A apreciação, caso a caso, dos subsídios atribuídos a cada uma das instituições que concorrem ao Apoio às Artes não pode ser considerada um exercício honesto. Porque, antes de mais, era preciso saber por que razão o Estado apoia a cultura e qual a sua estratégia para esta ou aquela área, para esta ou aquela região. O ministro não o soube explicar e as reações dos "agentes culturais" dão a entender que também não o queriam ouvir. O que deveria ser uma estratégia do Estado português passou, então, devida à fraqueza revelada pelo Governo, a ser um processo gerido pelos candidatos que foram percebendo que quanto mais protestassem mais dinheiro conseguiam. A clareza desta estratégia, que parece ser um santo graal semelhante à definição de "serviço público", continua muito distante. No fim de contas, afinal, a definição da estratégia parece não interessar nem a governantes nem a subsidiados. Porque só no escuro da noite todos podemos ser pardos.

O mau Estado do Brasil

Quando um Parlamento destitui de forma duvidosa um Presidente democraticamente eleito, quando outro ex-Presidente é condenado por corrupção, quando as forças armadas e o povo ameaçam, à vez, repor a justiça e porque algo está provavelmente muito errado, quando o poder judicial interfere no poder político, quando o poder político manipula o poder judicial, quando sectores da sociedade ameaçam sobrepor-se aos outros pela via da força e porque o Estado está perto de se desfazer. Não nos confundamos: esta não é a defesa do Partido dos Trabalhadores, nem muito menos de Dilma Rousseff ou de Luiz Inácio Lula da Silva. Estes são sinais de um Estado de direito em dissolução e de uma democracia a pedir para acabar com ela. Torna-se óbvio que o caminho para as eleições para Presidente do Brasil a terem lugar em outubro não irá acalmar ou resolver seja o que for. Antes pelo contrário.

Expresso

Propriedade: IMPRESA PUBLISHING S.A. Sede: Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paços de Arões, NIPC 500164048. Administração da IMPRESA PUBLISHING: Francisco Pinto Balsemão, Francisco Maria Balsemão, Francisco Pedro Balsemão, Paulo de Salzedo, José Freire, Saul Carvalho das Neves e Rogério Cardoso. Composição de Capital da Entidade Proprietária: 100,00% em, 100% propriedade de Imprensa - SCPS, SA, NIPC 500164048. Registo da publicação na ECR: 101.101 ISSN 0970-1970

Director Geral de Informação IMPRESA: Ricardo Lusa (Director geral), Alípio Vieira (Director geral adjunto)
Publisher & Director: Pedro Santos Guerreiro
Director Executivo: Marcos Silva
Director-Adjunto: João Vieira Pereira
Director Cadete: Germano Oliveira

Delegação Norte: Rua Caselheiro Costa Braga, 202, 4450-102 Massarelos Tel: 220 421 000
Publicidade: Pedro Fernandes (director), Miguel Santos (director comercial adjunto), João Paulo Luz (director comercial digital), António Almeida (director da Delegação Norte), Hugo Rodrigues (director publicidade digital), Ricardo Casanova e Nuno Martins (gestores de conta), Carlos Lopes (director publicidade directa), Miguel Teixeira (Direcção e Sérgio Aires (gestores de conta), Maria Helena Almeida (gestores de conta da Delegação Norte) Tel: 214 544 077/214 598 758 Fax: 214 598 580
Publicidade On Line: publicidade@expresso.pt

Logos for APCP (Associação Portuguesa para o Controlo de Tráfego), VSA PRESS (Divisão de Autor Fotográfica), and Associação Portuguesa de Imprensa.

QUEM SE METER COM CENTENO, PERDE



Pedro Adão e Silva
Pedraoasilva@gmail.com

Toda a unanimidade é burra, alertava Nelson Rodrigues. A frase de belo efeito talvez não se aplique da mesma forma à política. Pense-se no "somos todos Centeno", curiosamente primeiro verbalizado pelo ministro da Saúde, responsável por um sector onde o rigor orçamental tem sido custos para os utentes. A declaração sugeriu unanimidade em torno da acção do ministro das Finanças, que logo se traduziu em contestação política.

Quando Adalberto Campos Fernandes fez da política das Finanças a sua política estava, naturalmente, a esvaziar qualquer sugestão de tensão entre disciplina orçamental e as necessidades das políticas de saúde. E precisamente o que o "somos todos Centeno" reflete sempre: a ideia de que, independentemente das divergências dominantes, há um conjunto de objetivos partilhados que ultrapassam essas divisões e que convêm não contestar. Neste caso, à primeira vista, o consenso é em torno do rigor nas contas públicas. Mas talvez assente aí o equívoco. O sucesso da governação Centeno passa pela forma como combinou conta certas (acima de todas as expectativas, desde logo do próprio Governo) com recuperação económica, preservando a reputação europeia do país. Ou seja, demonstrou que a clivagem entre aqueles que defendem rigor nas contas e os que sublinham que a aposta deve ser no crescimento é artificial. Foi o sucesso "três em um" que concedeu a Centeno um capital político único. Ou talvez não. Como sempre acontece, com grande poder vêm, também, as reações. E aqui os pontos de tensão são de três tipos. No interior do Conselho de Ministros, onde os ministros sectoriais querem recuperar margem de manobra financeira para cumprir o défice, na oposição à esquerda, onde o ceticismo face ao excesso de rigor orçamental é manifesto (Catarina Martins, parafraseando o alerta de João Galamba, avisava que, "para Centeno não podem ficar às escuras"), e também na oposição à direita, onde, perante o cenário macroeconómico, há quem

defenda que, tendo em conta o crescimento, os funcionários públicos deveriam ser aumentados (posição expressa, por exemplo, por Fernando Alexandre, economista próximo de Rio). Percebe-se bem a tensão. O sucesso na frente orçamental devolve margem para escolhas políticas e o aproximar das eleições traz à tona tensões em torno da distribuição — seja na recuperação de rendimentos, no alívio fiscal ou no investimento nos serviços públicos. Não faltam, como se vê, razões para questionar o consenso em torno de Centeno. Mas convém que as críticas se façam com inteligência política. Como as coisas estão, quem se meter com Centeno, perde. Como bem intuiu o ministro da Saúde, demonstrando que, perante o inegável sucesso político, talvez, afinal, a unanimidade não seja burra.

Dirigente do SPN/FENPROF critica proposta do Governo Uma escola pública e uma carreira docente fortes

Francisco Teixeira

Mesmo os darwinistas sociais concordam que a educação formal é o principal motor do elevador social. A dívida, pequena, é a educação deve ser alcançada através da escola pública ou se deve ser o mercado a prover esse bem essencial de igualitização e justiça. Os progressistas tomam a opção de uma escola pública forte (qualificada e universalista) no debate sobre quem deve prover a educação formal. Nada contra a escola privada. Mas enquanto a escola pública educa para o universal, a igualdade e a liberdade (e a sensibilidade à diferença), a escola privada educa para o tribal e para a reprodução. Compreende-se, assim, que os movimentos sociais de inspiração progressista façam da escola pública universal e universalista (universalista porque se pode conceber uma escola pública feita de particularidades comunitaristas competindo num "quase mercado" estatal), o núcleo das suas políticas. A escola pública provê não só o principal elevador social mas também o principal instrumento de regeneração cultural da forma desenvolvida do nosso modo de vida comum. Em suma, a escola pública é o principal instrumento não

só de igualdade económica mas também de liberdade e democracia. Ora, é sabido que a desigualdade é o principal problema do século XXI, que a democracia está numa crise larval no mundo inteiro, que os bárbaros se instalam na nossa sala. Também é sabido que pode haver desenvolvimento económico sem liberdade nem democracia, ao ponto de entre certa inteligência começar a ponderar o "modelo chinês" como uma tecnologia social alternativa ao modelo demoliberal. O meu argumento é que sem uma escola pública forte não é possível enfrentar as duas principais frentes de combate que nos assolam, a desigualdade e a tirania, pelo que o investimento numa escola pública forte é condição necessária de justiça social e prudência civilizacional. Acontece que a principal condição de possibilidade de uma escola pública forte é um corpo profissional de professores forte. Não é possível uma escola pública forte com uma carreira profissional fraca. Uma carreira profissional fraca é uma carreira mal paga, sem autonomia profissional, sem tempo para o desenvolvimento académico, sem democracia organizacional, sem estabilidade, sem energia para a mais complexa de todas as tarefas humanas: educar crianças e jovens, num contexto de aceleração cientí-

fica e cultural sem precedentes na história. Ora, a recente proposta do Governo/ME de recuperar dos quase dez anos do tempo de serviço congelado aos professores apenas dois anos e dez meses constitui uma revisão fática da carreira dos professores, transformando a carreira de professores, desestruturadora da escola pública, condenando metade dos professores a salários e aposentagens miseráveis (cerca de metade dos professores portugueses não passará do 5º de uma carreira profissional de 10 escalões). Imaginar que isto não terá efeitos deletérios proporcionais na qualidade da educação pública é simplesmente estúpido. Quando se der pelo mal que esta proposta fez, se alguma vez vier a ser consumada e vencidos os professores, o atual ministro da educação e a sua equipa terão transformado a escola pública portuguesa numa fábrica de pagapaços das novilungas pedagogistas e flexibilistas. Por último, lembro que a despesa com pessoal do Estado está ao nível mais baixo dos últimos 29 anos, que o défice é o mais baixo da democracia portuguesa, que a dívida está a baixar e o crescimento económico é sólido. Também por estas razões é altura de devolver aos professores o que é seu, o seu tempo de serviço, e à escola pública a esperança. Embora suspeite já ser tarde.

Bastão da Ordem dos Médicos defende mais dinheiro para o sector Saúde para todos: um bem que urge promover

Miguel Guimarães

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que metade da população mundial não tem acesso a serviços essenciais de saúde e que quase 100 milhões de pessoas são obrigadas a sobreviver com menos de dois dólares por dia, tendo que pagar os serviços de saúde do seu próprio bolso. Ainda segundo a OMS mais de 800 milhões de pessoas (quase 12% da população mundial) gastam pelo menos 10% do orçamento familiar em despesas de saúde para si próprio, para uma criança doente ou outro membro da família. São dados preocupantes e que neste Dia Mundial da Saúde nos devem obrigar a pensar na responsabilidade social e económica que os países desenvolvidos da Europa e do continente americano têm, ou deveriam ter, para com os países subdesenvolvidos. Mas que não devem deixar de nos fazer olhar para a realidade que, antes de mais, temos dentro da nossa própria casa. Em Portugal, em 2017, segundo um estudo desenvolvido pela Nova-IMS, foram contabilizadas quase 800 mil faltas a consultas por causa dos gastos com transportes e 750 mil faltas a consultas devido aos custos com as taxas moderadoras. O mesmo trabalho estima que 10,8% dos portugueses optaram por não fazer a terapêutica prescrita pelo médico devido a insuficiência económica, tal como já tinha sido relatado antes pela OCDE.

A saúde é um bem essencial e devia ser acessível para todos em condições de equidade. Isso não está a acontecer! Os dados publicados pela Nova-IMS, bem como por outras organizações internacionais, são preocupantes. Até porque sabemos que em Portugal, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística referentes a 2016, mais de 33% das despesas em Saúde foram suportadas diretamente pelas pessoas e, em particular, pelo orçamento das famílias, que representou quase 28% das despesas correntes em Saúde. Por mais que se prove que há retorno (e, por isso, poupança) do investimento e que o país fica a ganhar com maior dotação orçamental para Saúde, o Governo insiste em empatar a contratação de profissionais de saúde e a aquisição ou renovação de equipamentos, mantendo o Serviço Nacional de Saúde subfinanciado. Há muito que a Ordem defende a importância de reforçar a dotação orçamental para a área da Saúde. Até porque a despesa em Saúde não deve ser encarada como um desperdício, mas antes como um investimento a médio e longo prazo, reforçando a promoção da saúde, a prevenção da doença e melhor acesso e qualidade nos cuidados de saúde. Um investimento que permitirá reduzir o absentismo, aumentar a produtividade individual e coletiva e reduzir os custos com o tratamento de doenças crónicas evitáveis ou controláveis. O atual Orçamento do Estado para a Saúde é claramente insuficiente

face às reais necessidades dos cidadãos. O Ministério da Saúde continua a ter um longo caminho pela frente nos compromissos que assumiu publicamente perante os portugueses. É essencial renovar a maioria dos equipamentos das unidades de saúde do SNS, é urgente equilibrar e reforçar o capital humano no SNS, aumentar a capacidade de resposta às necessidades dos doentes e melhorar as condições de trabalho dos profissionais de saúde. Ainda existem cerca de 700 mil portugueses sem médico de família. Milhares de utentes aguardam meses, por vezes anos, por uma consulta de especialidade hospitalar ou por uma cirurgia, ultrapassando claramente os tempos máximos de resposta garantidos. Porque faltam milhares de profissionais de saúde e, em especial, médicos. E também porque não existem os equipamentos adequados às necessidades dos cidadãos. Isto não é admissível! Todos os compromissos assumidos pelo ministro da Saúde não são possíveis de concretizar sem um reforço significativo do financiamento do serviço público. Como irá alcançar os principais objetivos, nomeadamente assegurando o acesso a cuidados de Saúde a todos os seus concidadãos, quando a dotação orçamental para 2018 se ficou pelos 5,2% do PIB? É urgente apostar numa política de Saúde feita com pessoas e para as pessoas. Para que tenhamos, como a OMS invoca, uma Saúde para todos!



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

A PLUMA DE COSTA

O concurso para estruturas de 4 de quatro e coizas está oso que quem fica e sobrevive. E por falhar. Mas falhou Falhou porque os festivais foram por Pode haver acumulo apoio ser cumulativo ferentes que exige Falhou porque grpo Estado e por meios e influênci pequeníssimos recursos. Falhou gional não teve e porque a bilhetei para os 33% de eram exigidos, fende mais de si é possível um cção para ser el o apoio. Falho planeamento d anos, o que só i cios de fantasia feita a quatro e não sabem por e os programi vão convidar. que a cultura quenais. Para concurso, que de prazo, bas dos: o histórr de Cascais, q e as únicas e Évora e de C Mas mesm irreprensív ria. É impos nos critério para realida de projetos disponível verno diz q compara-se intervenç cortados p mos em au tem de cor se terem: i de apoio, gou a ess para a c 0,2% do -nos est definido primeira mos nos exceção em 200 (perdo Foram) Observ por issc são de por exu os mu não há Anti tário (estava para: de es troiú um a ria ef nos; e o f exer vey non ran de l vez ral ab

Ricardo Costa



O JEITINHO BRASILEIRO PARA O DESASTRE

Não comparem Bolsonaro a nada. É errado compará-lo a Trump, a Le Pen ou a Salvini. É errado achar que é um prodígio da comunicação e do Twitter, um produto magnífico da extrema-direita histórica ou uma figura antissistema que cavalga da classe média. Até pode ter elementos destes, mas o homem que pode ganhar as eleições brasileiras é outra coisa.

Antes de tudo é brasileiro. Esta frase, que noutro contexto poderia parecer racista, decorre da sucessão de desastres que cruzam a democracia brasileira há anos sucessivos e que abriram o caminho a esta figura absurda que se tornou o único obstáculo à reconquista do poder pelo PT de Lula. É natural que tentemos enquadrar Bolsonaro na sucessão de eleições que o mundo vai tendo, mas não vamos encontrar algo deste género. Um candidato sem um partido relevante, sem orçamento para campanha,

Lula reduziu a política ao seu caso judicial. E isso pode provocar uma rejeição maior do que a de Bolsonaro

sem tempo de antena na televisão, sem apoio mediático e sem diretores de marketing que pode ganhar a primeira volta e cresce nas intenções de voto para a segunda? Não há nada assim.

O jeitinho brasileiro para o desastre coloca aos eleitores um dilema histórico. Ou votam num candidato de extrema-direita, que admira a ditadura militar, ou elegem um factorum de Lula, que faz da guerra ao sistema judicial e do fim do 'Lava Jato' a sua razão de existir. Um nega a democracia, o outro dispõe-se a suspendê-la.

É por isso que o indicador mais interessante de seguir nas sondagens brasileiras é a rejeição. É fácil adivinhar que Bolsonaro tem uma taxa de rejeição brutal. Mas é assustador ver que Haddad tem uma rejeição quase idêntica e sempre a crescer.

A polarização é tal que o WhatsApp se transformou no principal meio político desta campanha, onde a disseminação de mensagens verdadeiras ou falsas junto de grupos fiéis é rápida e eficaz. O facto de o Brasil ser proporcionalmente o país com mais utilizadores de WhatsApp no mundo ajuda, mas o que abre caminho a este sucesso comunicacional é uma polarização extrema onde já só se quer ler ou ouvir o que nos der jeito.

Atolado em corrupção, crime e crise económica, o país não tem por onde escolher, apenas por onde rejeitar. E a rejeição de um Lula que reduziu a política à resolução do seu caso judicial pode ser maior do que a rejeição a um ditador de paetilha. É disso que nos aproximamos.

ricosta@expresso.impressao.pt

“Rio tem direito a disputar legislativas”

Montenegro desautoriza tentativas de destituir Rui Rio já e avisa: “Não avancei para nada empurrado por ninguém”

Com o PSD agitado pela contestação a Rui Rio e pelas movimentações para o afastar, Luís Montenegro, o nome mais bem colocado para disputar a presidência do partido, faz um apelo ao “bom senso e maturidade”. E desautoriza qualquer tentativa de derrubar o atual líder social-democrata: “Rui Rio tem o direito a disputar as eleições legislativas em 2019”.

Em declarações no Expresso, o antigo líder parlamentar e o mais destacado crítico de Rui Rio é perentório no distanciamento em relação à agitação que tem perturbado o PSD nas últimas semanas. “Não concordo, não patrocino e não me condiciono por iniciativas que visem destituir o líder do PSD precipitadamente. O PSD precisa de bom senso e

maturidade. O nosso adversário é o PS, António Costa e o imobilismo deste Governo amarrado à esquerda radical.”

Montenegro deixa ainda um aviso aos sectores críticos de Rio que queiram forçar o surgimento de uma alternativa interna ainda antes das eleições legislativas: “Da mesma maneira que já disse que que não polirei licença a ninguém para ser candidato à liderança”, também digo que não avancei para nada empurrado por ninguém.”

O nome de Montenegro tem sido o mais citado por André Ventura como possibilidade para suceder de imediato a Rui Rio. Recorde-se que Ventura, o polémico candidato do PSD à Câmara de Loures nas últimas autárquicas, anunciou que irá recolher as 2500 assinaturas necessárias para forçar a realização de um congresso com vista à substituição de Rui Rio. Ventura anunciou ontem que já tem mais de três mil assinaturas de militantes do PSD e

de independentes, mas não há informação sobre o número de assinaturas válidas para a convocação do congresso.

Depois de Pedro Duarte ter dado o tiro de partida, em junho, defendendo no Expresso a saída imediata de Rui Rio e disponibilizando-se para ser candidato à liderança, esta semana Miguel Pinto Luz, vice-presidente da câmara de Cascais e ex-presidente da distrital de Lisboa, carregou nas críticas ao líder e posicionou-se para uma candidatura, em entrevista ao “Observador”. E Miguel Morgado, deputado e ex-conselheiro de Pedro Passos Coelho, diz nesta edição do Expresso (pág. 14) que vai dinamizar um movimento interno para trabalhar numa estratégia contrária à de Rui Rio. E também não pôde de parte uma futura candidatura à liderança do PSD. Tanto Morgado como Pinto Luz coincidem com Montenegro: Rio deve ir votos contra António Costa em 2019.

Birmânia queima marfim



TRÁFICO 277 presas de elefante, 1544 cornos de antilope, 180 ossos de tigre e escamas de pangolim — o mamífero mais traficada do mundo — foram ontem queimados pelas autoridades de Myanmar, a antiga Birmânia. No total, foram destruídas 1,4 toneladas de itens apreendidos, avaliados em 1,1 milhões de euros. A destruição sucedeu dois dias depois de o país ter sido acusado, por grupos ecologistas, de exportar ilegalmente marfim para a China. Uma situação confirmada ontem pelo relatório da ONG Save the Elephants. FOTO MYO KYAW SOE/REUTERS

José Miguel Júdice abandona a TVI

Não se adaptou à TV generalista, quis voltar ao cabo, mas desistiu. “Eu não me quero adaptar”, disse ao Expresso

José Miguel Júdice deixou a TVI. Resistiu às mudanças que lhe foram sugerindo, discorda da atual dinâmica das televisões, e numa altura em que a estação tinha tudo a postos para passar o seu programa de comentário semanal da generalista para o cabo, Júdice decidiu sair. “Podia ter-me adaptado. Mas não me quero adaptar”, disse ao Expresso. Nos dois anos em que se manteve na estação — um na TV124 e outro na generalista — Júdice diz que fidelizou “uma média de um milhão de espectadores” e que “sair assim é como morrer jovem”. Mas confessa que, pelo caminho, teve embates “amigáveis” com a direção da TVI. O seu formato era tratar dois temas com alguma profundidade. “Se o programa se chamava “Porque” não era para pegar as coisas pela rama, era para relacionar, dar a perspetiva histórica”, explica. “E eles queriam um programa mais partido, três ou quatro

temas, diziam-me que a TV generalista é isso”. Ainda, é o que Miguel Sousa Tavares vai fazer às segundas-feiras na TVI.

Para ter mais tempo, Júdice pediu em junho para voltar ao cabo, onde se poderia estender por 20 minutos. E estava tudo pronto, *layout* do programa e campanha publicitária, quando a ameaça do futebol — “Nunca se sabe se quando há um jogo não muda tudo” — o levou a pensar. Na quarta-feira, depois de uma conversa com o diretor da estação, Sérgio Figueiredo, Júdice desistiu. Diz que nunca teve “a mais pequena razão de queixa”, mas o seu estilo é outro: “Não sou obedecido pela atualidade, não quero dar choques elétricos às pessoas, não gosto de tratar coisas pela rama e prefiro sair daquela coisa dos dois minutos”. Sérgio Figueiredo confirma que a transmissão da Champions “introduz instabilidade na grelha”, mas a TV “é o que é”. Lamenta a saída, garante que a coincidência com a entrada de Sousa Tavares é “só coincidência” — “JMJ quis voltar ao cabo em junho” — e vai chamar Júdice para os telexnotas: “Ele vai continuar conosco”.

Serralves sem Vasconcelos

Falta contrato assinado para que a exposição “Um Your Mirror”, que pode ser vista em Bilbao, venha para Serralves

A artista portuguesa ainda não assinou qualquer contrato com o museu do Porto e nem o pode fazer sozinho. A exposição “Um Your Mirror”, aberta ao público em Bilbao, só poderá seguir para Serralves se houver um acordo contratual entre a Fundação Guggenheim e a Fundação liderada por Ana Pinho. A exposição já tinha sido anunciada pela instituição portuguesa e criou séria polémica à volta do curador que a levaria por diante, sendo até apontada como uma das causas da demissão do ex-diretor artístico João Ribas, na semana passada. O Expresso falou com a instituição espanhola que confirmou a não existência de contratos, apesar de já terem existido conversas com Serralves. No Porto, sem programação definida e assegurada, o Museu de Arte Contemporânea prepara-se para ficar de portas abertas, mas sem nada lá dentro. A solução poderá recair sobre a utilização de peças da coleção.

Expresso

Últimas

Portugal pode vir a ter de aceitar hora única António Costa apouca-se em pareceres técnicos para anunciar que prefere que não haja alterações, mas a decisão final depende da Comissão Europeia. A presidência austríaca disse ao Expresso que a opção vai ser tomada por maioria qualificada de países e não de forma avulsa.

Despesa com carreiras derrapa As verbas do Orçamento deste ano destinadas ao descongelamento de carreiras podem não ser suficientes, recriou ontem a Unidade Técnica de Apoio Orçamental. O governo reservou 130 milhões de euros, que podem ser ultrapassados se o ritmo se mantiver até final do ano.

Expresso DIÁRIO

Use o código que está na capa da Revista E para ler o Expresso Diário de segunda a sábado no seu smartphone, tablet ou computador sem pagar mais por isso.

Militares da Marinha alvo de processo Militares da Marinha responsáveis pelo transporte de uma caixa de munições que caiu a caminho da Escola de Fuzileiros, no Barreiro, a 26 de setembro, vão ser alvo de procedimento disciplinar. Segundo a Marinha, no inquérito interno “identificou-se matéria que indicava o não cumprimento de deveres militares”. O caso está a ser analisado também pelo Ministério Público.

Governo tenta travar providência cautelar contra exploração de petróleo O secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, assinou uma resolução fundamentada para travar uma providência cautelar da Algarve Surf and Marine Activities Association (ASMAA) que visa suspender o furo de prospeção ao largo de Aljezur. O governante argumenta temer que o Estado incorra no pagamento de indemnizações que ultrapassam 60 milhões de euros.

Edgar Morin em Lisboa a 2 de novembro O filósofo francês é um dos oradores do congresso “Repensar Portugal, a Europa e a Globalização”, a partir da visão do padre Manuel Antunes. Os trabalhos decorrem no Senado da Assembleia da República. O Presidente da República assiste ao encerramento.

TEMPO FIM DE SEMANA

	SEXTA	SÁBADO
Bragança	27° / 17°	23° / 17°
Porto	21° / 17°	20° / 17°
Guarda	25° / 17°	23° / 17°
Lisboa	30° / 17°	27° / 17°
Évora	32° / 17°	32° / 17°
Faro	28° / 17°	28° / 17°
P. Delgada	23° / 17°	24° / 17°
Funchal	26° / 17°	26° / 17°

HORAS	SEXTA	SÁBADO
Porto	06:28 12:44	02:25 13:40
Lisboa	06:30 13:04	02:31 14:02
Faro	06:01 12:23	06:58 13:19

FONTE: IPMA E INSTITUTO METEOROLÓGICO

Limpo “Devo à paisagem as poucas alegrias que tive no mundo. Os homens só me deram tristezas”, escreve Miguel Torga. Dias bons para passear. E apreciar a vista.

Demissão do minist... defendeu duas vezes... de 2017... Memorando... Ex-diretor da PJM ad... reunião no Ministério



Incêndios: histórias mistórias a tragédia a 15 de tubro

Defe... que c... Expre

ONTRAR T... MO SÍTIO,

OS DIAS QUE ME OCORREM

TANCOS E ATAMANCADOS
Peço encarecidamente o favor de não me tomarem a mim e aos restantes portugueses por parvos. Seria algo interessante, por isso a história de como desapareceram e apareceram as armas de Tancos tem de ser mais bem contada.

CAUTELAS E CALDOS

Já se sabe que esta coisa de Orçamentos do Estado em anos eleitorais fogem muito para o lado do bacalhau a pataco. Mantenho uma tenue esperança em que Mário Centeno consiga segurar as rédeas da coisa e dizer não a quem tem de dizer não e sim a quem pode dizer sim.

E O TRUMP NÃO AJUDA

A cabeça amarela que já fez trinta por uma linha inventou o que pode ser pior para a Europa e, por tabela, para este cantinho à beira-mar plântado. A guerra comercial com a China.

DIÁ DE PGR

Foi ontem. Saiu Joana entrou Lucília. O tempo dirá se foi só isto ou mais do que isto. E, caso seja mais, se foi para o bem ou para o mal. Por mim, depois do que tenho lido, aposto que foi só isto.

CREMA CATALANA

Uma vez que as duas principais formações catalãs pró-independentes não se entendem a respeito dos presos, já não conseguiram aprovar no Parlamento um voto pela secessão. E tudo amoleceu um pouco. Ficou tipo leite-creme, ou crema catalana...

SEM RONALDO

A seleção costumava ser Ronaldo & Cia. Já não é. Sem Ronaldo consegue boas exhibições e vencer com justiça, como quinta-feira na Polónia. Quanto a Ronaldo e ao seu caso, muita gente parece já saber tudo. Eu não sei nada. E aguardo aquela coisa que parece, por vezes, não ser necessária... como se chama?... provais! É isso! Provas.

40 ANOS SEM BREL

Foi a 9 de outubro de 1978, tinha 49 anos, que um cancro levou Jacques Brel. Para os mais novos direi que não foi só um cantor, ou um compositor genial. Foi uma alma que ainda hoje está no corpo daqueles que o ouviram e viram e sabem o que são músicas. Não é o "Ne me quitte pas" que é uma excelente canção, mas se ouvirem a chanson des meus amants ouvem uma das frases da minha vida. É preciso ter talento para ser velho sem ser adulto.



...ciaava o não cumprimento de deveres militares". O caso está a ser analisado também pelo Ministério Público.



FOTO: UEN LE MARCELO/REUTERS

TERIA SIDO POSSÍVEL NÃO ALIMENTAR O MONSTRO SE HOUVESSE SENSATEZ?

Não há dúvida de que que a culpa do fascismo é dos fascistas. Porém gosto de pensar no que faz tanta gente acreditar em homens fortes, totalitários, que desprezam o ser humano, a vida, os que são diferentes. Não tenho uma resposta conclusiva. Mas penso que a sensatez ajudaria, e muito, a não alimentar o monstro.

Num jornal vejo que é o dia mundial da 'saída do armário'. Uma escola pergunta a jovens de 10 anos pelas suas preferências sexuais. Até pensei que fosse crime, mas não é. Está previsto no programa do Ministério da Educação, na Estratégia Nacional para a Igualdade de Género. O coordenador da ILGA (lôbi gay, lésbico, transsexual, bissexual e intersexual) embora achando um pouco canhestro o modo de fazer a pergunta, dispõe-se a colaborar para desenhar estratégias melhores e mais adequadas. Pergunto-me porque haverá celebrações que dizem respeito à nossa intimidade... Mas faço-o sempre com o credo na boca, com medo de ser mal interpretado por uma sociedade que se tornou, toda ela, intolerante, atenta aos mínimos pormenores, tal e qual os tempos da Inquisição, quando se era condenado por dizer "Deus dos

céus" ou "Deus todo-poderoso" por tal ser considerado "linguagem de judeus" (correto era chamar por um Santo ou por Jesus).

Claro que o descalabro económico, as grandes alterações provocadas pela globalização contam, seguramente, mais do que estas bizarras. Mas não duvido de que as bizarras contribuem para o Estado de degenerescência, falta de esperan-

ça, de sentido. O pensamento tornou-se binário — por nós ou contra nós? — as classes médias ou descaem para um extremo (vide a proletarização forçada dos professores e técnicos do Estado) ou para outro, caso sejam pequenos comerciantes ou industriais. Os jovens ou são ateu ou rojam-se no chão das igrejas (o ou é inclusivo, não significa que só há estas espécies), o centro, o sensato, o chão comum deixa de fazer sentido.

A sociedade atual, sobretudo nos media, esgota-se nestes assuntos chamados fraturantes, ou nos da corrupção. Não tem nada de sublime, grandioso, belo ou harmonioso para mostrar. Falta-lhe exemplo, liderança. Perante isto é fácil despertar uma besta como Bolsonaro... e já se chamou fascista a tanta gente que o não é. Acresce que assuntos sérios, como migrações, demografia, pobreza, saúde, educação ou se ignoram ou, quando muito, se atria dinheiro para cima, à custa dos impostos dos poucos que os pagam. Estes, um dia descobrem um tipo que promete alterar tudo e os vai vingar: o fascista verdadeiro! É inaceitável? Claro! É a pior maneira! Mas é a natureza humana no seu lado mais negro.

hmonteiroexpresso@gmail.com

A sociedade atual, sobretudo nos media, esgota-se nestes assuntos chamados fraturantes, ou nos da corrupção. Não tem nada de sublime, grandioso, belo ou harmonioso para mostrar



O fascismo é uma religião

Benito Mussolini (1883-1945), chefe do Partido Fascista Italiano. Governou a Itália de 1922 a 1943 e foi executado a 25 de abril de 1945. Fascismo vem do latim fascis, feixe de varas com um machado, que permitia aos magistrados da época flagelar e decapitar cidadãos desobedientes



CONFORTOS DA ALMA



O CHIBO De um escritor, de quem, com regularidade, saem grandes obras. Prémio Nobel da Literatura em 2010. "A Festa do Chibo" é um retrato cru

(e por isso cruel) de uma das mais sanguinárias ditaduras da América Latina — a de Trujillo (o Chibo) na República Dominicana. De 1930, até ao seu assassinio em 1961, pela ação direta do ditador, ou por interpostas pessoas, aquele país, hoje destino turístico, foi sinónimo de inferno, prepotência, arbitrariedade, desrespeito pela vida. Mário Vargas Llosa (1936) consegue, através de um conjunto de três enredos ou tramas diversas, tecer um retrato muito realista da barbárie. Escrito em 2001, quando Llosa já era um assumido centrista com tendência para a direita, o livro teve o impacto de demonstrar como a denúncia do fascismo e o antifascismo, muito antes de serem um programa da esquerda, são (Churchill também o provou com Hitler) um dever de qualquer pessoa decente.

COM O CREDO

Elias Lipiner (1916-1998) é bastante conhecido no Brasil. Advogado, filósofo e historiador, sobretudo

de temas relacionados com o judaísmo, escreveu um curioso dicionário da "Santa Inquisição" que tem como título principal e adequado "Terror e Linguagem". No texto ao lado, nesta página, dou um exemplo tirado desta obra, mas há muitas mais. Desde a banda ad faciém tormenti, ou seja, colocar a vítima frente aos instrumentos de tortura na esperança de que ela confesse logo, até aos "ofícios de relaxado", que consistia em encerrar uma pena com esperança que pedindo a sua diminuição o visado confessasse. Os "crimes" além de ajudengar, judaizar e outros, passavam igualmente pela utilização de palavras e pelo modo e tom como essas palavras eram ditas. Confesso que, por vezes, nas redes sociais sinto resquícios desses tempos.



SÃO ROQUE

Já vamos na 30ª temporada da Música em São Roque, iniciativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com a colaboração de muita gente. Esta começou

ontem e vai até 11 do mês que vem. Todos os espetáculos estão já esgotados até ao dia 19, pelo que aconselho a ler o programa e escolher. Na próxima sexta-feira (19) na Igreja de São Roque, temos "Voces Caelestes" e "Camerata Alma Mater" a partir das 21h. O tema é "Sobre as águas contam os espíritos", serão interpretadas diversas obras do século XIX e início do século XX. Teremos, assim Schubert, Bruckner, Grieg e Nielsen. Mesmo sem música, o Museu de São Roque vale a visita ou não tivesse "o Magnânimo" D. João V deixado lá tantos tesouros.

ENTREVISTA

Glenn Greenwald Jornalista que investigou o caso Snowden

"Bolsonaro tem todos os atributos de um fascista"



Texto NELSON MARQUES em São Paulo Foto JIMMY CHALK

Em 2013, Glenn Greenwald recebeu de Edward Snowden um conjunto de dados que desvendavam a vigilância ilimitada exercida pela Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA. Publicou no diário britânico "The Guardian" uma série de reportagens que lhe valeram o prêmio Pulitzer. A viver no Rio de Janeiro desde 2005, o cofundador do projeto de jornalismo de investigação "The Intercept" eré que a ameaça do regresso da ditadura militar ao Brasil é real caso Jair Bolsonaro vença as eleições do dia 28, mas não isenta Lula da Silva dos caos instalado no país.

Para onde caminha o Brasil?

Está a caminho de se tornar um lugar muito sombrio. Bolsonaro acredita que o país estaria muito melhor sob a ditadura militar e coisas como a tortura ou as execuções sumárias são nobres. Quer recuperá-las. Com ele no poder, a liberdade política será ameaçada, senão abolida. Nunca imaginei que chegássemos aqui porque o Brasil sempre considerou os 21 anos de ditadura militar o tempo mais negro da sua história.

A ameaça de ditadura militar é real?

Sem dúvida, ele expressa-o frequentemente. Bolsonaro não acredita na democracia, o seu plano é dar o poder aos militares. Se for eleito, se-lo-á de forma democrática, mas essa é uma velha questão. Erdogan, na Turquia, e Hitler também foram.

É justo dizer-se que ele é fascista?

A palavra banalizou-se. Trump, por exemplo, não é fascista, pelo menos na forma como governa. O problema é que, quando usamos uma palavra em demasia, ela perde significado e as pessoas deixam de se preocupar. Mas, sim, acho que Bolsonaro tem todos os atributos clássicos que qualificam um fascista, seja na forma como cativa as pessoas, na crença no exército, no sector privado, no nacionalismo, nos assassinios extrajudiciais...

GLENN GREENWALD

Advogado e jornalista americano de 51 anos (trabalhou dez anos em direito constitucional), já era um colunista influente antes do caso Snowden, que o revelou ao mundo, "Salon" e "The Guardian" foram títulos por onde passou antes de fundar o sítio "The Intercept", financiado por Pierre Omidyar, criador do eBay

e crime... As pessoas sentem que a classe no poder não tem respostas nem sentido de responsabilidade, limitando-se a chamar nomes a quem apoia Bolsonaro, o que só aumenta a sua fúria. É justo fazer uma analogia com o que aconteceu no Reino Unido, nos EUA e em muitos países da Europa: quando o sistema falha às pessoas, elas dirigem a sua fúria para quem esteve no poder. Foi assim com o 'Brexit' e a UE. Foi também esse o apelo de Trump: quanto mais os media e Washington o odiavam, mais as pessoas gostavam dele.

São descabidas as comparações com Trump?

São. Bolsonaro é muito mais extremo, serviu no exército durante a ditadura militar e defende coisas que Trump nunca defendeu. Por outro lado, no Brasil é possível ir a extremos que não são possíveis nos EUA, que tem uma democracia com salvaguardas muito mais poderosas. Comparo-o mais com Duterte, nas Filipinas, e Al-Sisi, no Egipto, tanto no que se refere à mentalidade como naquilo que é capaz de atingir.

Há três ou quatro anos era uma figura quase anedótica, agora está a um passo do Planalto. O que tornou a sua ascensão possível?

Quando chegou, em 2005, Lula era Presidente e revolucionou o Brasil. Saiu em 2010 com uma taxa de aprovação de 86%, tirou milhões de brasileiros da pobreza, trouxe os Jogos Olímpicos e o Mundial de futebol... O país estava numa trajetória ascendente e era impossível imaginar o surgimento de alguém como Bolsonaro. Só que tudo se desmoronou muito depressa, a co-necar com a destruição de Dilma Rousseff e a crise económica. Hoje são muitas as crises a afetar o Brasil: desemprego, corrupção em massa, epidemia de violência

Mais do que um voto em Bolsonaro, acaba por ser um voto anti-PT.

Sem dúvida. O sentimento anti-PT é uma das grandes razões pelas quais ele poderá ganhar. O PT governou durante 14 anos e, quando as pessoas querem culpar alguém, culpam quem esteve no poder. O PT teve grandes problemas com a corrupção e os media brasileiros sempre o odiaram. Incentivaram o sentimento anti-PT, ao ponto de ter derrubado uma Presidente em circunstâncias muito dúbias. O problema é que Lula, ciente desse sentimento, não aceitou que o candidato da esquerda fosse alguém que ele não pudesse controlar. Destruiu a única opção viável da esquerda, Ciro Gomes. Tem muita responsabilidade no que está a acontecer.

Bolsonaro soube capitalizar bem essa oportunidade.

Basta olhar para o Rio de Janeiro, uma cidade cosmopolita e conhecida por ser muito aberta: 60% das pessoas votaram no Bolsonaro. E não são apenas as pessoas ricas e brancas, são as pobres, as negras, as que vivem nas favelas e até as LGBT. Socialmente, o Brasil sempre foi um país conservador. É um país que tem assistido ao avanço da igreja evangélica, fanáticos religiosos que põem a religião à frente de tudo... Claro que há pessoas que votam no Bolsonaro porque adoram o seu racismo, a sua misoginia ou a sua homofobia, mas muitas votam nele apesar de tudo isso. Votam porque estão desesperadas, não têm nada a perder. Não querem uma continuação do sistema que sentem que arruinou as suas vidas.

nm Marques@expresso.empresa.pt

LULA NÃO ACEITOU UM CANDIDATO DA ESQUERDA QUE ELE NÃO CONTROLASSE. TEM MUITA RESPONSABILIDADE

O FUTURO DO FUTURO

É possível travar os veículos asiáticos na corrida ao domínio elétrico?

Bruxelas tenta contornar dependência de baterias made in Asia com mais financiamento para fábricas e investigação

A União Europeia está com receio de perder a corrida ao futuro do sector dos veículos elétricos. É por isso que está neste momento a planear auxílios estatais para investigação centrada em baterias elétricas e que quer canalizar milhares de milhões de euros no financiamento a empresas que construam grandes fábricas de produção de baterias.

O custo, a disponibilidade das infraestruturas e a falta de investimento são os principais entraves à expansão dos elétricos nos mercados da União Europeia, que pretende que este tipo de vendas totais de automóveis em 2025 e 2030, respetivamente,

"Os fabricantes de automóveis da União Europeia recusaram-se, durante muito tempo, a olhar para as mudanças que ocorriam no sector dos veículos elétricos e estão apenas agora a começar a ir nessa direção", explica ao "Financial Times" Simone Tagliapietra, investigadora do think tank Bruegel. "No entanto, é ainda possível acompanhar [a mudança] na sequência da inovação da União Europeia ao nível das competências e capacidade instalada do sector."

A maior ameaça vem, não do continente norte-americano, mas do asiático. É aí que circula a maioria dos veículos elétricos, com a China a fabricar e utilizar cerca de dois terços. É também na Ásia que está instalada grande parte da capacidade de produção de baterias a nível mundial (80%). Só a China representa 69%, muito acima dos Estados Unidos (16%) e da Europa (menos de 4%).

Os concorrentes asiáticos estão igualmente a instalar a sua capacidade na Europa. A Samsung e a SK Innovation estão a investir na Hungria e a LG Chem está a construir uma enorme fábrica de baterias de íons de lítio na Polónia. E a prosperidade da Europa no sector passa também pelo reforço da sua capacidade.

"Sabemos claramente que o futuro é elétrico e que temos de acompanhar esta tecnologia

[das baterias]", afirmou ao "Financial Times" Marcus Sefcovic, vice-presidente da Comissão Europeia com o pelouro da energia. "Não podemos desenvolver novos modelos ou carros de grande qualidade se não aperfeiçoarmos as competências, a inovação e a investigação relacionada com as baterias."

O segredo chinês

Pequim não é apenas capital do país que vende a maior quantidade de carros elétricos a nível mundial, mas também do que alcançou este feito com maior rapidez. Só no ano de 2016, as vendas de carros elétricos e híbridos do país cresceram 53% para 507 mil unidades, segundo dados divulgados pela Associação de Fabricantes do Sector Automóvel Chines.

O sucesso chinês resulta não só de um enorme mercado, mas também de um misto de políticas, subsídios, crescimento económico e de um designio para acabar com a poluição e o elevado nível de importação de petróleo no país, que alcançou quase nove milhões de barris por dia.

Híbridos ou totalmente elétricos, estes carros fazem parte de uma nova política industrial intitulada "Made in China 2025", através da qual Pequim quer ter campeões nacionais em dez indústrias de alta tecnologia. Consequentemente, governos locais e central subsidiam de tal forma o sector que a China é já o segundo país em que os subsídios médios para veículos elétricos são mais generosos, atrás da Noruega.

Mas o país não é uma ilha. Índia, Japão, Coreia do Sul e Singapura fazem-lhe companhia. A Índia apostou o ano de 2030 para deixar de vender veículos a combustão e está a apostar na construção de pontos de carregamento. No Japão já existem mais pontos de carregamento (40 mil) do que bombas de gasolina (34 mil) e Singapura tem a maior frota de táxis elétricos de todo o sudeste asiático. Já a Coreia do Sul é casa da Samsung e da LG que, a par da japonesa Panasonic, dominam o mercado mundial das baterias para veículos elétricos.

MARIA JOÃO BOURBON mjbourbon@expresso.empresa.pt



POLÍTICO

comum, e par até elogioso, certos políticos eles são habéis do primeiro-ministro Costa, é um desses "habéis" que tem a de se adaptar, e a perigos iminentes, e viar de projetos e ventar soluções de re Homo Habilis (e H dizer "Ser Humano", nas homem) teria si antepassados no Pl inferior e viveram milhões até 780 mil de nós. Já os Home que devem o nome sensu, à sabedoria, à invenção, à capa à invenção, a armazenar para ter cets, ou previsão a lo viveram muito mais tempo. Digamos que talvez, 260 mil anos, naturalista sueco Li este termo em 1758 serem estas últimas dades próprias do se Pretendo com isto muito me espanta

OS DIAS QUE M

KHASHOGGI
Este é o nome do jornalista saudita que se tinha exilado nos EUA e, mesmo daí, at críticas que fazia ao regime do seu país eram respeitadas, ou não fosse considerado próximo de Mohamr bin Salman (MBS), o todo-poderoso prínc saudita. Khashoggi foi à Turquia, visitou o consulado do seu país e aí foi torturado e literalmente cortado às postas. Tudo isto é impensável. Um jornalista esquartejado por forças do seu país num país terceiro. Muitas provas e informações estão a ser fornecidas pela Turquia. Os EUA, ainda que Trump se diga amigo de MBS

UM POR TODOS, TODOS POR NENHUM

Ouviu o que disse o Presidente da República? Quando ontem lhe perguntaram se acreditava que António Costa

sabia da encenação na recuperação do material de guerra roubado em Tancos, Marcelo Rebelo de Sousa tirou as mãos do fogo e pô-las na água: "Não fiquei com essa impressão". Sabe o que é um voto de confiança? É o contrário desta declaração.

Desde o início que assim é, que todos medem as palavras porque através delas ninguém se compromete. Azeredo Lopes começou por dizer que não respondia pelo seu chefe de gabinete, António Costa começou por afirmar que não tinha razões para duvidar do seu ministro, Marcelo agora distancia-se. Não estão todos unidos, estão todos a separar-se. Para que o eventual afundamento de um não leve de arrasto o de outros. Para que a risca de pólvora no chão seja interrompida entre cada barril.

Isto não indicia a culpa de ninguém, revela a consciência da perigosidade política do caso Tancos e sugere desconfiança à população. O caso tornou-se uma escadaria política, que a cada semana sobe um degrau.

Ao princípio o caso era um ponto minúsculo, apenas um homem, um desconhecido investigador, que denunciava uma hierarquia política. Tentaram desacreditá-lo com notícias (verdadeiras mas irrelevantes para o caso) de que arrendava casas do Estado a turistas, com teses de que estava a tentar salvar-se contagiando outros. O homem era só o homem, o homem era ninguém.

Depois, o ponto tornou-se segmento de reta, afinal havia um chefe de gabinete, que apenas não "descortinou" e que anunciava que ia entregar os documentos "verdadeiros". Ele lá foi, entregou-os, e os documentos "verdadeiros" eram os mesmos. O memorando que o desconhecido investigador disse ter entregado era o que o chefe de gabinete disse ter recebido. O documento entrara no Ministério da Defesa.

A reta prolongou-se e começou a subir uma escada, porque o chefe de gabinete disse que informara o ministro, coisa que o ministro antes havia negado. De novo palavra contra palavra? Talvez não: como o Expresso hoje revela, o ministro teve conhecimento do "teor" do memorando. O documento entrou no Governo.

Em todas as declarações públicas há verdades e omissões, pinças invisíveis porque até com a verdade se engana

O ministro desvalorizou-o. Nele não viu razões para informar a Judiciária nem o Ministério Público de que a PJM trabalhara nas suas costas, alinhando numa farsa com um informador (que o memorando não identificava como sendo também um suspeito). Agora é o ministro que vai prestar declarações, não se sabe quando, para esclarecer a dúvida óbvia:

O PUNHO EM VEZ DO PULSO

Estamos na iminência da eleição de um fascista num dos maiores países do mundo. Releia por favor, Um fascista num dos maiores países do mundo. Um fascista.

É um país que fala português. E um país presente na nossa história e na nossa cultura, como nós na deles, é um país que será sempre nosso irmão. Isso traz-nos proximidade, o que nos convoca ainda mais. Mas mesmo que este país nos fosse distante, e até indiferente, o pior não seria melhor. Nem para eles, nem para nós, nem para o mundo que todos somos. O Brasil está a rasgar-se. O Brasil está na iminência da eleição de um fascista.

As frases-bomba daquele que defende o que preferíamos não ter de nomear foram tão hiper-repetidas que se tornaram quase anedota. Não são. São o anúncio de uma ação política de um homem que não respeita instituições e o espaço único dos seus em vez do plural de todos, o punho em vez do pulso.

Já escrevi dezenas de vezes na vida esta frase que com outros aprendi, mas nunca julguei tão urgente: a imparcialidade é um dever, a neutralidade é cobardia. Eleger Jair Bolsonaro é legitimar pela democracia um ditador radical da espécie que julgávamos restringida aos arredondamentos eleitorais. Que assim não seja. Porque estamos na iminência da eleição de um fascista.

informou quem do "teor" do memorando? E ou responde "ninguém" e a reta está traçada ou diz quem e a escada galga.

Como aqui se escreveu há uma semana, isto não é uma novela, é um caso grave que avança em pequenos passos. Em todas as declarações públicas há verdades e omissões, pinças invisíveis porque até com a verdade se engana. Mas há outras pinças bem visíveis, arestas vivas que cortam a confiança entre os vários agentes políticos, como agora acontece entre Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa, de cima para baixo (mas não de baixo para cima) na hierarquia do Estado. Não é o salve-se quem puder, é o vai-se salvando quem souber. Quem fica em terra não precisa aviar-se no mar.

Um dia saberemos quem soube o quê, prometeu o primeiro-ministro. Assim seja, com mais ou menos "doa a quem doer". O caso precisa de encerrar na reta completa. Que fique por aqui e sem mais dúvidas. Até lá, com declarações desvinculadas como aquelas, não procuramos só os culpados, procuramos os inocentes.



Alma Grande A crónica do convidado

Uma escolha simples num Brasil complexo

Francisco Assis



O eurodeputado socialista está no Brasil, a acompanhar, a convite do PT, o final da campanha eleitoral. Aqui deixa o seu relato, naturalmente comprometido, sobre a escolha de domingo

"Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma Universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu"
Darcy Ribeiro

Ouando pela primeira vez li estas palavras senti-me invadido por uma comoção estranha onde conviviam tristeza e alegria. Darcy, antropólogo cultural crítico, homem público de exceção, imensamente brasileiro, encontrara uma fórmula encantadora para descrever a tragédia do seu próprio país. O seu fracasso, se tinha a grandeza do sacrifício de uma inteligência generosa e eticamente irrepreensível, apontava, contudo, para o triunfo de uma fatalidade. O Brasil, tantas vezes anunciado como o país do futuro, estaria condenado a permanecer prisioneiro dos seus múltiplos arcaísmos históricos.

Porém, Darcy estava enganado. Não é verdade que ele tenha fracassado. Feliz-

mente, a história não se limita ao imediato. Num tempo mais longo, aquele que realmente conta, o esforço de Darcy não poderia deixar de produzir resultados. O seu sucesso não foi, por isso, simplesmente moral, contrariamente ao que ele insinuava no texto em epígrafe. A sua vitória, como a de todos quantos têm lutado contra um Brasil atávico, violentamente injusto e escandalosamente racista, é de natureza política, económica, social e cultural.

Não é fácil para um português escrever sobre o Brasil. Mesmo um génio como Eça de Queirós, filho de um homem nascido no Rio de Janeiro e educado por uma ama pernambucana, formulou n^o "As Fatras" "considerações sobre os brasileiros de tal natureza que suscitaram repúdio em terras de Vera Cruz. Seremos talvez demasiado próximos e demasiado distantes para compreendermos com objetividade a complexa realidade de um país continental que se construiu historicamente a partir de múltiplos encontros e desencontros étnicos e migratórios. Por muito que custe a um certo nacionalismo luso, o Brasil é muito mais do que Portugal nos trópicos. Nos últimos anos visitei várias vezes esse imenso, contraditório, fascinante

Expresso

PRÉMIO PESSOA 2018: ESTÃO ABERTAS AS CANDIDATURAS

32ª EDIÇÃO O Prémio Pessoa é um prémio concedido anualmente à pessoa de nacionalidade portuguesa que durante esse período — e na sequência de uma atividade anterior — tiver sido protagonista de uma intervenção particularmente relevante e inovadora na vida artística, literária ou científica do país.

AS CANDIDATURAS ao Prémio Pessoa 2018 já estão oficialmente abertas e decorrem até ao dia 23 de novembro. O prémio, uma iniciativa do Expresso e da Caixa Geral de Depósitos, pretende distinguir a personalidade portuguesa que tenha alcançado destaque nas áreas da Cultura, Ciências ou qualquer forma de expressão artística.

O PRÉMIO PESSOA está na sua 32ª edição, e cabe ao júri, presidido desde o primeiro ano por Francisco Pinto Balsemão, determinar o vencedor.

DO JÚRI FAZEM AINDA PARTE Emílio Rui Vilar (vice-presidente), Ana Pinho, António Barreto, Clara Ferreira Alves, Diogo Lucena, Eduardo Souto de Moura, José Luís Porfírio, Maria Manuel Mota, Maria de Sousa, Pedro Norton, Rui Magalhães Baião, Rui Vieira Nery e Viriato Soromenho-Marques.

PRÉMIO PESSOA



A Espetada



e às vezes revoltante país. Numa ocasião fui ao Mato Grosso do Sul conhecer as condições de vida das comunidades indígenas Guarani-Kaiowá. Observei a sua exasperação perante o avanço assustador das grandes plantações de soja, que na sua fúria produtivista vão destruindo equilíbrios ecológicos ancestrais e ameaçando a viabilidade das reservas onde habitam. Pássaros, peixes, insetos e variadas formas de vida vegetal haviam drasticamente desaparecido. Os indígenas percebiam que a seguir chegaria a sua vez. Afinal de contas não são eles o último obstáculo ao prodigioso avanço da fronteira agrícola do Brasil? Nesses campos remotos, junto à fronteira com o Paraguai, confrontavam-se dois mundos: o dos últimos defensores da floresta com o dos pretensos arautos de uma modernidade tecnológica, económica e até mesmo social. Confronto desigual, apesar de o Brasil ter garantido acolhimento constitucional ao princípio de proteção das sociedades indígenas e de estas beneficiarem da solidariedade de largos segmentos da restante população brasileira.

Estive várias vezes em Brasília, onde presenciei os últimos meses da governação do PT e observei a progressiva dissolução moral do ambiente político nos dias que antecederam a aprovação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Mantive nessa altura longas conversas com alguns amigos do PSDB, gente que continuava a reclamar-se de esquerda, embora o partido se colocasse cada vez mais à direita. Notei neles um desespero profético. De algum modo antecipavam o que não imaginavam que pudesse vir a acontecer: a completa falência do centro político brasileiro. Estavam obstinados por um ódio cego ao PT. Por isso não percebiam o perigo de um discurso justicialista, antipolítico, consciente ou inconscientemente antidemocrático e antiliberal, que ia fazendo o seu caminho no seio da sociedade brasileira. Essa desatenção custou-lhes caro. Desacreditaram-se ao aceitarem participar no vergonhoso processo de destituição de uma Presidente séria e ao embarcarem irresponsavelmente no governo de Michel Temer.

Ainda na capital federal encontrei-me em diversas circunstâncias com algumas

O BRASIL É COMPLEXO, MAS A ESCOLHA ELEITORAL DO PRÓXIMO DOMINGO, SENDO DRAMÁTICA, É DE UMA SIMPLICIDADE CARTESIANA

SEREMOS TALVEZ DEMASIADO PRÓXIMOS E DEMASIADO DISTANTES PARA COMPREENDERMO A COMPLEXA REALIDADE DE UM PAÍS CONTINENTAL

das principais figuras do PT. Naturalmente perturbados com tudo quanto se estava a passar, dividiam-se entre os que estavam disponíveis para uma avaliação crítica da ação desenvolvida durante os anos em que ocuparam o poder e aqueles que optavam por um discurso radical, muito marcado pelo ressentimento e pouco propenso a qualquer tipo de exercício autocritico. Fiquei com a impressão de que, com o passar do tempo, os primeiros haveriam de prevalecer sobre os segundos.

Há precisamente um ano estive no Rio de Janeiro. Viviu-se num ambiente de profunda insegurança. A polícia militar, que estava incumbida de proteger a comitiva europeia em que me integrava, alertava-nos para o risco de nos deslocarmos a alguns locais. Os próprios polícias tinham medo. Mas como pode ser segura uma cidade tão exuberantemente desigual, onde o narcotráfico em grande escala ocupa o lugar que devia ser o da economia e do social?

É este Brasil que vai escolher no domingo o seu próximo Presidente da República. De um lado está um intelectual qualificado, político competente, democrata convicto — Fernando Haddad. Do outro está um celerado, declaradamente adepto do autoritarismo, do recurso à tortura e do esmagamento dos seus adversários.

O Brasil é complexo, mas a escolha eleitoral do próximo domingo, sendo dramática, é de uma simplicidade cartesiana. Quem convictamente e sem qualquer hesitação mandou Haddad. Quem, apesar de múltiplas proclamações pró-democráticas, se não importa verdadeiramente com o destino deste regime estará disponível para não votar em ninguém. E, por fim, restam os outros. Os que sempre estiveram com Bolsonaro. Se poderão vencer se uma parte da elite política e cultural brasileira não estiver à altura das suas responsabilidades. Não seria a primeira vez que assistiríamos àquilo que, noutra época, Julien Benda designou como "la trahison des clercs". A acontecer vencer se triste e, sobretudo, constituirá uma tragédia para o Brasil e provavelmente para o mundo.

DUELO A votação da lei das rendas foi adiada pela terceira vez. Helena Roseta demitiu-se. O PS ficou sem apoios para alterar a lei



Ricardo Veludo



Ana Cordeiro Santos

SÃO PRECISOS BENEFÍCIOS FISCAIS PARA OS SENHORIOS BAIXAREM AS RENDAS E DISPONIBILIZAREM MAIS CASAS?

SIM O atual problema social do acesso à habitação é grave, com disparidades territoriais significativas, sendo mais severo nas áreas metropolitanas de Lisboa (AML) e Porto (AMP) e em várias cidades do Algarve, com tendência para agravar. Temos um problema de inadequação da oferta à procura habitacional.

Verifica-se também uma mudança de paradigma na procura da classe média: 56% dos agregados familiares residentes na AML manifestam forte preferência pelo arrendamento, 13% pela compra, e 10% pelo arrendamento com opção de compra. (Município de Lisboa/Gfk, 2016).

Na AML, AMP e cidades do Algarve, onde existe maior atratividade para viver, o número de agregados familiares continua a aumentar por via da redução do número de membros e aumento da esperança de vida. Aqui, os preços das rendas estão muito acima da capacidade financeira da procura, contribuindo ainda para este efeito a entrada no mercado de compradores e utilizadores de habitação internacionais (turistas, residentes não habituais) com poder de compra muito mais elevado do que os residentes.

Nas pequenas cidades e vilas os preços já são mais acessíveis; não é preciso encorajar tanto a descida de preços, sendo antes necessário atrair investimento para a reabilitação urbana e para criar oferta de habitação para arrendar pois existe muito pouca ou nenhuma.

Para repor o equilíbrio entre oferta e procura é necessário aumentar em muito a produção de habitação, sendo a reabilitação urbana manifestamente insuficiente para esse efeito devido às dinâmicas demográficas e suas tendências.

Os benefícios fiscais, quando adequados, são uma das formas de influenciar os operadores económicos a alterar as suas decisões de investimento de modo a contribuírem para as soluções desejadas de oferta de habitação com rendas acessíveis.

O governo, e todos os partidos na Assembleia da República, estão empenhados em propor soluções rápidas e eficazes.

O frenesim de produção de diplomas legais sem um conhecimento e debate público assente em dados objetivos sobre as variáveis relevantes do problema, sem existir um entendimento político durável no âmbito de uma lei de bases da habitação que promova a coerência, interoperabilidade, entre vários regimes legais e instrumentos, cria um risco de perturbação ainda maior neste egressivismo.

No caso de Lisboa e Porto os benefícios que estão em cima da mesa são claramente insuficientes, sendo até desajustado que se seja mais ambicioso para que os instrumentos sejam eficazes.

Neste breve texto sublinho a necessidade de:

1. Aplicar IVA a taxa reduzida para a construção a custos controlados, a portaria que fixa o valor máximo de construção está completamente desfasada dos valores de mercado e portanto inaplicável;
2. Direcionar exclusivamente os vistos gold decorrentes de investimento imobiliário para promoção de habitação com renda acessível, incluindo em participações sociais ou equivalente;
3. Criar um regime especial de isenção de IRC, IVA a 6% na construção de habitação e reduções de IMI para empresas que dediquem mais de 75% dos seus imóveis a habitação com renda acessível (tipo REIT ou SOCIMI);
4. Isenção de rendimentos prediais de habitações com renda acessível, apenas em territórios pertinentes.

A conjugação de benefícios adequados pode criar suficiente atratividade para os níveis de rentabilidade/risco das habitações com renda acessível face às alternativas de investimento atuais bem como para apoiar os municípios a construir respostas concretas e com dimensão adequada.

Por fim, de referir que uma renda considera-se acessível se não representar mais de 30% do rendimento disponível do agregado em causa (e não do rendimento líquido como parece ser a base utilizada nos diplomas mais recentes).

NÃO A escassez de casas com rendas acessíveis, em particular nas principais cidades do país, está a tornar-se um grave problema social. Uma das medidas mais discutidas para lidar com este problema é precisamente a redução do IMI e da tributação dos rendimentos prediais em sede de IRS (de 50%, em ambos os casos, na proposta inicial do Governo). Em contrapartida, o senhorio teria de cobrar uma renda 20% abaixo do valor de mercado, prolongando também a duração do contrato.

Contudo, esta medida afigura-se como ineficaz e iníqua. É ineficaz porque o seu efeito sobre a oferta de novos alojamentos para o arrendamento será diminuto onde estes são mais necessários, os centros urbanos onde a atratividade de usos alternativos ao arrendamento de longa duração se faz sentir com mais intensidade. Assim sendo, esta medida terá pouco alcance para lá da redução do IRS e do IMI dos senhorios que já operam no mercado de arrendamento de longa duração.

Também não é expectável que esta medida tenha um impacto significativo sobre o valor das rendas. Por causa do atual momento especulativo do mercado imobiliário, um desconto de 20% sobre o "valor de referência de mercado", tal como é apresentado, não tornará as casas mais acessíveis. Só nos primeiros três meses deste ano, face ao período homólogo do ano anterior, os preços das rendas aumentaram 20% nas cidades de Lisboa e do Porto. Isto significa que nos principais centros urbanos as rendas só continuarão a ser acessíveis para as classes de rendimentos mais elevadas.

Basta lembrar a discrepância crescente entre a evolução dos preços da habitação e a dos rendimentos das famílias nos últimos anos para se chegar a esta conclusão. Por sua vez, os senhorios continuarão a receber aproximadamente o mesmo valor da renda, já que serão reembolsados pelo Estado pelo desconto que concedem ao inquilino.

A eficácia duvidosa desta medida acresce a sua profunda iniquidade. Por um lado, os descontos concedidos através de benefícios fiscais aos senhorios representam uma transferência de rendimento do Estado para estes, mantendo as rendas elevadas e aumentando a desigualdade entre os proprietários e os demais, amplificando disparidades de classe que lhe subjazem. Por outro lado, esta transferência de rendimento significa menores receitas fiscais e logo menos recursos para medidas socialmente mais justas, como a provisão pública de alojamentos para o arrendamento a preços acessíveis.

Diz-se que a provisão pública de habitação é uma medida de médio e longo prazo. Mas a implementação desta medida, mais eficaz e equitativa, não é só adiada: ela nunca surge. Como não emergem outras medidas de curto prazo que poderiam pelo menos conter a pressão imobiliária sobre as rendas. Seria o caso da cessação dos regimes fiscais especiais, por exemplo o dos residentes não-habituais, ou da aplicação de uma regulação mais exigente sobre o alojamento local e o arrendamento urbano, principais causas da escassez de alojamentos e dos valores excessivos das rendas.

Num contexto que continua a ser de forte contenção orçamental, mais ou menos imposta ou assumida, a política social do Governo parece assentar quase exclusivamente em novos estímulos fiscais para incentivar promotores privados a resolver os problemas de que o Estado se vai demitindo. As receitas fiscais que poderiam ser utilizadas para outro tipo de medidas mais eficazes e justas vão minguando. A escassez de casas com rendas acessíveis continuará a ser um problema social premente e os senhorios continuarão a praticar rendas excessivas com apoio público.

IMI dos senhorios que já operam no mercado de arrendamento de longa duração.

Também não é expectável que esta medida tenha um impacto significativo sobre o valor das rendas. Por causa do atual momento especulativo do mercado imobiliário, um desconto de 20% sobre o "valor de referência de mercado", tal como é apresentado, não tornará as casas mais acessíveis. Só nos primeiros três meses deste ano, face ao período homólogo do ano anterior, os preços das rendas aumentaram 20% nas cidades de Lisboa e do Porto. Isto significa que nos principais centros urbanos as rendas só continuarão a ser acessíveis para as classes de rendimentos mais elevadas. Basta lembrar a discrepância crescente entre a evolução dos preços da habitação e a dos rendimentos das famílias nos últimos anos para se chegar a esta conclusão. Por sua vez, os senhorios continuarão a receber aproximadamente o mesmo valor da renda, já que serão reembolsados pelo Estado pelo desconto que concedem ao inquilino. A eficácia duvidosa desta medida acresce a sua profunda iniquidade. Por um lado, os descontos concedidos através de benefícios fiscais aos senhorios representam uma transferência de rendimento do Estado para estes, mantendo as rendas elevadas e aumentando a desigualdade entre os proprietários e os demais, amplificando disparidades de classe que lhe subjazem. Por outro lado, esta transferência de rendimento significa menores receitas fiscais e logo menos recursos para medidas socialmente mais justas, como a provisão pública de alojamentos para o arrendamento a preços acessíveis. Diz-se que a provisão pública de habitação é uma medida de médio e longo prazo. Mas a implementação desta medida, mais eficaz e equitativa, não é só adiada: ela nunca surge. Como não emergem outras medidas de curto prazo que poderiam pelo menos conter a pressão imobiliária sobre as rendas. Seria o caso da cessação dos regimes fiscais especiais, por exemplo o dos residentes não-habituais, ou da aplicação de uma regulação mais exigente sobre o alojamento local e o arrendamento urbano, principais causas da escassez de alojamentos e dos valores excessivos das rendas. Num contexto que continua a ser de forte contenção orçamental, mais ou menos imposta ou assumida, a política social do Governo parece assentar quase exclusivamente em novos estímulos fiscais para incentivar promotores privados a resolver os problemas de que o Estado se vai demitindo. As receitas fiscais que poderiam ser utilizadas para outro tipo de medidas mais eficazes e justas vão minguando. A escassez de casas com rendas acessíveis continuará a ser um problema social premente e os senhorios continuarão a praticar rendas excessivas com apoio público.

BRASIL



Sylvia Werneck teme pelo futuro da filha Catarina, LGBT, que não parece preocupar parte da sua família. FOTO JORDI BURCH

Portugal e Brasil condenados ao entendimento

Martins da Cruz sublinha que "a relação com o Brasil não depende de quem está no poder". Rui Machete concorda, mas fala em "riscos"

A expectável vitória de Jair Bolsonaro nas eleições deste domingo pode colocar desafios à diplomacia portuguesa? A resposta é "não". Se é verdade que a agenda política do ex-militar — que representa, em muitos aspetos, uma ameaça ao Estado de direito e à democracia brasileira — deixa todos em "terra de ninguém", a convicção é uma: os dois países estão condenados ao entendimento.

É esse, aliás, o discurso oficial do Governo português, como fez questão de frisar Augusto Santos Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros: "Portugal trabalhará com o mesmo empenho e proximidade de sempre", afirmou o governante, sem se desviar um centímetro do guião definido.

Rui Machete, do PSD, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Passos Coelho, tem uma visão semelhante, embora com algumas particularidades, apenas permitidas a quem já deixou o cargo. Para o social-democrata, "as relações entre os dois países não podem ser nem serão afetadas" pela eventual vitória de Bolsonaro. Mas os "riscos" existem, assume: "É uma situação muito perigosa e devemos estar vigilantes".

Machete não esconde a "esperança" de que Bolsonaro possa desistir de "muito do que prometeu durante a campanha". E resume: "Tenho a esperança, não muito sólida, reconheço, de que Jair Bolsonaro se possa, de alguma forma, institucionalizar", resume.

"Ficarão tudo na mesma"

O diplomata António Martins da Cruz assina por baixo. "As nossas relações com o Brasil não dependem de quem está sentado no poder. Aliás, não o foram durante a ditadura brasileira que durou até 1985. Mais: se Portugal só tratasse com países com modelos de democracia como o nosso, tinha relações diplomáticas com 1/3 dos países do mundo", argumenta o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Durão Barroso.

Ex-militante do PSD, Martins da Cruz coloca a relação entre os dois países em perspetiva: se em termos bilaterais e a relação Portugal-Brasil assenta, em grande medida, em laços "históricos e culturais" — não há uma relação comercial estreita —, no plano multilateral a CPLP "não é, não tem sido, nem deverá ser uma prioridade na política externa brasileira", sustenta Martins da Cruz.

Em sentido inverso, continua, Portugal tem percorrido, ao longo dos últimos 30 anos, um processo de "europização" que o afastou do Brasil. "Por tudo isto, não creio que as nossas relações sejam afetadas. Continuarão com a mesma tonalidade e baixa intensidade."

Nem mesmo um cenário em que Portugal possa servir de interlocutor (comercial, sobretudo) ao Brasil de Bolsonaro na União Europeia se perspetiva como verosímil. "O Brasil não precisa de Lisboa para ir a Bruxelas", descarta o embaixador.

Coincidentally é tentar antecipar as implicações que a eventual vitória de Jair Bolsonaro pode ter nas dinâmicas do continente. "Pode haver uma verticalização da política externa do Brasil, com Bolsonaro a olhar mais para os Estados Unidos. Por outro lado, será interessante perceber o que fará a China neste contexto. São tabuleiros de xadrez em que Portugal, mas também a União Europeia, serão meros observadores", atenta o ex-ministro.

MIGUEL SANTOS CARRAPATOSO miguelcarrapatoso@expresso.imprensa.pt

Eleições Campanha suscita cortes de relações entre famílias e amigos. Vença quem vencer amanhã, o país está polarizado e terá de levar a cabo um intenso trabalho de reconciliação

"Bloqueei o meu filho no WhatsApp"

MARIA DA PAZ TRÉFAUT em São Paulo

Antes da anunciada vitória de Jair Bolsonaro, os seus métodos de intimidação começaram a ser adotados. A suspeita e o medo pairam no ar. Em certos clubes da elite de São Paulo, como a Sociedade de Harmonia de Tênis ou o Esporte Clube Pinheiros, não há clima para anunciar um voto em Fernando Haddad. No sector bancário e da Bolsa é impensável declarar um voto que não seja no capitão reformado ou mesmo nulo ou branco. As patrulhas ideológicas já estão à solta.

O pior é que as posturas radicais e intolerantes saíram da esfera das redes sociais e repercutem-se com toda a intensidade no âmbito das famílias. Desentendimentos entre pais e filhos, primos que deixaram de se falar, fim de namoro. Eis o Brasil de hoje, dividido por paixões e sentimentos exacerbados, cujos reflexos se manifestam na vida quotidiana.

As redes sociais tornaram público o que era privado. O clima de ofensas e injúrias propagou-se, e as notícias que corriam vagarosamente tornaram-se uma avalanche. Nas famílias e entre amigos esse clima vem aglutinando sentimentos de forma perigosa", avança o psiquiatra e psicanalista Luiz Tenório Oliveira Lima, que recorre à tragédia de Sófocles, "Antígona", para fazer um paralelismo com o que se passa.

Tenório diz que certas antigas rivalidades familiares dão ao momento uma intensidade que não é só causa aparente de paixões que emergem, mas que ocorrem sempre que há disputas por crenças e por poder, por adesão ou domínio. Tanto assim é

que algumas consequências desses conflitos atuais têm aparecido no seu consultório.

Os desentendimentos ocorrem por todo o país, em todas as classes sociais. Se a ideia é não brigar, o preceito número um é evitar a política como tema de conversa. Foi o que a empregada doméstica Marilene Oliveira, Lena — residente em Nova Iguaçu, um dos municípios mais violentos do Rio de Janeiro — disse ao filho, Jairo, de 27 anos. "O Jairo quer iludir-se. Está cego, como todo esse povo que vê o Bolsonaro como um deus. Eu evito discutir, acho que cada cabeça sua sentença. O problema é que ele ficava tentando me convencer. Ai bloqueei ele no WhatsApp", diz. Conta que na véspera foi à casa do filho, porque era o aniversário do neto, mas avisou logo à chegada: "Se fizer alguma propaganda do Bolsonaro, volto no mesmo pé que fui."

Filhos da ditadura

Lena continua: "O problema é que o pessoal que defende Bolsonaro não conversa, já vem com violência. Vê-se no trem, no mercado, em todo o lugar. Vou-te falar: depois, tudo o que o Bolsonaro fizer de errado vou jogar na cara das pessoas. Não acho o Haddad nenhuma maravilha, mas não sou eu que vou ajudar o Bolsonaro a ganhar."

Se o Brasil surfa numa onda premitarista, o produtor teatral e cenógrafo, Cyro Menna Barreto, vai na contracorrente. Descendente de estirpe militar histórica, que é nome de ruas em várias capitais e cidades, defende a democracia nas redes sociais. "Meu avô, general Dalyzio Menna Barreto, foi um dos idealizadores da sede da tortura em São Paulo durante a ditadura, a [temida] Operação Bandeirantes, que funcionava nas dependências do Segundo Exército. Meu pai, coronel Argos Menna Barreto, foi assassinado numa tentativa de assalto à agência bancária da Associação Brasileira de

Cimento Portland, que administrava. Por tudo isso, ao contrário da maior parte da família, considero Bolsonaro uma catástrofe para o Brasil."

Ao ver o candidato a celebrar a tortura, Barreto lembra que o avô o levou, adolescente, a visitar a recém-inaugurada sede da Operação Bandeirantes, ainda vazia. "Se a gente não soubesse a verdade... O Dalyzio era um gentleman, um homem refinado, um lorde. "Somos filhos da ditadura e não nos livramos dela. Vejo o discurso de Bolsonaro e tenho medo. O Brasil profundo é conservador", acredita a curadora de arte Sylvia Werneck, que saiu do grupo de WhatsApp e renunciou ao convívio com a sua família aristocrática paulistana, que na segunda volta apoiara Bolsonaro em peso.

"Fui sempre um peixe fora de água. Para eles foi um alívio quando estourou a corrupção nos governos do PT: 'Tá vendendo a gente sabial', diziam. Mas antigamente eu conseguia evitar os assuntos políticos. Agora não dá mais. A política permeia tudo, não é uma área separada da vida", desabafa. Na onda moralista que varre o Brasil, o que mais irrita é a hipocrisia "desse povo que vai à missa, contribui para a igreja, é carola e faz aborto"

O problema principal é Catarina, a filha de 19 anos, LGBT, que passa-

rá a estar exposta ao preconceito e à violência. "Não quero falar com eles. Acho que quem ama protege. Já fui xingada na rua por vestir uma camisa #EleNão. Eles não querem ver o perigo que corre minha filha."

Crê, de qualquer forma, que pouco vai mudar para os seus parentes num eventual Governo Bolsonaro. "São pessoas que não andam na rua e têm uma perceção blindada do mundo, permeada pela janela do carro. Não usam transporte público nem o sistema de saúde gratuito. É óbvio que prefeririam um Bolsonaro mais bem nascido. Mas, na ausência de um, vai este mesmo", diz.

É visível que a elite instruída, embora o apoie, fica incomodada com a ignorância da família do capitão, que peca nos conhecimentos gerais, na gramática e até na ortografia. Na semana passada, um dos seus filhos, Eduardo, postulante à presidência da Câmara dos Deputados, twittou: "PT cada vez mais no fundo do poço." (sic)

Ganhe quem ganhar, refazer os laços depois da eleição e moderar o clima será um desafio também para a esquerda, que também teve comportamentos sectários e sem autocritica. "Agora não temos nem centro, nossas divisões são terríveis. E o centro é fundamental para a democracia", diz o psicanalista Tenório, ao aventar a hipótese de que o clima de animosidade possa continuar ou até piorar depois de anunciado o novo Presidente.

Como reconstituir um tecido social tão desfeito e recompor o calor humano das relações, que sempre foram referência no mundo? "As pessoas estão dissimuladas; famílias e amigos deixaram de falar com franqueza, há uma suspeição no ar", diz Tenório. "Nem na ditadura tivemos isso. Nós, brasileiros, não somos dissimulados. Agora, quem discorda desqualifica, não há espaço para divergir. É uma herança do estalinismo e da direita."

internacional@expresso.imprensa.pt

SE A IDEIA É NÃO BRIGAR, O PRECEITO NÚMERO UM É EVITAR A POLÍTICA COMO TEMA DE CONVERSA, EM TODAS AS CLASSES SOCIAIS



Miguel Sousa Tavares

ESSE BRASIL NÃO!



ILUSTRAÇÃO HUGO PINTO

A

manhã, Deus vai provar que se fartou de ser brasileiro e vai dar ao Brasil o pior Presidente da sua história: Jair Bolsonaro. Vai dar-lhe um Presidente que pela sua boçalidade, pela sua arrogante ignorância e desprezo pela cultura e pelos simples valores daquilo a que chamamos sociedades civilizadas, pelo seu apelo ao ódio e à violência, pela sua indistinta vontade de perseguir os mais fracos e pobres dos brasileiros, de discriminá-los pela cor, pelo sexo, pela raça e pela classe social, deveria encher de vergonha aqueles que, de entre os seus votantes, são os mais bafejados pela fortuna e pela educação — e que são precisamente, dizem as sondagens, os que mais entusiasticamente se preparam para levar ao Planalto um fascista declarado. Todos os que amam deusas do Brasil jamais lhes poderão perdoar. Tudo, menos o Brasil de Bolsonaro.

Desses, já ouvi toda a espécie de auto-justificações — primeiro, dadas de mansinho, envergonhadamente, tentando convencer que quem olha de fora não sabe o que se passa lá dentro; depois, já de forma clara e sem vergonha alguma, mesmo com orgulho — um orgulho que nem é abalado por se juntarem à massa ignara dos 70% de brasileiros que recolhem toda a sua informação no WhatsApp e no Facebook, que passam o dia a receber informações que sabem ser falsas e divulgá-las adiante, e a quem também nada incomoda que o seu valente candidato se acobarde sob uma falsa convalescença para fugir ao debate e ao confronto com o seu adversário. Aliás, nem lhes interessa saber o que ele pensa sobre o que quer que seja, basta-lhes saber que é contra o PT e que, se preciso for, os vai prender,

torturar ou matar, conforme ameaça — não se sabe ainda se apenas como despejo ou mesmo para valer. Porém, se tudo se resumia a votar contra o PT, podiam ter escolhido Alckim, à direita, ou Ciro Gomes, no centro-esquerda. Mas preferiram a extrema-direita fascista e, com eles, arrastaram o Brasil. Não, não têm desculpa alguma. Mesmo que seja uma verdade penosa constatar que o próprio PT deu uma contribuição decisiva para o descrédito das instituições democráticas brasileiras e que, face à emergência de uma real ameaça fascista e sabendo da rejeição que o partido tinha junto de uma larga maioria de eleitores, não foi capaz do gesto patriótico de renunciar a uma candidatura presidencial e apagar-se perante quem pudesse travar Bolsonaro. Mas daí a apoiá-lo vai uma imensa diferença, que cobrirá para sempre de vergonha quem o fez. O Brasil de Bolsonaro não.

Meus íntimos irmãos brasileiros: eu não quero dar lições algumas a ninguém e por favor não me confundam com o Boaventura Sousa Santos. O país é vosso, o voto é vosso e até são livres de eleger quem o vá destruir de alto a baixo, da Amazônia até ao Rio Grande do Sul. Podem, com o vosso voto de amanhã, ajudar a restabelecer a ditadura, por golpada parlamentar e emenda constitucional ou por quartelada concertada com o capitão Bolsonaro. Podem convencer o povo de que a corrupção, o crime e a violência são tudo obra exclusiva do PT ou culpa da democracia e não responsabilidades antigas e próprias — como se demonstra, por comparação, olhando para a história das democracias e das ditaduras. Podem, sinceramente (embora incompreensivelmente, para mim) acreditar que, sacrificando a democracia, resolvem todos os problemas endémicos do Brasil. Podem tudo isso, mas não podem impedir que quem cres-

ceu a amar o Brasil da liberdade seja incapaz de continuar a amar o Brasil fascista. O Brasil de Bolsonaro será vosso, porque assim o quiseram; de quem, de fora, ama o Brasil, não. Talvez a esses brasileiros lhes pareça coisa pouca o que o mundo de fora possa pensar deles, depois de amanhã: é mais um país que cai nas garras do populismo e da extrema-direita e também os vamos tendo na Europa, apesar da União Europeia e de tantas décadas de paz, de prosperidade e de respeito pelos direitos humanos e das minorias. É mais um país que vê manipulado nas redes sociais o que deveria ser o voto informado dos cidadãos, esse cancro que corria por dentro as nossas democracias e que me garantem ser inútil de combater, pois que os tempos são outros, o mundo mudou e quem o não entende fica para trás. Somos então Velhos do Restelo a assistir, sem argumentos nem defesa, ao triunfo dos Salvini, dos Victor Orbán, dos Bolsonaro. Talvez, portanto, lhes pareça coisa pouca a polícia que atrai para matar sem questionar, que tortura antes de perguntar, que faz desaparecer sem inquérito, um Brasil que prende, que exila, que censura a música, a imprensa, a literatura, a política, o pensamento. Sim, eu conheço todas as tropelias que o PT levou a cabo, seguiu de perto o 'Mensalão' e a 'Lava Jato', vi vários deles cederem à corrupção, ao tráfico de influências,

ao luxo e ao deslumbramento com o dinheiro — como antes e depois do PT vi acontecer com todos os quase todos os que se sentam no Congresso e que agora vão tratar de negociar com Bolsonaro, como antes negociaram com Sarney, com Collor, depois com Lula e depois com Temer, e vendendo os seus votos como sempre. Mas era preciso eleger como Presidente quem cometeu a infâmia de votar na golpada parlamentar do impeachment de Dilma homenageando o seu torturador? Não, o Brasil deste homem não.

Infelizmente, não vai haver milagre que impeça a vergonha à 25ª hora. Porque, mesmo que Deus existisse, e fosse de infinitamente justo como dizem, só poderia e deveria estar já farto do Brasil. Deu-lhe sete vidas e todas os brasileiros deturaram fora. Deu-lhes um país de sonho, abundante em riquezas como poucos outros no mundo, e eles vivem ainda a queixar-se do ouro que D. João V lhes roubou, o célebre "quinto real" — que seria um quinto de todo o ouro extraído, tivesse esse quinto alguma vez chegado ao Reino, o que nunca aconteceu, nem de perto nem de longe. Deus é bem mais preciso noutras paragens, onde as ditaduras são escolhidas por voto ou convívio popular e por demissão das elites ao longo de gerações. Aliás, Deus, no Brasil, foi usurpado e é agora representado pelas Igrejas Evangélicas, cujos bispos viajam de jacto privado, vivem no luxo e na abundância, são donos de rádios e televisões e cobram metade efectiva do quinto real aos seus fiéis, com uma ferocidade e eficácia de que nenhuma repartição de Finanças é capaz. Com a sua leitura particular do Evangelho, concluíram que o reino de Deus é, sim, deste mundo e ocupam já um quarto dos lugares do Congresso, tendo proclamado o seu apoio ao capitão Jair Bolsonaro, "enviado do Senhor"

para combater o "anti-Cristo". Deus foi-se embora dali; deixou ao Brasil os braços abertos do Cristo do Corcovado protegendo o nosso Rio de Janeiro antes que um aventureiro lhe lance mão, os seus apóstolos do Aleijadinho em Congonhas, as igrejas de Olinda, ou a catedral flutuante e mágica de Brasília, obra do ateu Niemeyer, o único templo católico do mundo onde Deus não esmaga os fiéis, antes lhes dá asas para voarem ao seu encontro. Esse Brasil sim. Mas o Brasil deste proclamado ungido de Deus não.

Assim, abençoado pelas Igrejas dos novos crentes e tementes, propulsionado pelas redes sociais que são a democracia dos novos tempos, pelas mentiras compradas em pacotes no WhatsApp que são o novo jornalismo, empurrado pelos empresários que se esqueceram de prender e pelos políticos que esperam amnistia, pelos juizes-justiceiros que se darão por satisdos, pelos militares que se darão por bem lembrados, pelos letrados que se imaginam revolucionários atrás de um capitão que não tem pudor de mostrar o que não sabe de justiça e imaginam que irão ser saciados, pelos que têm fome e que julgam que se irão ocupar deles, pelos que têm medo e a quem prometem um revólver contra os bandidos, pela grandiosidade de um Fernando Henrique Cardoso que prefere morrer enfiado na porta que se vai fechar, 210 milhões de brasileiros vão amanhã à noite mergulhar numa escuridão de onde ninguém sabe quando será o regresso e a que preço. Para a História ficará o registro de um povo que se suicidou por sua livre vontade. E não haverá história mais triste do que esta para contar. Boa noite, Brasil.

Miguel Sousa Tavares escreve de acordo com a antiga ortografia

Para a História ficará o registro de um povo que se suicidou por sua livre vontade. E não haverá história mais triste do que esta para contar. Boa noite, Brasil

dos ao nento

blinha o Brasil em está no te concorda,

e Jair Bolsonaro ningo pode Colônia portuguesa? é verdade que ex-militar — que os aspetos, uma direito e à de — deixa todos r", a convicção é tão condenados

curso oficial do como fez ques- os Santos Silva, os Estrangeiros: i com o mesmo ide de sempre", sem se desviar ão definido. SD, ex-ministro geiros de Passos ão semelhante, s particularida- s a quem já decial- democrata, dois países não afetadas" pela lsonaro. Mas ssume: "É uma osa e devemos

de a "esperan- possa desistir meteu durante ime: "Tenho a o sólida, recono- arado se possa, tucionalizar",

ma"

Martins da Cruz nossas relações ndem de quem r. Aliás, não o dura brasileira ais: se Portugal s com modelos o nosso, tinha com 1/3 dos pag- menta o antigo s Estrangeiros

SD, Martins da o entre os dois se em termos Portugal-Brasil nedida, em laços is" — não há uma treita — no plano "não é, não tem uma prioridade assileira", susten-

s, continua. Por- o, ao longo dos processo de "eu- astou do Brasil. io que as nossas as. Continuarão lade e baixa in-

enário em que de interlocutor o) ao Brasil de ropeia se pers- "O Brasil não ir a Bruxelas", r. tar antecipar as tual vitória de er nas dinâmi- de haver uma íca externa do o a olhar mais los. Por outro te perceber o contexto. São em que Portu- ção Europeia. res", atenta o

Advertisement for Rolex Oyster Perpetual Day-Date 40 watch, featuring a gold watch with a white dial and Roman numerals. Text includes 'ROLEX', 'OURIVESARIA PORTUGAL', and contact information for Lisboa and Aveiras.

ESPAÇO PÚBLICO



Carles Puigdemont



O movimento independentista catalão recebeu ontem uma ajuda inesperada vinda da Justiça alemã, a qual não só decidiu colocar Puigdemont em liberdade como não admitiu o delito de rebelião contra o ex-líder da Catalunha pelo qual era acusado pela Justiça espanhola. Foi um duro golpe para Madrid, já que fica aberto o caminho para que Puigdemont seja apenas julgado pelo menos grave dos crimes que é acusado — desvio de fundos ou corrupção. **J.J.M.**



António Mexia



Os accionistas da EDP continuam a confiar plenamente em Mexia, e no actual conselho de administração (ao qual se vão juntar duas mulheres), que vai continuar a liderar a empresa até 2020, cumprindo um quinto mandato. Apesar de ser arguido, na sequência de uma investigação do MP aos CMEC, António Mexia recebeu um voto claro de confiança para mais um ciclo à frente da eléctrica controlada pela chinesa CTG, obtendo 95,44% de votos do capital presente. **J.J.M.**

Brasil, uma justiça totalitária



Manuel Carvalho
Editorial

A pressa com que o juiz Sérgio Moro decretou a prisão de Lula da Silva, um dia após a polémica recusa do *habeas corpus* apresentado pela defesa do ex-Presidente, quando em aberto está a possibilidade de ser apresentado um pedido de embargo no tribunal de segunda instância, diz tudo, ou quase tudo, sobre a hegemonia que o sistema judicial tenta conquistar ao sistema político brasileiro. E a prova desta constatação não se deve procurar no labirinto do processo penal, na leitura autêntica da Constituição ou

no sagrado princípio da separação de poderes que rege qualquer Estado democrático. Encontra-se em duas e singelas perguntas: porquê a pressa em prender Lula? E para quê?

Lula ainda é o rosto de um partido poderoso, mas a sua condenação por corrupção em segunda instância acabou irremediavelmente com a possibilidade de se candidatar à presidência e, acto contínuo, acabou com a sua carreira política. Tarde ou cedo, à luz da lei Lula acabará na prisão. Acelerar o processo só serve para legitimar as suspeitas sobre um pérfido instinto punitivo e persecutório de Moro, não para mostrar a celeridade ou a imparcialidade da Justiça.

Sendo um activo político com mero valor facial, Lula não deixa de ser um ícone, nem perdeu o estatuto de ex-Presidente. Qualquer

juiz de qualquer tribunal deveria ter estes factos em consideração e o próprio Sérgio Moro não se eximiu de essa realidade, impedindo que seja algemado, reservando-lhe uma sala, concedendo-lhe a possibilidade de se apresentar na polícia pelo seu próprio pé.

Então, por que é que Sérgio Moro decide apanhar à pressa a boleia de uma decisão polémica do Supremo Tribunal Federal que, ao recusar o *habeas corpus* a Lula, se baseou numa jurisprudência duvidosa e recusou analisar o espírito do preceito constitucional que, lá como cá, garante a todos os cidadãos o direito à presunção de inocência até que a sentença transite em julgado? Porque é que não deu tempo a que a defesa esgotasse todos os seus recursos no tribunal de segunda instância, que poderiam ficar decididos já na próxima semana?

Por que é que optou por uma atitude drástica em relação a prazos, sabendo que com essa atitude vai afrontar uma parte significativa da população brasileira?

Moro age como age porque age como um político. Porque se sente investido do mesmo poder esclarecido que outrora investiu os déspotas. Porque não se preocupa em estar a acentuar as fracturas de um país que precisa de distensão, de calma e de paz institucional. Ao tratar Lula com este desprezo institucional através de uma interpretação processual monolítica e simpática à maioria (e ao radicalismo de direita), Moro expõe a visão plenipotenciária e redentora que tem da Justiça. As ditaduras e os totalitarismos do passado também começaram por aí.

manuel.carvalho@publico.pt

P Comunicação Partidos preparam corte no tempo de fidelização

Comunicações Partidos preparam corte no tempo de fidelização

CARTAS AO DIRECTOR

Eu antifutebol me confesso

adeptos do clube perdedor, como do clube ganhador pareceram-me um momento único, na vida do

através da implementação de novos procedimentos, o último

desafios que é preciso enfrentar, onde Sines integra a Nova Rota

ASUS VivoBook

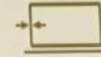
HDMI



2x2 802.11ac
6X faster than 802.11n



8h Battery Life
Full workday freedom



NanoEdge Display
Immersive visuals

Sábado, 7 de Abril de 2018

BARTOON LUÍS AFONSO



O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Lula da Silva: odiar a corrupção, amar o corrupto



João Miguel Tavares

Nós podemos parecer muito moderninhos, mas ainda temos incrustado em nós um pensamento pré-moderno – as pessoas perante a lei são todas iguais, mas depois achamos que umas são mais iguais do que outras. Lula da Silva foi condenado por corrupção em primeira instância, foi condenado em segunda instância (por unanimidade), o seu *habeas corpus* foi recusado no Supremo, e ainda assim a gritaria em face da sua prisão atinge níveis incompreensíveis entre pessoas que dizem nutrir grande respeito pelo sistema de Justiça (mas só em abstracto) e uma grande devoção pelos pesos e contrapesos do sistema democrático (mas só em teoria). Como no velho tempo das Ordenações, para o mesmo crime deseja-se que exista uma pena para pajens, uma pena para escudeiros e outra para fidalgos. E Lula da Silva, claro está, é

o fidalgo bondoso da esquerda brasileira – e da esquerda portuguesa também. O heróico Lula – admitem os que gostam de se fingir ponderados – até pode um dia vir a ser preso, mas ontem não era um bom dia, hoje não é possível e amanhã não dá jeito. Lula, acima de tudo, não merece prisão, porque tirou milhões de brasileiros da pobreza. Um raciocínio lógico que aguardo ansiosamente por ver aplicado a Duarte Lima – talvez ele nem sequer deva ir a julgamento pela morte de Rosalina Ribeiro, tendo em conta a generosidade imensa que sempre dedicou ao Instituto Português de Oncologia. Na última Quadratura do Círculo ouvi Pacheco Pereira dizer (juro!) que da direita esperava-se que fosse corrupta, mas que da esquerda se esperava melhor. Lá está: para o mesmo crime deveria talvez existir uma pena para o corrupto de direita (pesadíssima), outra para o de centro (moderada) e uma outra para o de esquerda (nenhuma, de preferência).

Dirão os meus simpáticos leitores pró-Lula: e Michel Temer não deveria estar também a ser julgado? Deveria, com certeza. Mas aí o que não funcionou foi a política brasileira, que



“**Não se aguenta a eterna superioridade moral daqueles que só sabem chamar fascistas aos outros**”

bloqueou esse julgamento – não foi a Justiça. Que o Congresso é corrupto da primeira à última fila já todos sabemos. Só que a Justiça não se exerce por distribuição ideológica. Lá por Temer não estar preso, não significa que seja injusta a prisão de Lula. Tal como não é por haver muitos criminosos à solta que passa a ser indecente a existência de criminosos detidos. Aquilo que não se aguenta é a eterna superioridade moral daqueles que só sabem chamar fascistas aos outros. Sim, eu sei o que foi a ditadura militar no Brasil

e conheço bem os perigos dos Bolsonaro que por lá pululam. Mas as mais bárbaras declarações de desrespeito constitucional têm sido feitas pelos apoiantes de Lula e pelos políticos do PT.

Essas declarações derivam precisamente da falta de sensibilidade para a questão da corrupção, que, sendo um crime cego a preferências ideológicas, continua a ser diferentemente valorizado consoante a cor política do corrupto. Eu percebo que isso no Brasil seja uma tentação – já que todos são corruptos, é natural que as pessoas prefiram os seus corruptos aos corruptos dos outros –, mas compreendo mal que esta postura seja importada para Portugal, onde é suposto haver diferenças entre o Palácio de São Bento e o do Planalto. O resultado está à vista: andamos sempre a resmungar contra supostos corruptos e a encher as redes sociais de indignação, mas depois somos pateticamente tolerantes com as leis que permitem um sem-fim de recursos e com políticos que andaram a roubar-nos, só porque um dia votámos neles.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Euromilhões

1 29 33 45 47 4 8

1.º Prémio 76.000.000€

Milhão SBH 12104

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45488/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogais: Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail publico@publico.pt | Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Docas de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espinho, Via Norte, Maia. Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, SA. Impressão Unipres, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcos de Valaizere; Telef.: 227537030; Usgráfica - Impressão e Artes Gráficas, SA. Estrada Consiglieri Pedroso, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena. Telef.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, SA. Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Março 31.645 exemplares Membro da APCT Direitos de Autor Protegidos



VSAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos

ESPAÇO PÚBLICO



Jupp Heynckes



O Bayern Munique garantiu hoje o seu sexto título consecutivo na Bundesliga, o campeonato alemão. A liderar a equipa está Heynckes, o experiente treinador, de 72 anos, que regressou ao comando do Bayern em Outubro do ano passado, quando a equipa estava a cinco pontos do Dortmund. Recorde-se ainda que foi este o treinador que começou esta senda vitoriosa quando em 2012-13 venceu o primeiro dos actuais seis campeonatos. **V.C.**



Raúl Jiménez



Não houve Jonas, mas houve Raúl Jiménez. E o Benfica venceu por duas bolas a uma em Setúbal, num jogo que acabou por ser mais difícil do que se esperava para os encarnados e em que a vitória só foi obtida já em tempo de descontos e com um penálti polémico. Mas o herói voltou a ser o mexicano Raúl Jiménez, que, mesmo jogando pouco, continua a ser decisivo quando o melhor marcador do campeonato não pode dar o contributo à equipa. **V.C.**

Por detrás de Lula espreita Bolsonaro



Nuno Pacheco
Editorial

Ainda perdura na memória do Brasil um dos episódios mais tocantes da sua história recente: milhões de brasileiros, com velas acesas ou apenas em silêncio, a zelar pela saúde de Tancredo Neves, eleito Presidente em Janeiro de 1985 (por voto indirecto), nos alvares da democracia. Mas Tancredo, que adoeceu gravemente na véspera de tomar posse, acabou por morrer sem nunca ocupar o cargo. Foi a primeira

tragédia depois da esperança, num país que acabava de sair de uma terrível ditadura militar.

Não por acaso, a palavra “tragédia” volta agora a ser usada para definir a actual situação brasileira. Só hoje, neste jornal, dois textos de opinião coincidem nesse mesmo termo. Vicente Jorge Silva escreve: “Lula tornou-se o símbolo maior dessa enorme tragédia em que se converteu a terra prometida” brasileira; e Teresa de Sousa sublinha a gravidade da “tragédia de Lula, que é a tragédia do Brasil”. Esta tragédia, porém, vai muito para lá da figura de Lula. E se este, condenado num processo cujos contornos ainda vivamente se discutem, aceitou cumprir pena de prisão (aproveitando o momento para alimentar, com frases de tom

profético, um culto da personalidade que poderá ser prejudicial ao seu próprio partido), o mais relevante são os contornos de tudo isto: a grave radicalização social e política; a descredibilização dos partidos por via da corrupção e do compadrio; a judicialização da política por via de uma indesejável politização da justiça; e o perigoso assomo dos militares a um terreiro que já foi seu no passado, com enormes custos para os brasileiros e para o país.

Em democracia, Exército e Justiça são pilares essenciais à manutenção de um Estado de direito, mas em tempo de descrédito das instituições políticas podem inspirar ditaduras. As declarações de militares, “avisando” os tribunais de que não pactuariam com “impunidades” no caso de

Lula, é uma intolerável forma de pressão sobre o sistema judicial e um indício do que pode vir aí. Por isso, transformar Lula no centro das atenções (o PT já veio dizer que o centro do Brasil será em Curitiba, enquanto ele estiver preso) só desviará a atenção do resto. E no resto está Jair Bolsonaro, antigo capitão, saudoso confesso da ditadura militar, que como pré-candidato à presidência surge em segundo lugar nas preferências dos brasileiros (depois de Lula, agora preso).

Ao contrário do que sucedeu com Tancredo, no caso de Lula não há lugar a “santificações”. Mas Bolsonaro dispensa-as. Bastam-lhe as armas e a distração do Brasil.

nuno.pacheco@publico.pt

BARTOON LUÍS AFONSO



O RESPEITINHO NÃO É BONITO

De Lula a Bruno de Carvalho: olhar e não querer ver



João Miguel Tavares

Lula da Silva faz um discurso interminável em cima do telhado de um sindicato, insultando a comunicação social, enlameando a justiça, afirmando que a sua prisão irá provocar “orgasmos múltiplos” aos seus detractores, e chegando ao ponto de garantir que foram os tribunais brasileiros a apressar a morte da sua mulher. Em qualquer lugar do mundo, este seria o discurso de um demagogo e de um populista. Se acaso Donald Trump fosse preso, diria mais ou menos aquilo, só que de fato e gravata, em inglês e na Trump Tower. A demagogia, a manipulação, o ressentimento e o recurso às teorias da conspiração seriam iguazinhas. E, no entanto, para a esquerda portuguesa, Lula da Silva, o homem do Mensalão, é um preso

político e a pobre vítima – palavras de Catarina Martins, grande pilar do Governo da República Portuguesa – de “um golpe da direita reacçãoária, racista e fascista”.

Bruno de Carvalho anda há anos a utilizar uma linguagem inqualificável, numa confusão permanente entre a pessoa e o presidente do Sporting, anunciando o nascimento de filhos nos ecrãs do estádio de Alvalade, totalmente obcecado pelo seu ego e pela sua imagem, implacável com as críticas, ao ponto de ter organizado uma assembleia geral para poder calar mais facilmente as vozes incómodas, e na qual chegou ao ponto de listar que jornais os sportinguistas deveriam ler e que canais de televisão deveriam ver. Em qualquer

lugar do mundo, esta seria a postura de um líder populista e autoritário. E, no entanto, Bruno de Carvalho teve 90% dos sócios a apoiar os seus desvarios totalitários até ao dia em que as frustrações se viraram contra o plantel do Sporting. Só nesse momento é que milhares de sportinguistas perceberam enfim que Bruno de Carvalho se estava a comportar como sempre se comportou – e que esse comportamento era inadmissível.

Todos nós acreditamos em pessoas, partidos, religiões, clubes, com os quais estabelecemos relações emocionais profundas. Não tem mal algum, com esta condição: jamais permitirmos que essa rede emocional – seja ela clubística, religiosa ou ideológica – se torne impermeável à realidade e suspenda o nosso próprio pensamento. É a isso que chamo “olhar e não querer ver”. Quando as nossas paixões se sobrepõem aos factos mais elementares ficamos rapidamente nas mãos dos demagogos, dos fanáticos e de todas aqueles que queremos tanto que estejam certos que nunca deixamos que estejam errados, mesmo



Na medida em que admitir que eles falharam é admitir que nós falhámos, preferimos fechar os olhos à realidade e aderir acefalamente a quem está sempre disponível para pensar por nós

quando somos confrontados com as estrondosas evidências das suas falhas. Na medida em que admitir que eles falharam é admitir que nós falhámos – porque avallámos mal o seu carácter ou depositámos esperanças infundadas em alguém –, preferimos fechar os olhos à realidade e aderir acefalamente a quem está sempre disponível para pensar por nós.

Há pessoas dissimuladas que nos enganam. Eu isso percebo. Mas tenho dificuldade em aceitar que possamos ser enganados por aqueles que andam há anos a mostrar aquilo que são, e aquilo que estão dispostos a fazer, mesmo diante de nós. Foi o que aconteceu com Lula da Silva. Com Bruno de Carvalho. Com José Sócrates. Toda a gente sabia quem eram. Não apenas os mal-informados, os distraídos ou os palermas – toda a gente, milhões de seres inteligentes, insensíveis ao autoritarismo, à demagogia ou à corrupção. Orwell dizia que é preciso uma luta constante para ver aquilo que está à frente do nosso nariz. É impressionante a quantidade de gente que todos os dias continua a perder essa luta.



Jornalista
jmtavares@outlook.com

BARTOON LUÍS AFONSO

O MINISTRO DAS FINANÇAS REJEITA O DÉSPESSISMO...



... E DIZ QUE NÃO SEGUIRÁ O CAMINHO QUE A ESQUERDA QUER.



E COMO É ELE QUE ESTÁ AO VOLANTE...



BEM, RESTA À ESQUERDA TENTAR FURAR OS PNEUS.



O RESPEITINHO NÃO É BONITO

A justiça portuguesa é melhor do que a brasileira?



João Miguel Tavares

Acho extraordinário que tantos portugueses, que nunca conheceram na vida outra coisa senão um sistema de justiça profundamente disfuncional, considerem ainda assim estar possuídos de um estatuto cívico e moral que lhes permite olhar com sobrançeria para a justiça brasileira, como se os juízes no Brasil fossem anjos exterminadores e nós os felizes inquilinos do paraíso dos tribunais. É preciso não ter a menor noção. É verdade que em Portugal não precisamos de temer os horrores da *Operação Lava-Jato* – mas isso é porque a justiça portuguesa jamais teria à sua disposição os meios, a vontade e as leis para desmontar uma rede de corrupção daquele calibre.

A famosa frase “mais vale um criminoso solto do que um inocente na prisão” não tem discussão possível, mas qualquer sistema penal procura

um equilíbrio razoável entre as garantias da defesa e os instrumentos ao dispor da acusação. Uma acusação com força excessiva pode levar muitos inocentes à prisão. Mas uma defesa com garantias excessivas pode levar a que muitos criminosos nunca sejam presos. Aquilo que acontece em Portugal, no que diz respeito à corrupção e aos chamados crimes de colarinho branco, é que tudo está alinhado para dificultar ao máximo a obtenção de prova, e é tamanho o leque de artimanhas processuais a que os acusados podem recorrer que o sistema protege vergonhosamente quem tem o dinheiro necessário para interpor infundáveis recursos e contratar os melhores advogados.

Vestidos com o melhor *smoking* civilizacional, escondemos o estado miserável da nossa roupa interior enquanto torcemos o nariz à delação premiada (como se ela não exigisse ser corroborada por documentos), recusamos o enriquecimento ilícito agitando o fantasma da inversão do ónus da prova, e consideramos impensável que alguém possa ser preso após condenação em segunda instância. Enfim: não é propriamente “alguém” – é Lula da Silva, porque



ADRIANO MIRANDA

“**Três anos após ter sido condenado, o senhor Vara continua livre como um passarinho a trabalhar como consultor em África. É esta a justiça de que nos devemos orgulhar? Não gozem comigo**”

antes dele já milhares de brasileiros tinham ido parar à prisão nas mesmas condições sem que ninguém tivesse reparado.

O facto do *plea bargain* – em inglês talvez soe mais fino – existir em países como os Estados Unidos, a França ou a Itália, e ser considerado essencial para combater crimes onde sem um qualquer acordo de diminuição de pena nenhum criminoso tem incentivo para falar, parece impressionar ninguém. Tal como parece impressionar ninguém que a terrível prisão após condenação em segunda instância só peque por atraso em países como os Estados

Unidos, o Canadá ou a Inglaterra – aí, a regra é prender-se logo após condenação em primeira instância, independentemente de um tribunal superior vir mais tarde a mudar de opinião.

Isto não é assim porque os americanos ou os ingleses são selvagens. É assim porque consideram que a suspensão de uma pena anos a fio põe em causa a confiança no cumprimento da justiça e dá origem a um sentimento de impunidade – precisamente aquilo que acontece em Portugal. Olhe-se, por exemplo, para o processo *Face Oculta*: Armando Vara foi condenado a cinco anos de prisão efectiva a 5 de Setembro de 2014; viu a pena confirmada pela Relação a 5 de Abril de 2017; e só agora, um ano depois, é que um novo recurso vai dar entrada no Tribunal Constitucional – não havendo qualquer previsão de quando a decisão final surgirá. Três anos após ter sido condenado, o senhor Vara continua livre como um passarinho a trabalhar como consultor em África. É esta a justiça de que nos devemos orgulhar? Não gozem comigo.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

BARTOON LUÍS AFONSO

MARCELO REBELO DE SOUSA É PERSONAGEM DE UM LIVRO INFANTIL...



... QUE CONTA A SUA VIDA DESDE A INFÂNCIA ATÉ HOJE.



HUM...



NO CAPÍTULO DA VICHYSOISE, CONVÉM EXPLICAR ÀS CRIANÇAS QUE SE TRATA DE UMA SOPA FRIA.



CONSOANTEMUDA

Brasil: o país no futuro



Rui Tavares

Há quatro anos, por esta altura, Dilma Rousseff e Aécio Neves destacavam-se como os mais prováveis candidatos na segunda volta das presidenciais brasileiras. Dilma ganhou, embora não de forma esmagadora, e Aécio perdeu, mas sem comprometer o futuro da sua carreira política. Um observador desapaixonado da política brasileira não ficaria mal visto se dissesse na altura que, após quatro anos de Dilma, a vez de Aécio poderia finalmente chegar em 2018. E com essa possível transição o Brasil aproximaria-se também daquilo que as velhas teorias da democratização previam para um país saído de uma ditadura que conseguisse alternar entre campos políticos no poder por duas vezes sucessivas: a plena consolidação democrática.

Quatro anos depois, o quadro político não poderia ser mais implausível para esse observador desapaixonado. Dilma foi afastada da presidência há dois anos (feitos na sexta-feira) sob pretextos de

que hoje ninguém se lembra e nos quais, à altura, nem mesmo muitos dos seus opositores acreditavam. Aécio tem dificuldades em ter apoio até para se fazer eleger deputado federal. E Lula, é claro, lidera as sondagens e está preso num processo em que as fronteiras entre judiciário e política se confundem. Atrás de Lula vem nas sondagens Bolsonaro, o representante de uma extrema-direita boçal que defende os torturadores da ditadura militar e que considera os direitos humanos "coisa de vagabundo".

Quem errou, sobretudo, foi quem protagonizou a manobra para afastar Dilma. O campo que protagonizou o *impeachment*, do PMDB do impopularíssimo Presidente em exercício Michel Temer ao PSDB do candidato presidencial Geraldo Alckmin, tem uma presença praticamente residual no pleito presidencial. Pelos resultados se vê que o erro foi político, mas não só. Previ na altura do afastamento de Dilma que, tal como no *Macbeth* de Shakespeare em que cada novo crime serve para encobrir o primeiro, este centro-direita brasileiro não poderia parar pelo *impeachment*: a seguir, havia que impedir Lula de ser candidato às presidenciais. E assim foi. Só que, a partir desse momento, o erro político transforma-se em



erro moral também, que pós a consolidação da democracia brasileira a correr riscos como há muito não se imaginavam sequer possíveis. E para quê? Para que, daqui a umas semanas, o Brasil tenha de escolher entre devolver a presidência ao Partido dos Trabalhadores ou entregá-la a Bolsonaro. Presidência essa que, se tivessem sabido esperar pelo decurso normal do mandato de Dilma, os autores do ridículo encenação do *impeachment* estariam agora prestes a conquistar para Aécio ou alguém do mesmo

campo político. Que lhes sirva de lição.

Isto não quer dizer que o PT não tenha errado também. Não falo só dos erros passados, da excessiva cumplicidade com a corrupção antiga e da ativa participação em nova corrupção, como o caso do *Mensalão*. Falo da forma como em todo este processo o PT nunca se quis renovar e optou por se cristalizar em torno da figura de Lula, mesmo quando sabia perfeitamente que ele não poderia ser candidato. Provavelmente, um acerto tático — assim o PT mobiliza a base e diminui a pressão sobre o candidato a vice que substituirá Lula — mas que não deixa de ser, do ponto de vista ético, uma encenação também ela condenável.

Desse ponto de vista, uma das poucas boas notícias a chegar do Brasil nos últimos tempos é mesmo a escolha do candidato a vice de Lula: Fernando Haddad. Um dos melhores ministros da Educação que o país já teve, responsável pela enorme expansão do ensino superior com a construção de novas universidades federais e com a inclusão de categorias sociais, raciais e geográficas que antes não acediam à universidade, Fernando Haddad foi depois um prefeito de São Paulo com uma visão de grande

responsabilidade ambiental e social. Haddad é o tipo de candidato da geração pós-Lula que o PT já deveria ter apresentado há muito tempo. Se, como é provável, Fernando Haddad chegar à segunda volta das presidenciais com o apoio político de Lula, a escolha passará não apenas a ser entre o mal maior de Bolsonaro e um mal menor qualquer, mas entre a irresponsabilidade autocrática de Bolsonaro e uma hipótese de regresso a um caminho de desenvolvimento económico, social e cultural para o país. Após um período de reflexão longe do Palácio do Planalto, até poderia ser que os autores do *impeachment* se convencessem a fazer as coisas de outra forma para que no Brasil a democracia funcionasse com alternância e alternativa no exercício do poder.

A não ser que, seguindo o princípio de *Macbeth*, os irresponsáveis por detrás do *impeachment* decidam encobrir o golpe constitucional com uma estratégia de terra queimada, apoiando Bolsonaro na segunda volta. Esse é que seria um crime moral e político indesculpável que os condenaria para sempre. Mas tendo em conta o passado, não excluiria essa hipótese.

Historiador, fundador do Livre



Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 48468/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogale; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt; Estatuto Editorial: publico.pt/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Docas de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef. 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-316 Porto; Telef. 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef. 963388260 e/ou 2916389102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcos de Valadeira; Telef. 227537030; Litográfica - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedroso, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena. Telef. 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aigualva Caçãoim, Telef. 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Julho 35.101 exemplares Membro da APCT Direitos de Autor Protegidos



VISAPRESS

5 601073 016025

PUBLICIDADE

Gosta de CONTEÚDO DE QUALIDADE?

No PÚBLICO trabalhamos diariamente para lhe entregar jornalismo independente, informação relevante e análise diversificada. Para continuarmos, precisamos de si.

ASSINE O PÚBLICO DESDE 0,99€ e apoie o jornalismo de qualidade.

Conheça as vantagens em publico.pt/assinaturas



BARTOON LUÍS AFONSO



CONSOANTE MUDA

Brasil: o gigante a quem ardeu o passado



Rui Tavares

Costuma dizer-se que uma civilização se avalia pela forma como trata as crianças. Ou que um país se avalia pela forma como trata os estrangeiros. Ou que uma comunidade se avalia pela forma como trata os seus idosos. Ou que a própria espécie humana se definirá pela forma como trata as outras espécies e o planeta como um todo.

Podem estes preceitos morais, assim apresentados como se se atropelassem uns aos outros, serem todos verdadeiros ao mesmo tempo? Acho que sim. Porque há um princípio subjacente a todos eles, aquele que o filósofo ecologista Hans Jonas chamava “o imperativo da responsabilidade”, princípio que é tanto mais imperativo quanto as categorias de que estamos a falar são vulneráveis. A razão por que dizemos que uma comunidade ou um país se definem pela forma como tratam as crianças, os mais velhos, os estrangeiros, as pessoas

com deficiências, os refugiados, os seus prisioneiros, a sua natureza ou os animais – e porque podemos dizê-lo sobre todas estas categorias ao mesmo tempo, tendo sempre razão de cada vez que o dizemos – é porque todas estas categorias representam alguém ou algo que está numa posição de vulnerabilidade. E quanto mais vulneráveis as pessoas ou as coisas são, mais necessária se torna a elevação moral de quem consegue assumir a sua responsabilidade por elas.

Penso que é por isso que podemos também dizer que uma sociedade se avalia também pela forma como trata o seu passado. O passado é, por definição, vulnerável. Quem o produziu já não está cá para custodiar a sua memória. Quem agora vive pode, se quiser, desprezar o passado, destruí-lo, deixá-lo ao abandono. Porque é que isso nos choca? Porque aqueles vestígios do passado – documentos, monumentos, fósseis, objetos pessoais, arte, ferramentas, cartas e inúmeras outras coisas – são muitas vezes as únicas coisas que sobram de quem viveu há séculos ou até milénios. Quanto mais nos vamos afastando dessas épocas e se vão desvanecendo histórias, músicas e património imaterial, o desaparecimento desses vestígios materiais constitui



Seria bom imaginar que a tragédia cultural da perda do Museu Nacional levasse o Brasil a querer olhar-se no espelho e avaliar-se de outra forma

uma espécie de segunda morte simbólica dos humanos que estiveram por detrás deles.

Claro que uma morte simbólica pode ser uma tragédia cultural, mas uma tragédia diferente de uma morte real. Morrer uma pessoa é sempre pior do que destruir-se um objeto. E, no entanto, creio que não é só como historiador que enfatizo a tragédia que é perder-se o passado. Todos os humanos sabem e sentem que um dia serão apenas o passado e por isso têm uma forte preferência por que as gerações futuras consigam ser cuidadas guardiãs do passado – ou seja, de nós, no futuro. E por isso sentimos repulsa por quem destrói gratuitamente o passado, como os talibãs ou o ISIS. E deveríamos alarmar-nos também com quem, mesmo não destruindo o passado, o despreza.

Este é, creio eu, o instinto que está por detrás do horror com que vimos as imagens do Museu Nacional do Rio de Janeiro a arder. Aquele é o nosso passado – do Brasil, também de Portugal, do mundo todo e, muito especialmente por ser um museu antropológico e natural, de todas as culturas humanas que viveram muito antes de haver Brasil, Portugal, países ou estados,

e das espécies e natureza que as precederam – e ardeu, acima de tudo, porque foi desprezado.

Este é um argumento político – é verdade que a proteção à cultura tem descido a níveis penosos no Brasil do impeachment – mas não tem de ser um argumento partidário. Afinal, o Museu Nacional do Rio de Janeiro fica a pouca distância do Estádio do Maracanã, renovado como muitos outros estádios nos governos Lula e Dilma para ficarem no “padrão FIFA”. Com uma fração desse dinheiro, o Museu Nacional teria sido protegido com sistemas anti-incêndio. Não é apenas uma escolha sobre onde pôr o dinheiro. É uma escolha acerca de que sociedade se quer ser.

Todos os dias se perdem vidas no Brasil em tragédias humanas. Todas essas vidas são insubstituíveis. Seria bom imaginar que a tragédia cultural da perda do Museu Nacional levasse o Brasil a querer olhar-se no espelho e avaliar-se de outra forma. Isto não deixa de ser verdade por ser uma banalidade: tratar melhor o seu passado ajudaria o país a tratar melhor o seu presente e o seu futuro.

Historiador, fundador do Livre

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Euromilhões 5 14 28 30 47 4 11 1.º Prémio 45.000.000€



Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogais: Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail publico@publico.pt Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redação 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redação 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA, Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Litógrafia - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedroso, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena, Telf.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aqualva Caoém, Telef.: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas B08200095 Tiragem média total de Agosto 35.937 exemplares Membro da APCT Direitos de Autor Protegidos



Conheça as vantagens publico.pt/assinatu

Gosta de CONTEÚDO DE QUALIDADE?

No PÚBLICO trabalhamos diariamente para lhe entregar jornalismo independente, informação relevante e análise diversificada. Para continuarmos, precisamos de si.

ASSINE O PÚBLICO DESDE 0,99€ e apoie o jornalismo de qualidade.

ESPAÇO PÚBLICO



Tiger Woods



Há muito tempo que não se falava de Tiger Woods pelas melhores razões, mas o norte-americano conseguiu há dias o seu primeiro triunfo desde 2013 e tudo mudou. Este regresso ao melhor nível faz com que o golfista seja o centro das atenções da Ryder Cup, que a partir de hoje coloca frente a frente as equipas dos EUA e da Europa. É a sua primeira aparição no mediático duelo em seis anos e tem aqui oportunidade de mostrar se está mesmo de volta às suas melhores tacadas. **J.J.M.**



Chuck Grassley



A primeira mulher a acusar o juiz de abusos sexuais foi ontem ouvida no Senado, e os primeiros sinais de divisão no Partido Republicano no apoio à nomeação de Kavanaugh para o Supremo Tribunal chegaram ainda durante a audição de Christine Ford. Significativa foi a ausência de republicanos na audição — o partido, por decisão do líder da Comissão de Justiça do Senado, fez-se representar por uma procuradora, cuja estratégia pode não ter ajudado Kavanaugh. **J.J.M.**

Bolsonaro, o jagunço à porta do Planalto



Ana Sá Lopes
Editorial

Jair Bolsonaro não precisa de sair da cama do hospital — onde continua internado depois de ter sido vítima de uma facada no princípio do mês — para continuar a liderar as sondagens às eleições para à presidência do Brasil. E isso, como escrevia o *Economist* na sua última edição, é de facto “um perigo para a América Latina”. Bolsonaro representa o pior do Brasil dos coronéis e da ditadura militar cujos métodos fascistas

continua a defender abertamente. “O erro da ditadura foi torturar e não matar”, afirmou Bolsonaro em 2016, altura em que, durante o *impeachment* de Dilma, dedicou o seu voto ao coronel Ustra, o chefe da PIDE lá do sítio e “terror de Dilma Rousseff”. Anos antes tinha dito: “No período da ditadura deviam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo Presidente Fernando Henrique, o que seria um grande ganho para a nação.”

Bolsonaro está para o Brasil como Duterte está para as Filipinas; já disse de uma mulher “que não merecia ser violada por ser muito feia” e afirmou-se incapaz de amar um filho homossexual — que preferia ver morrer de acidente a aparecer com “um bigodudo”.

O Brasil de Bolsonaro sempre existiu. Infelizmente, a decadência de um PT minado pela corrupção deu-lhe a força que até aqui não tinha conseguido. Como escreve a nossa enviada especial Clara Barata nesta edição, “quando faz campanha, Preto Zezé diz contactar com muitos eleitores que vão votar em Bolsonaro. ‘É um sentimento das pessoas, digamos, não tanto ideológico. Açam que vai ser um salvador da pátria e resolver os problemas da violência. Apesar de estar na política há 27 anos, as pessoas acham que ele nunca foi da política’, diz este candidato”.

O perigo da chegada do jagunço-salvador-da-pátria à Presidência da República do Brasil é real. Quando

os democratas falham, não perdem só eleições — abrem comportas de represas muito difíceis de estancar.

P.S.: Segue-se um direito de resposta de Pedro Santana Lopes
“Senhor director caro Manuel Carvalho. A Ana Sá Lopes escreveu um editorial que, em parte, assenta num erro. Ou seja, o pressuposto de parte do texto é falso. Eu nunca na minha vida disse, ou diria, que o PR pode fazer reformas. O que tenho dito, sempre, é que os PR as podem, e devem, promover. Solicito a devida correcção, com o mesmo destaque, ao abrigo da lei. Melhores cumprimentos.
Pedro Santana Lopes”

ana.sa.lopes@publico.pt

CARTAS AO DIRECTOR

“O futuro deles está nas mãos da nova PGR” (?)

1 — A jornalista do PÚBLICO Helena Pereira escreveu um texto no dia 25 com o título em epígrafe (a interrogação é minha), no qual cogitava sobre qual será o desfecho das investigações que o Ministério Público abriu aos “chamados poderosos, ex-governantes, gestores e agentes da justiça” (como se vê a promiscuidade abunda). Helena Pereira interrogou-se mesmo perscrutando qual será o desfecho destas investigações durante os próximos seis anos em que estará à frente da Procuradoria-Geral da República Lucília Gago.

2 — Devo dizer, ou melhor, é minha convicção que estes veneráveis senhores não irão, certamente, para a cadeia e o resultado, no final, é que a montanha irá parir um rato. E

porquê? Pela simples razão que o sistema democrático é pusilânime, é frouxo com os fortes, com os oligarcas e plutocratas. Toda esta encenação mediática é folclore, é puro fogo-fátuo. Não se pôs já ao fresco para a Inglaterra o honesto Vale e Azevedo? A justiça que temos é só forte com os fracos. Daqui a uns anos, a jornalista Helena Pereira, se formos vivos, verá o que aconteceu a estes figurões — e outros que deambulam por aí.
*António Cândido Miguéis
Vila Real*

Uma biblioteca sem livro

Rio de Mouro vai ter uma biblioteca. Quando se escreve um início de texto como este, parece que se quer dar a entender que a Junta de Freguesia de Rio de Mouro não

tem uma biblioteca. O que se pretende dizer é que não tem uma biblioteca acessível, em lugar condigno que possa ser consultada pelos habitantes da freguesia. A junta tem uma biblioteca nas acanhadas instalações em que funciona. Só que se encontra numa espécie de buraco, pouco acessível e sem luz natural. É, sem ofensa, uma espécie de arrecadação de livros.

Por isso, bem andou a junta de freguesia quando alugou um prédio independente, de rés-do-chão e primeiro andar, que adaptou para que ali pudesse funcionar a biblioteca da freguesia. Confessemos que não poderia ter feito coisa mais ajustada: o imóvel situa-se numa zona nobre na chamada Praceta das Avencas, com todas as condições de espaço, de luminosidade natural e de mobiliário para poder exercer a

sua função cultural

Acontece que daqui a pouco vai fazer um ano, a casa está pronta, até está colocado desde há meses ar condicionado, e a verdade manda que se diga que continua vazia, sem livros. E sem uma resposta que possa ser aceite pelos potenciais leitores. Ninguém sabe o que se passa com este adiamento. Quem perde são os leitores, que não podem aceder à sua biblioteca e cultivar-se, num país onde os espaços de cultura são cada vez mais escassos.

O presidente da junta talvez tenha uma palavra a dizer e a explicar a razão deste comportamento que urge corrigir, a bem dos habitantes da freguesia. Ignora-se, porém, que desculpa irá dar, se é que se dignará dar uma resposta que tarda em dar e ainda não deu.

*Artur Gonçalves
Rio de Mouro*



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

mail: cartasdirector@publico.pt
telefone: 210 111 000

ESPAÇO PÚBLICO



Antonoaldo Neves



A TAP ganhou um balão de oxigénio ao ter conseguido transferir de Luanda para Lisboa mais de 60 milhões de euros, um pouco mais de metade dos 120 milhões que estavam retidos em Angola. Para a empresa liderada por Antonoaldo Neves, aquela verba é muito importante em termos de tesouraria, já que os resultados deste ano não estão a ser famosos — o primeiro semestre terminou com um resultado negativo superior a 90 milhões de euros, agravando-se face a 2017. **J.J.M.**



Vitor Gomes



O jogador do Desportivo de Aves teve ontem uma noite que nunca vai esquecer. O Aves fechou a 6.ª jornada da Liga frente ao Portimonense e procurava a primeira vitória no campeonato, objectivo que alcançou. Vitor Gomes foi a grande figura do jogo ao marcar os três golos da equipa que na época passada conquistou a Taça de Portugal. Esse feito já lá vai e hoje os avenes vivem momentos difíceis, mas este triunfo já lhes permitiu deixar o último lugar. **J.J.M.**

Brasil, uma semana para pensar a democracia



Manuel Carvalho
Editorial

O cenário das eleições presidenciais brasileiras do próximo fim-de-semana faz parte da lista dos acontecimentos impossíveis de todos os que tentaram adivinhar o futuro nos (apesar de tudo e da destituição de Collor de Mello) esperancosos anos de 1990. Quando os dois candidatos que lideram as sondagens representam: um, o passado traumático, e, outro, o futuro baseado na intimidação

e na violência, é difícil falar num novo ciclo e na possibilidade de o gigante de língua portuguesa renascer dos seus desencantos. Fernando Haddad e Jair Bolsonaro representam mais um ajuste de contas com o passado do que qualquer projecto capaz de resgatar o Brasil dos seus dilemas. Mas representam também uma oportunidade única para se analisarem as fragilidades da democracia. E para se aprender com elas.

O Brasil que vai eleger Bolsonaro e Haddad para a segunda volta das eleições é o reflexo da corrupção e de uma desesperada estratégia de subversão da democracia para a combater. Quando os brasileiros reelgeram Dilma Rousseff em

2015, já a operação *Lava-jato*, uma colossal colecção de actos de corrupção em torno da estatal Petrobras, estava em curso. Para agravar o cenário, a economia atandava-se e as classes médias percebiam que o PT no poder era incapaz de responder aos seus anseios e aos dilemas do país. Perdida a possibilidade de mudar a ordem das coisas nas urnas, a maioria dos membros do Congresso associada à imprensa e à pressão da população urbana das grandes cidades destituiu Dilma com facilidade — bastou procurar um delicto menor, as “pedaladas fiscais”, para o conseguir.

A ferida aberta no consenso democrático com essa manobra jamais curou e permanece aberta

com o drama da escolha entre Bolsonaro e Haddad. Um e outro representam o extremo da fractura social e política do Brasil. Ganhe quem ganhar, nenhum terá a protecção do consenso nem do compromisso: terá de sobreviver ao ódio e ao ressentimento. Ao libertar o fantasma do golpe, mesmo que um golpe com cobertura constitucional, o Brasil abriu uma caixa de Pandora e vê-se forçado a escolher hoje entre o mau e o horrível. Fica a lição. A democracia fundada na soberania popular ainda é o melhor meio de solucionar os problemas. Mesmo num país devastado pela corrupção e pela incompetência.

manuel.carvalho@publico.pt

CARTAS AODIRECTOR

CP CJ Porto
Occidental esclarece
Garcia Pereira



e conhecedas da Comissão, da CMP (DMED) e do vereador do pelouro;
2.2. A partir de 1/09, a CMP não teve representante

superar seis anos. Reafirma-se, assim, que nenhum dos quatro presidentes desta comissão exerceu o respectivo cargo por mais de seis anos.

Mas que grande "lata"
O que António Costa disse na passada quinta-feira no debate quinzenal ocorrido na Assembleia

BARTOON LUÍS AFONSO



O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Bolsonaro: um fascista é um fascista



João Miguel Tavares

Jair Bolsonaro tem uma grande vantagem para as pessoas que, como eu, já não aguentam ouvir tanta má utilização da palavra fascista. A esquerda diz: "Marine Le Pen é fascista." E a gente esforça-se por explicar que Le Pen é deplorável e infrequente, mas não é fascista. A esquerda diz: "Donald Trump é fascista." E a gente lá tem de explicar que Trump é uma vergonha ambulante com claros tiques autocráticos, mas que não, não é fascista. A esquerda diz: "Jair Bolsonaro é fascista." E aí, finalmente, temos o privilégio de poder concordar: Bolsonaro é efectivamente fascista. Era bom que a direita admitisse isso, também para ter a autoridade moral para clarificar aqueles que não o são. Jair Bolsonaro é tão fascista quanto um fascista consegue ser fascista num país democrático. E como é possível que venha a ganhar a presidência do Brasil, convém ter isso bem

claro na cabeça.

A dificuldade que alguma direita tem em admitir esta evidência preocupa-me. A razão da cegueira voluntária é simples, e partilhada por muitos brasileiros: como a esquerda PT é a mais clara encarnação de um sistema profundamente corrupto e a eleição de Fernando Haddad pode significar o indulto para Lula, prefere dar-se a Bolsonaro o tratamento trumpiano, ou seja, aplicar um desconto generoso às barbaridades que o homem diz, à espera que sejam apenas figuras de estilo. Só que o Brasil não é os Estados Unidos da América — no Brasil, convém não arriscar. Bolsonaro pode perfeitamente ter a tentação de levar a sério o seu amor pela ditadura militar, esse tempo saudoso em que, nas suas palavras, havia "respeito, segurança, ordem pública" e as autoridades "não enriqueciam" à custa do povo.

Outra razão para afirmar que Bolsonaro não é fascista: o seu programa económico. Paulo Guedes, que é apontado como o futuro líder das Finanças de um governo seu, tem um discurso de privatização radical da economia brasileira, de forma a conseguir uma diminuição significativa do



Entre um fascista impoluto e um democrata corrupto, eu escolho o democrata corrupto

peso da dívida, associado a uma simplificação tributária drástica, de preferência com um único imposto federal. Isto, de facto, não é fascismo, mas neoliberalismo — só que os Chicago Boys já mostraram a compatibilidade entre uma coisa e outra no Chile de Pinochet, nos anos 70 e 80.

É sempre possível adoptar a distinção que o columnista brasileiro Rogério Maestri estabelece entre "comportamento fascista" (que Bolsonaro terá) e "ideologia fascista" (que ele não tem). Mas, para o caso, parece-me pouco

relevante. Tal como Maestri, prefiro apelar Bolsonaro de burro esperto. Esperto, porque percebeu que o seu discurso sobre a moral e a segurança tinha tudo para entrar como faca em manteiga no actual eleitorado brasileiro. Burro, porque fora dessa conversa dos valores tradicionais da família, da necessidade de ordem e do combate à corrupção, Bolsonaro não tem a menor ideia sobre coisa nenhuma.

Votar num burro esperto (e perigoso), que quer aumentar o número de juizes no Supremo de 11 para 21 para poder nomear a maioria, não é uma opção aceitável. Bolsonaro parece fascista, cheira a fascista e fala como um fascista. Defende a violência do Estado, a pena de morte e a tortura; maltrata grupos sociais vulneráveis (homossexuais, negros, índios); e tem um discurso de coesão nacional racista e paranóico. Olhar para isto e dizer, com os dedos cruzados, "é só pose", parece-me uma jogada estupidamente arriscada. Entre um fascista impoluto e um democrata corrupto, eu escolho o democrata corrupto.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Euro milhões

8 16 24 26 35 3 11

1.º Prémio 17.000.000€

Milhão FVP 05020 | FWL 12971

P

Contribuinte n.º 502285094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogale; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail publico@publico.pt Estatuto Editorial publico.pt/nao/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Docas de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008. Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963386260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espinho, Via Norte, Maia. Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, SA. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Litografia - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedrosa, 90, Queziz de Baixo, 2730-053 Bercarena. Telef.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seica, 2739-511 Agualva Cacém; Telef.: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Setembro 33.854 exemplares Membro da APCT



Suplemento especial

FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS

2ª-FEIRA (DIA 8) COM O PÚBLICO

O estado da arte da formação
As grandes escolas nacionais e o seu futuro
Opinião de gestores e académicos qualificados
As listas dos cursos disponíveis

P

BARTOON LUÍS AFONSO



AESQUINA DO MUNDO

Como o Brasil tem que ver connosco



Vicente Jorge Silva

Ainda há poucas semanas, o risco de Bolsonaro ganhar as presidenciais brasileiras parecia uma ameaça ainda longínqua, apesar de ele surgir como o líder das intenções de voto na primeira volta das eleições que hoje decorre. No entanto, desde que foi agredido por um desequilibrado no decorrer da campanha, a aura de mártir serviu-lhe como rampa de lançamento para o triunfo final, poupando-o aos debates com os outros candidatos, enquanto recolhia os apoios das igrejas evangélicas, dos proprietários rurais e dos grandes empresários. Quase um clássico, se nos lembrarmos de cenários equivalentes no mundo dos anos 1930 e o respectivo *background* de recessão económica e instabilidade social. Agora, a confirmar-se o que já se afigura como quase inevitável,

aquele que fora durante quase três décadas um obscuro deputado nostálgico da ditadura militar poderá inscrever o seu nome na crista da onda populista que vem submergindo o mundo de hoje, irmão gémeo do filipino Duterte e variação extremista do americano Trump, do russo Putin, do turco Erdogan, dos europeus Salvini ou Orbán, entre outros expoentes de uma tendência em curso acelerado.

Para além das suas conexões com outros casos, o caso brasileiro é particularmente ilustrativo de todo um processo que conduziu à promiscuidade e aos laços de corrupção entre as elites políticas e económicas, para não falar do correspondente abuso de poder dos meios judiciais, interferindo directamente na presente campanha eleitoral. Mas o mais chocante foi, sem dúvida, a vertiginosa degenerescência da esquerda brasileira encarnada pelo PT e Lula da Silva, desde a esperança que representou para os excluídos da sociedade até ficar refém das malhas de um sistema de clientelismo político que asfixiava a generalidade dos seus representantes, incapazes



“
Bolsonaro, de quem quase nunca se ouvira falar, emergiu como homem providencial para responder com a proclamação dos mais primários slogans ao caos social brasileiro

de reformar estruturalmente a arquitectura do poder, enquanto o Brasil enfrentava uma espiral de insegurança e criminalidade sem precedentes. Ou seja, Bolsonaro, de quem quase nunca se ouvira falar durante as suas quase três décadas de deputado federal, emergiu como homem providencial para responder com a proclamação – acolhida calorosamente por uma população sem norte – dos mais primários *slogans* homicidas, xenófobos e homofóbicos ao caos social brasileiro.

Essa aparição do homem providencial vindo de parte nenhuma – ou que se mantivera eclipsado durante anos sem fim – é também um clássico dos fenómenos populistas e fascistas mas que ganha uma expressão perturbadora num país tão vasto, populoso e influente como o Brasil. A extrema polarização da sociedade brasileira, entre o fantasma de Lula – representado por Haddad – e o fantasma vingativo e “purificador” de que Bolsonaro é o rosto, constitui um dos sinais maiores da catástrofe que ameaça o nosso “país-irmão” e logo, por trágica ironia,

o “país do futuro” antecipado por Stefan Zweig.

Mas, para além das especificidades explosivas que o caracterizam – e remetem para outras situações típicas do terceiro mundo, como as Filipinas de Duterte –, o caso brasileiro inscreve-se também num quadro marcado pelas incidências mais gravosas da globalização económica e a crise financeira de 2008. Um quadro que, designadamente nos Estados Unidos e na Europa, tem sido ilustrado pela tecnocratização progressiva de um poder político fechado sobre si mesmo e de costas voltadas para as frustrações e ressentimentos das populações – que se sentem crescentemente excluídas dos mecanismos de representação política e ficam, por isso, mais vulneráveis à interiorização da maior de todas as ameaças: o medo. Medo da incerteza, medo da insegurança – traduzida através do medo do “outro”, dos imigrantes –, medo do futuro. É essa conjugação dos medos levada ao paroxismo que ameaça conduzir o Brasil à tentação fascista.

Jornalista

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Totoloto 9 14 40 41 46 7 1.º Prémio 1.700.000€



Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogale; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt | Estatuto Editorial: publico.pt/est-estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Docas de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011008; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 2770, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA, Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, SA. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Brancamp, 220, 4410-350 Arcoselo, Valadares; Telef.: 227537030; Litografia - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedrosa, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena. Telef.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aqualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Setembro 33.654 exemplares Membro da APCT Direção de Autor Protegida



PUBLICIDADE

Suplemento especial

FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS

2ª-FEIRA (DIA 8) COM O PÚBLICO

O estado da arte da formação
 As grandes escolas nacionais e o seu futuro
 Opinião de gestores e académicos qualificados
 As listas dos cursos disponíveis



BARTOON LUÍS AFONSO



CONSOANTE MUDA

E levar a sério o “levar a sério os eleitores”?

Rui Tavares

Já levamos tempo suficiente desta vaga nacional-populista para saber que depois de um racista ou fascista ter tido um bom resultado eleitoral demora mais ou menos dois dias até alguém fazer a pergunta: achas mesmo que x por cento dos eleitores são racistas ou fascistas?

A primeira parte do princípio que, em caso de resposta positiva, estaríamos a insultar um terço ou uma metade de uma nação. Ou então que, sendo impossível que um terço dos franceses seja racista ou metade dos brasileiros fascista, é também impossível que o candidato em que votaram o fosse – e assim durante muito tempo os candidatos acabavam branqueados por via do seu eleitorado.

Deixem-me contar-vos uma história. Como o Brasil foi a minha segunda casa durante muitos anos, poucas coisas me dão tanto prazer como ficar conversando com brasileiros sobre o Brasil. Na maior

parte das vezes, de coisas banais: de onde vêm as suas famílias, de que estado são, em que cidades temos amigos em comum, a comida local, o futebol, etc. Nestes tempos que correm, porém, a política está sempre a espreitar. No outro dia entabulei conversa com um luso-brasileiro muito afável, de cerca dos seus 60 anos. Na primeira parte da conversa ele disse-me, muito afavelmente, como tinha sido a sua vida na Beira Alta e no Rio de Janeiro. Na segunda parte da conversa disse-me, exatamente com a mesma afabilidade, que o erro da ditadura no Brasil tinha sido matar pouca gente. Sem uma alteração no tom de voz, explicou-me que “fuzilar duzentos ou trezentos mil já teria sido um começo”. Não foi preciso prolongar a conversa para saber em quem o senhor iria votar.

Quando pomos pessoas reais na resposta, as perguntas ficam mais complicadas. Se a pergunta for se aquele senhor acorda fascista, respira fascista e ronca fascista na cama, a resposta é: certamente que não. Se a pergunta for se aquele senhor é simpático e trata toda a gente à sua volta bem, eu juraria que a resposta será: certamente sim. Julga ele ter um único osso fascista no corpo? Provavelmente



não. Mas se a pergunta for se ele, apesar de ser boa pessoa, é capaz de votar conscientemente num fascista, sabendo que é fascista, e talvez precisamente por ser fascista e não apesar disso, a resposta só pode ser: claro que sim. E o mesmo vale para milhões de eleitores. Todos os que votaram em Bolsonaro? É impossível saber. Mas mais impossível seria que de todos os eleitores que votaram em Bolsonaro não houvesse uma percentagem muito significativa de saudosistas da ditadura.

Muita gente que nos diz para “levar os eleitores a sério” só leva a sério o seu próprio conselho até ao ponto em que ele não se

torna demasiado desconfortável. Os eleitores são para levar a sério até ao momento em que votam num fascista ou racista. Quando o fazem, é preciso haver uma justificação qualquer: é a ansiedade económica, ou a raiva contra o sistema, ou outra coisa qualquer.

O problema é que não levar os eleitores a sério significa desresponsabilizá-los. Significa dizer-lhes que terão sempre uma escapatória, se tiverem de justificar um voto fascista. E significa desresponsabilizar o candidato também. Tal como o eleitor pode dizer “Eu não achei que o Fulano falasse sério”, o candidato pode dizer: “Eu racista?! Isso é insultuoso para os milhões de pessoas que votaram em mim.”

Não podemos entrar na alma das pessoas. Nunca saberemos o que elas pensam ou sentem da manhã à noite. Mas duas coisas têm de ser certas: temos de levar a sério o voto dos eleitores e os eleitores têm de levar a sério o seu voto.

Faz hoje 80 anos que Hitler deu por finda a sua primeira agressão internacional, a da Checoslováquia. Por muito que nos custe, Hitler não foi eleito por extraterrestres, mas por eleitores comuns. Foi eleito prometendo que ia fazer o que fez. E invadiu a Checoslováquia

com um papel assinado por outros políticos internacionais que acharam que ele iria ficar por ali.

Por alguma razão só se vota quando se é adulto. Porque quando se é adulto somos responsáveis pelos nossos atos. Levar a sério os eleitores não significa concordar sempre com eles, ou procurar sempre uma desculpa para a maneira como votam – isso é precisamente o contrário de levar a sério. Mas levar a sério significa sempre responsabilizar as pessoas pelos seus atos. Principalmente quando votam em políticos sabendo aquilo em que estão a votar.

Houve uma dezena de candidatos nas eleições brasileiras, da esquerda à direita, do PT ao antipetismo – e um fascista. Milhões de eleitores escolheram não votar nos outros dez, mas votaram em primeiro lugar no fascista. Desresponsabilizá-los é o pior serviço que lhes podemos fazer a três semanas da decisão final. Pelo contrário, precisamos de lhes dizer: a única forma de não ser co-responsável pelo que um fascista venha a fazer é não votar nele. Melhor ainda, votar no seu adversário. Ainda estão a tempo.

Historiador, fundador do Livre

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Euromilhões 3 12 36 44 45 8 11 1.º Prémio 17000.000€

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogais: Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt Estatuto Editorial: publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Docas de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa, Telef: 210110000 (PPCA) / Fax: Dir. Empresa 210110105; Dir. Editorial 210110016; Redação 210111008; Publicidade 210110113/210110114 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 228151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redação 228151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário: PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia; Capital Social 62.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. Impressão: Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Aroucejo, Valladares; Telef: 227537030; Litografia: Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedroso, 90, Queluz de Baloi, 2730-053 Barcarena; Telef: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações SA, Quinta do Grajal - Vencia Seca, 2739-511 Aqualva Cacém; Telef: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Setembro 33.654 exemplares Membro da APCT Direção de Autor Preços

10399
5 601073 816049

Junte-se a nós  Apoie o jornalismo de qualidade Acompanhe o que se passa em Portugal e no mundo publico.pt/assinaturas

ESPAÇO PÚBLICO

Um canalha à porta do Planalto

Francisco Assis

Equiparar Haddad a Bolsonaro é um acto moral e politicamente inqualificável. Quem o faz torna-se cúmplice de Bolsonaro

1 Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um dos maiores, senão mesmo o maior torcionário, no tempo da ditadura militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Em 2008 foi o primeiro oficial condenado por sequestro e tortura. Comprovadamente, maltratou física e psicologicamente centenas de pessoas e chegou ao limite de obrigar crianças a presenciarem o dilacerante espectáculo do espancamento dos respectivos progenitores. Nunca reconheceu os seus crimes nem manifestou o mais leve arrependimento pelos seus actos desumanos. Era um canalha. Morreu em 2015, em Brasília, na cama de um hospital.

Foi precisamente este torcionário miserável que o então deputado federal Jair Bolsonaro homenageou no momento em que votou a favor do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Nessa ocasião, Bolsonaro pronunciou uma declaração que o define integralmente: dedicou o seu voto à "memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff". É impossível imaginar, naquele contexto, uma afirmação mais vil, um comportamento mais indigno, uma atitude mais asquerosa. Bolsonaro revelou-se ali o que ele verdadeiramente é: um canalha em estado puro.

O que é um canalha em estado puro? É alguém que contraria qualquer tipo de critério moral e se coloca num plano comportamental pré ou anticivilizacional. Quem elogia o torturador de uma jovem mulher absolutamente indefesa atribui-se a si próprio um estatuto praticamente subhumano. Bolsonaro é dessa estirpe, desse rol de gente que leva à interrogação sobre o que subsiste de humano no homem que literalmente se desumaniza. Theodore Adorno levou essa questão até ao limite do pensável, quando formulou a sua célebre afirmação: "Escrever um poema depois de Auschwitz é um acto bárbaro e isso corrói até mesmo o conhecimento de porque se tornou impossível escrever poemas." E, contudo, a poesia sobreviveu. O Homem resiste ao que de desumanizador ele inscreve na história. Isso não é razão para renunciar à denúncia da barbárie.



A barbárie tem muitos rostos: é estúpida, boçal, intolerante, sectária, fanática, simplista, racista, xenófoba, homofóbica, sexista, classista, irremediavelmente preconceituosa, inevitavelmente primária. Jair Bolsonaro é um dos rostos perfeitos dessa barbárie em versão actual. Tudo nele aponta para a pequenez: é um ser intelectualmente mediocre, eticamente execrável, politicamente vulgar. Nele observa-se uma prodigiosa ausência de qualquer tipo de grandeza e uma assustadora presença de tudo quanto invalida um cidadão para o desempenho da mais humilde função pública. Por isso mesmo ele é extraordinariamente perigoso: é a expressão quase exemplar do homem sem qualidades subitamente erigido a um papel de liderança.

Bolsonaro não é Hitler, não é Mussolini, não é sequer Franco. Em bom rigor, se quisermos aternos a um debate intelectual de natureza escolástica, ele não é bem a representação do fascismo. Há nele, contudo, na dimensão mediocre que a sua pobre personalidade proporciona, tudo aquilo de que a tradição fascista historicamente se alimentou. O anti-iluminismo, a exaltação sumária

da unicidade nacional, a apologia da violência, o culto irracional do chefe. Bolsonaro é pouco mais do que um analfabeto ideológico com todos os perigos que isso mesmo encerra. Ele e a sua prole de jovens tontos significam hoje o maior perigo com que se depara o mundo ocidental.

2. Alguns analistas políticos, uns por ignorância, outros por má-fé, tentam convencer-nos que os brasileiros terão de escolher nas eleições presidenciais entre a cólera e a peste. Isso não corresponde minimamente à verdade. Equiparar Haddad a Bolsonaro constitui um acto moral e politicamente inqualificável. Quem o faz torna-se cúmplice de Bolsonaro, da sua vertigem profascista, da sua propensão para o culto da violência. É por isso que não pode haver hesitações neste momento da história do Brasil e, de uma certa maneira, da própria história da Humanidade. Haddad é um intelectual sofisticado, um democrata respeitador dos princípios fundamentais das sociedades abertas e pluralistas, um homem de reconhecida integridade cívica e moral. O PT cometeu erros nos anos em que governou o Brasil? Cometeu decerto, como todos os demais partidos que desempenharam funções governativas durante muito tempo em qualquer parte do mundo. Há, porém, uma coisa que é preciso afirmar enfaticamente nesta hora especialmente dramática: nem Lula, nem Dilma Rousseff alguma vez puseram em causa o Estado de direito brasileiro. Ambos pugnaram por um Brasil mais justo e contribuíram fortemente para o alargamento das condições de afirmação da liberdade individual de milhões de brasileiros a quem o destino aparentava

não conceder outra vida que não fosse a miséria, o sofrimento e absoluta exclusão social. Fizeram-no sempre no respeito pelas regras da democracia liberal, enfrentando a hostilidade de uma comunicação social globalmente desfavorável e os ferozes ataques dos grandes oligopólios económico. Muitas vezes é difícil percebermos o que isso significa a partir de uma perspectiva europeia. Mas quem viajou dezenas de vezes para a América Latina, como eu fiz nos últimos anos, sabe bem o que isso traduz naquele sacrificado continente. Ali, ser pobre corresponde a ser muito mais pobre do que no nosso velho continente europeu; ali, ser mulher, ser homossexual, ser indígena, ser desempregado, ser mãe solteira, comporta uma carga sem correspondência com o que se passa no mundo que nós próprios habitamos.

Uma vitória de Bolsonaro significaria um retrocesso civilizacional para o Brasil e para o mundo. Não estamos, por isso, a falar de um confronto político e ideológico normal. Estamos perante um verdadeiro confronto entre a civilização, por mais ténue que esta seja, e a barbárie. Haddad é hoje mais do que Bolsonaro, é mais do que o PT, é mesmo mais do que o Brasil. Haddad é o símbolo da luta da razão crítica contra o obscurantismo, da liberdade face ao despotismo, da aspiração igualitária diante do culto das hierarquias de base biológica ou social. É por isso que este combate nos interpela a todos. Estamos perante um momento de divisão clara entre o que no Homem há de apelo à razão, ao culto da liberdade, ao sentido da fraternidade, e o que no mesmo Homem há de impulso básico para o autoritarismo, a servidão e a anulação da inteligência crítica. Há horas na história em que tudo se reconduz a uma dicotomia simples que é ela própria o oposto de uma redução ao simplismo. Sejamos claros, no Brasil, hoje, a opção é evidente: Haddad significa a civilização, Bolsonaro representa a barbárie.

3. Fernando Henrique Cardoso tem a absoluta obrigação de se pronunciar num momento decisivo da vida do seu país. Este é o momento em que verdadeiramente se ajuizará do seu papel histórico. Até aqui prevaleceu a figura do intelectual brilhante, do ministro das Finanças eficaz, do Presidente da República naturalmente polémico, mas reconhecidamente superior. O seu passado responsabiliza-o especialmente nas presentes circunstâncias históricas. Fernando Henrique Cardoso tem a obrigação moral de apoiar Haddad. Se o não fizer apoucar-se-á perante os seus contemporâneos e sobretudo diante dos futuros historiadores do Brasil.

Eurodeputado (PS). Escreve à quinta-feira



Haddad é o símbolo da luta da razão crítica contra o obscurantismo

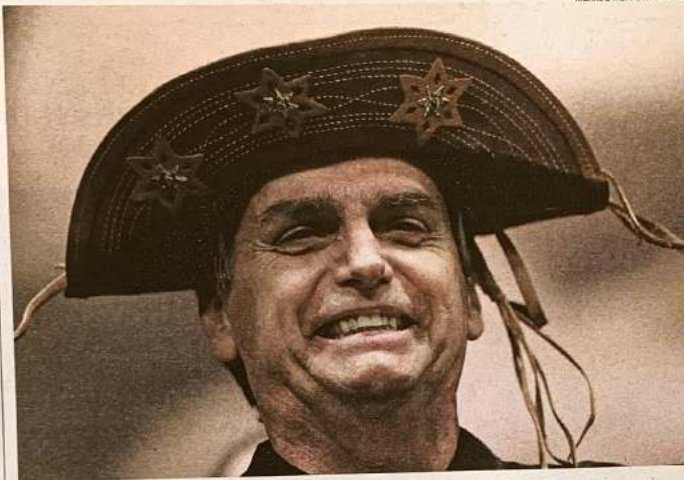
ESPAÇO PÚBLICO

O meu pedaço de tristeza

Teresa de Sousa
Sem Fronteiras

1 Vamos deixando ao longo da vida pequenos pedaços de nós em alguns cantos do mundo. Tenho vários por aí espalhados, que a vida já vai longa. Um deles ficou no Brasil. Por razões várias. Visitei o país em duas magníficas e irrepetíveis visitas oficiais de Mário Soares, nos finais dos anos 1980, já com a democracia restaurada. Como era seu hábito, além de um profundo conhecimento pessoal da realidade brasileira, Soares quis ir a quase toda a parte. Estivemos no Maranhão, na Amazônia, no Recife, em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia. Foi numa dessas viagens que conheci o seu amigo Fernando Henrique Cardoso, então o mago das Finanças que haveria de resolver o problema maior da economia brasileira (e dos pobres): a hiperinflação. Entrevistei-o depois várias vezes, já tinha saído do Planalto. Sempre a mesma vasta cultura, a mesma lucidez, a mesma moderação, que fizeram dele o Presidente que criou as condições sem as quais Lula muito dificilmente teria sido eleito. Foi ele que me disse, nas vésperas da segunda eleição de Lula da Silva já em pleno "mensalão", a frase que foi título de uma dessas entrevistas. "É preciso evitar que a falta de liderança de Lula não destrua o símbolo." Foi ele também que me explicou com três palavras que Lula não pertencia à velha esquerda latino-americana: não era antiamericano, não era antiglobalização e não era anticapitalista. Numa frase: era igualmente aplaudido no Fórum Económico de Davos e no Fórum Social de Porto Alegre. A transmissão de poderes, no Planalto, no dia 1 de Janeiro de 2003, foi uma cerimónia comovente. Matias Spektor (Fundação Getúlio Vargas) escreveu um livrinho, *Dezoito Dias*, no qual descreve como os dois colaboraram durante a transição de forma exemplar e como F.H.C. tratou de tranquilizar Washington e Nova Iorque sobre a eleição de Lula. O Brasil parecia um país "abençoado por Deus": um presidente considerado pela *Foreign Affairs* um dos intelectuais mais importantes do século XX; um operário metalúrgico, pobre e com poucos estudos, com a capacidade de entender o mundo em que vivia e de prometer aos brasileiros aquilo a que tinham direito – "três refeições por dia". A nostalgia deste tempo aumenta ao ritmo a que Bolsonaro se aproxima do Palácio do Planalto.

2. Fui algumas vezes ao Brasil, sobretudo a São Paulo, participar em conferências



RICARDO MORAES/REUTERS

organizadas na altura pelo IEEL. Fui aprendendo. Depois, vi (e vivi) o Brasil, entre 2010 e 2014, precisamente na sua melhor época, quando tudo parecia finalmente possível, mesmo descontando o exagero da elite do PT (que anunciava demasiado cedo e com demasiada gula o declínio do Ocidente e a emergência do Sul, onde os mais altos voos estavam destinados ao Brasil). Duas das minhas netas nasceram no Rio. Têm tripla nacionalidade: brasileira, britânica e portuguesa. Pareciam ter nascido para um mundo em que "a humanidade, citando Obama, seria finalmente comum", independentemente do sítio onde se nascesse. No Mundial de futebol, a questão era saber por quem torcer. Por Portugal? Pela Inglaterra? O melhor era mesmo torcer pelo Brasil. Ainda

“
Há uma sucessão de erros políticos enormes que conduziram a Bolsonaro



hoje o português lhes sai com sotaque brasileiro. Não é problema. Passei nas ruas do Rio (na Zona Sul, naturalmente) com a mesma descontração com que passeio em Lisboa. Vi a nova classe média baixa, que emergiu da pobreza durante os governos de Lula (mais de 30 milhões de pessoas) alimentar expectativas como nunca antes tinha tido. Vi ainda,

em 2014, as grandes manifestações nas quais exigia o que deveria vir a seguir: melhor educação pública; melhor saúde pública. Dilma e o PT não perceberam a mensagem, acusando a oposição de estar por trás delas. Era muito mais do que isso. Mas vi também as classes média e média alta, muito reduzidas em termos de percentagem, viver cada vez melhor, apesar de Lula. Nela se incluem os funcionários públicos com diploma universitário, os juizes e outros magistrados, os jornalistas, as profissões liberais, os pequenos e médios empresários. O luxo em que vivem não tem nada que ver com as classes médias europeia ou americana, que são largamente maioritárias. Para um espírito europeu, é quase impossível acreditar (só estando lá) que essa classe média alta, mesmo a intelectualmente mais preparada, se queixa do novo regime legal das empregadas domésticas, que encareceu o seu trabalho. Como dizia a minha filha, o seu pequeno apartamento de Londres cabia no espaço reservado à cozinha e aos quartos das empregadas do seu apartamento do Rio. Vi agora a empregada da minha filha no Rio, da qual ficou amiga, teimar com ela durante uma semana que ia votar Bolsonaro, até ter sido dissuadida no último minuto. Tinha votado em Lula. "E agora?" – pergunta ela. Recusa-se a votar no PT, porque pensa que foi traída por ele, incluindo por Lula que, por alguma razão, está na cadeia. O PT prometeu combater a corrupção e fez como os outros. Prometeu acabar com violência e fez como os outros. Prometeu uma vida melhor e ela vive as desesperantes consequências da maior crise económica brasileira das últimas décadas.

3. Do alto do nosso conforto europeu, não é fácil descermos à realidade em que vive uma grande maioria do eleitorado brasileiro. Não conhecemos o grau de violência que regressou ao Rio. Não sabemos o que é andar à procura de emprego e não arranjar. Não sabemos o que é voltar a temer pelo futuro dos filhos. Não é fácil explicar que há um valor supremo que é a democracia, que é a forma mais segura de combater a violência e de denunciar a corrupção. É demasiado abstracto. A esquerda europeia, com os seus sonhos e os seus mitos, não perde uma visita às favelas, mas vem dormir à Zona Sul. Na velha, civilizada, próspera e democrática Europa vemos hoje governantes prometer que vão varrer "os ilegais casa a casa, rua a rua." Lemos reportagens com descrições inacreditáveis sobre as condições em que estão detidos alguns refugiados ainda à espera de asilo ou a quem o asilo não foi concedido, sem precisarmos de ir a Lesbos. O *Guardian* descrevia um desses locais inadmissíveis numa das suas últimas edições. O Governo britânico não desmentiu. Disse que ia ver. Vemos medrar em directo uma vaga de partidos populistas e nacionalistas na Europa, não à custa da pobreza das pessoas, como no Brasil, mas apenas à custa das suas incertezas sobre o futuro e ao seu medo dos imigrantes, reais ou imaginários, que olham como uma ameaça à sua cultura. Apenas querem ter a certeza de que vão continuar a viver tão bem.

4. Há uma sucessão de erros políticos enormes que conduziram a Bolsonaro. O Governo de Lula não esperou um mês para atacar desenfadadamente os governos de F.H.C. O PSDB (de F.H.C.) foi acumulando a frustração de ter falhado a eleição de Aécio (2014) por uma unha negra, embarcando no *impeachment* de Dilma, em 2016, por razão nenhuma, a não ser as suas escolhas políticas, mesmo que eventualmente desastrosas. Vimos a operação *Lava-Jato* prender em público e em directo políticos corruptos e empresários corruptores numa dimensão nunca vista, provavelmente nem lá, nem em parte nenhuma. Para quem não viu, a série brasileira *O Mecanismo* é imprescindível para perceber uma sociedade em que a corrupção vai do biscate à emissão de um passaporte até à maior das empresas brasileiras, levando tudo à frente. É um nó cego. Uma angústia. Feito o desabafo, para quem queira entender o que está em jogo no próximo dia 28, basta ler na edição de ontem a coluna de Jorge Almeida Fernandes: "O projecto autoritário de Bolsonaro: uma hipótese de trabalho."

Jornalista. Escreve ao domingo
teresa.de.sousa@publico.pt

Política energética: menos mitos, mais factos

João Joana de Melo

Temos assistido à controvérsia pública a propósito da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendimentos Excessivos aos Produtores de Electricidade. É um debate muito positivo pela importância da temática, diversidade de intervenientes e boa qualidade de muitos contributos. Mas abundam também opiniões mal fundamentadas e desinformação deliberada. Tentemos clarificar alguns mitos.

Mito 1. A culpa da electricidade cara e das energias renováveis? Não. A nossa factura eléctrica tem quatro componentes principais: energia, redes, IVA e "custos de interesse económico geral" (CIEG, vulgar "rendas eléctricas"). Os apoios às energias eólica e solar representam 10% da factura; os subsídios a outras formas de electroprodução, principalmente hídrica e térmica (fóssil e biomassa), 18%; outros subsídios e taxas incluídos nos CIEG, 7% (total CIEG na factura doméstica: 35%). A energia, redes e IVA representam 29%, 17% e 19% do total. Note-se que a promoção das energias renováveis é um elemento indispensável de qualquer estratégia de descarbonização: faz todo o sentido apoiar formas de energia emergentes, auto-sustentáveis a prazo e com custos previsíveis (de resto, uma prática comum na UE).

Mito 2. Precisamos de aumentar a capacidade electroprodutora? Não. Com o actual mix eléctrico, o índice de cobertura (=capacidade disponível/ponta máxima) deve ser pelo menos 1,1 por motivo de segurança. De 2014 a 2017 este índice foi em média 1,7 com mínimo absoluto de 1,3 (é como carregar três pneus sobresselentes). Embora os usos da electricidade tendam a aumentar, a eficiência dos equipamentos e as capacidades de armazenagem e interligação vão melhorar: aumento de capacidade só iria onerar ainda mais os custos. As centrais termoelectricas deverão ser substituídas progressivamente por energias renováveis descentralizadas, com destaque para o solar cujo custo está a baixar e não tem limitações ao nível do recurso. O paradigma energético do século XXI é a rede inteligente de produtores-consumidores, os "prosumers".

Mito 3. Há alternativas de energia barata e limpa? Não. Todas as fontes de energia massificadas são caras e geram impactos ambientais relevantes. Algumas são especialmente danosas (nuclear, combustíveis fósseis, grandes barragens), mas nenhuma é barata ou isenta de impactos. A experiência demonstra que tentativas de baixar artificialmente os preços de energia

e infra-estruturas têm maus resultados: desperdício de energia, multiplicação de custos futuros (p.e. dívida tarifária eléctrica ou rendas e portagens nas ex-Scut). Também não faz sentido apoiar opções com má relação custo-eficácia e grandes impactos negativos (p.e. prospecção de petróleo, programa nacional de barragens, co-geração fóssil, termoelectricas a biomassa).

Então estamos condenados a uma factura energética pesada? Não. A solução está escrita há décadas em todas as estratégias e programas internacionais e nacionais: eficiência energética. Porque se faz tão pouco? Porque as famílias e as PME não têm capital nem incentivos para investir, e as empresas grandes consumidoras de energia gozam de preços bonificados. A maioria das opções energéticas das últimas décadas (salvo raras excepções, como os programas Valoren ou E4) foi desenhada de forma a beneficiar certos sectores (energia, banca, construção,

automóvel), em detrimento da eficiência global do sistema. Nos últimos 30 anos, 95% dos apoios públicos ao sector energético foram para aumentos da capacidade de produção ou redes, só 5% para eficiência energética. A ineficiência torna-nos mais vulneráveis a influências não controladas, como o preço do petróleo ou as alterações climáticas. O consumo de energia está a diminuir há

uma década, essencialmente pela evolução tecnológica. Com a tecnologia presente, Portugal tem um potencial de poupança energética economicamente interessante da ordem de 30% dos consumos actuais, em todos os sectores: portanto, podemos baixar a factura pela via da eficiência. Mas para concretizar este potencial são necessários incentivos, p.e. sob a forma de benefícios fiscais às famílias e às empresas que investem em eficiência energética. Política energética precisa-se! Esperemos que a comissão de inquérito consiga fazer luz sobre alguns negócios escuros no sector energético. Mas, tanto como a necessidade de transparência, o nosso grande problema continua a ser a falta de uma estratégia coerente.

Professor de Engenharia do Ambiente e investigador no domínio das políticas de ambiente e energia na Universidade Nova de Lisboa; dirigente do GEOTA

No sector energético temos problemas sérios de falta de estratégia e transparência



Há um perigo no Brasil e não fechamos os olhos

Diogo Freitas do Amaral, Pilar del Rio, Francisco Louça

A primeira volta das eleições presidenciais brasileiras confirmou o avanço da estratégia do choque e pavor: quase metade dos eleitores deu o seu voto a Jair Bolsonaro, que tem feito carreira pedindo o assassinato de dezenas de milhares de pessoas, sugerindo a esterilização das mulheres

pobres e desprezando os valores essenciais da liberdade e democracia. A desagregação do sistema político brasileiro, em particular desde a impugnação da presidente Dilma Rousseff, a quem, aliás, não foi imputado qualquer crime, mas apenas irregularidades de gestão orçamental, está a ser acentuada por esta vertigem de ódio personificada por Bolsonaro. Numa sociedade tão marcada pela desigualdade social e por divisões profundas, a política do ódio ganhou espaço e conseguiu apoios vastos, entre associações empresariais, dirigentes dos partidos tradicionais, e várias igrejas, envolvendo mesmo intervenções partidárias de juizes. Assim, um fascista pode ganhar as eleições numa das maiores democracias do mundo, ameaçando as regras básicas da vida social. Quando a sinistra memória de Pinochet ou de Videla ainda está tão presente, este clamor por uma ditadura militar não pode ser ignorado.

Há mais de 200 anos, Goya pintou um drama a que deu o título de "O sono da razão produz os monstros". Foi sempre assim, mas por vezes leu-se nesta constatação a rendição perante a inevitabilidade. Pela nossa parte, não aceitamos soluções irracionais nem o silêncio cobarde perante as tragédias anunciadas. É por isso que, considerando os nossos pontos de vista distintos, nos juntamos hoje para um apelo fundamental contra a ameaça monstruosa no Brasil, que afecta todos os povos, em particular na América Latina, mas também noutros continentes.

De facto, a peste antidemocrática está a espalhar-se. Assistimos com preocupação à separação de crianças dos seus pais e a depoimentos judiciais de meninos e meninas de dois e três anos em casos de expulsão de imigrantes nos Estados Unidos. Notamos a normalização da violação dos direitos humanos no tratamento em vários países europeus de refugiados de guerras e de imigrantes que fogem da fome. Indignamos a conivência de um grande partido europeu com a campanha de desmantelamento da independência do sistema judiciário e da liberdade de imprensa na Hungria. Lemos



“A democracia e a liberdade são indivisíveis. Os democratas e a democracia brasileira contam com a nossa integral solidariedade e empenho”



com indignação o reconhecimento pelo presidente das Filipinas da sua actuação em assassinatos extrajudiciais. Que o Brasil possa vir a ser um novo campo para a discriminação das diferenças, o desprezo pelas mulheres ou a vertigem da violência é também motivo para preocupação, e sobretudo para uma escolha que ninguém deve ignorar: pela nossa parte, tomamos posição contra a indignidade.

Notamos ainda que muitos responsáveis políticos que apelaram à rejeição da extrema-direita quando a segunda volta das eleições presidenciais francesas opunha Jean-Marie Le Pen e Chirac ou, depois, Marine Le Pen e Macron, se calam agora perante uma opção tão clara, se não ainda mais gritante. Pelo nosso lado, não nos deixamos condicionar por calculismos mesquinhos. A democracia e a liberdade são indivisíveis. Os democratas e a democracia brasileira contam com a nossa integral solidariedade e empenho.

Professor catedrático aposentado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; presidente da Fundação José Saramago; economista

ESPAÇO PÚBLICO

#Elesim

Francisco Assis

Ulgo que ao longo dos quase 30 anos da minha vida cívica e política nunca tinha sido apodado de comunista, vermelho ou apoiante do regime cubano. Pelo contrário, nos últimos anos os apodos que me atribuíram com mais frequência e ligeira foram de natureza oposta. Esse tipo de rotulagens, apresentadas em tom pretensamente calunioso, nunca me causou qualquer tipo de perturbação. Contudo, as reacções suscitadas pelo artigo que aqui publiquei na semana passada ("Um Canalha à Porta do Planalto") foram de tal ordem violentas que me impeliram a investigar, ainda que de forma ligeira, a natureza da discussão em curso no complexo mundo das redes sociais brasileiras.

O espectáculo que se me deparou releva do domínio da demência. Não estamos apenas diante da pavorosa preponderância das famigeradas *fake news*, que tanto relevo tiveram nas recentes eleições presidenciais norte-americanas. Estamos perante uma realidade muito mais tenebrosa, onde o delírio de acusações infames convive com a apologia de desvairadas soluções políticas, económicas e sociais. No Brasil estamos a assistir ao trágico desaparecimento do modelo moderno de um espaço público assente no primado da discussão racional, substituído por redes semiprivadas de exaltação e exploração dos instintos e dos afectos mais primários que existem no ser humano. O campo da argumentação finouse, dando lugar a um palco de proclamações extremistas, dogmáticas e avessas a qualquer tipo de racionalidade dialógica. Bolsonaro é simultaneamente um autor menor e um produto maior desta angustiante situação.

Em muito pouco tempo, uma figura política irrelevante e praticamente marginal deu lugar a um potencial Presidente da República. Para isso contribuiu fortemente o mundo sórdido das redes sociais que acabei de descrever. Claro que isso não explica tudo. Bolsonaro só alcançou o inimaginável patamar em que hoje se encontra porque grande parte da direita social e política brasileira se revelou pouco comprometida com o modelo democrático. As redes sociais espelham de modo cristalino o carácter atávico das elites económicas e sociais daquele país. Essa é, talvez, a grande desilusão que o Brasil projecta presentemente no exterior. Era e é sabido que uma das questões mais complexas que afectava a sociedade brasileira residia na dificuldade de articular o respeito pelas regras fundadoras e enquadradoras de uma democracia política liberal com um nível de democracia económica social e cultural ca-



RODOLFO FALCÃO/REUTERS

paz de proporcionar a plena integração das massas populares na vida pública nacional. Sabia-se isso, mas julgava-se que o problema estaria razoavelmente superado ao fim de três décadas de democracia. Infelizmente não está. O peso da tradição escravocrata, a permanência de um recalamento mnésico em relação ao genocídio das populações indígenas, o lastro de processos de assimilação migratória pouco edificantes, parecem continuar a impedir o Brasil de olhar para o seu próprio futuro.

“
A duas semanas da segunda volta das presidenciais, o que no Brasil há de melhor tem de passar da fase #elenão para o tempo do #elesim



De uma certa forma, o Brasil actual parece permanecer mais próximo do Brasil ancestral do que da maior parte dos países europeus. Ali, as elites económicas, sociais e culturais continuam a cultivar um distanciamento obscuro em relação aos sectores mais populares, arrastando consigo toda uma classe média bastante insegura, que vive obcecada com a salvaguarda de um estatuto social

capaz de a diferenciar do imenso mundo da pobreza que pulula por todo o país. Sob a fantasia, amplamente propalada, de uma exemplar miscigenação étnica, subsiste uma sociedade profundamente racista. Não será mesmo exagerado afirmar que uma parte significativa desta sociedade permanece num estado pré-democrático, aceitando como naturais diferenças e hierarquias social e culturalmente construídas. Por isso mesmo, um país fervilhante no plano artístico, científico e cultural é também um país onde as classes dominantes manifestam comportamentos de um ridículo atroz e de um egoísmo repugnante. Basta cruzarmo-nos com alguns dos representantes dessas classes privilegiadas em qualquer aeroporto europeu ou norte-americano para imediatamente percebermos o grau de egoísmo e de frivolidade de que dão provas.

O povo brasileiro, criativo, imaginativo, dotado de um extraordinário sentido de humor, é afinal de contas muito mais interessante do que as suas atávicas elites. Dir-se-á que é esse mesmo povo que se prepara para eleger Bolsonaro para a Presidência da República. É verdade; o que nos remete para uma questão que tem acompanhado a história contemporânea da América Latina: como conceber um verdadeiro regime democrático pluralista, assente num Estado de direito, num contexto socio-económico caracterizado pela prevalência de um sistema oligárquico rentista e de um grau de desigualdade de rendimentos económicos e de estatutos sociais incompatível com os valores da

modernidade política ocidental? Sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, primeiro, e de Lula e Dilma Rousseff, depois, o Brasil estava a percorrer o caminho certo no sentido da superação desse trágico problema. Com maior ou menor dificuldade, com maior ou menor acerto, esse caminho ia produzindo resultados visíveis; por responsabilidades diversas, foi interrompido; importa, neste momento histórico, impedir a sua total anulação: ainda é possível salvar o Brasil, país do futuro.

A duas semanas da segunda volta das eleições presidenciais, o que no Brasil há de melhor tem de passar da fase #elenão para o tempo do #elesim. Está provado que nada se ganha pela negativa, pela simples invocação dos demónios, pela desconstrução dos perigos, por mais reais que eles sejam. O #elenão foi um extraordinário grito de revolta de milhares de mulheres incomodadas e assustadas com o criminoso discurso do candidato da extrema-direita. Agora é preciso ir mais longe. Haddad já demonstrou ter qualidades de inteligência, seriedade e serenidade suficientes para que em torno da sua figura se possa constituir um grande movimento de esperança e de confiança no destino da imensa nação brasileira. O mundo, por estes dias, está de olhos postos no Brasil. E se nesse olhar há preocupação, há também confiança. Nos próximos quinze dias, #elesim vai ser o grande slogan mobilizador de todas as consciências democráticas espalhadas por esse mundo fora.

Eurodeputado (PS). Escreve à quinta-feira

ESPAÇO PÚBLICO

Brasil: o que está em jogo na eleição

João Arriscado Nunes

Estes exemplos permitem começar a entender a extensão do programa de retrocesso que se prefigura no horizonte

A eleição presidencial em curso no Brasil é um momento de singular importância para o maior país da América Latina, mas também para o futuro da democracia. O clima de intimidação, de violência e de perseguição promovido pela candidatura de extrema-direita e seus apoiantes, após a vitória na primeira volta, tem sido alimentado por um fluxo continuado de *fake news*, de desinformação e ataques tendo como alvo principal o candidato das forças democráticas, Fernando Haddad. O Tribunal Superior Eleitoral, apesar de ter declarado a intenção de combater as *fake news*, acabou por admitir não ter capacidade para o fazer. Continuam assim a proliferar, com impunidade, desinformação, insultos e discursos de ódio dirigidos a Haddad, aos seus aliados, apoiantes e eleitores, e aos habituais alvos dos ataques da extrema-direita, como mulheres, pessoas LGBTI, negros, indígenas ou moradores de periferias urbanas, entre outros.

Esta estratégia é articulada com uma outra, que cria uma situação insólita nos processos eleitorais em regimes democráticos: a sistemática fuga aos debates televisivos previstos com Fernando Haddad, impedindo assim que sejam discutidos os projetos em confronto na eleição, e explicitadas e confrontadas de maneira clara as propostas políticas dos candidatos. Essas propostas não deixam de aparecer, contudo, nas entrevistas individuais e nos diferentes atos de campanha dos candidatos, ainda que, no caso de Bolsonaro, de maneira fragmentada e por vezes com declarações contraditórias proferidas por figuras ligadas à sua campanha. Vale a pena olhar mais de perto para algumas dessas declarações.

Na educação, é prometida a generalização do ensino à distância, com a intenção de combater a alegada doutrinação realizada nas salas de aula por professores de esquerda; a remoção de "conteúdos impróprios" dos programas e das salas de aula, ou, por outras palavras, acabar com a liberdade de aprender e de ensinar; "repor a verdade sobre o movimento de 1964", novo pseudónimo da ditadura militar;



ADRIANO MACHADO/REUTERS

introduzir o ensino do criacionismo em paralelo com o da evolução; desvalorizar a importância das condições de remuneração dos professores e o seu estatuto profissional;

“
Há apenas dois lados na eleição brasileira: o lado da liquidação da democracia e o lado da defesa da democracia



impor aos estudantes medidas disciplinares destinadas, alegadamente, a punir o desrespeito aos professores, através de "repressão democrática"; suprimir as medidas de democratização do acesso ao ensino superior.

No domínio do ambiente, as medidas incluem a fusão dos ministérios da Agricultura e do Ambiente e a sua entrega aos interesses ruralistas; a eliminação de medidas existentes de regulação ambiental, o esvaziamento dos poderes dos

organismos de vigilância e da alegada "indústria das multas" que estes promoveriam; "acabar com todos os ativismos" e expulsar as ONG ambientais e de defesa dos direitos humanos, alegados agentes ou cúmplices de uma conspiração internacional para a apropriação da Amazônia... Estes exemplos permitem começar a entender a extensão do programa de retrocesso – de regresso ao Brasil de há 40 ou 50 anos, como afirma Bolsonaro, ou seja, ao Brasil da ditadura – que se prefigura no horizonte... Em caso de vitória, Bolsonaro prepara-se para um ataque sem precedentes às lutas de povos indígenas e populações tradicionais e de ativistas ambientais e de direitos humanos que têm resistido à desflorestação da Amazônia e de outros espaços. Curiosamente, Bolsonaro reconheceu que o aquecimento global é um problema real, mas afirmou que a sua causa seria o excesso de população. Das suas muitas declarações, não é difícil concluir que essa população em excesso inclui todas as pessoas, grupos e comunidades "descartáveis", como indígenas, quilombolas e pobres, cujo destino seria o de optar entre a extinção ou a integração, forçadas pelo fim das demarcações de terras, pela violência

legalizada dos ruralistas, e mesmo por medidas eugenistas destinadas a evitar a proliferação dos "indesejáveis".

Este aspeto do projeto de retrocesso merece especial atenção, perante o cenário, recentemente reconfirmado pela ONU, de agravamento acelerado das consequências das alterações climáticas e do aquecimento global. O relatório da ONU recentemente publicado, apoiado no trabalho do IPCC, lança um alerta apontando para um caminho inverso daquele que, por pressão do "mercado" e dos "investidores", têm seguido alguns países, formalmente comprometidos com a redução de emissões de CO₂. É o próprio CEO da Shell, uma das principais empresas petrolíferas do mundo, que veio a público afirmar que, para travar a subida da temperatura e a manter em valores compatíveis com uma resposta viável ao agravamento do aquecimento global, seria necessário um grande projeto de florestação que criasse outro Brasil, e não desflorestar o que já existe. A ameaça que paira sobre a democracia no Brasil traz assim no seu bojo o agravamento de um dos maiores problemas que neste momento afetam o planeta, com o seu cortejo de efeitos que atingirão, sobretudo, as populações mais vulnerabilizadas pela pobreza, pela falta de água, pela erosão dos solos, pela exposição a desastres, migrações forçadas, perseguições e guerras.

Há apenas dois lados na eleição brasileira: o lado da liquidação da democracia, da afirmação da violência, do medo, do ódio e da aposta numa espiral de desastre; e o lado da defesa da democracia, dos direitos, do respeito pela vida e pela terra. São também estas as opções que hoje se apresentam a quem, em qualquer parte do mundo, se coloca do lado da democracia, dos direitos humanos, da justiça social, cognitiva e ambiental.

Investigador do Centro de Estudos Sociais e professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A opinião aqui veiculada é da responsabilidade dos investigadores, não constituindo qualquer posição oficial do Centro de Estudos Sociais

CES — Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
www.ces.ucp.pt

Escreve à sexta-feira

ces Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra

Como a esquerda brasileira decidiu perder as eleições

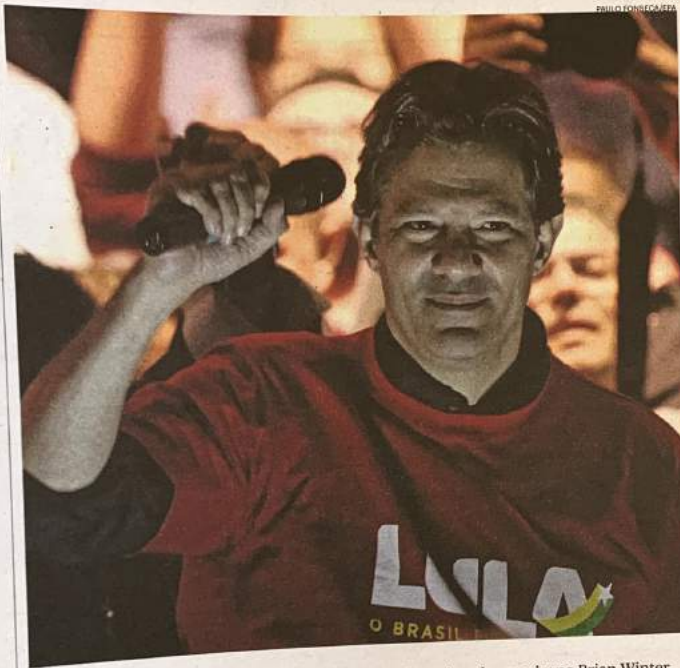
Jorge Almeida Fernandes
Ponto de Vista

Jair Bolsonaro ainda não foi eleito mas já venceu a campanha eleitoral. A uma semana do voto, tem uma vantagem de 18 pontos nas sondagens. Um indicador decisivo é a taxa de rejeição. Enquanto a de Bolsonaro permanece estável, nos 41%, a de Fernando Haddad subiu para 54%. Só um cataclismo poderia mudar o quadro. "Trinta anos após a promulgação da Constituição de 1988, a descida do Brasil à democracia liberal não é inevitável. Mas é assustadoramente possível", escreve na revista *Valor Econômico* Michael Reid. Redactor da *The Economist*, Reid acompanha há muitos anos a política latino-americana. Não é um catastrofista.

Na semana passada, escrevi sobre a possibilidade de um regime autoritário no Brasil. É necessário olhar, agora, o confronto pelo lado da esquerda, que demora a compreender a mudança de época em que vivemos (ver V. Belanciano, PÚBLICO, de 14 de Outubro). Repito que é muito difícil explicar o que se está a passar e, menos ainda, antecipar o futuro. Mas é possível identificar alguns dos mecanismos em acção.

2. O primeiro é a polarização política, que se traduziu na batalha entre os dois candidatos com a mais alta taxa de rejeição. Não se trata de uma normal polarização eleitoral mas, na expressão do politólogo André Singer, de uma "polarização destrutiva", em que se visa aniquilar o adversário. A polarização e a radicalização jogaram a favor de Bolsonaro.

Quem iniciou a polarização, como método de vencer eleições, foi o Partido dos Trabalhadores (PT), com a sua estratégia do "nós ou eles". Esta estratégia foi repetida após a destituição de Dilma Rousseff e acentuada com a prisão de Lula. Para impor a candidatura do líder e manter a hegemonia dentro da esquerda, o PT fez uma política de "terra queimada", dando prioridade à marginalização das outras forças de esquerda. Como resultado, Haddad ficou sem margem de manobra para fazer alianças. A palavra de ordem "Lula é Haddad, Haddad é Lula" foi um sucesso para operar a transferência de votos de um para o outro. Mas, eleitoralmente, foi suicidária. Simultaneamente, o "improvável" Bolsonaro saía do seu gueto eleitoral e era transformado em candidato do *establishment* económico e político, porque assumiu o antipetismo de forma



radical e mostrou ser o mais apto para bater Haddad. Foi o mesmo antipetismo que fundiu a direita tradicional e a extrema-direita numa frente ideológica designada por "nova direita".

3. A polarização vem associada à "guerra cultural". Assinala Fernando Schüler, professor de Filosofia Política: "O clima de 'guerra cultural' é um ecossistema no qual um candidato populista e conservador, com as características do Bolsonaro, funciona bem. (...) É isto que está acontecendo agora no Brasil. Esta é uma retórica que mobiliza os militantes, os intelectuais, os activistas do PT, de modo geral, mas ela não fala com o eleitor menos politizado. Ela não busca votos do outro lado."

A mesma nota

“A esquerda brasileira repete os erros de Hillary Clinton no confronto com Trump”



é reforçada pelo americano Brian Winter, director da revista *Americas Quarterly* e que seguiu de perto a campanha de Bolsonaro: a esquerda brasileira repetiu os erros da campanha democrata contra Trump. Escreveu no *Folha de S. Paulo*: "O que aconteceu nos Estados Unidos? Basicamente, Hillary e os seus partidários centraram-se tanto na oposição a Trump que se esqueceram de falar sobre as questões que importavam à maioria dos eleitores, o desemprego, a imigração e assim por diante."

E no Brasil? "No Brasil, as pesquisas de opinião indicam que as questões mais importantes para os eleitores incluem a economia, a corrupção e o crime. A verdade é que Fernando Haddad e o PT têm enorme dificuldade para lidar com as três." Por outro lado, o PT não fez autocrítica dos seus erros. "Isso é pedir muito, dada a recente insistência do partido quanto a narrativas de perseguição e nostalgia. Talvez seja impossível. Mas o futuro da democracia brasileira pode depender disso." Winter escrevia uma semana antes da votação da primeira volta.

4. Esta campanha foi travada num terreno difícil para a esquerda, as novas regras da comunicação de massas. A

radicalização deve muito aos milhares de grupos de apoio a Bolsonaro no WhatsApp, onde as *fake news* proliferaram em progressão geométrica, transformando-se num veículo de apelo ao autoritarismo (ver João Salaviza, PÚBLICO de ontem). A isto se juntaram campanhas de desinformação em escala industrial. Os jornais passaram a ter colunas de denúncia: "Isto é FAKE."

A campanha feminista do #EleNão foi qualificada por analistas como "um tiro no pé", porque, subliminarmente, promovia a imagem de Bolsonaro. Mas deu também lugar a uma megaoperação de intoxicação, descrita pelo filósofo Vladimir Safatle.

"Vimos o que aconteceu com os actos do sábado retrasado [29 de Setembro]: grandes manifestações populares que ocuparam as ruas do Brasil e, de repente, foram anuladas. Ninguém estava sabendo exactamente o que aconteceu. Justo após essas manifestações, Bolsonaro teve um salto nas pesquisas. Depois, fomos entendendo. Com uma organização impressionante, uma rede muito vasta de circulação de imagens, profissionalmente constituída, tentou anular o acto pela construção de um evento falso no lugar. Faziam circular fotos que não tinham nada a ver com aqueles protestos, com o objectivo claro de denegrir suas propostas. Conseguiram anular um evento de rua por meio de uma mobilização virtual."

As redes sociais são a fonte de informação da grande maioria dos brasileiros. A televisão e os jornais contaram pouco nesta campanha. Argumento? "A mídia mente."

5. O Brasil não é uma ilha. A polarização é uma tendência quase universal, que acompanha o "descrédito da política", as correntes anti-sistema, a fragmentação dos partidos tradicionais. As "guerras culturais", sobretudo as ligadas à "ideologia do género" e às políticas identitárias, generalizam-se. Se a nostalgia do passado alimenta as ideologias de direita, também a esquerda está mentalmente bloqueada. "Esta esquerda não tem nenhuma visão a oferecer e, além disso, não a pode ter porque o modo como pensa o impede", diz Mark Lilla, um cientista político americano.

Que virá a seguir no Brasil? Filipe Campante, um cientista político que ensina nos EUA, não é optimista. "Primeiro, o populista vitorioso não tem incentivo a buscar a convergência, mas sim a inflamar ainda mais a polarização. (...) E mais preocupante é saber que o Brasil está muito menos preparado do que os EUA para absorver o choque político que se avizinha."

Jornalista. Escreve ao sábado
jafarnandes@publico.pt

ESPAÇO PÚBLICO



Eduardo Cabrita



O ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, faz na terça-feira uma visita à Grécia que há-de culminar na assinatura de um acordo cujo conteúdo não foi revelado, mas que deverá traduzir-se no acolhimento, por Portugal, de mais refugiados. Numa altura em que a sombra da xenofobia populista se abate sobre boa parte do Ocidente, convém saudar as práticas humanitárias que representam progresso civilizacional e o facto de serem consensuais em Portugal. **A.V.**



Rui Rio



Em sábado de revelações, Rui Rio disse o que se sempre se adivinhou, apesar das críticas entre apressados e desconfiados social-democratas tementes de um bloco central. Só tomou posição quando conheceu as contas públicas. Recomendará à direcção laranja o voto contra, e fala de "orgia orçamental" onde Costa, Centeno e Vieira da Silva vêem prudência. Pelo menos, descansam os seus críticos na bancada parlamentar. **N.R.**

Bolsonaro, F.H.C. e Álvaro Cunhal



Ana Sá Lopes
Editorial

Falta uma semana para a segunda volta no Brasil, a vitória de Jair Bolsonaro é iminente. Fernando Henrique Cardoso (F.H.C.), ex-Presidente da República, um resistente e exilado no tempo da ditadura militar, insiste em manter-se neutral entre Fernando Haddad e Bolsonaro. Num *tweet* escrito ontem saudou o manifesto "Por uma frente progressista do tamanho do

Brasil", divulgado ontem na *Folha de S. Paulo* e assinada por nomes como Chico Buarque e Adriana Calcanhotto, entre inúmeros artistas e intelectuais. E o que disse Fernando Henrique Cardoso aos mais de 22 mil que defendem que "não existem extremismos idênticos, não cabe a neutralidade ou abstenção diante de uma situação que pede de nós acção imediata". Virou-lhe as costas e respondeu simplesmente isto: "Há em circulação um manifesto de democratas progressistas. Bem-vindo. Com a provável eleição de Bolsonaro, precisaremos mais ainda de defensores da democracia para impedir que ele (ou quem vier a vencer) tente sair do rumo constitucional."

Há qualquer coisa de implausível na neutralidade de F.H.C. Os últimos anos do PT foram profundamente infelizes, mas optar pela abstenção é incompreensível num democrata como Fernando Henrique Cardoso.

Em 1986, quando o Brasil estava a acordar para a democracia, houve em Portugal uma segunda volta de eleições presidenciais que foi disputada entre o fundador do Partido Socialista Mário Soares e o fundador do CDS Freitas do Amaral. Freitas não era "o fascista", apelido que a esquerda lhe colocou na época, mas representava efectivamente a direita – mais tarde mudaria de ângulo. E nesse ano Álvaro Cunhal

e o PCP não hesitaram em apoiar o seu arqui-inimigo de estimação, Mário Soares, e impedir a vitória de Freitas do Amaral nas presidenciais. Os comunistas, que tanto acusaram Soares de os combater (com razão) e de ser "de direita" (sem razão) conseguiram fazer uma escolha que na época foi difícil. No Brasil, F.H.C. recusa-se a escolher e, mesmo dizendo que não coloca Fernando Haddad e Jair Bolsonaro no mesmo saco, acaba, na prática, a fazê-lo. Dizer aos democratas que lutam contra a equidistância que conta com eles para o combate depois da vitória de Bolsonaro é pouco para um homem com a biografia de F.H.C.

ana.sa.lopes@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Carta do Brasil sobre as eleições e os intelectuais portugueses

Lí no PÚBLICO o artigo *Intelectuais de vários quadrantes juntos contra Bolsonaro, pela democracia*.

Eu vivo no Brasil há 43 anos – cheguei no tempo da horrível ditadura militar, com sete filhos, sem emprego –, não fui perseguido nem molestado porque o que eu precisava era trabalhar e alimentar a família. O comunismo insistia em se expandir, passou à revolta armada e... esses levaram na cabeça.

Mas o motivo de lhe escrever é dizer-lhe do meu enorme espanto pela quantidade de "intelectuais" que se permitem emitir opinião sobre o candidato que os brasileiros vão eleger

para a Presidência da República. Alguns são comunistas, outros ferrenhos socialistas, outros oportunistas como Freitas do Amaral, e todos o que querem é aparecer perante um público – português – ignorante sobre a questão do Brasil, armados em democratas.

E pior, estão a criar uma antipatia dos brasileiros *versus* portugueses, por estarem a denegrir o seu favorito.

Gostaria de saber, e peço-vos encarecidamente que me expliquem, qual é a ideia de democracia do Sr. Louçã ou Manuel Alegre. O Freitas do Amaral deve estar perdido porque foi da direita, passou para o centro e agora está à procura, nem ele saberá do quê (...).

Que vai ser uma desgraça mundial é o único ponto em que

concordamos: a Internacional Comunista-Socialista vai perder o seu principal país, o líder da América Latina. Mas, convenhamos, já não é sem tempo.

É tanto o vomitar de insanidade mental que leva a pensar que só devem ter sobrado intelectuais feridos nos seus interesses partidários nesse país. Felizmente eu sei que há inúmeros com muito bom senso e muita cultura, que não assinam manifestos idiotas. Mas infelizmente, também, a mídia é disso que gosta: aparecer com sensacionalismo esquerdista-barato, porque sabe que a esmagadora maioria dos portugueses continua calada, desprezando esses indivíduos metidos a sábios.

Francisco Gomes de Amorim
Rio de Janeiro

Orçamento imprudente

Um Estado pesado, uma carga fiscal altíssima, um milhão de pobres que trabalhando não conseguem sair da pobreza! A governação reveladora de ineficiência e incompetência! O crescimento (previsão para 2019) é de 2,2%, sendo que temos vinte países à nossa frente e, mesmo assim, não foram criadas medidas adicionais para as empresas – são elas que mais fazem crescer o país, para além do turismo. A carga fiscal atingiu um valor elevadíssimo, o mais elevado da última década. E a descida das propinas nos cursos superiores, estendida a todos os estudantes, prejudica as Universidades.

Manuela Rocha
Porto

Uma tragédia anunciada no Brasil?

Irene Flunser Pimentel

Tal como a muitos e muitas, preocupa-me a actual ascensão da vaga de extrema-direita – fascista, em alguns casos –, de destruição das instituições liberais e da própria democracia. Por todo o lado, há muitos distraídos que respondem a essa onda com indiferença e ausência de tomada de posição ou pulsão de resistência à tragédia anunciada. É certo que outros se preocupam, como acontece em Portugal, onde muitas figuras da sociedade portuguesa se juntaram para afirmar que não fechavam os olhos sobre o perigo no Brasil, alertando para o facto de democracia e liberdade serem indivisíveis.

Na Europa, o ataque à democracia liberal advém em grande parte dos próprios governos eleitos, como acontece na Hungria, Polónia, República Checa, Áustria e na Itália, enquanto, noutros países, uma onda populista e xenófoba, antimigrantes e anti-refugiados, sobretudo em regiões onde estes não existem, está a ter resultados impensáveis nas eleições. À França, Holanda e Alemanha juntou-se agora a Suécia em termos de ganhos eleitorais da extrema-direita populista e xenófoba. Até na vizinha Espanha um recente comício juntou em Madrid dezenas de milhares de “aficionados” fascistas que disseram ao que vinham. Portugal parece continuar a ser uma excepção, mas não está imune a indivíduos, por enquanto sem expressão, que aproveitam a actual vaga castanha para formarem novos agrupamentos políticos populistas, com uma agenda discriminatória, racista e xenófoba.

Há 25 anos, Fareed Zakaria (1997), cronista da CNN e do *Washington Post*, criou o conceito de “Democracia liberal” para relevar a nova ameaça então em início de ascensão, chamando a atenção para a possibilidade de um governo democraticamente eleito destruir abertamente os princípios políticos liberais violando o Estado de direito, bem como privando os cidadãos dos seus básicos direitos e liberdades. Hoje, a vaga “liberal” acelerou-se de tal forma que muitos acreditam estarmos à beira de um precipício, já expresso no “sim” ao “Brexit” na Grã-Bretanha e na vitória de Trump nas eleições norte-americanas.

Por todo o lado, quer em democracias mais fortes ou frágeis, a propaganda populista xenófoba e iliberal usa as *fake news*, as redes sociais e uma linguagem indecente com laivos “antipoliticamente correctos” para rapidamente passar da palavra aos actos. A actual vaga castanha

começa por discriminar as mulheres, minorias LGBT e étnicas, migrantes e refugiados estrangeiros, e por insultar os considerados exteriores à “comunidade nacional” caucasiana masculina. Prossegue com a destruição de instituições democrático-liberais e dos *checks and balances*, como o poder judicial. Em certos casos, como acontece no Brasil, elogia a Ditadura militar e torturadores como Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI.

Na Europa e na América, em graus e com facetas diversas, o padrão parece ser basicamente idêntico, após populistas xenófobos ganharem o poder através de eleições: calar a comunicação social independente e usar a outra como meio de propaganda; banalizar a linguagem discriminatória relativamente às minorias; tornar as verdades relativas idênticas às mentiras; colocar do seu lado os tribunais independentes e as Forças Armadas; eliminar votantes, no caso dos EUA, e destruir direitos individuais – casamento no seio do mesmo género, despenalização do aborto, entre outros.

À onda iliberal, de subida do populismo de extrema-direita, muitos já chamam “fascismo”, comparando-a com a vaga que assombrou a Europa nos anos 30 e 40 do século XX. Não por acaso, Madeleine Albright intitulou um recente livro de *Fascism: A Warning*, e o filósofo norte-americano Jason Stanley deu a um estudo o título *How Fascism Works, The Politics of Us and Them*. Por seu lado, Christopher R. Browning, historiador do Holocausto e da Alemanha nazi, escreveu um recente longo artigo no *New York Review of Books* (25/10), intitulado “*The Suffocation of Democracy*”, em que, sem utilizar o termo “fascismo”, refere as aterradoras semelhanças e uma importante mas também terrível diferença entre os EUA actuais de Trump e os regimes de Hitler e Mussolini.

Entre as similitudes, menciona o facto de, na Alemanha, terem sido outorgados pela Constituição de Weimar (1919) ao presidente Hindenburg poderes de emergência para defender a democracia, caso esta estivesse em perigo. Em vez de a defender, o marechal e a velha direita conservadora tornaram-se os seus coveiros, utilizando esses poderes para destruir as normas democráticas e aliar-se aos nazis, de modo a substituir o governo parlamentar pelo poder autoritário. Outra semelhança, apontada por Browning, entre a actualidade e os regimes de Mussolini e Hitler, é o facto de o centro católico e a esquerda comunista e social-democrata se terem dividido, sem terem cooperado na defesa da democracia.

No entanto, Browning realça uma grande diferença na actual situação relativamente às ditaduras dos anos 30, mostrando que, como também assim penso, que



VERLUI MARCELO ANDREUTTI

Segundo o professor Vladimir Safatle, “o que está explodindo hoje era uma bomba-relógio que ninguém quis ver”



Duterte nas Filipinas ou Viktor Orbán na Hungria permitem a continuação de partidos de oposição e de eleições, que não os ameaçam. Claro que eliminam e neutralizam os dirigentes de uma oposição perigosa. Não proibem de imediato a imprensa e outra comunicação social que não controlem, pois chega-lhes invadir os meios sociais com notícias falsas de modo a tornar irrelevante na “opinião pública” a verdade dos factos.

E o Brasil? O que poderá acontecer, no caso de Bolsonaro ganhar as eleições em 28 de Outubro? Neste mesmo jornal, Jorge Almeida Fernandes arriscou apresentar, no passado dia 13, uma “hipótese de trabalho” sobre algo de novo que é “o projecto

autoritário de Bolsonaro”. Começa por assinalar que, ao cumprir à promessa de destruir o “sistema”, liquidar a elite política e formar uma nova, desde a primeira volta das eleições, Jair Bolsonaro já domina o Congresso, parecendo querer também neutralizar o Supremo Tribunal Federal (STF) e instaurar um regime tutelado pelo Exército, “algo que já está em curso”. A erosão das instituições está já em marcha, com uma imprensa que parece estar quase toda do lado de quem ganhará as eleições e os militares a redigirem já, em Brasília, o seu programa de governo nas áreas ditas “estratégicas”. Bolsonaro também anunciou que quer elevar de 11 para 21 o número de membros do STF, nomeando dois em 2020, em substituição dos que se reformam.

Quanto à “guerra cultural”, Vladimir Safatle, professor de Filosofia na Universidade de São Paulo, assinala que da parte de Bolsonaro existiu uma anticampanha, que se desloca para o ambiente virtual, baseada no esvaziamento do espaço político, através de provocações e insultos preconceituosos às minorias – negros, mulheres, LGBT – e a transmissão de notícias falsas, em substituição do jornalismo. Safatle realça ainda o potencial fascista mais ou menos recalcado que está a ganhar direito de existência, não só porque “vários sectores da sociedade brasileira expressam um padrão racista e preconceituoso”, como porque a ditadura militar nunca deixou de ter apoiantes. Relativamente a esta, o “Brasil fracassou redondamente em conseguir superar seu passado ditatorial, que o volta a assombrar agora” e, por isso, Vladimir Safatle avisa: “Logo, o que está explodindo hoje era uma bomba-relógio que ninguém quis ver.”

Será expectável que se assista a um longo e duro processo de resistência à agenda de Bolsonaro e dos seus apoiantes, mas convém desde já assinalar a demissão dos políticos do centro que nada fazem para se erguerem – apoiando Fernando Haddad – contra a catástrofe anunciada, mesmo se serão eles próprios vítimas desta. Já agora, para quem acha que a esquerda é a grande responsável pela ascensão da extrema-direita e desresponsabiliza os votantes em Trump ou Bolsonaro, chamando a atenção para o facto de se não dever insultá-los, posso dizer que os responsabilizo, sem precisar de os insultar. A não ser que se sintam insultados por serem considerados egoístas, xenófobos, de extrema-direita ou fascistas ou cúmplices destes. O historiador do nazismo Ian Kershaw já alertou há anos para o facto de a estrada para o Holocausto ter sido construída pelos nazis, mas pavimentada pela indiferença.

Historiadora

ESPAÇO PÚBLICO



Marcelo Rebelo de Sousa

➔ O Presidente já foi um homem das notícias, como director do *Expresso*, e continua a gostar de dar novidades em primeira mão, mesmo enquanto chefe de Estado. Ontem, mostrou a sua preocupação com o fenómeno das fake news a propósito da montagem fotográfica, que considerou "inaceitável, com idosas estrangeiras para atacar o ministro da Administração Interna, Marcelo aconselhou os portugueses a estarem atentos na procura da verdade. Bom conselho. **S.S.**



Sioane Stephens

➔ O Masters feminino começou ontem e no confronto entre as duas últimas vencedoras do Open dos Estados Unidos a norte-americana Sioane Stephens foi mais forte que a japonesa Naomi Osaka, a estreiar-se neste torneio. Foram muitos os erros da jovem Osaka e Sioane aproveitou-os bem para resolver um encontro que foi equilibrado nos dois primeiros sets. No terceiro e decisivo set, a norte-americana capitalizou os erros da adversária. **J.J.M.**

A PSP, a GNR e Bolsonaro



Amílcar Correia
Editorial

O que denigre a imagem dos profissionais da PSP, ao contrário do que afirma o Sindicato Vertical de Carreiras da Polícia, não é a pronta e acertada reacção do ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita ordenou um inquérito às circunstâncias da fuga de três arguidos do Tribunal de Instrução Criminal do Porto, suspeitos de dezenas de roubos a idosos, e à divulgação

das fotografias dos mesmos após as detenções em Gondomar. Os sindicatos não gostaram disso e acharam que o ministro estava a tomar o partido dos "delinquentes". Se os sindicatos estão convencidos de que uma fuga patética daquele tipo e a exposição de detidos daquela forma não são suficientes para que um ministro e qualquer um de nós queira saber o que se passou, então é porque acham que os polícias estão acima de qualquer suspeita pelo simples facto de possuírem um crachá. Os sindicatos e associações das forças de autoridade deveriam preocupar-se tanto com a presunção de inocência dos seus inscritos e associados (claro

que a autoria das fotografias em causa será sempre uma especulação) como com a presunção de inocência dos detidos. Os suspeitos, é assim que juridicamente são, não foram ainda sujeitos a qualquer juízo. Percebe-se a solidariedade entre forças da autoridade, mas não é aceitável que a Associação Sócio-Profissional Independente da Guarda diga, sem qualquer prurido, que os criminosos "não são merecedores do mesmo respeito e consideração" que o cidadão comum. O que denigre a imagem dos profissionais da polícia – generalizando o que não pode ser generalizado, porque há sempre polícias bons e polícias maus,

como nos filmes – é um sindicato que recorre a montagens com imagens de idosos espancados noutros países europeus para nos fazer crer que estes foram vítimas daquele trio de "criminosos perigosos" e com isso atacam nas redes sociais a tutela com a qual estão em conflito. A publicação consistente de fotografias fora do contexto, com o argumento de que se trata da deteção de colegas vilipendiados por um ministro, não é apenas um tique "Bolsonaro" de mau gosto. É pura manipulação. E manipulação é coisa séria, que não seria de esperar de um sindicato de polícia que se diz vertical.

acorreia@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reeditar os textos não solicitados e não prestar informação postal sobre eles.

Email: cartasdiretor@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Reformas antecipadas

Verifica-se um alarido muito grande acerca da penalização das reformas antecipadas, mas em princípio todas as reformas antecipadas devem ser penalizadas, pois quem as pede é porque tem outros interesses superiores a essa penalização. Argumenta-se que têm longos períodos de descontos para a Segurança Social, sem nunca tiveram os benefícios que médica, abono de família dos filhos, subsídios de desemprego, etc. Que um mês de reforma hoje equivale a vários anos de descontos no início da carreira, incluindo a parte da entidade patronal. E, que se o beneficiário tiver tido dois ou três filhos, durante um longo período o montante dos abonos de família que recebeu, em muitos casos, foi

superior aos descontos que fez. Miguel Oliveira Rodrigues, Lisboa

Fake news

Para quem não terá fraca memória, todos se recordarão do modo como a generalidade dos membros do Governo PSD-CDS, chefiado pelo dr. Pedro Passos Coelho, respondia às questões incómodas, mas regra geral verdadeiras, que lhes eram postas, e que pareciam não ser do seu agrado. Pois a resposta era invariavelmente sempre a mesma, e com tom idêntico: "Não é verdade, não é verdade." Aqui está como as *fake news* já eram usadas naquele período pelo Governo anterior, ou seja, antes da liturgia Trump, ou já com ela concretizada. É só para recordar e ter em atenção no próximo período político em Portugal. Fernando Emmanuel de Freitas, Caravelos

Secretários de Estado já não são ajudantes

A polémica em torno da nomeação de João Galamba para secretário de Estado da Energia pareceu-me estéril. Como é possível dizer que não percebe nada de energia, quando foi porta-voz do PS, com múltiplas intervenções na área económica, sempre pronto a responder a todas as perguntas dos jornalistas, da mais diversa índole, incluindo a energia, claro. O PS, parece-me óbvio, não delegaria a sua representação numa pessoa pouco qualificada, com falta de conhecimentos. O ministro do Ambiente e da Transição Energética, Matos Fernandes, vem, agora, revelar que foi ele que escolheu João Galamba e disse, e bem, que este complementa o seu saber. Na verdade, o PS não parte do princípio de que os

secretários de Estado são meros ajudantes do ministro respectivo, como eram conhecidos no tempo do cavaloquismo. O mais estranho é que os que defendiam a tese dos ajudantes para os secretários de Estado estão agora muito preocupados com a alegada falta de saber de João Galamba. A nossa direita assemelha-se, cada vez mais, a um poço de contradições, o que só serve para a desacreditar ainda mais, se possível. Simões Ilharco, Lisboa

PÚBLICOERROU

Dos 371 milhões de euros que existem até 2020 para adaptar o país às alterações climáticas, 191,3 milhões tem origem no PDR 2020 e não 332,8 milhões conforme referido no artigo da edição de sexta-feira, 19 de Outubro.

ESPAÇO PÚBLICO

Brasil: silenciar é mentir



Francisco Assis

De um lado, um democrata de provas dadas; do outro, um antidemocrata de convicções assumidas. A escolha é simples e é clara

Com tantas e tão importantes coisas a ocorrerem na Europa, sinto-me impeliado a escrever, uma vez mais, sobre o Brasil. Por estes dias, que correm tumultuosos e quase insanos, não é só o destino imediato do seu país que está nas mãos do povo brasileiro. É algo bem mais vasto. Nem sempre é fácil destrinçar a linha, por vezes muito ténue, que separa a civilização da barbárie. O próprio movimento civilizacional engendrou historicamente múltiplas formas de barbárie. Há, porém, ocasiões em que essa demarcação se pode estabelecer com absoluta nitidez. Quando assim é, tudo se torna simultaneamente mais simples e mais dramático. Conhecemos alguns episódios da história europeia, penosamente trágicos, em que facínoras de índole antidemocrática e antiliberal se guindaram ao poder por via do voto popular. Não ignoramos o que daí resultou. É por isso mesmo que, no próximo domingo, os brasileiros terão de fazer uma escolha de consequências verdadeiramente globais. O triunfo de um celerado, cultor da violência, apólogo do liberticídio, da supressão dos direitos humanos, da erradicação do pensamento divergente,

repercutir-se-ia muito negativamente por toda a humanidade.

A democracia é o regime da palavra: da palavra dialógica, da palavra como expressão de um conceito, como argumento, como forma de persuasão. É por isso que os debates são tão importantes num regime democrático. A recusa em debater é ao mesmo tempo manifestação de medo e de arrogância. Quem foge aos debates furta-se a um dever elementar da disputa democrática e revela quão impreparado está para o desempenho de qualquer função pública. Não é por acaso que os ditadores fecham os parlamentos, eliminam a imprensa livre e perseguem as vozes discordantes. Ao recusar-se a participar em qualquer debate com o seu adversário, Bolsonaro exhibe, de modo



Bolsonaro é um homem que se recusa a respeitar as regras básicas de um regime democrático



absolutamente transparente, a sua verdadeira índole: a de um homem que se recusa a respeitar as regras básicas de um regime democrático. Nos últimos dias, o candidato de extrema-direita brasileiro não se limitou a fugir à discussão directa e frontal no espaço público, como era seu dever. Fez questão de recordar-nos quem é. Declarou, entre outras coisas, que “os marginais vermelhos serão banidos da pátria”, que “ou saem

ou vão para a cadeia”, que Fernando Haddad “vai também, não para fazer uma visita [a Lula], mas para ficar alguns anos”, e que, uma vez que Haddad “gosta tanto dele”, remata, “vão apodrecer os dois na prisão”.

Não é possível ignorar estas afirmações nem fazer de conta que elas verdadeiramente não querem dizer o que dizem. É por de mais evidente que a eleição de uma personagem desta natureza significa abrir uma porta para a instalação de um regime de permanente violência, a qual, aliás, já se tem vindo a manifestar um pouco por todo o país. Um medo difuso percorre a sociedade brasileira.

Perante isto, são incompreensíveis as reservas que algumas personalidades oriundas do espectro político da direita tradicionalmente liberal e democrática continuam a colocar à candidatura de Fernando Haddad. É desde logo inadmissível que se pretenda estabelecer qualquer paralelismo entre a governação do PT e tudo quanto se tem passado na Venezuela. O PT governou o Brasil durante 13 anos, na adesão integral às regras constitucionais, sem interferir na autonomia do poder judiciário, jamais pondo em causa a liberdade de imprensa e garantindo o respeito por todos os princípios constitutivos de um Estado de direito democrático. Com o PT nunca ocorreu nada de remotamente parecido com o que infelizmente hoje se observa na Venezuela. Tão-pouco as administrações petistas levaram a cabo políticas de estatização económica, de perturbação do normal funcionamento do aparelho produtivo ou de confisco arbitrário da propriedade privada. Só por profunda desonestidade se pode dirigir ao Partido dos Trabalhadores uma crítica dessa ordem.

Também não colhe a tese de que o PT aumentou a conflitualidade política e social no país. Essa já existia há muito tempo, é fruto das inenarráveis desigualdades sociais e económicas, que, aliás, o PT combateu com algum sucesso. A violência que caracteriza a sociedade brasileira não é o resultado de uma governação que sempre visou promover o reforço da igualdade, da tolerância e da coesão, é antes o inevitável produto dos múltiplos processos de segregação que lamentavelmente continuam a prevalecer no país.

É relativamente ociosa a discussão sobre saber se Bolsonaro preenche ou não integralmente os requisitos necessários para poder ser etiquetado de fascista. São mesmo caricatos alguns exercícios de carácter quase escolástico que visam ilibá-lo desse tipo de suspeita. Para alguns autores, a designação de fascista só pode ser aplicada num contexto de tal pureza e rigidez doutrinária que provavelmente nem ao próprio Mussolini assentaria na perfeição. O fascismo seria assim uma espécie de abstracção teórica, insusceptível de concretização histórica. Deixemo-nos desses pruridos terminológicos pouco sérios. É óbvio que Bolsonaro, pelo que diz e representa, se enquadra na figura de um profascista.

Seja como for, o que estará em causa no próximo domingo é uma disputa que não compreende nenhum tipo de ambiguidade: de um lado, um democrata de provas dadas; do outro, um antidemocrata de convicções assumidas. A escolha é simples e é clara, e perante ela não há meio-termo possível. Como dizia Miguel de Unamuno, “há momentos em que silenciar é mentir”.

Eurodeputado (PS). Escreve à quinta-feira

BARTOON LUÍS AFONSO

OS QUADROS DE MIRÓ QUE SÃO PROPRIEDADE DO ESTADO PORTUGUÊS VÃO FICAR 25 ANOS EM SERRALVÊS.



NESSOS QUADROS HÁ ALGUM PIRILAU?



QUE SE SAIBA, NÃO.



ANTES ASSIM, ANTES ASSIM...



O RESPEITINHO NÃO É BONITO

A esquerda chamou os fascistas; os fascistas vieram



João Miguel Tavares

Durante vários anos, eu fui fascista. De vez em quando ainda sou. Aliás, ali entre 2011 e 2015, tive imensa companhia. Foi o tempo em que Passos Coelho era fascista. Angela Merkel era fascista. Rui Ramos era fascista. José Manuel Fernandes era fascista. Helena Matos era fascista. Henrique Raposo era fascista. Éramos todos fascistas e, a bem dizer, consoante os dias, e os assuntos em discussão, continuamos a sê-lo. Ser fascista é a profissão de acesso mais fácil em Portugal — basta defender com algum fervor posições de que a esquerda não gosta. Menos com algum fervor posições de Estado? Fascista. Crítica aos delírios verbais das políticas de identidade? Fascista. Delação premiada para combater a corrupção? Fascista. Tal como na fábula do pastor e do lobo, tantas vezes a esquerda gritou pelo fascismo, que o fascismo finalmente apareceu.

Não é o fascismo dos anos 30, com certeza, mas muitas das suas características estão lá — o mesmo amor pela autoridade, o mesmo ódio ao outro, o mesmo culto da violência, o mesmo desprezo pelas minorias, o mesmo desrespeito pelos contrapesos democráticos, a mesma devoção às personalidades messiánicas. É aquilo a que a língua inglesa chama *self-fulfilling prophecy*, uma profecia que acaba por se cumprir porque o seu obsessivo anúncio ajudou, e muito, a que ela viesse a concretizar-se. E é nesse sentido que o tema da "culpa da esquerda" é absolutamente essencial para explicar a ascensão de figuras como Jair Bolsonaro, pois ele é o produto desta nova configuração do mundo: a esquerda tornou-se profundamente conservadora, recusando qualquer mudança no *status quo*; e esta nova direita, de Trump, Bolsonaro ou Duterte, ocupou o espaço revolucionário, anunciando mudanças radicais e em combate aos interesses instalados.

Não ver isto, ou não admitir isto, é circular pelo espaço público com duas palas nos olhos, actividade a que vejo demasiada gente dedicada. Leio articulistas portugueses comovidos sobre a importância de manter o Brasil



NACHO ROCE/REUTERS

“O tema da “culpa da esquerda” é absolutamente essencial para explicar a ascensão de figuras como Jair Bolsonaro

democrático ao mesmo tempo que nos seus textos continuam a classificar Lula da Silva como um preso político e a destituição de Dilma como um golpe de Estado. Vejo gente convencida de que o Brasil só caiu nas mãos de Bolsonaro por causa das *fake news*, como se mais de 50 milhões de brasileiros estivessem hipnotizados pelo WhatsApp, quando os únicos grupos que apoiam maioritariamente o PT são os mais pobres e os menos instruídos. Assisto aos clamores para que Fernando Henrique

Cardoso tome uma posição pró-Haddad, como se algum brasileiro, nesta altura do campeonato, fosse alterar o seu sentido de voto por causa dos conselhos de um membro da sua elite política.

O voluntarismo da esquerda é inversamente proporcional à sua clarividência. O problema, caros leitores, políticos e opinadores de esquerda, é que vocês deixaram de querer mudar o mundo há muitas décadas, e hoje tornaram-se os mais devotos conservadores. No Brasil, deixaram crescer a corrupção e a violência durante anos a fio sem mexer uma palha. Em Portugal, vivem agarrados a um Estado social que não temos meios para pagar, a um corporativismo de classe média que deixa de fora aqueles que mais precisam, a uma complacência escandalosa para com a corrupção e a uma obsessão pelo policiamento do pensamento que exaspera qualquer um. Quem alerta para isto é acusado de fascista ou, na sua versão mansa, de populista. Pois é: tanto falaram no papão, que o papão aí está. Os Bolsonaros deste mundo não caem do céu.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Totoloto 13 33 36 39 44 8 1.º Prémio 1.000.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

P

Contribuinte n.º 902265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogais; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt
 Estrutura Editorial: publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011008; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 965388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcos do Vale, Valadares; Telef.: 227537030; Litográfica - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedroso, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena. Telef.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Saca, 2739-511 Aqualva Cacém. Telef.: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200099 Tiragem média total de Setembro 33.654 exemplares Membro da APCT



Conheça as vantagens em publico.pt/assinaturas

Gosta de CONTEÚDO DE QUALIDADE?

No PÚBLICO trabalhamos diariamente para lhe entregar jornalismo independente, informação relevante e análise diversificada. Para continuarmos, precisamos de si.

ASSINE O PÚBLICO DESDE 0,99€ e apoie o jornalismo de qualidade.

P

BARTOON LUÍS AFONSO

OS QUADROS DE MIRÓ QUE SÃO PROPRIEDADE DO ESTADO PORTUGUÊS VÃO FICAR 25 ANOS EM SERRALVÊS.



NESSOS QUADROS HÁ ALGUM PIRILAU?



QUE SE SAIBA, NÃO.



ANTES ASSIM, ANTES ASSIM...



Caus

O RESPEITINHO NÃO É BONITO

A esquerda chamou os fascistas; os fascistas vieram



João Miguel Tavares

Durante vários anos, eu fui fascista. De vez em quando ainda sou. Aliás, ali entre 2011 e 2015, tive imensa companhia. Foi o tempo em que Passos Coelho era fascista. Angela Merkel era fascista. Rui Ramos era fascista. José Manuel Fernandes era fascista. Helena Matos era fascista. Henrique Raposo era fascista. Éramos todos fascistas e, a bem dizer, consoante os dias, e os assuntos em discussão, continuamos a sê-lo. Ser fascista é a profissão de acesso mais fácil em Portugal – basta defender com algum fervor posições de que a esquerda não gosta. Menos Estado? Fascista. Crítica aos delírios verbais das políticas de identidade? Fascista. Delação premiada para combater a corrupção? Fascista. Tal como na fábula do pastor e do lobo, tantas vezes a esquerda gritou pelo fascismo, que o fascismo finalmente apareceu.

Não é o fascismo dos anos 30, com certeza, mas muitas das suas características estão lá – o mesmo amor pela autoridade, o mesmo ódio ao outro, o mesmo culto da violência, o mesmo desprezo pelas minorias, o mesmo desprezo pelos contrapesos democráticos, a mesma devoção às personalidades messiánicas. É aquilo a que a língua inglesa chama *self-fulfilling prophecy*, uma profecia que acaba por se cumprir porque o seu obsessivo anúncio ajudou, e muito, a que ela viesse a concretizar-se. E é nesse sentido que o tema da “culpa da esquerda” é absolutamente essencial para explicar a ascensão de figuras como Jair Bolsonaro, pois ele é o produto desta nova configuração do mundo: a esquerda tornou-se profundamente conservadora, recusando qualquer mudança no *statu quo*; e esta nova direita, de Trump, Bolsonaro ou Duterte, ocupou o espaço revolucionário, anunciando mudanças radicais e o combate aos interesses instalados. Não ver isto, ou não admitir isto, é circular pelo espaço público com duas palas nos olhos, actividade a que vejo demasiada gente dedicada. Leo articulistas portugueses comovidos sobre a importância de manter o Brasil



“O tema da “culpa da esquerda” é absolutamente essencial para explicar a ascensão de figuras como Jair Bolsonaro

democrático ao mesmo tempo que nos seus textos continuam a classificar Lula da Silva como um preso político e a destituição de Dilma como um golpe de Estado. Vejo gente convencida de que o Brasil só caiu nas mãos de Bolsonaro por causa das *fake news*, como se mais de 50 milhões de brasileiros estivessem hipnotizados pelo WhatsApp, quando os únicos grupos que apoiam maioritariamente o PT são os mais pobres e os menos instruídos. Assisto aos clamores para que Fernando Henrique

Cardoso tome uma posição pró-Haddad, como se algum brasileiro, nesta altura do campeonato, fosse alterar o seu sentido de voto por causa dos conselhos de um membro da sua elite política. O voluntarismo da esquerda é inversamente proporcional à sua clarividência. O problema, caros leitores, políticos e opinadores de esquerda, é que vocês deixaram de querer mudar o mundo há muitas décadas, e hoje tornaram-se os mais devotos conservadores. No Brasil, deixaram crescer a corrupção e a violência durante anos a fio sem mexer uma palha. Em Portugal, vivem agarrados a um Estado social que não temos meios para pagar, a um corporativismo de classe média que deixa de fora aqueles que mais precisam, a uma complacência escandalosa para com a corrupção e a uma obsessão pelo policiamento do pensamento que exaspera qualquer um. Quem alerta para isto é acusado de fascista ou, na sua versão mansa, de populista. Pois é: tanto falaram no papão, que o papão aí está. Mas Bolsonaro deste mundo não caem do céu.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta de lista oficial de prémios

Totoloto 13 33 36 39 44 8 1.º Prémio 1.000.000€

P

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Angelo Paupério Vogale; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt
 Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Docas de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963338280 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia; Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, SA. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcos de Valadeira; Telef.: 227637030; Litográfica - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedrosa, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena. Telf.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aqualva Cacém. Telef.: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 608200095 Tiragem média total de Setembro 33.684 exemplares Membro da APCT



VISAPRESS®
Direcção de Autor Protecção

Gosta de CONTEÚDO DE QUALIDADE?

No PÚBLICO trabalhamos diariamente para lhe entregar jornalismo independente, informação relevante e análise diversificada. Para continuarmos, precisamos de si.

ASSINE O PÚBLICO DESDE 0,99€ e apoie o jornalismo de qualidade.

Conheça as vantagens em publico.pt/assinaturas

PUBLICIDADE

P

BARTOON LUÍS AFONSO



ORESPEITINHONÃO É BONITO

Jair Bolsonaro explicado aos democratas



João Miguel Tavares

A propósito da situação no Brasil, Pedro Marques Lopes afirmou no *Eixo do Mal*: “Nunca uma ditadura em caso algum resolveu algum problema a uma população. Nem tirou da miséria, nem deu melhores serviços de saúde, nem melhor educação. Nunca! Isso nunca aconteceu!” Era tão bonito que fosse verdade. Infelizmente, é mentira. Cuba proporcionou excelentes serviços de saúde à sua população. O Chile de Pinochet teve uma época de grande fulgor económico. A RDA e a URSS educavam o povo e eram excelentes no desporto (como nunca mais foram após deixarem de ser ditaduras). O Estado Novo resolveu vários problemas à população portuguesa nos anos 30. E a China, que não é propriamente conhecida pelos seus pergaminhos democráticos, é a maior potência mundial emergente.

A lista poderia continuar. Aquilo que as democracias liberais

efectivamente provaram, no longo prazo, é que a mistura da livre iniciativa com mercado livre, regulado mas não controlado pelo Estado, com o apoio de uma justiça eficaz e independente, e escoradas em todos os pesos e contrapesos que compõem os melhores sistemas políticos, conseguem atingir um nível de riqueza e de felicidade para as suas populações que não têm paralelo com qualquer outro regime. Isso não significa, contudo, que as ditaduras não possam ser pontualmente mais eficazes do que as democracias a resolver problemas imediatos, ou que as democracias não percam terreno para as ditaduras quando se mostram incapazes de garantir a segurança dos seus cidadãos e manter um pouco de justiça social.

Dinheiro no bolso e paz nas ruas – sempre que isto existe, as democracias nada têm a temer; quando isto deixa de existir, não é o amor à liberdade de expressão e à separação de poderes que vai impedir as pessoas de se atirarem para os braços de um qualquer Bolsonaro, sobretudo quando elas têm como argumento – em boa medida justo – que aquilo que existe já não é uma democracia saudável e em pleno



“
Andar a proclamar diariamente a nossa superioridade moral e intelectual em relação aos ignorantes que votam Bolsonaro não é, com certeza, o caminho

funcionamento, mas somente uma caricatura de democracia, gravemente ferida na sua legitimidade. No filme *À Bout de Souffle*, Jean-Luc Godard põe na boca de Jean Seberg esta citação de William Faulkner: “Entre a dor e o nada, eu prefiro a dor.” Parece masoquismo, mas muitas vezes é apenas a necessidade desesperada de gritar que se está vivo. Entre a dor de um regime autocrático e ordeiro, e o nada de uma democracia paralisada pela violência e pela corrupção, os brasileiros preparam-se para escolher a dor.

Ainda por cima, os novos regimes autocráticos não dispensam certas formalidades da democracia, e por isso o seu combate torna-se ainda mais difícil. As palavras “ditadura” e “fascismo” devem ser usadas com a consciência de que elas já não significam o mesmo que no passado. Embora ninguém duvide que um Trump ou um Bolsonaro andariam de braço estendido na Alemanha dos anos 30, nenhum deles propõe hoje a suspensão da democracia, e até prometem o contrário: dar-lhe justo cumprimento, restituí-lhe a pureza perdida, afastar as oligarquias que a estão a sufocar. E as pessoas acreditam nisso, e agem de uma forma que quebra toda a lógica da comunicação política pré-Trump – dão um desconto significativo às barbaridades que são ditas pelo candidato e não acreditam que ele venha a praticar metade das maldades que promete. Como enfrentar isto? Não é fácil. Mas andar a proclamar diariamente a nossa superioridade moral e intelectual em relação aos ignorantes que votam Bolsonaro não é, com certeza, o caminho.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Euromilhões

5 18 21 31 35 6 9 1.º Prémio

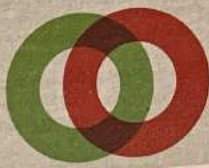
71.000.000€

M1hão GXB 07108 | GZZ 14081

Contribuinte n.º 802265094 | Depósito legal n.º 45498/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidenta: Ângelo Paupério Vogais; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail publico@publico.pt
 Estatuto Editorial público: pt/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef. 210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef. 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madalena Telef.: 963388260 a/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA - Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamps, 220, 4410-350 Arocazeiro, Valadães; Telef.: 227537030; Litográfica - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedrosa, 90, Quiluz de Balco, 2730-053 Barcarena. Telef.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aqualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vssp.pt Assinaturas 908200095 Tiragem média total de Setembro 33.654 exemplares Membro da APCT



Acompanhe o que se passa em



Portugal e no mundo
 Junte-se a nós e apoie o jornalismo de qualidade
 Assine em publico.pt/assinaturas

PUBLICIDADE

ESPAÇO PÚBLICO



Cristiano Ronaldo



Voltou a ser decisivo para manter a Juventus no topo da Série A. O avançado português fez os dois golos do campeão italiano no terreno do Empoli, consumando a reviravolta no marcador e impedindo uma surpresa na 10.ª jornada. O primeiro golo decorreu de um penalti, o segundo de um momento de inspiração, naquele que foi o seu melhor remate no futebol até agora. Com sete golos apontados, Ronaldo já começa a aproximar-se dos números irreais a que tem habituado os adeptos. **N.S.**



Joana Marques Vidal



Perante informações avançadas pela RTP de que teria telefonado ao ex-ministro Azeredo Lopes um dia após o aparecimento das armas roubadas em Tancos, Joana Marques Vidal manteve-se ontem inflexível: "Não vou confirmar ou infirmar o que uma testemunha prestou ou terá prestado, no âmbito de um inquérito que está em segredo de justiça". Contudo, anunciou que está disponível para ser ouvida por quem quer que a queira ouvir. Comissão de inquérito incluída. **S. S.**

No Brasil, a mentira é a política



Amílcar Correia
Editorial

O algoritmo de uma rede social e uma aplicação utilizada na distribuição e troca de mensagens para difundir informação falsa são o método mais eficaz de um sistema de propaganda e manipulação perigosa que Trump iniciou e Bolsonaro aperfeiçoou. A comunicação política através destes dois meios substituiu hoje qualquer exercício crítico, nomeadamente o jornalismo, como escreveu Irene Pimentel, quer como

fonte de informação, quer como meio privilegiado das tentativas de propaganda e de manipulação. É assustador quando a inteligência artificial do Facebook ou do WhatsApp se revela mais eficaz como fazedora de opinião e suporte de campanhas eleitorais no Brasil, assentes na desinformação e na mentira declarada, do que qualquer outro espaço público de debate de ideias.

O fabrico do consenso, tal como o definiu Noam Chomsky na década de 1990, com o controlo dos *media* nas sociedades totalitárias a ser feito através da força, da violência e da censura e nas sociedades democráticas através da saturação, da acumulação torrencial de informação, ou da existência de

meios eficazes de pressão, tem outros meios de distribuição mais assépticos e filtros digitais. A dicotomia entre censura e liberdade de informação ameaça ser tão anacrónica como a distinção entre regimes totalitários e democráticos, quando até a democracia deixa de ser liberal e a mentira declarada se impõe facilmente como verdade. A dificuldade de discernir entre o verdadeiro e o falso é a mesma, mas a sua dimensão é bem mais tenebrosa.

A cultura de massas de hoje pode prescindir do clássico papel informativo dos *media*, porque dispõe de outros meios e porque o desejo e a procura de informação com significado não tem mercado. Os jornalistas já não morrem na frente

de combate ou às mãos do Daesh, mas no interior de consulados ou nas ruas de Moscovo, ou mesmo em países da União Europeia, como Malta ou Bulgária. O ódio sobrepõe-se a qualquer tecnocracia.

A manipulação cresce com a progressiva descrença de um eleitorado disponível para acreditar nos discursos mais hediondos e manipuladores, uma espécie de Estaline 2.0 que procura o binómio entre o bom e o mau e exclui o diferente, porque aquilo em que quer acreditar é a mentira que deseja aceitar como verdade. O triunfo da sociedade do espectáculo descrito por Guy Debord deu lugar ao triunfo da mentira consentida.

acorreia@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Bolsonaro

A candidatura de Jair Bolsonaro tem o apoio das bancadas dos três bês: I) Da *Bíblia*, através da religião evangélica que proclama "a conciliação, a paz e o amor", mas é a favor dele, alimentando-lhe o discurso do medo e do ódio! II) Da bala, porque é favorável aos esquadrões armados e ao porte de arma por cada família. III) Do boi, que representa os interesses dos latifúndios da exploração da soja, pretendendo estes expandirem-se ainda mais pela via da destruição da floresta da Amazônia adentro, o pulmão do mundo.

Fez carreira militar durante a ditadura, acusando a tropa de ter torturado muito e matado pouco(!). Afirmou que Fernando Henrique Cardoso devia ter sido fuzilado. Disse que Pinochet devia ter matado mais gente. Ele e o seu

candidato a vice-presidente, um ex-militar, querem uma revisão radical da Constituição brasileira, restringindo o direito das liberdades cívicas, das mulheres, das minorias, da comunidade LGBT, dos índios e por aí fora.

É este monstro, um atentado contra a mais elementar democracia, que se prepara para presidir ao Brasil, fazendo-o recuar até ao pior futuro. Pobre Brasil!
Vitor Colaço Santos, Areias

Anular a extrema-direita?

Vejo toda a gente preocupada, mesmo alarmada, com a subida da extrema-direita em várias democracias, quer na Europa Central, quer na Europa de Leste e agora, horror dos horrores, no Brasil.

Qual naufrago prestes a afogar-se, toda a gente está a pôr as mãos na cabeça, em vez de nadar. Não

adianta prever uma catástrofe, não adianta argumentar que as pessoas estão loucas ou mal informadas, ou ainda que isso só acontece onde não há democracia. Ora, é bem dentro das democracias que está a acontecer e o Brasil é um bom exemplo. Ninguém pode dizer que as eleições não foram democráticas!

Por isso, é importante, é necessário, é urgente identificar as causas, antes que a maré se transforme num tsunami. Penso que podemos aprender com a natureza, que sempre procura o equilíbrio: mesmo quando há terremotos, estes não são mais do que ajustamentos entre as placas tectónicas que se movem até encontrarem um novo equilíbrio. É a lei da física, que diz que cada acção provoca uma reacção igual e de sentido contrário. Até se encontrar o equilíbrio. Ora esta lei também se aplica

ao comportamento humano: a extrema-direita cresce e reforça-se na exacta medida em que a extrema-esquerda cresce e se reforça.

Por isso, o que interessa agora, e muito, é que a extrema-esquerda se deixe de radicalismos (que geram sempre radicalismos de sinal contrário) e que se acabe com o estúpido e antidemocrático autoconvencimento de que "nós é que estamos certos e todos os outros estão errados".

Não podemos julgar como boas todas as ideias "progressistas" apenas porque vão contra conceitos "ultrapassados" ou porque são "fracturantes" ou porque estão na moda; deixemos a contestação sistemática para os adolescentes. Progredir, sim, mas com ponderação, não com radicalismo; com sensatez, não com preconceitos.

A. Lopes Bastos, Sesimbra

BARTOON LUÍS AFONSO

ENTRE OS APOIANTES DE HADDAD...

... ESPERA-SE QUE "AS PESSOAS GANHEM CONSCIÊNCIA NA ÚLTIMA DA HORA".

BEM, SENDO O BRASIL UM PAÍS DE FUTEBOL...

... TUDO PODE ACONTECER ATÉ AO FIM DO TEMPO DE DESCONTOS.



AESQUINA DO MUNDO

A banalização de Bolsonaro e a tragédia do Brasil



Vicente Jorge Silva

A 8 de Abril passado, na sequência da prisão de Lula, escrevia aqui: "O que se impõe agora perante os nossos olhos é o monstro político – e, em contraponto, judiciário – em que se tornou o Brasil, esse país onde a corrupção passou a ser o meio normal de fazer funcionar a máquina do poder, perante a abdicação e a cumplicidade da classe política, da esquerda à direita. É a suposta fatalidade dessa engrenagem infernal e trágica que tem de ser destruída para que o Brasil possa libertar-se dos monstros que o aprisionam e das paixões mortíferas que o condenam ao desespero."

Seis meses depois, a engrenagem gerou novo monstro que, embora previsível, ninguém verdadeiramente antecipara: um jagunço militar de extrema-direita parece ter a vitória assegurada nas presidenciais brasileiras de hoje. Pior ainda do que isso, porém, é

a polarização da sociedade entre dois extremos, com um clima larvar de guerra civil pairando como uma nuvem sombria no horizonte.

O Brasil tornou-se o caso de estudo mais perturbador das tendências extremistas e disruptivas a que assistimos no mundo contemporâneo, quer pela importância geopolítica do país, quer pela intensidade com que esses fenómenos se concretizaram, ultrapassando exemplos próximos como os populismos europeus, orientais (as Filipinas de Duterte) ou americanos (de que o caso Trump é o paradigma). A velocidade estonteante com que as redes sociais – também muito presentes na campanha presidencial americana – se substituíram aos tradicionais meios de comunicação e à própria ausência física do candidato Bolsonaro (depois da já célebre facada que o afastou do palco eleitoral) excede tudo o que se julgaria possível, mostrando até onde pode chegar o efeito conjugado das *fake news* com o desespero e a alienação de uma sociedade exposta às mensagens mais primitivas de ressentimento, ódio, vingança e violência.



Evidentemente, não há efeitos sem causa – e não faltaram causas para alimentar esta corrida alucinante para o abismo, desde a corrupção, a insegurança, a criminalidade desenfreada e a crise económica que foram minando, de forma vertiginosa, o capital das conquistas sociais do "lulismo" e criaram um vazio propício ao aparecimento de um homem providencial de inspiração justiceira e fascista. Só que, além do mais,

esse homem providencial não passa de um espectro – que se limita, quando o faz, a anunciar grosseiramente uma súpula de *slogans* tão alarves que tornam, por comparação, a linguagem de Trump um sofisticado exercício político.

A tentação dos extremos criou um clima de hostilidade radical onde os campos respectivos se entrincheiram atrás de culpabilizações mútuas e, à primeira vista, insuperáveis. Mas

há também, como temos visto em Portugal, nomeadamente entre alguns que começaram por denunciar Bolsonaro como fascista, uma espécie de rendição à lei do mais forte, ou seja, do triunfador anunciado das eleições de hoje: o de o aceitarem como alternativa à desordem, como se Bolsonaro não fosse a encarnação, espectral dessa desordem, do caos social, da liberalização generalizada do porte de armas que tornariam o Brasil uma versão moderna do *far west*. Não será esse um dos efeitos perversos da submissão à ditadura dos *likes* das redes sociais onde alguns comentadores cultivam o seu estatuto tribunicio?

Se Bolsonaro vencer, como tudo indica, as eleições de hoje, o que espera o Brasil não é a miragem de uma nova ordem ditatorial-militar que irá extirpar os males endémicos de que o país sofre, mas uma desordem acrescida àquela que hoje existe, onde os *gangs*, pistoleiros e cangaceiros da mais variada natureza ameaçam ocupar o vazio. Não é possível banalizar Bolsonaro, até porque é ele que se propõe mergulhar o Brasil no coração das trevas.

Jornalista

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Totoloto 10 16 20 35 44 2 1.º Prémio 1.200.000€

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogal: Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt
 pt Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Docas de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 21011000 (PPCA) / 226103214; Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redação 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redação 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietária PÚBLICO, Comunicação Social, SA, Sede: Lugar do Espinho, Via Norte, Maia, Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arouze, Valadares; Telef.: 227537030; Litografia - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedrosa, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena. Telef.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aguilva Cacém. Telef.: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Setembro 33.654 exemplares Membro da APCT Direitos de Autor Protegidos



Gosta de CONTEÚDO DE QUALIDADE?

No PÚBLICO trabalhamos diariamente para lhe entregar jornalismo independente, informação relevante e análise diversificada. Para continuarmos, precisamos de si.

ASSINE O PÚBLICO DESDE 0,99€ e apoie o jornalismo de qualidade.

Conheça as vantagens em publico.pt/assinaturas



ESPAÇO PÚBLICO



João Gomes Cravinho



O novo ministro da Defesa saiu da "caserna" para dar boas notícias às Forças Armadas (FA). Em Guimarães, onde esteve na sua primeira cerimónia militar pública desde que tomou posse (o Dia do Exército), João Gomes Cravinho garantiu que a progressão de carreiras nas FA, uma grande reivindicação do sector, será desbloqueada "ainda este ano". O ministro também anunciou que em breve divulgará os resultados de uma auditoria à PJM iniciada na sequência do caso de Tancos. **S.S.**



Lewis Hamilton



Aos 33 anos, cinco títulos mundiais. Lewis Hamilton confirmou o domínio da Mercedes no Mundial de Fórmula 1 de 2018 e reforçou uma hegemonia que nas últimas épocas Sebastian Vettel não tem conseguido combater. Ontem, o britânico não precisou de mais do que um quarto lugar para se tornar, oficialmente, no terceiro piloto da história a chegar ao pentacampeonato (igualou o mítico Fangio e está a dois títulos de Schumacher). E já lá vão dez anos desde a primeira conquista. **N.S.**

Um dia negro para a democracia



Manuel Carvalho
Editorial

A eleição de Jair Bolsonaro aconteceu sem surpresa e não apenas por causa da sua vitória categórica na primeira volta ou devido às sondagens que o colocavam a grande distância de Fernando Haddad. Depois de tantos escândalos, da espiral de violência, de crises que foram da economia à ética, de uma destituição (a de Dilma Rousseff) aprovada por um congresso minado pela corrupção, não surpreende que os brasileiros

elejam um Presidente que não resiste sequer ao teste da decência mínima que se exige a qualquer cidadão. Bolsonaro é o derradeiro capítulo de um processo de autodestruição das elites políticas brasileiras. Como todos os outros capítulos, é uma vergonha e uma desgraça.

Se o novo Presidente do Brasil tem um mérito é o de não esconder a sua homofobia, o seu racismo, ou a sua propensão para a arruação e para a violência. Não sabemos o que ele pensa sobre a educação ou as finanças públicas (recusou todos os debates), mas sabemos sim o que ele gostava de fazer aos negros, aos gays ou aos militantes do PT. E é por conhecermos essas misérias que vai ser fundamental saber se as instituições incumbidas

de defender os valores que ele ataca serão capazes de o travar. Sem uma maioria no Congresso, Bolsonaro vai ter de negociar todas as leis espúrias que lhe passam pela cabeça. Mesmo que as consiga aprovar, terão de passar pelo crivo do Supremo Tribunal Federal que zela pela Constituição. Mesmo que se esvazie a Constituição, há no Brasil organizações sociais, sindicatos e a imprensa para escrutinar os seus delírios.

Talvez Bolsonaro tenha de renunciar a parte do seu programa, indo ao encontro das expectativas de uma certa direita inorgânica de Portugal que, de tanto se deleitar com a apologia da liberdade, esqueceu que a liberdade só existe onde existe decência e respeito

pelos outros. Ou talvez o seu temperamento agressivo se exalte com esta extraordinária vitória e o leve a desafiar os mais básicos alicerces do sistema. Aconteça o que acontecer, hoje é um dia mau para a liberdade, para a tolerância ou para a devoção ao pluralismo e à diversidade humana. A democracia no Brasil não morreu. Mas com o PT condenado pela sua própria venalidade, arrogância e cegueira, o PSDB destruído pela sua inconsistência, o MDB minado ainda mais do que todos pelo flagelo da corrupção, a justiça politizada e a sociedade descrente, Bolsonaro pode estar a um passo de a querer matar. Pobre querido Brasil.

manuel.carvalho@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

O Brasil em sentido

Espero que o capitão da reserva Jair Messias Bolsonaro não cumpra o que prometeu em campanha presidencial: "Esses marginais vermelhos serão banidos da nossa pátria." O quinto maior país do mundo em área territorial e o sexto em população não pode ser governado por um caceteiro. A governação "petista" foi um misto de apoio aos mais desfavorecidos e um oceano de corrupção. O Partido dos Trabalhadores é culpado pelo efeito Bolsonaro. O discurso de Jair replica o tremendo sentimento de insegurança vivido no Brasil. A criminalidade é o pão nosso de cada dia. Contudo, não devemos esquecer os candidatos a Bolsonaro na pátria lusa. Eles estão aí. Nas últimas autárquicas, em Loures, o "naro" português recebeu 21% dos votos.
Ademar Costa, Póvoa de Varzim

Professores exaustos

O resultado de um estudo sob a égide da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), publicado aqui, no PÚBLICO, no pretérito dia 20, visando "As condições de Vida e Trabalho na Educação em Portugal", revelou dados preocupantes que não serão despidiçosos e sobre os quais o Governo, mais propriamente o Ministério da Educação, terá forçosamente de se debruçar e chegar a conclusões. Assim, e em traços gerais, quase metade dos professores, 47,8%, revela sinais de exaustão emocional e profissional. Outros 42,5% não se sentem realizados profissionalmente. Mais: cerca de 22 mil docentes entendem que tomam medicação (em demasia) e outros 9000 consomem álcool ou droga em excesso. (...) E esta insatisfação e mal-estar na docência culmina quando mais

de oito em cada dez expressam uma vontade "elevada" ou "muito elevada" de obter a reforma antecipada! Ou seja, quase ninguém gosta de permanecer neste ensino burocrático, extenuante e indisciplinado em que vivemos. Por sua vez, o Governo, perfidamente, penaliza – em muito – a pretensão de reforma antecipada. (...)
António Cândido Miguéis, Vila Real

Crescimento sem desenvolvimento

Nas duas últimas décadas, o PIB da Califórnia cresceu 78% e o desemprego situa-se nos 4%, o que constitui um dos valores mais baixos do mundo. No entanto, os dividendos da criação de riqueza não têm sido correctamente distribuídos (...) e as famílias mais ricas viram a diferença de salários, em relação aos mais pobres, crescer de 6,5 vezes, para

14 vezes. (...) No mundo actual, por vezes, taxas de desemprego baixo e crescimento económico não significam prosperidade ou melhor qualidade de vida, mas sim a existência de um exército de trabalhadores de baixas qualificações mal pagos e sujeitos às condições precárias do mercado de trabalho.
João António do Poço Ramos, Póvoa de Varzim

OPÚBLICOERROU

Na edição do texto "No país de Pelé, Bolsonaro está a ganhar no futebol e na política" foi introduzido um erro, uma das muitas falsidades que correm na Internet brasileira apresentando-se como notícias. Os jogadores do Corinthians não homenagearam o ex-Presidente Lula da Silva na final do campeonato paulista de 2018.

BARTOON LUIS AFONSO

E ENTÃO, NOVIDADES DO BRASIL?



MÃO SEI.



PORQUE MÃO LUIA O RÁDIO?



FALTA-ME CORAGEM.



CONSOANTE MUDA

E agora, Brasil?



Rui Tavares

Tal como esperado, o gigante caiu na escuridão da vaga fascizante que continua a varrer o mundo. Sim, democraticamente, porque se cometerem erros – achar o contrário seria esperar que os humanos fossem deuses. E sim, com erros políticos também, porque o erro de entregar um país a um deputado preguiçoso e inábil como Bolsonaro não é um erro que acontece por acaso. É um erro que precisa de muitos erros anteriores para acontecer.

Quando se deu o *impeachment* de Dilma, escrevi que a atitude da direita brasileira, e do antipetismo em geral, se podia interpretar como a história de Macbeth na peça de Shakespeare: cada transgressão é cada vez maior, para encobrir a transgressão anterior. A história começa em 2014 com a recusa em aceitar a vitória de Dilma. Daí parte-se para uma *impeachment* em cujas razões nem quem votou nele acreditou – porque Dilma não podia governar.

Mas o problema é que Lula era popular, e então já diziam os mais avisados que Lula seria metido na cadeia, como foi – porque Lula não podia ser candidato. Como o PT, apesar disso, continuava popular, vendeu-se ao país a ideia de que o PT iria transformar o Brasil numa Venezuela – sem explicar por que ralo o PT não o teria feito durante os 12 anos em que esteve no poder. E como Haddad se tornou também popular, primeiro com a ajuda de Lula, e depois pelos seus méritos próprios, entregou-se o país a Bolsonaro – porque nada, a não ser o delírio, pode salvar quem começou a sua narrativa como começou em 2014.

Do outro lado, é claro, estão os erros do PT – a sua soberba, a sua arrogância moral que já não é de hoje, que vem do tempo do *Mensidão* justificado como sendo o preço a pagar para governar o Brasil. Com Dilma fora do poder e Lula preso, esse PT do aparelho partidário insistiu numa estratégia de negação da realidade que acabou por banalizar a negação da realidade do lado de lá. Se uns falavam de um Brasil em risco de se tornar uma Venezuela, outros insistiam em falar de um Lula candidato a partir da prisão e Presidente com um processo por corrupção, injusto ou não, às costas. E assim,

entre os dois campos dominantes no país, nenhum parecia aderir ao princípio da realidade: pelo menos até ao momento – tarde, demasiado tarde – em que um Haddad capaz de falar em nome da defesa da democracia a partir de uma posição de excelente preparação técnica e grande capacidade política foi finalmente assumido como candidato do PT.

Por que razão o PT assumiu Haddad tão tarde e mesmo então várias vezes se tocou os movimentos? Porque há muito PT que preferir estar na oposição mas dominar o seu campo político do que aceitar governar como parte de uma frente republicana. E algo de semelhante se pode dizer das atitudes de Ciro Gomes (PDT), Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e outros líderes políticos do que deveria ser o campo progressista brasileiro.

A exceção de Guilherme Boulos (PSOL) e de Marina Silva (REDEB), que se portaram com brilhantismo e elevação moral, as outras lideranças partidárias estiveram no segundo turno como se estivessem a preparar o pós-derrota – mesmo sabendo que isso significaria entregar o país a Bolsonaro sem a coragem de uma posição moral.

Se não tivesse sido pela auto-organização da sociedade civil nos últimos dez dias destas

eleições, aliás, não teria havido sequer um sobressalto cívico a favor da democracia. É nesses brasileiros que deram tudo por tudo para travar a caminhada do fascismo no Brasil e, através do Brasil, nas grandes democracias do mundo, que devemos pensar agora. Eles foram uns heróis e merecem a solidariedade dos democratas dos outros países e regiões do mundo, a começar por Portugal e pela União Europeia. Não tenhamos dúvidas de que vão precisar dessa solidariedade (o facto de o consultado geral de Portugal em São Paulo ter suspenso os pedidos de visto e nacionalidade até 1 de janeiro é um mau sinal político que precisa de ser corrigido). A partir desta derrota deveríamos constituir um movimento que funcione em rede pela defesa da democracia em todos os países de língua portuguesa.

E agora? O delírio não vai parar por aqui. Com um congresso cheio de políticos que foram eleitos na vaga de bajulação a Bolsonaro e emulação dos seus trêfetos autoritários, mas que será tão vental e ingovernável como sempre foi, só poderemos esperar que a corrupção e a insegurança continuem como já estavam, com a diferença de que a ocultação da corrupção e a incapacidade de

resolver o problema da violência agora virá de um executivo com um Presidente famoche dominado por militares e oportunistas. Na oposição temos as rivalidades e sectarismos de sempre. Do Planalto só se pode esperar o pior; do Congresso não se pode esperar nem sequer o menos mau.

Resta a sociedade civil e os poucos políticos que se salvam nesta tragédia tropical. Um papel importante cabe aqui a Haddad, Boulos e Marina Silva. Eles foram os três candidatos presidenciais que subterram ver mais longe. Espero que Haddad aja com muita liberdade em relação ao seu partido, com a legitimidade que os milhões de votos que teve lhe dão, e que estenda a mão a Boulos e Marina Silva, e também a quem mais quiser vir de boa vontade construir a frente ampla do progresso e da democracia que o Brasil precisa. Sem tergiversar nos direitos cívicos. Sem ambiguidades na condenação de todas as ditaduras, sejam elas de “esquerda” ou de “direita”. Sem concessões ao fascismo partidário. Os brasileiros brasileiros que tanto lutaram pela vitória contra o fascismo, nas mais difíceis das circunstâncias, não merecem menos do que isso.

Historiador, fundador do Livre

P Contribuinte n.º 502265054 | Dapólio legal n.º 45458/91 | Registro EBC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Angélio Paschoa Vogelas. Cidália Azevedo, Cristina Soares. E-mail: public@gratidao.pt. Estatuto Editorial: publico.pt/estatuto-editorial. Lúbia Edifica Diogo Cão, Doca de Alameda Norte, 1360-357 Lisboa. Tel: 21011000 (PCCAL); Fax: Dk. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redação 21011008. Publicidade: 21011013/21011014. Póvoa Rio Jilho Diãis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto. Tel: 226191000 (PCCN) / 22610214; Fax: Redação 226151099 / 22610213; Publicidade, Distribuição 22615101. Mediatec, 983388986 e/ou 291639102. Propriedade: PUBLICO Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espinho, Via Norte, Mala, Capital Social 62.050.000,00. Director de 100% de Capital: Sonacom, SGPS, S.A. Imprensa Unipresa, Travessa de Anselmo Barreiramp, 220, 440-350 Arcos de Valadeira. Tel: 27757030. Logótipo - Impressão e Arte: 2739 571 Agulha Cadem, e-mail: 214 537 000 Fax: 214 537 009 E-mail: graf@vamp.pt. Assinaturas 656250093. Imagem média total de Setembro 83.834 exemplares. Membro da AICI. Digno de Auler Fernandes



Apóie o jornalismo de qualidade
Acompanhe o que se passa em Portugal e no mundo
Assine em publico.pt/assinaturas

Junte-se a nós

BARTOON LUÍS AFONSO



O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Nós, as elites, não percebemos nada de nada



João Miguel Tavares

Eu sei que muitos dos defensores portugueses do voto em Haddad estavam a ser bem-intencionados e sinceros. Sei que mesmo que Bolsonaro se venha a revelar um Presidente menos imprestável e fascista do que prometeu, a mera existência da sua linguagem racista, homofóbica e violenta é uma afronta à boa convivência democrática. Sei também que cada vitória de um líder autocrático no mundo representa mais um retrocesso no campo das democracias liberais.

Mas também sei isto: as elites artísticas, intelectuais e jornalísticas têm de meter na cabeça de uma vez por todas que a sua influência sobre o povo, na hora do voto, é nula. Que os seus poderes de mediação e de persuasão, na era das redes, se evaporaram de vez. Que ter escritores, comentadores, historiadores, músicos ou jornais a criar vídeos, e manifestos, e

hashtags, e editoriais, e o diabo a quatro, onde do alto da sua imensa sabedoria tentam explicar ao povo brasileiro (como já haviam tentado explicar ao povo americano) em quem ele deve votar, é uma ridícula figura, por uma razão muito simples – aquele voto, o voto de dezenas de milhões de brasileiros e de norte-americanos, também é contra nós.

Quando eu digo “contra nós” refiro-me a uma elite privilegiada, da qual eu próprio faço parte, e que ao longo dos séculos se convenceu de que a sua missão no mundo era desempenhar o papel social de porta-voz das minorias, dos descontentes, dos pobres, dos oprimidos, e que através desse movimento foi valorizando o seu próprio papel no mundo, assumindo-se como proprietária da boa consciência da humanidade, e acreditando que existia uma linha inquebrantável com o povo sofrido, que ela compreendia como ninguém.

Só que já lá vai o tempo em que George Orwell vivia com os vagabundos para escrever *Na Penúria em Paris e em Londres*. A ascensão social de quem domina os lugares da fala afastou as elites intelectuais do povo, e o povo já não precisa das elites intelectuais



“
O eleitorado está-se a borrfar para aquilo que as elites lhe mandam fazer. Dai Trump. Dai Bolsonaro. Dai tantas lágrimas à minha volta

para falar. Tem o Facebook. As pessoas gostam das canções do Chico e do Caetano, mas estão-se nas tintas em quem eles votam. As pessoas gostam do humor de Gregório Duvivier, mas são pouco sensíveis à sua pregação política. As pessoas gostam dos livros de Raduan Nassar, mas ele tem mais influência sobre as suas galinhas do que sobre o voto dos brasileiros.

E ainda bem. Nós, as elites, olhamos para americanos ou brasileiros como sendo pobres de espírito dominados por Donald Trump e Jair Bolsonaro, mas a

verdade é que há cada vez mais indícios do contrário: são os americanos e os brasileiros que usam Trump e Bolsonaro para chegar aonde querem, seja o combate à imigração, o combate à corrupção ou a “defesa da vida”.

Quando nós vemos os blocos evangélicos a votarem maciçamente nessas figuras, será pelo seu exemplo cristão? Donald Trump levou uma vida de absoluta devassidão (para utilizar linguagem bíblica), que nenhum pastor se atreveria a recomendar à mais negra das suas ovelhas. Jair Bolsonaro vai na terceira mulher, sendo que a actual já tinha uma filha de uma relação anterior (o que também não encaixa no perfil do macho latino cavernícola).

Trump e Bolsonaro não são exemplos para ninguém, nem sequer para quem vota neles. Mas servem um propósito – abanar o sistema de alto a baixo. A esquerda gosta tanto de falar de “empoderamento”, pois aqui está ele: o eleitorado está-se a borrfar para aquilo que as elites lhe mandam fazer. Dai Trump. Dai Bolsonaro. Dai tantas lágrimas à minha volta.

Jornalista
 jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa e consulta da lista oficial de prémios

Lotaria clássica 5 2 3 9 3 1.º Prémio 600.000€

P Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45498/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho da Administração - Presidente: Angelo Paupério Vogale; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail publico@publico.pt | Estatuta Editorial publico.pt/hok/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doc. de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef. 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008; Publicidade 21011010/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef. 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef. 963386260 e/ou 291629102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, S.A. Sede: Lugar do Espinho, Via Norte, Maia, Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonacom, S.GPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Brazancas, 220, 4410-350 Arcos de Valdevez; Telef. 22757030; Litográfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada Consiglieri Pedroso, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcelos; Telef. 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, S.A., Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agulva Celóm; Telef. 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 80820095 Tragam média total de Setembro 33.654 exemplares Membro da APCT



Gosta de CONTEÚDO DE QUALIDADE?

No PÚBLICO trabalhamos diariamente para lhe entregar jornalismo independente, informação relevante e análise diversificada. Para continuarmos, precisamos de si.

ASSINE O PÚBLICO DESDE 0,99€ e apoie o jornalismo de qualidade.

Conheça as vantagens em publico.pt/assinaturas

P

Brasil inaugura a era Bolsonaro

Carlos Blanco de Moraes

Mais do que insultos, rótulos e estigmas que superabundaram no exercício, algo histórico, de demonização de Jair Bolsonaro pelos *media* portugueses (com escasso sucesso, pois os brasileiros residentes deram-lhe a vitória com cerca de 65% dos votos), interessará extrair três conclusões da sua eleição.

A primeira é a de que um improvável populista, politicamente marginal em 2016, ao tempo do *impeachment* de Dilma, ganhou as presidenciais com 55% dos votos, desafiando os manuais de politologia. Para o efeito, o candidato:

i) Utilizou um discurso simplista, radical e excessivo que nenhum *spin doctor* aconselharia, mas que era o que a maioria do eleitorado pretendia ouvir, exasperado pela corrupção do PT e aliados, pela insegurança, pela perda do nível de vida e pela contracultura dominante;

ii) Fez uma campanha modesta (abdicou do fundo eleitoral, recebendo um financiamento cinco vezes menor que Haddad), teve oito segundos de tempo de antena na primeira volta e enfrentou uns *media* hostis, de cuja *firewall* fez um *bypass*, contactando com multidões e usando magistralmente as redes sociais, como Trump, com acesso direto ao eleitor, sobretudo durante o longo período em que não fez ações de rua, por ter sido esfaqueado;

iii) E, tendo começado uma corrida solitária, com algumas centenas de espontâneos em ruas e aeroportos, sustentado num micropartido (o PSL) que elegeu um deputado em 2014, acabou concentrando um milhão de pessoas na Paulista, conseguiu que o PSL obtivesse 52 deputados e levou a que candidatos a senador e a governador implorassem o seu apoio (ajudando a eleger 15 dos 27 governadores, incluindo os dos estados mais populosos e ricos).

A segunda conclusão é a de que a sua vitória não se limitou à derrota de Haddad. Derrotados foram igualmente: o PT (senhor do poder e da cultura dominante durante 14 anos); o alter-mundialismo marxista que Lula implantou no "Foro de S. Paulo" (e as suas ramificações chavistas que vão dos ditadores de Caracas aos sociólogos de Coimbra); o PSDB e MDB que falharam uma alternativa política no "centrão"; e a "intelligentsia" da cultura e das artes associada aos *media* profissionais que fizeram uma campanha quase militante



contra o novo Presidente.

As derrotas referidas terão consequências partidárias. O PSL aumentará o seu grupo parlamentar com adesões de outras forças e ocupará a primeira posição. Haverá uma luta feroz pela liderança da oposição entre o PT e o PDT do instável Ciro Gomes, que recusou, à última hora, apoiar Haddad. No próprio PT, com o ocaso da liderança de Lula, Haddad, um moderado, enfrentará a ortodoxia de Wagner e Gleisi Hoffmann. E, no "centrão", haverá fusões e oscilações

entre os que se colarão à nova maioria de direita e os que mercadejarão apoios políticos em troca de benesses. A vitória de Dória em S. Paulo terá salvo o PSDB da implosão, mas a viragem do partido à direita sob a sua possível liderança terá resistência das "cabeças coroadas" do Partido (F.H.C., Serra, Aécio e Alckmin).

A terceira conclusão é a de que a chamada direita nacional-populista e a sua agenda soberanista, securitária,



Três conclusões da eleição de Bolsonaro e dois tipos de desafios que o novo Presidente terá de superar

protecionista e anti-imigratória já opera em rede, avançando para grandes Estados do universo euro-americano, tendo agora como alvo prioritário as eleições para o Parlamento Europeu de 2019, não sendo claro como os partidos do *mainstream* e as suas lideranças baças irão opor uma resistência eficaz a essa progressão.

O que virá? Bolsonaro tem uma difícil agenda de encargos na área financeira, económica e social que não se resolverá com as receitas simples e vagas da sua campanha, tudo dependendo dos apoios que reunir no Congresso. É o caso das reformas da segurança social e tributária, privatizações e redução da dívida, onde terá de arbitrar entre o entusiasmo liberal do futuro superministro da Economia, Paulo Guedes, e o soberanismo da "família militar" que não quer a privatização das "joias da coroa" em favor de capital estrangeiro.

Mas, como condições para liderar políticas futuras, Bolsonaro tem de superar dois tipos de desafios. O primeiro é o da organização do seu centro de Governo, que não pode cair em descrédito, como o de Trump, com cacofonia, fugas de informação, demissões, má gestão e articulação. O papel do trio de generais do seu *inner circle* poderá ser decisivo, pois o meio militar brasileiro pauta-se por modelos de organização eficazes que podem beneficiar Lorenzoni, o futuro ministro da Casa Civil, tido como racional e moderado. O segundo desafio é o do verbo arrebatado do próprio Bolsonaro, um político arguto, instintivo, mas com a língua solta que se entusiasma com as suas frases

extremas e "tremendistas". Tem prazer em usar um humor assassino e pueril que o novo presidente do STF captou, quando desvalorizou os excessos verbais e realçou o seu temperamento "divertido e bem humorado".

A imprensa fala agora em dois Bolsonaros: o radical da campanha e o que fez um "discurso de Estado" na noite eleitoral. Ora, não há dois Bolsonaros e o novo Presidente não abandonará o seu estilo simples de falar com as pessoas pelas redes e de disparo de frases mortíferas contra os adversários. Essencial é que, necessitando de uma maioria no Congresso, o seu discurso seja de unidade, trave ofensas vulgares, respeite as minorias e a diversidade, não reaja a quente aos ataques dos *media* e discipline o uso da palavra dos seus próximos evitando conflitos espúrios com outros poderes. O pior inimigo do Bolsonaro Presidente, em termos de comunicação, é o próprio "bolsonarismo" desenfreado.

O Presidente eleito não dedicou uma única palavra a Portugal. A forma como tem sido tratado na imprensa nacional e por políticos portugueses explicará em parte esta omissão. Atentos os interesses nacionais em jogo (mormente no plano histórico, económico, universitário e das comunidades de imigrantes), a lucidez fria do ministro dos Negócios Estrangeiros expressa nas relações Estado a Estado deve inspirar os restantes responsáveis, desde Belém ao Parlamento.

Professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

ESPAÇO PÚBLICO



Rui Rio



Dois dias depois de o Orçamento do Estado ter sido aprovado na generalidade, e com uma rapidez surpreendente para aquilo a que nos tem habituado, Rui Rio apresentou ontem duas propostas que o partido submeterá à avaliação do Parlamento para alterar o documento do Governo: uma para manter as propinas e apostar na construção de residências para universitários e outra para eliminar a taxa municipal de protecção civil. Estará alguma coisa a mudar no PSD? **S.S.**



Artur Santos Silva



A Fundação La Caixa, de que é curador, tem no programa Promove — Dinamização de Regiões Fronteiriças um instrumento de promoção da criatividade no interior. Em Bragança, apoia um projecto de realidade virtual sobre o Douro Internacional e detectores de incêndios idealizados. Na Guarda serão apoiadas casas para refugiados, em Portalegre tecnologia para poupança de água e em Prouença-a-Nova um programa de monitorização de dados ambientais. **D.P.**

Erotismo, pornografia e Sérgio Moro



David Pontes
Editorial

A manchete é do jornal *O Estado de S. Paulo* de 6 de Novembro de 2016: “Jamais entraria para a política.” Quem proferiu frase tão clara foi o juiz Sérgio Moro, o grande responsável pelo processo *Lava-Jato*, cujas ondas de choque ainda hoje se fazem sentir na política brasileira e que teve um contributo essencial na construção da imagem do PT como partido de políticos corruptos.

Ontem soubemos que a declarada abstinência do juiz terminou e que ele aceitou integrar o Governo do recém-eleito Jair Bolsonaro para liderar o Ministério da Justiça e da Segurança Pública. E, assim, o que ontem era erotismo hoje é pornografia.

De forma simples, a diferença entre erotismo e pornografia é que tudo se trata de relações sexuais, mas enquanto no primeiro elas não são explícitas, antes sugeridas, no segundo tudo fica à vista. Ora há muito que se sugeria que a relação entre a condução do processo judicial *Lava-Jato* e o momento político tinha pouco de inocente. Afinal, foi Sérgio Moro que mandou prender o candidato que seguia à frente nas sondagens, Lula da Silva,

o que facilitou, e muito, a vitória da extrema-direita. O mesmo juiz que interrompeu férias para evitar a libertação de Lula, o mesmo que, na última semana da primeira volta das eleições, decidiu libertar as declarações da delação premiada do ex-ministro petista Antonio Palocci, que claramente afectavam a candidatura de Fernando Haddad.

Para os militantes do PT, há muito que isto era pornografia, mas para quem ainda coloca esperanças no discernimento da Justiça e no seu papel positivo para desmontar o ciclo da corrupção, isto poderia ser uma relação sem nexos, um *flirt* sem dolo. Agora, depois da aceitação do convite, depois de sabermos que o juiz já tinha sido sondado durante

a campanha, o PT ganhou força para se ensimesmar na sua teoria de cabala política, e os amantes de Bolsonaro e Moro para acreditarem num casamento que favorecerá o combate à corrupção.

Para qualquer amante da democracia, resta tapar os olhos perante um espectáculo tão indecoroso. A nu fica a fragilidade do regime brasileiro, que continua a necessitar, como nunca, de gente capaz de entender o que é serviço público, as obrigações que advêm de ocupar um cargo de relevo e a absoluta necessidade de reafirmar o princípio da separação dos poderes. Sérgio Moro mostrou claramente que não é uma dessas pessoas.

david.pontes@publico.pt



CARTAS AO DIRECTOR

Serviços mínimos ou uma greve à vida

Não é compreensível que não haja serviços mínimos no âmbito de uma greve de enfermeiros, quando se põe em causa a durabilidade da vida de um ser humano, de certo modo, fazendo greve à vida de outrem. Constatando-se que se adiam consecutivamente cirurgias de doentes oncológicos (e de outros com doenças igualmente graves), seria importante colocar um enfermeiro em frente desses doentes (e aos seus familiares e amigos), de modo que explicassem a estas pessoas (perante a iminência da morte, ou do prolongamento do sofrimento) por que acham legítimo que as suas reivindicações se podem sobrepor ao seu direito à vida ou, na melhor das hipóteses, a uma dor mitigada.

Se é certo que estes trabalhadores fazem greve em condições legais, poderemos afirmar que não o estarão a fazer em legítimas condições morais. Mas, pior do que isto, veja-se a insensatez e o desumanismo do Ministério da Saúde, com a convicção do BE e do PCP, quando não cria um mecanismo para requerer serviços mínimos para estas situações. (Seria curioso averiguar se um enfermeiro, ou um médico, faria greve se o seu filho ou pai tivesse uma cirurgia, de natureza oncológica ou outra, que estivesse a ser adiada consecutivamente devido às suas greves.)

Luis Filipe Rodrigues, Santo Tirso

Professores

O resultado de um estudo sob a égide da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH),

publicado aqui, no PÚBLICO, no pretérito dia 20, visando “As condições de Vida e Trabalho na Educação em Portugal”, revelou dados preocupantes que não serão despididos e sobre os quais o Governo, mais propriamente o Ministério da Educação, terá forçosamente de se debruçar e chegar a conclusões.

Assim, e em traços gerais, quase metade dos professores, 47,8%, revela sinais de exaustão emocional e profissional. Outros, 42,5%, não se sentem realizados profissionalmente. Mais: cerca de 22 mil docentes entendem que tomam medicação (em demasia) e outros 9000 consomem álcool ou droga em excesso. Estas substâncias, refere ainda o estudo da FCSH, são usadas como *doping* para conseguirem aguentar o ritmo de trabalho

e a exigência da organização das escolas. Refere ainda o estudo “a correlação entre o esgotamento demonstrado pelos professores e a sua vontade de encurtarem as respectivas carreiras”. E esta insatisfação e mal-estar na docência culmina quando mais-de-oitenta em cada dez expressam uma vontade “elevada” ou “muito elevada” de obter a reforma antecipada! Ou seja, quase ninguém gosta de permanecer neste ensino burocrático, extenuante e indisciplinado em que vivemos. Por sua vez, o Governo, perfidamente, penaliza — em muito — a pretensão de reforma antecipada. Mas nem isso desmotiva os professores, que não querem ensandecer com as condições de trabalho a que estão sujeitos.

António Cândido Miguéis, Vila Real

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

ESPAÇO PÚBLICO

Um fascista eleito não é um democrata

Francisco Assis

Existe ainda no nosso país um significativo perímetro da direita cujas convicções democráticas são, no mínimo, débeis

Se levarmos em consideração as afirmações proferidas nas últimas semanas por alguns dos principais expoentes do pensamento político da direita portuguesa, seremos levados a concluir que Hitler, afinal de contas, não era uma personagem assim tão repulsiva quanto a posteridade histórica o catalogou, dada a circunstância de ter obtido excelentes resultados eleitorais e beneficiado do apoio explícito de cidadãos alemães que, em bom rigor, não podiam ser considerados fascistas. O cabo-de-guerra austríaco foi, obviamente, tudo aquilo de que foi justamente acusado: um ditador perverso, anti-semita, antidemocrata, antiliberal e anti-humanista. Ocorre, porém, que suscitou adesão eleitoral, o que, na perspectiva de alguns escribas contemporâneos, ameniza o seu lado demoníaco e compele a procurar uma justificação aceitável para o seu sucesso. Se seguirmos até ao fim a linha de pensamento prosseguida por tais analistas, seremos levados a concluir que os responsáveis pelas monstruosidades nazis foram precisamente todos os demais, isto é, todos aqueles nunca se reclamaram do nazismo. No fundo, Hitler terá sido uma pobre vítima dos seus encarniçados adversários, que o teriam gerado, promovido e legitimado. Esses é que deviam ter sido julgados em Nuremberga, acusados do nefasto crime de terem criado Hitler pela razão singela de o terem combatido.

Nada me move contra a tentativa de compreensão de qualquer tipo de fenómeno histórico, incluindo aqueles que se revestem de características execrandas. Tenho, contudo, a noção de que há uma fronteira ténue entre o trabalho de compreensão e a tentação da justificação. Julgo que no caso das recentes eleições brasileiras essa linha foi várias vezes ultrapassada. Na desmesurada ânsia de atacar a esquerda brasileira, e em particular o Partido dos Trabalhadores, pessoas habitualmente sóbrias produziram análises e comentários próprios de um estado de adiantada embriaguez ideológica. Prova disso foi a forma como adulteraram grosseiramente as posições assumidas por



quem formulou críticas à personalidade agora eleita para a presidência do Brasil. A falácia mais recorrente consistiu em salvaguardar o carácter não

necessariamente fascistoide dos eleitores de Bolsonaro. Como se alguém alguma vez tivesse afirmado tal coisa. A falácia, no seu primarismo, enuncia-se de um modo muito simples: quando se acusa Bolsonaro de inclinações fascistas, está-se automaticamente a apelar de fascistas todos os seus eleitores, isto é, no presente caso, a maioria dos votantes brasileiros. Convenhamos que como truque é infantil e como tese comporta uma ideia muito perigosa. Por contraponto à

“
É certo que houve excepções do centro e do centro-direita, mas, no resto, o que se notou foi indiferença ou complacência



No resto, o que se notou foi indiferença ou complacência, senão mesmo algum subterrâneo contentamento.

João Miguel Tavares, cronista que leio frequentemente, e que até começou por declarar que votaria em Haddad e por rotular Bolsonaro de fascista, perdeu a razão, para, investido de um furor inexplicável, pronunciar uma *fatwa* definitiva: quem quer que tenha tido qualquer tipo de cooperação com José Sócrates, fosse no Governo, no Parlamento ou na mais obscura viela deste país, estaria condenado a uma espécie de ostracismo eterno. Por isso, lembrando a minha pretérita condição de líder parlamentar do PS, determinei a minha morte cívica e política, considerando-me moralmente e politicamente inapto para a formulação de qualquer consideração sobre o mais remoto acontecimento ocorrido ou a ocorrer no meu tempo de vida. Já na óptica de tão singular autor nada há a apontar àqueles que se não importam de exibir uma grande condescendência para com Bolsonaro, desde que tenham investido devidamente o antigo primeiro-ministro português.

2. A ministra da Cultura tem vindo a ser violentamente atacada pelo simples facto de ter declarado o óbvio: que há coisas que com o passar dos tempos deixam de se colocar no domínio do gosto e passam para um outro patamar, que tem que ver com os valores civilizacionais alcançados. Na Roma antiga, as lutas dos gladiadores entusiasavam a população, apelavam à representação artística, suscitavam avaliações de ordem estética. Nessa época, esse assunto poderia ser tratado no domínio do gosto. A humanidade, entretanto, evoluiu, e o grau de exigência civilizacional apurou-se. Hoje, nem a ética nem a estética se permitiriam conviver com tal celebração da violência. Por uma razão muito simples: subimos de patamar civilizacional. Por muito que custe aos defensores das touradas, é isso mesmo que está hoje em causa. Não por acaso, tão degradado espectáculo suscita a repulsa de praticamente todos os povos europeus. E não venham com a conversa fiada de que é a globalização uniformizadora ou a obediência a uma certa normalização comportamental. Não, não é nada disso. É apenas e tão-só, como corajosamente afirmou no Parlamento a ministra da Cultura, uma questão de civilização. E não, não tem apenas que ver com a nossa relação com os animais, tem sobretudo que ver com a relação conosco mesmos. Não se trata de animalismo, trata-se mesmo de humanismo.

Eurodeputado (PS). Escreve à quinta-feira

BARTOON LUÍS AFONSO

NA CONVENÇÃO DO BLOCO FOI DITO QUE "NADA SERÁ COMO ANTES NA DEMOCRACIA PORTUGUESA"...



... PORQUE CAIU "O MITO DO ARCO DA GOVERNAÇÃO".



SIM.



AGORA É MAIS UM ALPENDRE.



A ESQUINA DO MUNDO

Como Bolsonaro se tornou "justificável"



Vicente Jorge Silva

Na sua crónica de ontem, *Um esclarecimento para Francisco Assis*, a propósito da vitória de Bolsonaro, João Miguel Tavares (J.M.T.) contesta uma frase que aqui escrevi no domingo passado: "Se numa semana se diz que 'um fascista é um fascista', não é possível passar as semanas seguintes a justificar – e legitimar – a sua existência." Para J.M.T., "esta frase, proferida como se fosse uma evidência, contém duas falácias. A primeira é que é perfeitamente possível dizer que um fascista é um fascista e, ainda assim, justificar a sua existência – e esse o trabalho de quem escreve num jornal. A segunda falácia é esta: 'justificar' nada tem que ver com 'legitimar'."

A propósito de falácias – ou, já agora, ligeirezas de memória – começo por recordar a frase final da crónica de J.M.T. de 6/10/2018, depois de ter enumerado as

razões que o faziam rejeitar Bolsonaro, porque, recorde, "parece fascista, cheira a fascista e fala como um fascista": "Olhar para isto e dizer, com os dedos cruzados, 'é só uma pose', parece-me uma jogada estupidamente arriscada. Entre um fascista impoluto e um democrata corrupto, eu escolho o democrata corrupto."

Ora, depois de ter confessado esta opção aparentemente definitiva, J.M.T. ensaiou uma manobra de recuo ao longo das semanas que se seguiram até à previsível eleição de Bolsonaro, justificando o triunfo da extrema-direita no Brasil como uma consequência da corrupção do "lulismo" e da cegueira da esquerda brasileira, protegidas pela complacência acrítica da esquerda internacional (e portuguesa). Ou seja, tendo nada provava, ou prova, que Haddad fosse "corrupto" e Bolsonaro "impoluto", J.M.T. passou a defender uma posição bem diversa, recusando-se "a colocar o carimbo de cúmplices do fascismo em todos aqueles que



não aceitaram escolher entre um e outro".

Permito-me acrescentar: eu também não o faria, embora me tenha chocado a ligeireza com que figuras tão respeitáveis como Fernando Henrique Cardoso se escusaram a tomar posição sobre uma disputa eleitoral onde estava em jogo o futuro da democracia brasileira. Isso explica, aliás, quanto a mim, o quase desaparecimento

“É impossível ignorar não só a crispação e polarização dos debates políticos e ideológicos como também a crescente influência das redes sociais na tribalização e histerização desses debates

da direita democrática e do centro político do Brasil nessas eleições.

Quanto às duas falácias de que me acusa J.M.T., esclareço: uma coisa é **explicar** (jornalisticamente) os motivos que levaram o eleitorado brasileiro a escolher Bolsonaro e rejeitar o PT – embora este seja a única força política relevante face à extrema-direita –, como julgo ter feito nos textos que escrevi; outra é **justificar** – e legitimar – esses

motivos, como faz J.M.T., facto tanto mais surpreendente quanto foi ele a assumir de início a escolha radical, preferindo o "democrata corrupto" ao "fascista impoluto". Que é que o terá levado a mudar ou pelo menos a inflectir a sua opinião – o que nada teria de ilegítimo –, sem se dispor a assumi-lo?

Numa explicação complementar a estas contradições que ultrapassam, de longe, o caso de J.M.T., é impossível ignorar não só a crispação e polarização dos debates políticos e ideológicos a que assistimos como também a crescente influência das redes sociais na tribalização e histerização desses debates, condicionando as opiniões dos que nelas participam ou cultivam o vedetismo através de constantes intervenções polémicas. Com efeito, o recurso à agitação febril das controvérsias a pretexto dos mais variados assuntos é um dos traços marcantes do chamado debate público actual, onde a efervescência das opiniões e o seu carácter provocatório acabam por impor-se à substância dos temas em discussão. É desse clima que se alimentam o ruído mediático e as *fake news* hoje tão em voga.

Jornalista

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Totoloto 8 10 24 31 37 4

P

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Ângelo Paupério Vogale; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt
pt Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210110105; Dir. Editorial 210110108; Redacção 210111006; Publicidade 210110103/210110104 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA, Sede: Lugar do Espinho, Via Norte, Maia; Capital Social €2.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Branco, 220, 4410-350 Aroucejo, Valadães; Telef.: 227537030; Litógráfic - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Conselheiro Pedroso, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena. Telef.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aguçiva Cacém. Telef.: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Outubro 32.707 exemplares Membro da APCT



VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos

Gosta de CONTEÚDO DE QUALIDADE?

No PÚBLICO trabalhamos diariamente para lhe entregar jornalismo independente, informação relevante e análise diversificada. Para continuarmos, precisamos de si.

ASSINE O PÚBLICO DESDE 0,99€ e apoie o jornalismo de qualidade.

Conheça as vantagens em publico.pt/assinaturas

P

ESPAÇO PÚBLICO

O Brasil, a conveniência da esquerda lusa e o postulado “Assis-Vicente”

Paulo Rangel
Palavra e Poder

1 Não creio que precise de repetir que, se tivesse direito a voto na segunda volta das presidenciais brasileiras, teria votado em Fernando Haddad. Não hesitaria um segundo, mas também digo que o faria por simples exclusão de partes, optando profundamente pelo mal menor. Não tinha nem tenho qualquer ilusão acerca de

Haddad e do PT. Repugna-me, distanciado da máquina de corrupção política brasileira (em que o seu partido tem grandes responsabilidades) e que não tenha renunciado a um possível indulto de Lula. É, no entanto, evidente que o programa e o discurso de Bolsonaro punham em xeque princípios básicos do respeito pelos direitos humanos e pela democracia. E que isso se afigurava inaceitável. Oxalá, ele não ponha ou consiga por em prática algumas dessas promessas. Intelizmente, porém, a experiência histórica (e contemporânea) ensina-nos que estes líderes populistas levam mesmo por diante algumas das suas mais implausíveis ameaças. Por outro lado, a

destituição de Dilma e a eleição presidencial que agora culmina ilustram bem que o PT de Haddad, apesar de um padrão de governação profundamente negativo, não destruiu as instituições democráticas, não corroeu a independência judicial, não controlou a liberdade de expressão e de imprensa. E isso constitui uma diferença de natureza, de qualidade e de substância entre as duas propostas políticas.

2. Isto dito e esclarecido, compreenda-se bem o que afirmo e escrevo: felizmente não tinha o direito e o dever de votar nas eleições brasileiras. Felizmente. Não queria estar na pele dos cidadãos brasileiros e ser forçado a uma escolha deste tipo.

A primeira obrigação de qualquer comunidade política é, na verdade, assegurar a paz e garantir a segurança. Basta olhar para as estatísticas criminais, que são apenas uma parte dos dados relevantes, para atestar o grau de violência e de insegurança que grassa na sociedade brasileira. Numa sociedade marcada pelo clima “hobbesiano” de guerra de todos contra todos, é compreensível que a preocupação das famílias e dos cidadãos com alguns valores democráticos deixe de ser prioritária. De resto, sem um médico de segurança não há liberdade; não é por acidente que grande parte das declarações de direitos – incluindo a da constituição portuguesa – reúnem num único artigo o direito à liberdade e à segurança (art. 27.º da Constituição de 1976). É, por outro lado, também compreensível que os partidos e as

personalidades que foram protagonistas de um sistema de corrupção generalizado sejam objecto de uma onda popular de rejeição. É que, em se tratando de uma democracia, muitos estabelecem a ligação demagógica entre a corrupção e o regime democrático. Não se trata de nenhuma estreita ou estas causalidades não implica em nada transigir ou apoiar declarações ou posições chocantes ou repulsivas. Estas cadeias de causalidades são,

aliás, extremamente simplistas, mas convém não olvidar que é precisamente por causa do seu imediatismo e simplismo que elas vingam e prevalecem em certas correntes de opinião.

3. Feito este ponto de ordem – que poderia alargar-se a outras dimensões (designadamente, a da deterioração e aceleração da situação económico-social) –, convém despendir alguns caracteres com uma posição recentemente defendida por Francisco Assis e Vicente Jorge Silva. Ambos são militantes de esquerda, bem conhecidos pela sua independência



GRISÓN VILHELA

e moderação. Ambos assumiram com desassombro e até brilho a denúncia dos perigos e riscos da candidatura e (agora) da eleição de Bolsonaro, justamente porque independentes e moderados, nem sempre foram figuras benquistas de alas mais esquerdistas do PS e, em especial, dos seus parceiros de entendimento parlamentar. Neste caso, e muito naturalmente, foram fortemente saudados por esses sectores. Entretanto, e com alguma surpresa, ambos enveredaram por uma qualificação muito crítica de uma série de personalidades de quadantes mais centrais ou de centro-direita, que tomaram posições mais tímidas, que ficaram silentes ou que declaradamente não quiseram alinhar uma posição. E, para além destes, de todas aquelas que, de uma forma ou de outra, procuraram, como acabo de fazer, esboçar uma tentativa de compreensão e de explicitação



NÃO
Emmanuel Macron. Dois erros: defender um exército único europeu; admitir que os EUA se possam tornar um inimigo. Uma forte cooperação europeia na defesa é bem-vinda, mas sem prescindir da NATO.

NÃO
Donald Trump. Ao demitir o procurador-geral Jeff Sessions, cuja isenção na investigação russa se afigurou exemplar, Trump mostra a sua indiferença às garantias do Estado de direito.

da deriva eleitoral de dezenas de milhões de brasileiros. Nisto seguiram, de resto, o rasto e o rastilho da esquerda mais radical. Esquerda radical essa a quem convém, a todo o transe, inventar um fantasma mas que agora, por magia “bolsonárica”, de uma velha direita lusitana que estive sumida e disfarçada durante quarenta anos, renasceu das cinzas. Chega a ser caricato ouvir, pela primeira vez, dirigentes do Bloco democrático, quando passaram a vida inteira a dizer que a dita direita, por definição, não podia ser nem moderada nem democrática. E, já agora, que o centro não passava de um disfarce dessa “direita” dissimulada e passadista. Não falou por aí, em quibosques e esquinhas, quem proclamasse que a direita reaccionária, repressiva, antiliberal e antidemocrática finalmente tinha voltado a sair do armário.

4. O conteúdo deste postulado “Assis-Vicente” é surpreendente e é ele próprio um resultado do simplismo maniqueísta para que o populismo dos Bolsonaros deste mundo nos quer empurrar. É altamente conveniente para a estratégia de médio-prazo da esquerda radical e para a tática de curto prazo do PS. Mas é enganador e não passa ele próprio de um artefacto ou subproduto sofisticado do populismo.

Marcelo e Costa, com sentido institucional e sem estados de alma, felicitaram Bolsonaro. Ningüém tuгу nem mugu. Do meu ponto de vista, bem. Outros não felicitam, limitam-se a expressar uma visão mais complexa de uma realidade de que nem sequer são parte. Mas quase ficam no grupo dos filo-fascistas. Do meu ponto de vista, mal. Mesmo mal.

Eurodeputado (PSD). Escreva à terça-feira paulo.rangel@europarl.europa.eu

Os um

Rangel A

N

uma acusa todos os m mas não se mas são ra De acorr da Assemb Europa, ur será consi ser a deten dos direto Conventã Nada do re ao sr. Cuiç a espera d ter defend polícia ner referendo auto do pr a ser, presi uma entid processo d participou que tinha de facto e a criação (actual Cor Este proc publicas d Constitui publicam se limitav como tam pública. A convy da Gener na qual pr é de uma como obj agentes Ju o registu no edifiç específica de funcio e esta é a participo a acusaço participo organizo ocupaçõe como cen

ESPAÇO PÚBLICO

O crime de pensar e a virtude da delação

João Arriscado Nunes

As universidades estão entre as instituições mais atacadas pela ofensiva autoritária no Brasil

Os últimos anos têm sido marcados pelos sucessos eleitorais, em várias regiões do mundo, de projetos autoritários protagonizados por partidos e movimentos que defendem posições de extrema-direita, racistas, xenófobas, sexistas e homofóbicas, e de demonização e criminalização dos setores mais vulnerabilizados da sociedade. Uma característica comum desses movimentos é a utilização crescente de novas formas de comunicação digital, como o Twitter ou o WhatsApp, que permitem o acesso direto ou via *trolls* e *bots* a milhões de eleitores/as, sem passar pelos meios de comunicação social convencionais, como a imprensa ou a televisão, ou pelos fóruns de debate organizados durante as campanhas eleitorais, que, com todas as suas limitações, permitiam o confronto presencial dos projetos e propostas de quem se candidata a cargos políticos.

O uso das novas plataformas para a disseminação e proliferação de notícias e informações falsas, trivializadas sob a designação de *fake news*, tem conseguido, com assinalável sucesso, alimentar a erosão da democracia representativa e do debate político na esfera pública. Mas essa erosão não é explicável apenas pelas estratégias de comunicação digital dos novos populismos. Ela articula-se com e é consolidada pelas tentativas de silenciamento ou supressão da crítica e das manifestações de dissidência intelectual, política, cultural e social. Por isso, antes e depois de chegarem ao poder, os novos populismos multiplicam os ataques a intelectuais, artistas, jornalistas, professores, investigadores, estudantes e ativistas de movimentos sociais. Nesse processo, as universidades e os que nelas trabalham — professores, estudantes, investigadores, funcionários — tornam-se alvos preferenciais a abater ou a desacreditar.

Entre as instituições mais atacadas pela ofensiva autoritária no Brasil, desde o processo de destituição de Dilma Rousseff em 2016, encontram-se precisamente as universidades. Ao longo do último século, e desde a declaração de Córdoba,



MICHO DOCE/REUTERS

na Argentina, que em 2018 formulou o projeto de uma universidade ao serviço de projetos de construção nacional, assente nos três pilares da produção de conhecimento, do ensino e formação, e da extensão, a instituição universitária tem passado por transformações profundas e contraditórias. Entre a adesão à lógica neoliberal, com a crescente dependência de financiamentos privados e da subordinação a uma lógica produtivista e de criação de valor e as lutas pela autonomia universitária e pela afirmação da instituição como espaço de criação e ciência, de saber e de cultura, de liberdade de ensinar e aprender e de exercício do

“**É importante a solidariedade e o apoio a todas e todos que lutam por defender os lugares de pensamento crítico e de educação democrática que resistem aos projetos autoritários**”



pensamento crítico, muitas universidades têm contribuído para a construção de espaços de produção e criação colaborativa e solidária de transformação emancipatória da sociedade. Em momentos de crise da democracia, como aquele em que nos encontramos, as universidades têm sabido organizar espaços e iniciativas de resistência e de afirmação da liberdade de pensamento e de crítica.

No Brasil, durante o período pré-eleitoral e a própria campanha, multiplicaram-se, em universidades federais e estaduais, os cursos, palestras, encontros e manifestações pela democracia, abrindo espaços de debate que contrastavam com o insólito desaparecimento dos debates públicos entre candidatos e entre os projetos políticos em presença. Um grande número de universidades foi alvo, durante a campanha eleitoral, de intervenções policiais, respaldadas por decisões de membros do poder judiciário, sob pretexto de que debates sobre a democracia e o fascismo ou sobre a história contemporânea do Brasil constituiriam formas ilegítimas de propaganda eleitoral em favor de um candidato ou em prejuízo de outro. Conferências sobre o fascismo ou cartazes que proclamavam simplesmente “Mais livros, menos armas” foram assim censurados como podendo prejudicar um dos candidatos, enquanto as *fake news* contra o candidato Fernando Haddad

continuavam a proliferar perante a impotência ou inação das autoridades e da justiça eleitoral.

Uma outra, e significativa, vertente do ataque às universidades, às escolas e aos profissionais da educação é o de projetos como o da Escola Sem Partido — um projeto de supressão da diferença e do rigor crítico em nome de um alegado combate à “doutinação” —, ou a chamada, pelo próprio Presidente eleito, à delação de professores e de alunos alegadamente culpados de praticar essa “doutinação”. Assim se abre o caminho para a imposição de versões oficiais de conteúdos e práticas, suprimindo a memória histórica, criminalizando o pensamento crítico e a liberdade de ensinar e aprender enquanto pilar de uma educação que não se confunda com doutrinação, adestramento e promoção do conformismo.

Criminalizar o pensamento e promover a delação como uma virtude destrói a possibilidade de educar para a cidadania, para a democracia e para a solidariedade. A escola seria assim transformada numa máquina de produção de conformismo, de ignorância, de preconceito, de medo, e de celebração da delação e do ódio à diferença.

Contra essa transformação, a defesa e promoção da democracia exige escolas e universidades que formem cidadãos capazes de exercer as suas faculdades críticas, de produzir e partilhar conhecimento em todas as áreas, de contribuir para a promoção da igualdade e o reconhecimento da diferença, de praticar uma cidadania solidária. Por isso é tão importante a solidariedade e o apoio a todas e todos que lutam por defender, com as suas tensões e imperfeições, os lugares de pensamento crítico e de educação democrática que resistem aos projetos autoritários.

Investigador do Centro de Estudos Sociais e professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A opinião aqui veiculada é da responsabilidade dos investigadores, não constituindo qualquer posição oficial do Centro de Estudos Sociais

CES — Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
www.ces.uc.pt

Escreve à sexta-feira



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra